

Nº 107 · Primavera 2004 · 2ª Série

NAÇÃO *e* DEFESA



Forças Armadas e Sociedade
Continuidade e Mudança

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

Director

José Eduardo Garcia Leandro

Editor Executivo

António Horta Fernandes

Conselho Editorial

António Silva Ribeiro, Carlos Pinto Coelho, Isabel Ferreira Nunes, João Marques de Almeida, José Luís Pinto Ramalho, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Nuno Mira Vaz, Paulo Jorge Canelas de Castro, Rui Mora de Oliveira, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

Conselho Consultivo

Abel Cabral Couto, António Emílio Sachetti, António Martins da Cruz, António Vitorino, Armando Marques Guedes, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Ernâni Lopes, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, Guilherme Belchior Vieira, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, José Medeiros Ferreira, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Mário Lemos Pires, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

Conselho Consultivo Internacional

Bertrand Badie (Presses de Sciences Po, Paris, França) Charles Moskos (Department of Sociology, Northwestern University, Evanston, Illinois, USA), Christopher Dandeker (Department of War Studies, King's College London, Grã-Bretanha), Christopher Hill (Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, Grã-Bretanha) Filipe Aguiar (Dept. of International and Comparative Studies, School of International Studies, University of Miami, USA), George Modelski (University of Washington, USA), Josef Joffé (Jornal Die Zeit, Hamburg, Alemanha), Jurgen Brauer (College of Business Administration, Augusta State University, USA), Ken Booth (Department of International Politics, University of Wales, Reino Unido), Lawrence Freedman (Department of War Studies, King's College London, Grã-Bretanha), Robert Kennedy, Todd Sandler (School of International Relations, University of Southern California, USA), Zbigniew Brzezinski (Center for Strategic International Studies, Washington, USA).

Assistentes de Edição

Cristina Cardoso, Rosa Dâmaso

Colaboração

Ver normas na contra capa

Assinaturas e preços avulso

Ver última página

Propriedade e Edição

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: publicacoes@mail.idn.pt

<http://www.idn.gov.pt>

Design e Assessoria Técnica

Rasgo, Publicidade, Lda.

Av das Descobertas, 17, 1400-091 Lisboa

Tel.: 21 302 07 73

Fax: 21 302 10 22

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, 2620-162 Póvoa de Santo Adrião

Tel.: 21 938 14 50

Fax: 21 938 14 52

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 2 000 exemplares

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores

Nº 107 • Primavera 2004 • 2ª Série

NAÇÃO *e* DEFESA



Forças Armadas e Sociedade
Continuidade e Mudança

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Política Editorial

Nação e Defesa é uma Revista do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, Nação e Defesa propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com problemáticas mais recentes, nomeadamente as respeitantes à demografia e migrações, segurança alimentar, direitos humanos, tensões religiosas e étnicas, conflitos sobre recursos naturais e meio ambiente.

A Revista dará atenção especial ao caso português, tornando-se um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

Editorial Policy

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a publication produced by the Instituto da Defesa Nacional (National Defence Institute) which is dedicated to dealing with questions in the area of security and defence both at a national and international level. Thus, Nação e Defesa aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views of the various paradigms and theoretical currents which are relevant to matters of security and defence by making traditional approaches co-exist with more recent problems, namely those related to demography and migratory movements, the security of foodstuffs, human rights, religious and ethnic tensions, conflicts regarding natural resources and the environment.

The publication shall pay special attention to the portuguese situation and shall become a space for meditation and debate on the broad choices which face Portugal in terms of security and defence as well as on important international matters which reflect on Portugal and on portuguese interests.

Editorial	5
<i>Director do Instituto da Defesa Nacional</i>	
Forças Armadas e Sociedade - Continuidade e Mudança	
Culture's Backlash on Decision Making	11
<i>René Moelker</i>	
Os Militares e os Desafios da Pós-modernidade. O Caso Italiano	37
<i>Fabrizio Battistelli</i>	
Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada	61
<i>Helena Carreiras</i>	
Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI	89
<i>Nuno Mira Vaz</i>	
Subsídios para um Novo Modelo de Ensino Superior Militar Universitário em Portugal	115
<i>João Vieira Borges</i>	
Artigos	
Portugal, o Atlântico e a Europa.	
A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia.	147
<i>José Carlos Almeida</i>	
A Doutrina Operacional do Exército Popular de Libertação para o Século XXI	173
<i>Manuel Alexandre Carriço</i>	
Através das leituras	201

O tema central deste número focaliza-se sobre as Forças Armadas e a Sociedade dentro de um contexto de Continuidade e Mudança.

Sobre ele muito tem sido escrito, por vezes de modo algo ligeiro, pelo que convém balizar bem o que se entende como continuidade, bem como aquilo que está a mudar. Por outro lado, e admitindo que possam existir tendências mundiais, este processo ocorre essencialmente na Europa, estando já mais adiantado nos EUA, onde teve a sua origem.

O que deve e vai continuar? São os valores, os comportamentos e os objectivos.

As Forças Armadas em países democráticos continuarão a depender do Poder Político, cumprindo objectivos definidos por este na sua área de intervenção (utilização da violência organizada) e mantendo valores que são só seus, embora, nalguns casos, se encontrem empresas de sucesso e outras organizações que os têm vindo a incorporar. Tais valores podem ser resumidos no espírito de missão, código de honra e mecanismos de decisão, que têm a ver com objectivos exclusivos como realizar o combate e a preparação para o combate ou, como dizia Sun Tzu, ter como missão primária a de vencer guerras, ou indo mais longe, subjugar o adversário sem batalha.

Samuel Finer em 1976 escrevia que “as Forças Armadas dispõem de três impressionantes vantagens políticas sobre as organizações civis: marcada superioridade de organização, um status altamente emocional e o monopólio das armas; que perante tudo isto o surpreendente é que obedeçam aos seus chefes políticos”.

E esta obediência tem a ver com a sua formação, os seus valores e a própria sociedade democrática onde se integram. Por outro lado, ao longo de toda a segunda metade do século XX houve uma mútua influência entre as organizações civis e as militares em que ambas as partes procuraram ir aproveitar o que de melhor a outra tinha.

Dentro deste enquadramento há muita coisa que está a mudar nos países ocidentais:

- Está a ocorrer uma mudança do Exército Nacional para o Exército de Estado (uma tendência para abandonar o Serviço Militar Obrigatório existente desde a Revolução Francesa e caminhar para Exércitos de Contratados (profissionais de curta duração)).

- Acontece também uma maior integração entre os Ramos (operações conjuntas) e entre os Países (operações combinadas) sendo que, nas coligações ocidentais com base na doutrina NATO, raramente ocorrem já operações isoladas de cada país. A lógica das Fronteiras da Segurança tem-se imposto.
- A desregulação do sistema internacional ocorrida após a rotura de 1989/91 introduziu toda a doutrina das Operações de Apoio à Paz de acordo com a Agenda para a Paz de B. Buthros Gali (1992 e 1995), com operações de manutenção de paz, imposição de paz, construção de paz, humanitárias e de reconstrução de Estados, em que, independentemente da sua execução operacional, o grande enquadramento político legitimador e doutriniário teve origem na ONU.
Aparece assim o mesmo militar com dois tipos de missão: fazer a guerra e garantir (e fazer) a paz, o que particularmente nos EUA não é considerado conciliável.
- As novas ameaças traduzidas nas acções do crime e do terrorismo transnacional têm obrigado também a uma evolução no âmbito da NATO e da União Europeia. Não só se dá muito mais importância ao produto operacional final de cada país ou ao da coligação do que à estrutura organizativa tradicional, como a Fronteira da Vulnerabilidade (dentro de cada país) está cada vez mais frágil e sujeita a ataques vários, o que obriga a que as Forças Armadas tenham de estar preparadas para actuar internamente em reforço das Forças de Segurança (num quadro legal previamente definido) e dentro de uma coligação irem combater, algures, fora das suas Fronteiras de Segurança, tais organizações de crime e do terror transnacional.
- A evolução da ciência e da tecnologia tem trazido alterações em todos os equipamentos e sistemas, tendo sido tradicionalmente a Instituição Militar, nas suas diferentes componentes, a organização onde as experiências são inicialmente feitas. Tais alterações materiais e tecnológicas, como consequência, têm obrigado também a mudanças nas estruturas, e em todos os mecanismos internos, além de alterações nos próprios sistemas de decisão. Forças mais pequenas, mais integradas (conjuntas e combinadas), com maior poder letal, com capacidade de intervenção mais rápida e onde a relação entre o Poder Político e os Altos Escalões Militares, bem como entre estes e os Comandantes dos Baixos Escalões é permanente e interactiva.
Como consequência, ocorre um controle muito maior do Poder Político sobre as operações no terreno e, no quadro das actuais intervenções militares, podem acon-

tecer acções de pequenos escalões com imprevistas consequências estratégicas e políticas.

- Dentro do novo contexto social e de evolução tecnológica, e segundo Morris Janowitz, apareceram lado a lado com o Chefe Heróico (que ainda existe), o Gestor Militar e o Técnico Militar, com carreiras paralelas e por vezes conflitantes.
- Novos mecanismos de recrutamento com a necessidade das Forças Armadas concorrem no mercado de trabalho e uma abertura cada vez maior ao sexo feminino dentro da Instituição Militar.

Sendo estas tendencialmente as maiores alterações gerais nas Forças Armadas ocidentais, convém dizer que com as novas ameaças, e principalmente após os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro e com tudo quanto ocorreu posteriormente, no âmbito da União Europeia, do seu projecto de Tratado Constitucional e da Política Europeia de Segurança e Defesa, parece surgir uma vontade expressa, muito forte, de reorganizar, reinvestir e modernizar, o que corresponde a uma correcção profunda do rumo seguido desde 1989/91.

Simultaneamente algumas teorias que se queriam indiscutíveis caíram claramente na Guerra do Iraque, como o combate com baixas zero e a possibilidade de vencer a guerra e a paz só com meios aéreos. Reafirmou-se o factor de que a guerra e a paz só se vencem com a intervenção de forças terrestres.

Dentro deste contexto, este número inclui textos de grande qualidade. René Moelker põe o problema de saber se as lições aprendidas em Srebrenica (Unprofor) conduziram a alterações de cultura nas relações civis-militares. Fabrizio Battistelli fala-nos do desafio que a sociedade pós-moderna coloca à condição militar, pondo o acento tónico no caso italiano. Helena Carreiras refere-se à composição social cada vez mais heterogénea das forças militares nas sociedades ocidentais, abordando, para o efeito, dois casos particulares: o género e a orientação sexual. Já Nuno Mira Vaz debruça-se sobre o campo de batalha no século XXI, nomeadamente as questões que se colocam às democracias liberais sobre a legitimidade do recurso ao uso da força e à legalidade dos modos operativos face às novas ameaças. João Vieira Borges, por seu lado, centra-se na vertente do ensino superior militar universitário em Portugal e na necessidade de o repensar estruturalmente. As reflexões do autor são feitas num quadro comparativo com dois países aliados, os EUA e a França.

Na secção extra-temática dois artigos, o primeiro de José Carlos Almeida, versando sobre a temática da identidade nacional, a reimaginação da nação e a construção europeia, diz-nos das tensões que podem surgir entre o projecto europeu e as lealdades nacionais baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e experiência comum. O último artigo, da autoria de Alexandre Carriço, glosa sobre a doutrina operacional do Exército Popular de Libertação (EPL) para o século XXI, que se perspectiva em face da modernização estratégica e tecnológica não só do EPL como da própria China.

GARCIA LEANDRO



Forças Armadas e Sociedade

Continuidade e Mudança

Culture's Backlash on Decision Making

René Moelker

Professor associado de Sociologia na Royal Netherlands Military Academy.

Trabalha em Sociologia Militar, concentrando-se na sociologia de famílias militares, tecnologia militar, sociologia militar de Norbert Elias, educação militar e o conflito da Chechnya.

Resumo

A questão colocada neste artigo é a de saber se as lições aprendidas em Srebrenica (Unprofor) conduziram a alteração de cultura nas relações civis-militares. Foi estudado o processo de tomada de decisão para demonstrar alteração de cultura. Foi o processo de tomada de decisão ao tempo da Unprofor que fez prova de um choque entre as culturas militares e civis. Depois de um inquérito parlamentar sobre Srebrenica, procedimentos de tomada de decisão considerando desenvolvimentos foram aperfeiçoados através da utilização de um conjunto de critérios chamados "Toetsingskader". Os parlamentares usam estes critérios para questionar o governo sobre muitos assuntos importantes relativos a desenvolvimento. A aplicação dos critérios ao desenvolvimento na Etiópia e Eritreia foi bastante pacífica dado tratar-se de uma situação "clássica" de manutenção da paz de primeira geração. Os critérios contidos no "Toetsingskader" foram submetidos a uma prova mais severa no processo de tomada de decisão respeitante à participação na Força de Estabilização do Iraque (SFIR) em 2003. Por um lado, o "Toetsingskader" provou ser novamente instrumento útil para controlo parlamentar. Provou ser um instrumento capaz de preencher o fosso entre a cultura política, militar e civil. Por outro lado mantém-se o risco de raciocínio teleológico. Os critérios podem facilmente ser usados para justificar a participação pela racionalização dos objectivos de desenvolvimento e/ou ignorando questões críticas.

Abstract

The question posed in this paper is whether the lessons learned from Srebrenica (Unprofor) have led to culture change in civil-military relations. To demonstrate culture change the decision making process was studied. It was the decision making process at the time of Unprofor that showed proof of a clash between military and civilian cultures. After a parliamentary inquiry into Srebrenica, decision-making procedures regarding deployments were improved by use of a set of criteria called the 'Toetsingskader'. Parliamentarians use these criteria to question the government about many important issues regarding deployment. Applying the criteria to the deployment in Ethiopia and Eritrea went quite smoothly, being a 'classical' first generation peacekeeping situation. The criteria in the 'Toetsingskader' were put to a more severe test in the decision-making process regarding participation in the Stabilization Force Iraq (SFIR) in 2003. On the one hand, the 'Toetsingskader' proved to be a useful tool for parliamentary control again. It proved to be a tool that is able to bridge the gap between military and civilian political culture. On the other hand there remains the risk of teleological reasoning. The criteria can easily be used to justify participation by rationalizing goals of the deployment and/or ignoring critical questions.

Disaster and decision-making

It sometimes takes a disaster to put change processes into motion and to break away from cultural restraints. Rentes Florêncio (2000) defended this thesis in 'After the Disaster'. According this author, the Earthquake of Lisbon in 1755 was not only a huge disaster, killing thousands of people, but it is also regarded as a turning point where the remnants of mediaeval culture were superseded by modern 'enlightenment' culture. Science, brought by military engineers, and a change agent embodied in the figure of Pombal were able to rebuild the city and at the same time to constitute a new societal order. The transformation by Pombal was brought about by the use of persuasion, merchant money and by brute coercion but the point Rentes Florêncio is making, is that cultural change would never have been successful if the disaster had not taken place. One can have an evolutionary model of change, but when change agents desire to accomplish a transformation from traditional culture to modernity overnight, and then they need a disaster, a revolution, a major conflict or some other kind of 'a big bang'.

Even though Rentes Florêncio's arguments are eloquent and erudite, his theory based on French structuralism is perhaps a little rough. On the other hand, theorists like Norbert Elias (but also other classic authors) also state that change comes from conflict. By studying the network of relations (the figuration) and the tensions in these networks Elias was able to discover the genesis of institutions like the profession of the Naval Officer¹ (Moelker, 2003b). However, these change processes are often long-term civilization processes characterized by gradual change.

Dutch political decision making practice was very much influenced by the tensions between civilian and military culture and in fact would probably only have changed slowly if a large scale humanitarian disaster had not occurred. The disaster that shook up civilian and military culture and that made possible a change in decision making was the downfall of the enclave Srebrenica in 1995 and the resulting genocide that cost the lives of eight-thousand persons. Causes and circumstances regarding this tragedy are complex and so is the question whether or not this event could have been prevented. If for instance the tragedy had been called 'genocide' from the beginning on, things might have been different. Rijdsdijk (2003) claims that the international community

1 Elias' 'Study into the Genesis of the Naval Profession' is a forgotten and 'lost' classic of military sociology. It was only recently rediscovered by researching the archives in Marbach/Germany where the legacy of Elias' works is kept on file.

would have been forced to take responsibility. And this aspect of 'interpretation' or 'semantics' is only one of the complexities in the Srebrenica case. At the risk of simplifying things the analysis in this chapter is limited to political decision making for political decision making, hampered by tensions between civilian and military cultures, was very much at the root of this evil that befell the Moslem population and the Dutch peacekeepers.

The downfall of Srebrenica had many consequences. In this chapter only the changes in political decision-making culture are considered for the focus is not on Srebrenica as such but on cultural dimensions of civil-military relations in democratic societies. Therefore not only decision-making regarding Srebrenica will be dealt with. Much attention will be given to after-Srebrenica decision-making, meaning in particular a discussion of the cases Ethiopia-Eritrea and Iraq. The chapter ventures into the question whether the lessons learned from Srebrenica have been applied to these cases and whether these lessons have led to culture change in civil-military relations. The questions to be answered in subsequent sections are:

- What are the tensions between civilian and military culture that might possibly influence decision-making?
- How did decision-making regarding the 'safe' – area Srebrenica result into the bad ending of this Peace Support Operation?
- How did compromising between civilian and military culture result into improved decision-making practices? The case of Ethiopia-Eritrea will illustrate how the lessons learned from Srebrenica have been put into practice.
- How did politicians and the military proceed their decision-making practices in the most recent of times: the case of Iraq?

Conclusions will be drawn in the last section.

Tensions in civilian and military culture

Dutch culture in general is not very much militaristic. The Netherlands armed forces were at the peak of their power in the seventeenth century when the Netherlands Navy gained maritime supremacy and the land forces could withstand the Spaniards and the French. Partly because of the divergence between the civilian political culture and the

military culture, the glory days of the Dutch Republic did not last long. The most important power elite was the merchant class and thus the armed forces served mainly to protect merchant interests. Merchant values became more dominant than military traditions. Centralism was weak during the period of the republic (17th - 18th century). Governance in the Republic is often characterized as particularism. In this political system power is shared by many stakeholders meaning that they will have to negotiate to reach at consensus based policy decisions.

Perhaps this historical background is responsible for one of the most profound cultural traits of the Dutch; they try to reach consensus by consultation, meetings, negotiation, talking, talking, talking. As an economic system from the seventies to present day, this culture has become famous by the names 'Polder-model' or 'Rhineland-model'. These cultural traits are also responsible for tensions between Dutch and German soldiers in the 1 (German/Netherlands) Corps. When the Dutch military collaborate with German soldiers as they do in the 1 (German/Netherlands) Corps, the Germans observe that the Dutch do not attend meetings to make decisions. They attend meetings for brainstorming purposes. To the astonishment of the Germans decisions might very well be reversed at the next meeting (Moelker and Soeters, 2003c). Germans also observe characteristics that are common to general civilian Dutch culture, i.e. the Dutch are informal, behave in an egalitarian way, are often laid back and tend to come to solutions by improvising. Normally the collaboration of the Dutch with the Germans is satisfactorily. Soldiers from the two nations can work together smoothly and both nations share views on professionalism. There is one exception to this smooth collaboration and this exception relates to those situations where the Dutch are in a minority position. The Dutch seem to have trouble accepting a non-equal - subordinate - role in a working relationship (Soeters and Moelker, 2003).

Dutch politicians and the military share the same cultural values, but at the same time there are some remarkable differences that probably come with differences in the tasks of the two groups. Maybe the differences also come from socialization. Cadets are socialized in traditional military values like courage, patriotism, chivalry (Moelker, 2003b) that are not common any more in civil society. It goes without saying that the differences may lead to tensions between the two groups. The differences and tensions are compared with each other in table 1.

Table 1: Differences and tensions between political and military culture in the Netherlands regarding decision-making (adapted from Born and Metselaar, 2003b: 87).

Tensions	Civilian political culture	Military culture
1. Possible deployment armed forces in a crisis	Politicians are driven by idealism, political opportunism, political compromise; 'Gesinnungsethik' (ethic of intentions)	Reserved and even distant, motivated by feasibility and effectivity; 'Verantwortungsethik' (ethic of responsibility)
2. How much force/violence to be used	Clear restrictions as limited as possible	Preferably swift and decisive use of force, at any case the military strive for military superiority
3. Control over operations	Politicians want much control over the execution of operations because of the political implications of military action	Military prefer as much autonomy as possible in the execution of their tasks
4. Clarity of the assignment	Mostly vague and multi-interpretable goals, non specified end states because of necessary political compromising	Preference for a clear and unambiguous mandate and clearly defined goals and end states

As one can conclude from the table above the tensions between civilian and military culture are very much related to decision-making. At first sight one might think that the problems arising from these tensions could be avoided by following a divergent model of decision-making. Divergent decision-making 'is aimed at the maximization of professionalism within the military by separating political and military decision-making. The political leaders formulate the goals and some broad conditions for military operations and the military commanders carry out the military operations. The political leaders do not interfere in military operations, while the military commanders do not influence policy' (Born, 2003a: 155). But the divergent model does not provide the solution. When the differences between civilian and military culture are considered more closely, we cannot but conclude that the tensions between the two groups of stakeholders are structural in character and ask for structural solutions. Structurally the interests and values of politicians and military differ and contradict. Divergent decision-making is nothing more than a normative imperative (it describes how decision-making should be), but it does not reflect reality. In reality decision-making is intertwined. Politicians and the military mutually influence each other in their decision-making. Politicians cannot decide without the expert opinions of the military and the military cannot engage in action without considering the political consequences.

Sam Sarkesian (1981) states that 'the generally accepted idea of acceptance of the military in democratic societies as an apolitical organization, characterized by civilian control and supremacy is, in practice, mere ignorance of history and reality'.

When politicians and the military influence each other mutually then decision-making is intertwined or convergent. 'It is not realistic to make a distinction between policy and implementation or between government and administration. The reason is that during military operations, and especially peace missions, military commanders have to make many military decisions with political implications' (Born, 2003a: 156). Perhaps it is wiser to search for complementary roles of the political and military leaders than to separate politics from military affairs. A decision-making tool containing criteria for deployment may be of assistance in this search for complementarities. Before discussing this tool in section four, first a situation in which the tensions between civilian political culture and military culture led to humanitarian disaster is dealt with.

Decision-making and Srebrenica

In the decision-making process prior to the downfall of Srebrenica, or more correctly the decision-making leading to the Netherlands participation in United Nation Protection Force (Unprofor), the interests of the stakeholders were very much intertwined (Hüttig et al, 1998). The analysis of the decision-making process is complex and complicated for there were many different stakeholders within the political realm. In the military realm there were also many different and opposing interests. The data presented here come from an official rapport by a multidisciplinary team of researchers (NIOD, 2002) and from a parliamentary inquiry (Bakker, 2003). To analyze the complexities and to rearrange the data the ideal type described in table 1 is used.

The first tension between civilian political culture and military culture relates to the motives behind decisions to deploy forces in crisis area. The decision to participate in peacekeeping in Bosnia was very much motivated by idealism on the side of the politicians. Public opinion in the Netherlands (and also world opinion) was very much involved and driven by the events in Bosnia in 1991 and 1992. Tidings of war, bomb attacks and sniper actions from Sarajevo made it into the newspaper headlines almost every day. In august 1992 images and news of 'concentration camps' (Omarska) influenced public opinion and politicians. A photograph of a malnourished man behind barbwire became an icon of the worsening humanitarian situation.

Politicians from the left felt it to be unacceptable that things like this happened one and a half-hour flying from Amsterdam (Bakker, 2003: 27). Lower House spokesmen of Foreign Affairs De Hoop Scheffer (the present Secretary-General of NATO) stated the 'humanitarian imperative' to be one of the most important motives for intervention. Liberals in the Netherlands also mentioned the importance of the Netherlands playing a role in the world (Bakker, 2003: 29). Regarding this point De Hoop Scheffer remarked that more countries felt like the Dutch, but the Dutch were among the most active agents in the international debate on Bosnia. When asked whether intervention served a specific Dutch interest De Hoop Scheffer confirmed to the parliamentary inquiry commission that the arguments on which the Dutch government founded its decision to deploy its military in Bosnia would be relevant even in the present day. Herewith he confirmed that violation of humanitarian and international rule of law is always of concern to the government. Prime Minister Lubbers added to the arguments the credibility of international rule of law (Bakker, 2003: 31). Regarding the feasibility of the operation some of the politicians were critical. Some of them realized that peace couldn't be enforced by the safe area approach. Some thought the safe areas to be a 'temporary humanitarian concept'. The Minister of Defense Ter Beek viewed the concept as a temporary solution born out of a situation of emergency that could serve until a definite peace arrangement would be found (Bakker, 2003: 36-37).

The military were certainly sensitive to the humanitarian arguments. They might even have felt a bit surprised for the most outspoken activists advocating military intervention were from the peace movement. Inside the military there were two main groups of stakeholders. The first was in favor of deploying the newly established Airmobile Brigade to show it off. As the army was facing downsizing and reorganization one of the new features was to be a new 'elite' of soldiers, the Airmobile Brigade. Generals Reitsma and Brinkman were eager to demonstrate that their men were up to the task while in fact reorganization, the process of postponing conscription and transforming into an all-volunteer force, acquirement of equipment, educating and training the soldiers had only just begun. The more cautious Generals Van Der Vlis (Joint Chief of Staff) and General Couzy (Army commander) represented the second group of stakeholders. They used many arguments against the mission in Bosnia. According to Couzy troops were not available in May 1993 because of the conscript system that was still in use at this time. Conscripts were not deployable in peace enforcing operations. According to Couzy the most important objection 'concerned the fact that the units that were to be deployed would have to be manned with volunteers from the conscript army, and also, the Airmobile Brigade (who would have to do the job) was not trained to operate as armored infantry' (Bakker, 2003:

49). But the generals also pointed at general problems of feasibility regarding the safe area concept. Though higher in rank this second group of cautious stakeholders, who emphasized feasibility, were not successful in influencing the decision making process. During an absence of this second group in summer 1993, members of the first group of stakeholders wrote a recommendation to the Minister of Defense suggesting the deployment of a logistical unit and a battalion of the Airmobile Brigade (Bakker, 2003: 50).

In the motives for deployment ethics play a major role. According to Max Weber (cited in NIOD, 2002: 185-186) there are two kinds of ethic at stake: 'Gesinnungsethik' and 'Verantwortungsethik'. People that act on 'Gesinnungsethik' (ethic of intentions) do not take the consequences of their decisions or actions into consideration. They act on good intentions. 'Verantwortungsethik' (ethic of responsibility) on the other hand is based on the consequences of actions, for people who act will in the end have to carry responsibility and will be asked for justification of their actions. Among the politicians 'Gesinnungsethik' had the upper hand. Ethics that are driven by good intentions and the wish to intervene in order to address humanitarian necessity were dominant, whereas among the military a large group of persons was inclined to look at the consequences of possible outcomes of decisions. This conclusion not only coincides with the cultural differences described above. It is also logical from the military profession point of view: military professionals are the most informed on the possibilities and the limitations of military intervention. One cannot escape the impression that the politicians did not want to hear the objections from the military expert point of view.

The second tension involved the question of the amount of force or violence that might be used. The UN-resolution 836 (4 June 1993) assigns United Nations Protection Force (Unprofor) to deter attacks against the safe areas, and allows Unprofor to use force in acts of self defense. The resolution stated clearly that this was to be achieved 'through the use of air power' (Bakker, 2003: 65). To reach these goals the number of soldiers were estimated at 34000 for Bosnia, but as these troops were not easily available the UN settled for 7600 personnel to 'deter by presence'. The Dutch sent a small battalion of about 400 personnel to the safe area Srebrenica (and there were even less in the enclave in 1995). Prior to deployment Dutch politicians discussed the matter of armament and for a number of reasons decided to send a lightly armed battalion equipped with armored cars and .50 machine guns. The standard .25 cannon was removed in order not to provoke the Serbs by an overly militaristic show of force. The objective was to use force only for self-protection. Other countries had sent personnel with heavier equipment without the UN objecting. UN-commander Briquemont would have been in favor of heavier armament and regretted

not being able to convince the Dutch authorities (NIOD, 2002: 1124). The argument not to provoke the Serbs must have been an interpretation of the resolution by Dutch politicians. In fact, the Dutch were applying principles of classic first generation peace keeping (where there is a treaty, where there is consent from both conflict parties and where impartiality is paired to light armament) in a situation where peace enforcement is required.

This decision to send light-armed troops was discussed in the media and it was heavily criticized by the three-star general that commanded the Netherlands army. General Couzy² stated that it was ‘madness’ to deploy military to places where they cannot defend the local people they are assigned to protect (Hüttig, Peek, Wester, 1998). Joint Chief of Staff Van der Vlis confirmed this view later during the parliamentary inquiry on Srebrenica ‘I already told you that you cannot protect the population without defending the safe area’ (Bakker, 2003: 71). Regarding the use of force tensions between civilian and military culture are difficult to bridge: civilian politicians tend to restrict the military to the minimum use of force whereas the military claim that they cannot do their job if they have no means to gain superiority. In Srebrenica air power would have been the only military tool to make a difference.

The third tension is about political control versus professional autonomy. Because of political implications and the fact that the final responsibility rests with the Minister of Defense there is a tendency towards micromanagement. When the enclave Srebrenica was under attack in 1995 and things really started to look bad the Minister of Defense (at that moment Joris Voorhoeve) was to be found at the Crisis Center of the Operational Staff in the Netherlands, the Dutch center of operational decision making. On the other hand, when analyzing the point of view of the military the tension stems from a lack of autonomy. Autonomy was low. The points related to autonomy, some of which were already discussed, can be summarized as follows:

- Srebrenica lies low and is therefore an easy target;
- Armament was adequate for protection of individual soldiers, not for warding off a brigade size, fully armed, attack;

2 In civil-military and political-military relations it is highly uncommon for a general in active service to express his views in the newspapers, but this general Couzy did so. By doing so, he may have distorted relations with his political supreme commander, the Minister of Defense Ter Beek. Ter Beek called him a ‘lastpak generaal’ ... a trouble general. Proof of a bad working relationship came from the parliamentary inquiry, but also from auto biographies of Couzy and Ter Beek. One can wonder whether Couzy could have exercised more influence if the working relationship was better. The fact remains that other objecting generals were likewise unable to influence the stakeholders in favor of deployment.

- Troop sizes were insufficient (circa a half battalion) to protect some 40.000 Muslim inhabitants and refugees;
- Supplies, munitions, troops were not replenished; in fact the soldiers were more or less hostages of the Serbian troops that controlled roads and possibilities for transportation; this situation led to physical but also psychological dependence on Serbian troops, some analysts have even suggested that this situation could have promoted a form of 'Stockholm-syndrome' (hostages develop sympathetic attitudes towards their hostage-taker);
- Fighting power depended on close air support (the use of which was dependent on political decision making by UN, NATO and more than one national government);
- Because safety was to be provided by air power, there was no exit strategy. The soldiers and the inhabitants/refugees of Srebrenica were trapped and could not get out.

Regarding the fourth tension, the clarity of the assignment, politicians accepted ambiguity just to keep the peace process on going. For this reason politicians regarded the 'safe areas' as a temporary humanitarian concept. It was not regarded a good solution, but viewed as something that was better than ethnic cleansing and violence. Un-clarity regarding the use of force, the mandate and the Rules Of Engagement have already been discussed above. The soldiers were supposed to protect the population without defending the enclave. The use of force depended on air power that was not delivered. Idealism drove the politicians into sending soldiers without clear goals, end states or mandates.

But there was no consensus within the military. General Brinkman stated to have understood from a Canadian commander that Srebrenica is 'a difficult, but not impossible assignment' (Bakker, 2003: 54). His higher ranking colleagues had more doubts regarding the assignment. Joint Chief of Staff Van der Vlis and Army commander Couzy criticized the decision making process by pointing at the lacking long term goals and end states in former Yugoslavia. At the moment of decision making Van der Vlis had no trust in a future peace treaty 'in 1993 I never believed that there would be an arrangement for peace' (Bakker, 2003: 48).

Harsh words from Couzy were directed at the ambiguity of the mandate: 'everybody talked about us coming to the aid of the refugees, but we knew that, if it would come to that in the end, we would have to leave those people, that we did not offer real protection. I think that you cannot bring soldiers into such an unclear, ambiguous situation...' Couzy

added a few examples to illustrate his point '... When there is an accident with civilian vehicles, it was forbidden that UN soldiers would bring the victims to a hospital, because then they would be involved. There would be financial claims. ... You cannot imagine bringing soldiers in situations like these' (Bakker, 2003: 49).

There were more forms of un-clarity besides the one regarding the assignment. Un-clarity regarding the duration of the mission arose because of bad coordination between the Ministry of Defense and the Ministry of Foreign Affairs. Minister of Defense Ter Beek proposed the duration of deployment to be 18 months. Protocol requires that this information is sent to the UN by Foreign Affairs. This information never reached the UN, letting the UN to believe that the Dutch committed themselves for an indefinite time (Bakker, 2003: 78).

Bridging the cultural gap regarding decision-making: Ethiopia and Eritrea

In establishing the appropriate level of force to be used there is often a dilemma. Opting for a too high level of force could infringe on the trust local parties have in the intervening forces. A too low level of force may lead to the situation where intervening forces are not able to protect and defend themselves nor the local non-combatant population. The tensions between civilian political culture and military culture – regarding the motivation / rationale for participating in missions, the use of force, the desire for controlling the operations and the clarity of the assignment – form a gap that needs to be bridged in order to prevent ethical dilemmas connected with the choice for too much or too little force. The dilemmas must be solved before they, as was the case in Srebrenica, end in catastrophe. To solve the dilemmas and to bridge the differences between civilian-political culture and military culture decision-making process on sending troops abroad should rest on the principle of a priori approval. The implication of a priori approval is that parliament exercises a strong form of control over its military. This form of control is formalized in the Netherlands constitution article 100 (Wecke, 2000: 272). This article states that the Lower House has to be informed even before an informal offer is made to UN or any other international organization. On many points the decision-making procedure was improved. One of the main points being a risk analysis. An other point relates to guarantees for exit strategies. In the decision-making procedure military experts are consulted. Figure 1 gives the decision-making procedure as interpreted in the Army Doctrine Publication – III (ADP-III, 1999).

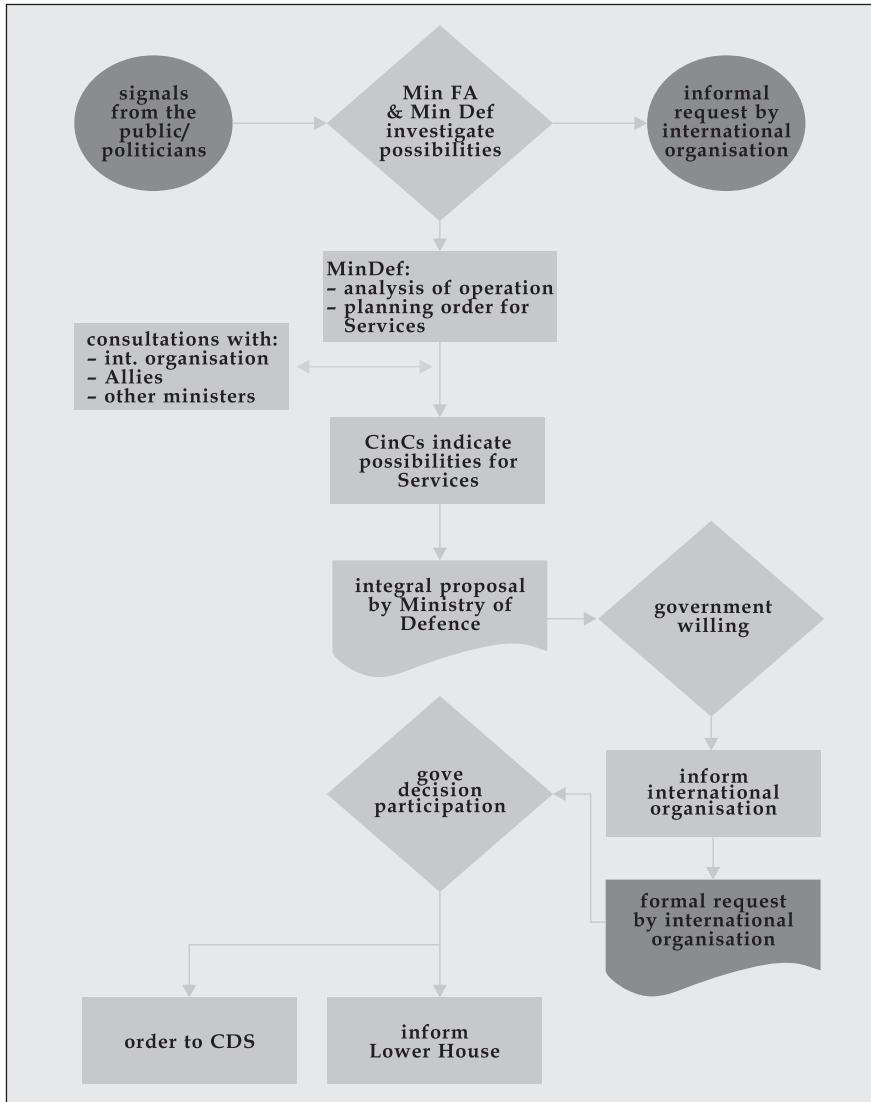


Figure 1: Decision making on national level (ADP-III, 1999: 132)

The main instrument for decision making used by the government (and, albeit at a later stage, by the Lower House) is the so-called '*Toetsingskader*'. This is a list of criteria which

was presented by the Ministers of Foreign Affairs and Defence to the Lower House in 1995 and was improved in 2001. The 'Toetsingskader' is used to provide a better structure for the consultations between the government and parliament and to improve the quality of the decision-making. The 'Toetsingskader' acknowledges that decision-making is an intertwined and convergent process that improves quality by inputs from civilian stakeholders and civilian and military experts. It enables a priori parliamentary control. A list for use by parliamentarians in other countries is given by Born (2003c: 125). This list with criteria for sending troops on humanitarian missions abroad corresponds to the Dutch 'Toetsingskader 2001'³ which comprises the following points:

1. Rationale for participating / intervention: maintenance or advancement of international law and order;
2. Clear mandate in accordance with international law;
3. Participating countries: finding a balance between military efficiency and the desirability to involve as many possible countries into the operation;
4. Influence: The Netherlands as troop supplier must be able to influence the mandate, the enforcement of the mandate and the duration of the commitment;
5. Feasibility of the mission: what is the point of view of the warring parties towards intervention, which courses of action are open, what military capabilities are required, what are the rules of engagement, structure of command, what are possible risks;
6. Appropriateness and availability: Dutch contributions must fit into the composition, character and mission of the multinational coalition / forces;
7. The expected duration of the operation and the criteria to be met for its prolongation in case of need;
8. Budgetary implications: the decision by government comprises an indication of the costs involved.

In 2000 the Netherlands government had the opportunity to put the improved decision making process to the test⁴. The Dutch participated in a classic peace keeping operation in

3 Source: Letter from the Minister of Foreign Affairs and the Minister of Defense to the members of the lower house (tweede kamer), 19-07-2001.

4 Of course, in 2000 the 1995 criteria for decision making were used. Though there are differences, these criteria correspond in essence to the improved criteria that were put forward in 2001.

Ethiopia-Eritrea meant to preserve a cease-fire between the two warring nations. In a particular border area, where frontiers were contested, a battalion of mainly Royal Marines were to observe this cease fire. Never before was participation in UN peacekeeping discussed so thoroughly (Wecke, 2000). In a leaflet counting twenty-two pages a very detailed justification regarding the arguments for participation was given. This letter from government to parliament stated that government had decided to positively answer the UN-Secretary-Generals request for troops and then went on explaining why. Government had not informed the Lower House in an early stage, for this would have implied that parliament would already give consent at this time and would have complicated the controlling task of parliament.

Risks were a very important topic of discussion. Risk analysis was based on information from the Military Information Services, but also from a scouting mission by military experts. Some parties in parliament especially stressed the point of security and risk. Discussions in parliament led to a compromise. A detachment of four Apache helicopters was stationed in Djibouti, 600 kilometers from the border where the Marines had their compound. This decision was later criticized for if the Marines really would have gotten in trouble, the chances that the Apaches could have come to their rescue would have been very much dependent on flying conditions in mountainous areas.

Other points from the 'Toetsingskader' were clearly considered in the letter to parliament and in the political discussion. A positive thing was that participation was based on a UN security council resolution. The multi-national character of the peace keeping mission guaranteed spread of responsibility, risks and burden sharing. Regarding the clarity of the assignment the letter to parliament states that the operational assignment was 'clear, feasible and attainable'. But the critics of the government pointed at the possible refugee problem. Refugees should be taken care of by refugee organizations and should not be part of the task of the military as a monitoring force. The availability of troops, one of the problems during Unprofor/Srebrenica, was no longer a difficulty. Training, equipment and experience of the Marines suffices for the task. Availability of Chinook helicopters and a troop ship accounted for the exit strategy. Command structures were clear; the UN is the sole organization responsible for the factual implementation and execution of the peace operation. At the same time the Dutch were in full command over their own soldiers, meaning that in the worst case they could decide on action themselves. Rules of engagement should be unambiguous and enable 'robust' action if necessary. Armament comprised mortars, armored Patria vehicles, Stinger rocket launchers, and personal weapons (Diemaco gun). Even though the mission was not an UN-chapter seven operation, the government

stated that they were claiming the right to self-protection. Even the financial aspects of the mission were dealt with in the to letter parliament.

The conclusion is that the criteria for sending soldiers on a peace-keeping mission were dealt with satisfactorily. The largest party in the opposition was against, as was the union for the military. Small religious and socialist opposition parties were against deployment as well. But the societal support and the political support from the other parties was large enough to decide in favor of sending troops. Dutch population clearly supports peace operations as these operations contribute to human rights and international rule of law.

In retrospect it can only be said that the mission went rather well. The contribution that the Netherlands government wanted to make to the peace process was made. Minor detail was that the armed forces were criticized for not working together smoothly. Especially the logistical side of the operation proved to be expensive due to not using the resources of Air Force, Army and Navy in joint manner. Apart from this detail: the decision-making process had improved.

Putting the decision-making procedure to the test: Iraq

Was the decision-making procedure really tested in deciding on peacekeeping in Ethiopia and Eritrea? The mission concerned a classical first generation peace keeping operation and one can argue that the criteria of the 'Toetsingskader' were easily met because of the nature of these kinds of operations. There was a treaty, there was consent from both warring parties, armaments did not serve a peace enforcing operation but a monitoring situation, impartiality was easily accomplished. During the time of the mission there was no 'mission creep', meaning that the situation did not evolve from peace keeping to peace enforcing.

The 'Toetsingskader' was put to a much more heavier test in the case of Iraq in 2003. In Iraq there is a post-conflict situation which requires peace enforcing combined with civil-military nation-building. Consent is ambiguous. Impartiality is difficult; participating in peace enforcing operations in Iraq could easily be interpreted as taking sides with the United States, the United Kingdom and with the amorphous anti Saddam Hussein groups in Iraq. This situation is risky as is demonstrated by the very regular attacks on American and European troops. Even Non Governmental Organizations like the Red Cross and civilian UN employees are not safe from assaults and violence.

On six June 2003 government decided to send troops to participate in the Stabilization Force Iraq (SFIR). Now some 1.100 personnel are stationed in southern Iraq in the UK sector. The decision making process and the letter from the Ministry of Defense and the Ministry of Foreign Affairs followed the criteria put down in the 'Toetsingskader' almost to the letter, giving information regarding all the criteria. Even though this letter was carefully produced it provoked 159 questions from parliament that had to be answered⁵. The amount of questions probably reflects public opinion. Public opinion on the war in Iraq is divided; to the question whether the Netherlands' military should participate even when it could cost lives of Dutch soldiers the Dutch answered around 70% positive regarding Kosovo, the war against terrorism, or Afghanistan, but regarding the mission in Iraq support dropped to 43%. 46% of the Dutch public opinion is against participation if it could cost lives of soldiers⁶. The peace movement was very critical towards the decision to deploy troops in Iraq⁷.

5 <http://www.planet.nl/planet/show/id=85106/contentid=427347/sc=885cb4> (Dutch government agrees with sending troops to Iraq; accessed 4-1-2004).

6 <http://www.smk.nl/opinh.html> (see slide 4, accessed 4-1-2004).

7 <http://vredessite.nl/nieuweoorlog/2003/platform1206.html> (anti war in Iraq site by a Dutch peace movement; questions on the decision to send troops by this peace movement; accessed 4-1-2004).

Table 2: Criteria in the ‘Toetsingskader’ justifying participation in SFIR and some of the questions they provoke

Criteria	Arguments by government in favor of participation in SFIR	Some critical questions ⁸
1. Rationale for participating/ /intervention	• Safety, maintaining territorial integrity and stability are preconditions for humanitarian assistance and rebuilding Iraq. • Until a representative and legitimate government is installed, there is a need for a multinational stabilization force. • The UN resolution 1483 stipulates that participating countries are not occupying forces.	• Is not safety and stability threatened by the presence of occupying powers? Incidents prove that the war is not over yet. • Does the Dutch government know when an Iraqi government is installed? • From the perspective of the population all foreign troops are part of the American and British contingents and thus they are an occupying force.
2. Clear mandate	• The juridical foundation for deployment is given by UN resolution 1482. Section 5 of this resolution calls upon participating nations to comply with the Geneva Convention. There is a difference between ‘occupying countries’ (US, UK) and ‘non-occupying’ countries.	• What are the practical consequences the difference between ‘occupants’ and ‘non-occupants’?
3. Participating countries	• The most part of SFIR will consist of US and UK troops. Other participants are Denmark, Italy, Poland, Portugal, Spain, Slovakia, Czech republic, Rumania, Ukraine, Norway, Hungary. Other countries might be interested in joining.	
4. Influence	• It is important that the suppliers of troops are involved in general political military policy making. In the British sector a ‘Committee of Contributors’ enables consultation between representatives of governments.	• What is the content of this political military policy making?

⁸ Questions were derived from a critical analysis by the peace movement, see note 7.

Criteria	Arguments by government in favor of participation in SFIR	Some critical questions ⁸
5. Feasibility	• Ethnic and religious differences could give rise to difficulties. Shiite population is active in installing government officials. Local leader come from tribes as well as from religious groupings. • Weather and terrain ask for additional medication etc to prevent health risks. • The military assignment is directed at restoring and maintaining safety and stability, enabling activities of humanitarian organizations, enabling infrastructure (water, electricity and so on), dismantling locations related to weapons of mass destruction, removing the remnants of the old Hussein regime, restoring public order, secure police stations, financial and cultural buildings / institutions. • Although the Rules of Engagement are not definite yet (and the Netherlands are supposed to use the same ROE as those of the lead nation, the UK, the government strives them to be robust, implicating possibilities for force protection. • Operations are under command of US CENTCOM. The UK is leading in the south of Iraq. The Netherlands are in 'full command' over Dutch soldiers. If necessary MoD will give directions. • Concerning risks: safety situation in the south of Iraq is characterized as stable ... but the situation could suddenly worsen.	• Which Shiite organization is involved? Which groups, which leaders? • According to UNEP, there is 1100 tons of depleted uranium used in munitions. Has the US informed the Dutch where concentrations of depleted uranium can be found? • Are UN inspections involved in dismantling locations related to weapons of mass destruction? • Are the Rules of Engagement the same as those of the Americans? • Are other departments involved in the 'full command' of the Netherlands over its own military? (interdepartmental collaboration was cause of earlier problems during Unprofor.) • Under which conditions could safety conditions worsen in the south of Iraq? • In Samarra, Hit, Falluja, Tikrit and Bagdat the situation is not quiet. More Americans have died after the official end of the war then during the war. Civilian UN-employees, NGO's, and military from Italy, Spain and other countries have suffered losses. In Basra (the UK sector) governance is temporarily taken over by the British.

Criteria	Arguments by government in favor of participation in SFIR	Some critical questions ^s
6. Appropriateness and availability	• The Netherlands government has units that are available and appropriate to the task of participation in SFIR. It concerns a total of 1100 soldiers.	
7. The expected duration, premature ending and exit strategy	• NL participation is for a period of six months. Prolongation for another six months requires a separate decision by the ministerial board of the government and renewed consultation with parliament. • Premature ending of the mission is possible when the political process is disturbed and the formation of an Iraqi government is made impossible. • 'Extraction' (meaning exit strategy) is the responsibility of the UK.	• What are the criteria? When is the political process disturbed and the formation of a Iraqi government impossible?
8. Budgetary implications	• Estimation of additional costs can only be provisional. The estimation is circa 65 million euros. These additional costs will be paid from the HGIS-budget.	

Government answered all of the 159 questions, and some six months later (six december 2003) when parliament was consulted to decide on the question of prolonging the mission for another six months government answered 185 questions. Risk management was again one of the most important topics. At the end of 2003, begin 2004, Iraq is not very stable and incidents, shooting, etceteras, appear on regular basis. Some 70 Special Forces (green berets) were added to the battalion to provide extra security.

But contributing to the rule of law is not easy. Training Iraqi police officers led to hilarious footage on Dutch television. Dutch policemen were training Iraqi future policemen and instructing them at some local post. When the Dutch instructors left the site, the Iraqi – in front of Dutch television, left their post immediately, forgetting all they had learned that day.

The critical questions pointed at possible difficulties. Some of these difficulties proved reality. On 27 December 2003 a Dutch sergeant-major supposedly shot an Iraqi man who was looting a container that had fallen from a convoy. Maybe the Dutch soldiers felt threatened by the group of 70 looters. Warning shots did not suffice to scare the looters away. The Dutch soldier was arrested and returned to the Netherlands to face criminal investigation (if the facts turn out to be true, he could be accused of murder or manslaughter). The investigation will take its time (in the mean while the soldier was released and is awaiting the investigation), but the societal and political discussion regarding this matter is already one of the major topics in the newspapers' front-pages. Members of parliament have asked the government whether the rules of engagement are sufficiently clear. The department of justice was criticized for proceeding as quickly as they did. The Prime Minister visited the troops in Iraq to ease them and to assure them that their job is valued very highly. Meanwhile these troops are demoralized: when they shoot in the line of duty they have imprisonment by their own juridical system to fear.

The shooting incident proves again that South Iraq is not stable yet, and it also proves that it is a good thing that parliamentarians are able to question the rules of engagement. Parliamentary control contributes to the improvement of these tools of peacekeeping / / peace enforcement.

Conclusion: risk of teleological reasoning

The question posed in this chapter was whether the lessons learned from Srebrenica have led to culture change in civil-military relations. Just like an earthquake Srebrenica made Dutch society shake and tremble. People felt responsible for the death of so many innocent victims. The survivors are still grieving over their relatives. Many of the soldiers involved are traumatized and still suffer from the lack of societal recognition. In April 2002 shortly after publication of the NIOD-report, government fell because of Srebrenica.

In this chapter the decision making process was studied. It was the decision making process at the time of Unprofor that showed prove of a clash between military and civilian cultures. Politicians were indeed driven by good intentions, whilst a large proportion of the military was more cautious. Government wished to limit the use of force, whereas the military preferred armament that would enable them to do 'robust' peacekeeping. Politicians wanted much control over operations. The military wanted autonomy. But conditions for

professional autonomy in Srebrenica were poor. Unclear mandates, assignments and rules of engagement might at some point be useful to continue the political dialogue, but they were devastating to the mission of the battalion in Srebrenica. The result of the ambiguity was, as one of the military put it, that their hands were tied. Disaster was the consequence.

The criteria used for deciding whether or not to deploy military in operations other than war, the 'Toetsingskader', did serve as a bridge between the civilian-political culture and the military culture. Politicians were, as a result of the lessons learned from Srebrenica and the tool for political control, able to take the point of view of the military. Parliamentarians questioned the government specifically on the points of feasibility, clarity of the mission, participating nations, and so on. Decision-making was acknowledged to be convergent for the expert opinions of the military were asked in the decision making process itself. If decision making would have remained divergent, meaning that the government decides and the military only carry out the assignment, than the gap between the two cultures could never have been bridged.

The 'Toetsingskader' is used for every deployment. In the case of the deployment in Ethiopia-Eritrea the decision making procedure contributed to an open political debate and improved parliamentary control. By and large this mission was successful. Parliamentary control is also strong in the case of Iraq. Here the 'Toetsingskader' is put to a much more severe test. The mission is much more difficult, it being a peace enforcing operation in unstable and risky surroundings. Participation is criticized more than in the case of Ethiopia and Eritrea. Now that the mission is going on for more than half a year, it is clear that some of the criticisms have proven their point. Iraq is riskier than the government described it in its first letter to parliament. Progress concerning nation building is slow. Due to differences between the rules of engagement of the occupying countries and the non-occupying countries, these rules are not so clear as everybody thought they were.

Iraq demonstrates that by use of a set of criteria like the 'Toetsingskader' a risk of teleological reasoning is introduced. Teleological reasoning is explaining things by reference to some purpose or end, also described as final causality, in contrast with explanation by efficient causes only. Human conduct, insofar as it is rational, is generally explained with reference to ends pursued⁹. If the government feels positively inclined to send its military on a specific mission, there are always justifications that substantiate these inclinations.

9 www.britannica.com

Rationalizing is one of the methods used in teleological thinking. Contributing to world peace is always a good reason to participate in peace keeping and peace enforcing. Juridical foundations by UN resolution are solid reasons for participating. Another method is ignoring the facts that are bothersome to the intentions of government. It is easy to ignore the fact that the population of Iraq is torn and divided. It is easy to ignore the fact that this population might even be hostile towards foreign intervention because intervention is done for the good of the Iraqi people. Classic in risk analysis is the thought that dangers will befall on someone else. People have trouble imagining their own soldiers might be killed as well. It might happen to the Americans, or to the Italians, but not to our own soldiers.

Teleological reasoning, reasoning towards an end or goal, is a serious risk and the criteria in the 'Toetsingskader' cannot guard us against this kind of reasoning. The criteria have bridged the gap between two cultures. They have improved parliamentary control to the benefit of all concerned, but they are not perfect. If governments really are fixed on participating in a specific mission, they will always find some justification to do so. Are new disasters lying around the corner?

References

- ADP-III (1999) *Army Doctrine Publication - III - Peace Operations*, Den Haag: Koninklijke Landmacht.
- Bakker, B. et al. (2003) *Missie Zonder Vrede [Mission Without Peace]* Tweede Kamer, vergaderjaar 2002-2003, 28 506, nrs. 2-3. Chapter two 23-91.
- Born, H. (2003a) 'Democratic Control of Armed Forces: Relevance, Issues, and Research Agenda. In Caforio, G. (ed.) *Handbook of the Sociology of the Military*, New York: Kluwer/Plenum, 151-166.
- Born, H. and M. Metselaar (2003b), 'Politiek-militaire betrekkingen.' [Political-military relations] In: Moelker, R. and J. Soeters (eds.) *Krijgsmacht en Samenleving. [Armed Forces and Society]* Boom: Amsterdam.76-116.
- Born, H. (2003c) *Parliamentary Oversight of the Security Sector. Principles, Mechanisms and Practices*, Lausanne: Inter-Parliamentary Union / Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

Hüttig, E, R. Peek, W. Wester, (1998) 'Srebrenica: een pijnlijke politieke vergissing' [Srebrenica: a painful political decision]. In Thijn, E. van et al. (eds.) *De sorry-democratie: recente politieke affaires en de ministeriële verantwoordelijkheid*. [The Excuse Democracy: Recent Political Affairs and the Ministerial Responsibility] Amsterdam: Van Gennep.

<http://vredeessite.nl/nieuweoorlog/2003/platform1206.html> (anti war in Iraq site by a Dutch peace movement; questions on the decision to send troops by this peacemovent; accessed 4-1-2004)

<http://www.planet.nl/planet/show/id=85106/contentid=431831/sc=32212e> (Dutch soldiers killed one Iraqi that was looting a container; accessed 4-1-2004)

<http://www.planet.nl/planet/show/id=85106/contentid=427347/sc=885cb4> (Dutch government agrees with sending troops to Iraq; accessed 4-1-2004)

http://www.defensie.nl:30280/Images/11201_tcm6-36789.pdf (Dutch government answers parliament on the matter of prolongation SFIR; accessed 4-1-2004)

<http://www.smk.nl/opinh.html> (accessed 4-1-2004)

Moelker, R. (2003a) 'The Last Knights' in Kirkels, H., W. Klinkert & R. Moelker (eds.) *ARMS 2003 Officer Education. The Road to Athens*. Breda: Royal Netherlands Military Academy, 82-100.

Moelker, R. (2003b) 'Elias, Maritime Supremacy and the Naval Profession: On Elias' unpublished Studies in the Genesis of the Naval Profession', *British Journal of Sociology*, 54 (3) 373-390.

Moelker, R. and J. Soeters (2003c) Sympathy, Stereotypes and the Contact Hypothesis. In: Hagen, vom U., P. Klein, R. Moelker & J. Soeters (eds.) *True Love. A Study in Multinationality within the 1 (German/Netherlands) Corps*. Breda & Strausberg: SOWI/Forum 25.

NIOD (2002) *Srebrenica een 'veilig' gebied. Reconstructie, achtergronden, gevolgen en analyses van de val van een Safe Area*. [Srebrenica, a 'Safe' Area. Reconstruction, Backgrounds, Consequences and Analysis of the Downfall of a Safe Area] Amsterdam: Boom.

Rentes Florêncio, A. (2000) *Na de ramp. De aardbeving van Lissabon (1755) en de verandering van sociale vormen*. [After the Disaster. The Earthquake of Lisbon (1755) and the Change of Social Forms] Amsterdam: Het Spinhuis.

Rijdsdijk, E. (2003) 'Srebrenica, genocide en de reterritorialisering van internationale verantwoordelijkheid' [Srebrenica, Genocide and Reterritorialisation of International Responsibility] *Vrede en Veiligheid* 32, 3, 303-320.

Sarkesian, S. (1981) *Beyond the Battlefield: The New Military Professionalism*. New York: Pergamon Press, 1981.

Soeters, J. and R. Moelker (2003) 'German-Dutch Co-operation in the Heat of Kabul'. In H. Kümmel and S. Collmer (eds.) *Soldat – Militär – Politik – Gesellschaft*. Baden-Baden: Nomos, 63-76.

Wecke, L. (2000) 'Voor de Bakker? Besluitvorming inzake Vredesoperaties Getoetst' [Bakker, Decisionmaking Regarding Peace Support Operations Examined], in B. Bomert, T. van den Hoogen en R. Wessel (eds.) *Jaarboek Vrede en Veiligheid 2000*, Studiecentrum voor Vredesvraagstukken, 268-289.

Os Militares e os Desafios da Pós-modernidade. O Caso Italiano

Fabrizio Battistelli

Professor Catedrático de Sociologia da Universidade de Roma “La Sapienza” e Secretário Geral do Istituto di Ricerche Internazionali Archivio Disarmo (*Instituto de Investigações Internacionais do Arquivo de Desarmamento*).

Resumo

Tomando como referência o caso Italiano, em muitos aspectos generalizável a outras situações europeias, a condição dos militares é sujeita a grandes transformações na passagem a uma sociedade pós-moderna. Uma instituição que, como a militar, tem sido desde há muito (descrita como) monolítica, deve habituar-se a acolher no seu seio as diferenças; inspirada nos valores paleomodernos da disciplina e modernos da standartização, na pós-modernidade deve contar com a subjectividade dos seus membros.

Entre estes últimos, os jovens oficiais Italianos, postos em contacto com processos radicalmente inovadores como a entrada de mulheres e a profissionalização, tendem inicialmente a reclamar intervenções de tipo tradicional como directivas para orientar os seus comportamentos; na realidade, a gestão da mudança pode acontecer, e na verdade acontece, graças à transferência da inovação de um ambiente a outro e à interpretação autónoma dos sujeitos.

Abstract

Taking as reference the Italian case, in many aspects enlarged to other European situations, the condition of the military is subjected to great changes in the passage to a post-modern society. An institution that, as the military, has been since long (described as) monolithic, must get used to take the differences within its midst; inspired in the paleomodern values of discipline and modern of standardization, in post-modernity it must count on the subjectivity of its members. Among the latter, the young Italian officers, facing radical innovator processes as the entry of women and professionalization, tend, in the beginning, to clame interventions of the traditional kind as directives to lead their behaviours; in fact dealing with change can happen, and actually does, thanks to the transfer of innovation from one environment to another and the autonomous interpretation of the subjects.

0. Introdução

Quem é, o que pensa, em que contexto organizativo e social opera o militar profissional nos primeiros anos do novo milénio? Em que é parecido (ou diferente) de outras figuras profissionais activas na sociedade civil? Quais são neste âmbito os pontos de encontro e quais as diferenças entre os países europeus e os Estados Unidos? Quem se ocupa dos aspectos sociais da Defesa sente que lhe são postas actualmente estas perguntas, fora e dentro das Forças Armadas, com uma frequência cada vez maior, indicador do aumento da sensibilidade dos cidadãos para com os problemas estratégicos e dos militares para com os problemas sociais.

Durante cerca de cinquenta anos, após o fim da segunda guerra mundial, em quase todos os países europeus à excepção da França e da Grã-Bretanha, as Forças Armadas representaram uma instituição “invisível”, no sentido literal, de tal modo que a sua mesma existência parecia escapar a quem não estivesse directamente ligado a elas por trabalho ou por outros interesses. Claro que, nos países de serviço militar obrigatório, se abria de vez em quando uma janela de atenção nas famílias, ligada à experiência do filho soldado que partia; mas tratava-se de uma janela episódica, logo destinada a fechar-se e, quanto ao panorama que mostrava, nem sempre de forma a inspirar entusiasmo. Nem o interesse aumentava entre os líderes de opinião: académicos, jornalistas, representantes do mundo do associativismo – para não falar dos políticos. Em Itália, por exemplo, esta indiferença manifestada pela sociedade civil foi imputada em primeiro lugar às dramáticas experiências do fascismo e da segunda guerra mundial., Além disso, revestia-se de um peso significativo a difundida adesão popular a duas ideologias universalistas como o catolicismo e o marxismo (a que correspondiam dois alinhamentos políticos, ligados por sua vez à divisão do mundo em esferas de influência), opostas entre si mas ambas pouco propensas a exprimir um compromisso positivo nas políticas da Defesa. Estudos recentes demonstraram como no Parlamento italiano, durante cerca de quarenta anos, maioria e minoria deram prova de uma substancial moderação. Conscientes da abertura que caracterizava a Itália sobre os temas da segurança e do alinhamento internacional, as forças políticas do governo e as da oposição evitaram, habitualmente, dramatizar o seu desacordo neste campo (*D'Amore, 2001*). Aliás, este processo de contenção do confronto ao evitar que o desacordo degenerasse, não ajudou a maturação de políticas claramente definidas, nem o desenvolvimento de uma relação sólida e transparente entre as Forças Armadas e a sociedade civil.

1. A instituição militar actual: ambiente imprevisível e diferenciação interna

Numa situação interna e internacional radicalmente modificada, os legados do passado parecem ultrapassados, mas não totalmente apagados. Perante os picos de crise que, inevitavelmente e por todo o lado, marcam as relações de uma instituição com as outras instituições, com a opinião pública, com a sociedade no seu conjunto, ainda hoje as Forças Armadas italianas, não esquecendo a longa fase de isolamento experimentada até aos anos oitenta, demonstram por vezes uma reacção defensiva. A especificidade italiana que lembrámos remete, por sua vez, para uma característica que é amplamente comum às Forças Armadas de todo o mundo: aquilo que poderemos definir o seu estrutural “pessimismo”. Habitados, segundo a lógica estratégica do *worst case*, a fazer frente a situações começando pela mais desfavorável, os militares têm tendência a transferir esta perspectiva também para o plano interno, por exemplo nas relações inter-organizativas e com o seu ambiente de referência.

Na realidade, uma visão mais ampla da relação instituição militar/sociedade – que se torna possível assumindo uma óptica comparada – ajuda grandemente a desdramatizar a sensação de criticismo por elas interiorizadas. Isto é possível obtendo a consciencialização de dois dados de facto: por um lado, que nas sociedades contemporâneas o criticismo não é próprio apenas das Forças Armadas, por outro, que não é exclusivo somente das Forças Armadas nacionais.

Já no início do Século XX Max Weber (1922) tinha determinado um dos traços constituintes da complexidade social da modernidade na pluralidade de pertenças e no consequente “politeísmo dos valores” que caracterizam a condição do homem contemporâneo, dividido entre a lealdade a muitas e concorrentes instituições, da família ao trabalho e da religião à política. As instituições, por sua vez, são investidas de um processo de “secularização”, perdendo na sequência do mesmo aquela aura de sacralidade que no passado lhes garantia a adesão dos indivíduos. Por mais elevado que possa ser o fim perseguido por cada uma, as instituições têm que demonstrar dia a dia a sua legitimidade e, por assim dizer, “ganhar o pão”, representado pelo consenso nas suas relações, na praça da opinião pública e do sistema político. Esta tendência, já clara na sociedade moderna, não diminuiu mas multiplicou-se na fase actual, que definimos pós-moderna. A diferenciação que caracterizava a sociedade do primeiro tipo, tornou-se, no segundo, segmentação, a concorrência tornou-se competição, o pluralismo tornou-se multiplicação dos actores e dos interesses legítimos. Neste quadro qualquer instituição – não apenas as Forças Armadas, mas também a escola, a justiça, a saúde, o partido, o sindicato, etc. – não é mais julgada pelo que se propõe fazer, mas pelo que efectivamente faz.

“Tratadas” pela sociedade (e pelo mercado) como qualquer outra organização ou actor social, as Forças Armadas são tratadas assim em todo o mundo ocidental, não só neste ou naquele país. Onde a função das Forças Armadas é mais determinante, a situação é do tipo: papel mais relevante = maior problematidade. Como James Burk (1994: 13) notou a propósito dos Estados Unidos: “a atitude do público para com a instituição militar, como aliás em relação a todas as instituições do poder, tornou-se mais céptica e mais exigente do que antes”.

Nem os paradoxos acabaram aqui: não só nas sociedades complexas a organização militar está sujeita a um maior escrutínio (o que significa mais críticas e mais controlos sobre a utilização dos recursos) mas, simultaneamente, está também sujeita a mais perguntas. Tudo sob a insígnia da flexibilidade, ou seja, da capacidade de se adaptar continuamente a novas situações bem diversas das “tranquilas” rotinas da guerra-fria. Com o fim desta, as missões atribuídas às Forças Armadas ocidentais não diminuem, mas redefinem-se e articulam-se marginalizando os aspectos virtuais (dissuasão relacionada com um conflito nuclear generalizado) e concentrando-se nos aspectos actuais (projectão da força em guerras limitadas convencionais, operações “outras além da guerra”, defesa contra o terrorismo). Simultaneamente, com o aumento dos níveis de força usados, a opinião pública americana e a dos países europeus exprimem de uma forma crescente as suas preocupações e têm tendência a “meter o nariz” nos assuntos militares¹.

Ao processo de complexidade da missão das Forças Armadas corresponde um processo de diferenciação que de igual modo avançou no âmbito social. Quem na Europa exprime preocupação pelas mudanças, que tomam forma na sociedade e dela se difundem para o microcosmo militar, pode utilmente reflectir – para fins comparativos e em parte também prospectivos – sobre as mudanças de que são investidas a sociedade e as Forças Armadas. Aqui a homogeneidade e a organicidade de uma instituição como a militar, que ainda actualmente confia em mecanismos específicos de manutenção da coesão e da hierarquia, são diariamente desafiadas pela infinidade de inovações e de pressões sociais que a assediam a partir da sociedade civil. Gerir a diversidade e mediar as diferenças tornou-se, então, num dos principais objectivos da organização militar pós-moderna (Soeters e Van der Meulen, 1999; Battistelli, 2004a).

1 A hostilidade de amplos sectores da opinião pública ocidental – em particular mas não exclusivamente europeia – para com a opção militar na solução das crises internacionais é sintomática neste sentido e inspira uma crescente atenção da parte dos estudiosos (v. por ex. Everts e Isernia, 2001; Asmus, Everts e Isernia, 2003).

Há vinte anos as Forças Armadas americanas ultimaram (com sucesso) um longo e delicado processo de segregação racial. A trinta anos do decreto do Presidente Truman, elas pareciam a principal, se não a única, instituição federal na qual brancos e negros conviviam num regime de completa integração (Moskos, 1988; Moskos e Butler, 1996). Esta meta fora alcançada quando, a partir dos anos Oitenta, as Forças Armadas tiveram que afrontar um processo, também ele delicado e complexo, de gestão das relações entre homens e mulheres. Nem a integração de duas grandes “minorias” – uma étnica e outra de género – esgota o desafio do reconhecimento e da gestão das diferenças. Clinton tinha acabado de assumir a Presidência dos Estados Unidos quando rebentava o caso dos *gays* no exército, com a veemente oposição entre o movimento dos homossexuais, declarando a sua diversidade e reivindicando o direito de fazer parte das Forças Armadas, e os Estados-Maiores que a eles se opunham. Chegando-se a uma crise institucional sem precedentes (o Chefe do Estado-Maior, General Powell, ameaçara demitir-se), o acontecimento, pelo menos provisoriamente, encerrara-se com o compromisso do “não inquirir, não exhibir, não perseguir”.

Na impetuosa segmentação da sociedade civil, a que corresponde de igual modo um acentuado reagrupamento por grupos homogéneos capazes de organizar-se e de promover eficazes acções de *lobby*, é então a vez dos portadores de deficiência, os quais reclamam, também eles, o acesso às Forças Armadas e empreendem (como aconteceu no Canadá) acções legais para o reconhecimento deste direito. Finalmente é de citar – e com isto estamos provavelmente no máximo da expressão da subjectividade individual – que, em Forças Armadas como as americanas, apenas compostas por voluntários, existe um restrito mas não irrelevante fenómeno de objecção de consciência. Trata-se, numa média anual, de cerca de cento e cinquenta e quatro militares provenientes do serviço activo e da reserva que pedem para ser desalistados declarando-se objectores em relação à farda e às armas (Moskos e Chambers, 1993).

O quadro que traçámos serve-nos para colocar numa base mais ampla o objecto da nossa reflexão: as atitudes dos militares actualmente numa sociedade pós-moderna como Itália. De facto não seria possível analisar as características e as tendências da figura do militar profissional sem ter em conta as características e as tendências da organização na qual ela se articula e exerce e desenvolve o seu trabalho. O oficial, sim um profissional, mas um profissional dentro de uma instituição pública – com toda a probabilidade a mais pública das instituições do Estado – fora da qual a sua profissão simplesmente não existe.

Neste sentido, as cruciais mudanças que marcam a instituição militar a partir dos dois anos fatídicos 1989 e 2001 elevam profundamente a função e a identidade do militar profissional. Se se tivesse que sintetizar o alcance das mudanças, o mais importante seria

a metamorfose do conceito de Inimigo. Como se sabe, a queda do Muro, a dissolução do Pacto de Varsóvia, a auto-dissolução da União Soviética representaram um momentâneo eclipse do Inimigo. Isto não significa (como posteriormente o viria a demonstrar dramaticamente o ataque às Torres Gémeas), o desaparecimento *tout court*, de riscos e de ameaças². Simplesmente não existe o tradicional “interlocutor” contra o qual, mas também com ele, tinha sido edificado um sistema de segurança que, por recursos materiais e simbólicos investidos, não tem igual na história. Com o fim da guerra-fria e do desafio entre as duas superpotências, a violência bélica, só por si, não diminuiu. Apenas mudou de aspecto, pelo que, de concentrada passou a difusa, de territorial demarcou-se dos espaços e, sobretudo, de virtual fez-se real (até envolver áreas que, como a Europa e os Estados Unidos, se consideravam incólumes pela ameaça das armas).

Neste contexto, a lógica estratégica muda de pele. À simplicidade da dicotomia paz/ guerra sucede a complexidade de um *mix* diversamente doseado entre as duas, ao tecnicismo do dilema amigo/inimigo o carácter político das sequências amigo/inimigo/ terceiro (ou então não amigo/não inimigo/terceiro, etc., num matizado conjunto de combinações), à relativa clareza da situação táctica combate/trégua a nebulosidade da situação nem combate nem trégua. Tanto as operações de *peacekeeping* como os ataques do terrorismo são emblemáticos da ambiguidade e da polivalência dos sinais emitidos pelo ambiente, capazes de assumir alternadamente a forma de stress, ou do apoio, ou ainda de um sinal que inclui tanto um como o outro. Se a nível de planificação estratégica a complexidade é máxima, também no plano operacional o cenário já não é monovalente: o habitante da aldeia tanto pode transportar nas suas roupas um alimento ou uma bebida que lhe foram oferecidos como uma *kalashnikov*, enquanto o mesmo miliciano armado não é unívoco na sua postura, pode ser hostil mas também aliado. A situação é, deste ponto de

2 Na definição dos cenários estratégicos da pós-modernidade realiza-se uma distinção crucial entre as *ameaças* (infelizmente negligenciada pelo pensamento estratégico norte americano), que representam as hipóteses de um dano conscientemente predisposto por um actor hostil, e os *riscos*, que, por sua vez, representam os danos não intencionais que podem derivar de decisões de outro modo não danosas ou até funcionais assumidas por actores não hostis, ou até aliados, ou finalmente até por eles mesmos. Pertencem à primeira categoria, como é óbvio, as potenciais e/ou actuais agressões de um inimigo (um ou mais estados, uma organização terrorista), à segunda as consequências inesperadas das escolhas da modernidade (por exemplo o esgotamento dos recursos naturais, a poluição ambiental, o aquecimento da Terra, o desequilíbrio Norte/Sul, etc.). A questão não é apenas teórica, visto que introduzir ou excluir os riscos no quadro de referência analítico, determina efeitos significativos na definição da ameaça e do inimigo (Battistelli, 2004b). Sobre o tema dos riscos muito tem insistido o pensamento sociológico contemporâneo, de Beck a Luhmann a Giddens: mas, infelizmente, os estrategas não lêem as análises sociológicas e os sociólogos não lêem as análises estratégicas.

vista, ainda mais acentuada mas qualitativamente não diversa da que caracteriza no seu conjunto a sociedade pós-moderna. Não mais existe a oposição exacta branco/preto, a tonalidade predominante, mais frequentemente, é *fuzzi*³; um claro-escuro no qual os “bons” nem sempre são aquilo que parecem e os “maus” não vestem uma farda mas agem de forma oculta (Battistelli, Ammendola, Galantino, 2000).

Inevitavelmente, as modificações empreendidas no contexto ambiental estão a determinar ajustamentos radicais na organização das Forças Armadas. Até há quinze anos atrás, a relativa previsibilidade do ambiente inculcia, num cenário onde prevalecia a dissuasão nuclear, uma estruturação e uma organização do trabalho de tipo *taylorístico*: centralização, clara divisão entre assunção das decisões (nas cúpulas) e a sua execução (na base), fraccionamento das funções, sistema rígido de prémios-punições. As mesmas dimensões do conflito nuclear generalizado e do aparato predisposto para geri-lo previam o uso de instrumentos de gestão (*PPBS*) e organizativos (*Standard Operating Procedures*) beneficiários daqueles realizados pela empresa industrial na sua versão fordista, porque era idêntico o princípio produtivo – as economias de escala – que informava quer uns quer as outras.

Esta aproximação podia funcionar (e efectivamente continua a funcionar) na condução de um conflito “moderno” (industrial), tipo a primeira e a segunda guerras mundiais, a dissuasão nuclear, a guerra do Golfo de 1991. Funciona menos bem, ou de facto não funciona, na condução de conflitos “pós-modernos” (e pós-industriais) como as missões de *peacekeeping*, ou as de *peaceenforcement* em teatros urbanos como a guerra do Iraque de 2003. Na mesma produção civil de bens (e por maior razão de serviços) hoje já nenhum *manager* pensa poder estruturar a empresa com os critérios mecânicos da “ direcção científica do trabalho” e da sua asserção de base, a *one best way*, ou seja, mediante a utilização de uma (e só uma) solução organizativa optimizada. A direcção empresarial, pelo contrário, modela a sua acção aos tão diversos princípios da qualidade total, da flexibilidade das estruturas, da redundância das competências e das escolhas (duas, muitas *best ways*), de uma gestão do pessoal a quem é preciso conferir poder (*empowerment*) para poder pedir responsabilidade (*accountability*).

Mesmo numa organização como a militar, fortemente ligada à tradição, as notícias provenientes do ambiente vão-se difundindo pelo plano organizativo. Já bem presente sob a forma de controlo de qualidade dos produtos, a qualidade total entrou na organização

3 Sobre o conceito de *fuzzi logic* (“lógica desfocada”) introduzido na cibernética por L. A. Zaden, v. Kosko, 1993.

militar não só como instrumento técnico mas também como filosofia, investindo a gestão de recursos humanos. Neste sentido é interessante a experiência do programa “Bases Excelentes” do Departamento da Defesa dos E.U.A. o qual, define os soldados, os marinheiros, os pilotos e os marines dos Estados Unidos como os seus “clientes” e, como sua missão, o fornecimento de contextos de trabalho e de vida de qualidade superior. O objectivo é “libertar o estímulo e o génio empresarial [dos empregados], desencorajar o conformismo, a uniformidade e a centralização [...], empurrar para baixo a responsabilidade e a autoridade na organização tanto quanto seja possível – e é-o muito mais do que creê a maioria das pessoas ” (cit. in Osborne e Gaebler, 1992).

Na aplicação da qualidade total ao militar, o dado mais interessante é o encurtamento das distâncias entre o líder e os colaboradores, baseado no chamamento às capacidades, às experiências, ao sentido de responsabilidade de cada um, a qualquer nível da escala hierárquica. O “nivelamento” da organização, da estrutura fortemente estratificada por qualificações e por graus, a favor de uma estrutura *flat*, ou seja plana, de forma a permitir a máxima interacção entre os níveis e a assunção de funções de responsabilidade também por parte das qualificações inferiores, surgiu há um vinténio numa empresa na onda dos sucessos do *management* japonês, tendo-se difundido daqui para o sector público e para o próprio âmbito militar. Há a possibilidade de que, para lá da retórica organizativa, uma aproximação análoga seja efectivamente interiorizada por uma organização tradicionalmente hierárquica, coexistindo com as drásticas mudanças levadas a cabo pela profissionalização?

Um prudente optimismo em relação à capacidade da organização militar reestruturar os seus modelos organizativos e remodelar a sua cultura para se adaptar a um ambiente cada vez mais imprevisível é induzido pelo processo de profissionalização que envolveu a grande maioria das Forças Armadas europeias. À excepção de poucos países, que ou por motivos de tradição política (Suíça) ou por razões geo-estratégicas (Finlândia, Grécia) estão ainda ligados ao recrutamento obrigatório, devido a uma série de factores técnicos e sociais na Europa, esta instituição entrou numa crise que parece irreversível, a não ser que uma emergência de alcance geral a reconduza à vida (Haltiner, 1988; Malešic, 2003). Os responsáveis pela morte do recrutamento obrigatório são vários e cometeram o seu delito quer na cena técnica quer na social. No primeiro caso, o fim da guerra-fria traçou a sorte dos pletóricos exércitos de massa destinados à defesa das fronteiras, a favor de forças ligeiras em condições de se projectarem (não só em missões de guerra) em teatros operacionais ainda que muito distantes do território nacional. No segundo caso, o recrutamento foi posto em causa pela crescente relutância de

jovens culturalmente caracterizados no sentido pós-materialista (Inglehart, 1977; 1996) em fornecer uma prestação com as características colectivistas e compulsivas do serviço militar (Choen, 2000).

Fazendo da necessidade virtude, as Forças Armadas da Europa continental lançaram-se então, como já tinha sucedido com as britânicas e as americanas, no caminho da profissionalização. Esta última trouxe para a organização militar actores que são parcialmente ou totalmente novos, como os soldados profissionais e as mulheres. Trata-se de um processo capaz de, como já referimos, introduzir inovação mas, também, de pôr em causa os velhos equilíbrios organizativos e de fintar os velhos actores. No que respeita a estes últimos, pensamos particularmente nos oficiais, ou seja naqueles que foram até hoje, mais do que outros (sargentos), os principais protagonistas da profissionalização. Hoje os oficiais encontram-se a partilhar a condição de profissionais com subordinados que já não podem ser vistos como amadores (os velhos soldados conscritos) e com subordinados e colegas (mas no futuro também superiores) que, como as mulheres, nunca tinham tido acesso à organização militar.

Além de terem que confrontar-se com a nova profissionalização dos outros, actualmente os oficiais têm que gerir importantes mudanças na sua, não se limitando a transmitir às fileiras as inovações emanadas pelas cúpulas políticas e institucionais, mas operando, em primeiro lugar, sobre eles mesmos uma autêntica revolução cultural nos termos da construção de uma renovada identidade. Isto comportou uma longa e importante fase de transição que, dia a dia, cada vez mais vai ampliando a clássica imagem do líder combatente (mais ou menos dotado de capacidade de *manager*), na espera perpétua de um evento extremo mas improvável. O ponto de chegada é, pelo contrário, representado por um profissional frequentemente chamado ou “chamável”, a trocar as rotinas pela operacionalidade, não extrema mas certa, da missão no estrangeiro. Os limites financeiros, que caracterizam de um modo geral todos os exércitos europeus, impedem adequados investimentos na comunicação, ou seja, numa função vital que, quando também é levada a cabo, respeita quase unicamente aos destinatários externos. Pelo contrário, como a filosofia da qualidade total demonstra de forma convincente, para a organização que aspira à excelência não existe apenas o “cliente externo”, representado, no caso das instituições públicas, pelos órgãos políticos e pela colectividade no seu conjunto. Uma importância quase igual é, de facto, coberta pelo “cliente interno”, representado pelos mesmos membros da organização, sendo cada um dos quais simultaneamente fruidor e produtor de um serviço por parte e a favor dos seus colegas. Sacrificar a comunicação interna determina relevantes consequências não só nos âmbitos mais estritamente técnicos

da actualização e da instrução, mas também nos sociais pela elaboração e pela partilha de valores e de comportamentos.

2. As especificidades profissionais dos líderes militares em relação aos civis e entre as diversas Armas

No decurso de uma recente investigação dirigida por quem escreve por conta do Centro Militar de Estudos Estratégicos (CeMiSS), pudemos constatar o intenso processo de reelaboração “self-service” que os jovens oficiais das Forças Armadas italianas cumprem para afrontar o processo de profissionalização, com particular referência à gestão dos subordinados (soldados voluntários) e à integração das mulheres (Battistelli e alii, 2004).

Como é bem conhecido dos estudiosos de sociologia militar, relativamente às Forças Armadas americanas em particular e às ocidentais em geral, Charles Moskos descreveu o progressivo enfraquecimento do modelo *institucional*, fundado em valores próprios do sistema militar, em relação ao modelo *ocupacional*, fundado em valores da sociedade e do mercado (Moskos, 1977; 1986: 1988; Moskos e Wood, 1988). A dicotomia instituição/ocupação, formulada por Moskos, investe três âmbitos ligados mas distintos: 1) a relação Forças Armadas/Sociedade; 2) as variáveis organizativas; 3) a subjectividade dos actores organizativos.

Focalizando a nossa atenção neste último aspecto, indagámos as atitudes dos oficiais mais jovens sobre a *leadership* e sobre a presença das mulheres. Nesta perspectiva foi analisado o impacto sobre os jovens comandantes da passagem da prevalência do modelo institucional (no qual continuam a estar socializados os oficiais) para a prevalência do modelo ocupacional (no qual se inspiram cada vez mais os graus inferiores, a começar pelos soldados voluntários).

O primeiro dado que emerge é que a crise do modelo institucional se nota entre os oficiais do Exército mais do que nos da Marinha e da Força Aérea. Nestas duas últimas Armas, o alto conteúdo técnico das funções pedidas aos militares deixa perceber a passagem da conscrição ao profissionalismo em termos largamente positivos. Para marinheiros e pilotos a profissionalização prepara uma estrutura na qual o líder é prevalentemente apoiado no seu papel, podendo contar com pessoal tecnicamente qualificado e voluntariamente inserido na organização. Na Marinha e na Força Aérea, por isso, a motivação ocupacional parece suficiente para levar a cabo a performance profissional,

contudo na consciencialização de que a adesão dos subalternos aos objectivos operacionais não é necessariamente motivada por uma total adesão à missão da organização nem por uma partilha integral dos seus valores, limitando-se a ser fruto de uma escolha laboral e profissional.

Para os oficiais do Exército, pelo contrário, a margem de incerteza notada acerca dos efeitos da profissionalização é maior, e o risco mais ouvido é precisamente o da crescente dificuldade de exercer eficazmente a acção da *leadership*. A preocupação respeita à possível prevalência de uma mentalidade de tipo ocupacional, que segundo a opinião de muitos oficiais se arrisca a levar o Exército a ser equiparado a um qualquer sector da administração pública. Em segundo lugar, o Exército da *leadership* será contrariado pela dificuldade, maior em relação ao passado, de impor a disciplina através de métodos tradicionais.

Os *focus group* realizados com representantes dos soldados voluntários confirmaram as percepções referidas pelos jovens oficiais. Segundo os voluntários, os superiores adoptam frequentemente com os subalternos um estilo de comunicação de tipo tradicional que remonta ao modelo de exército de recrutamento obrigatório que, afirmam os voluntários, “se adapta mal aos profissionais”. Em segundo lugar, os voluntários sustentam que existe da parte dos oficiais um modo de considerar a disciplina excessivamente orientada para os aspectos formais, enquanto a atenção deveria ser focada nos resultados produzidos. Ainda, segundo o pessoal militar, o recurso pelos superiores ao mecanismo dos prémios e punições revela uma insuficiente consciencialização do novo status dos soldados profissionais.

A diferente percepção do seu status, que separa os voluntários dos jovens comandantes, enraíza-se na convicção difundida entre a maior parte dos segundos sobre a irredutibilidade da instituição militar a qualquer outra realidade organizativa de tipo civil. Isto naturalmente não significa só por si um maior criticismo das relações hierárquicas no meio militar. A especificidade da missão das Forças Armadas se, por um lado, requer dedicação e investimentos individuais não comparáveis aos de outras organizações, por outro, pode facilitar a acção da *leadership*, que é suportada, mesmo nas missões de rotinas, por um imponente aparato formal e cultural. Uma outra opinião recorrente sobre a diferença entre o líder militar e o civil refere-se à necessidade por parte do líder militar de estar atento à carga de stress dos seus subalternos. Esta função, ligada a vínculos específicos do sistema militar, favorece um maior empenho empático e emocional pelo líder militar em relação ao *manager* empresarial ou ao dirigente de uma administração pública.

Ao ilustrar os limites e as carências da *leadership* militar em relação à civil, os entrevistados fazem referência aos aspectos mais burocráticos da instalação organizativa das Forças Armadas. Uma das dificuldades é a falta de objectivos concretos aos quais os líderes podem fazer referência ao calibrar a sua acção de comando. Um outro elemento criticável é a falta de *feedback* em relação ao conteúdo das próprias acções profissionais: o nivelamento das carreiras e dos parâmetros retributivos não ajuda um comandante a perceber se as suas acções e o seu estilo de comando são apreciados pelas cúpulas da organização. Por fim, um último elemento que torna mais difícil a acção do líder militar em relação ao civil é o sistema de prémios e punições que, segundo o parecer dos entrevistados, nem sempre é suficiente para sustentar uma boa acção de comando.

Um dado que habitualmente escapa aos laicos (os quais têm tendência a ratificar as características do oficial como as do advogado, do engenheiro ou do funcionário público), no que às armas se refere é – para citar um entrevistado – “um estranho ofício”, caracterizado por situações organizativas e por prestações incomparáveis em múltiplos casos na vida civil. Isto faz com que entre os protagonistas da profissão militar – os oficiais – haja, independentemente do grau, da categoria, da Arma a que pertencem, mais pontos em comum do que quantos possa haver entre outros profissionais externos à organização militar⁴.

Esclarecido isto, é de sublinhar também que as diferenças internas existem, quer em relação ao cargo hierárquico assumido na instituição, quer em relação às funções exercidas, quer, sobretudo, em referência à Arma de pertença. O sistema militar é, efectivamente, um sistema organizativo articulado no seu interior em subsistemas que são, pelo menos teoricamente, tanto integrados no plano da prestação final (a defesa armada), como diferenciados em relação às modalidades e aos recursos utilizados para fornecer o segmento de produto que concerne a cada um dos mesmos. Aqueles que na teoria dos sistemas são os ambientes de referência (e que na filosofia pré-socrática eram os elementos primordiais: terra, água, ar) assumem uma influência determinante na modelação das características funcionais e culturais de cada uma das Armas. Nesta medida, deve-se estar consciente de que, quando se fala de “oficiais das Forças Armadas”, se fala de um tipo ideal que, embora se revista

4 Esta situação é real em particular no núcleo central da profissão militar, representado pelos oficiais do Estado-Maior provenientes dos cursos normais. É menos real em determinadas categorias de especialistas, dotados de profissionalismos universais (tipicamente os médicos, mas também os engenheiros, os administradores, etc.), cuja auto-identificação não é apenas “vertical” (em relação à organização) mas também “horizontal” (em relação ao profissionalismo praticado).

de alguns traços constitutivos comuns que distinguem esta profissão de todas as outras, se arrisca simultaneamente a sacrificar algumas particularidades internas relevantes.

No que se refere às relações superiores/inferiores, por exemplo, é preciso sublinhar o diferente significado que assume o próprio conceito de líder – na definição de guia que dirige homens e coisas a fim de alcançar os objectivos da organização – segundo a prevalência deste ou daquele nos factores da produção. Sabe-se como muda a missão do comandante militar (capaz ou não de ascender a verdadeiro líder), conforme se seja chamado, em primeiro lugar, a dominar uma máquina hiper-complexa, como no caso do piloto da Força Aérea, ou então a distribuir a sua competência entre esta e as pessoas que a gerem, como no caso do oficial da Marinha, ou finalmente, contudo sem esquecer as “máquinas”, a concentrar a maioria das suas energias nas pessoas (como no caso do oficial do Exército em missões de combate terrestre).

Um outro exemplo, relacionado com o anterior, é representado pela distinção entre actividades operacionais e actividades de rotina. Descrevendo a actividade militar como “um Janus de dois rostos”, já noutro lugar analisámos a particularidade desta organização, e especialmente a sua articulação terrestre, caracterizada pela duplicidade inscrita (?) por um lado, na situação de guerra, e por outro, na situação de preparação para a mesma (Battistelli, 1990). Esta característica, que é real para todos a nível sistémico, a nível micro (por exemplo de destacamento individual) é mais ou menos real nas diversas Armas e nos diversos Corpos. Enquanto é efectivamente possível (e sociologicamente útil) distinguir num destacamento de Infantaria entre a participação em missões operacionais e a participação em missões de rotina (compreendendo nestas últimas a própria instrução), é mais difícil efectuar uma análoga distinção relativa à tripulação embarcada num navio⁵.

Finalmente, uma advertência que respeita à subjectividade fisiológica dos argumentos que sobressaíram das entrevistas. Uma análise crítica da organização e das suas modalidades de funcionamento demonstra que existe em qualquer estrutura, mesmo na mais eficaz e satisfatória, uma disparidade entre o que é o “bem” da organização e o que é o “bem” dos seus componentes (ou, dizendo melhor, o que os componentes definem

5 O *continuum* rotina/operacionalidade aparenta ser mais restrito para as forças navais e aéreas, enquanto parece ser mais ampla, além de mais polarizada, para as forças terrestres. Também no caso do *continuum* paz/guerra sucede a mesma coisa, pelo que a amplitude entre os dois pólos (por um lado a paz, por outro a guerra) é menor para a Marinha e a Força Aérea (para as quais as modalidades de funcionamento divergem pouco no caso de uma operação de guerra verso uma operação de *peacekeeping*), enquanto é maior para o Exército (que necessita de uma notável capacidade de adaptação ao passar de uma para a outra das duas utilizações, tanto é assim que alguns exércitos conseguem melhor do que outros).

respectivamente como bem da organização e o próprio). Tentar colmatar ou pelo menos reduzir esta disparidade é uma das funções da *leadership* organizada ao seu mais alto nível. É inevitável que o actor organizativo – todos os actores organizativos, compreendendo os próprios membros do *management* – exprima um ponto de vista que é, de uma forma mais ou menos marcada, “corporativo”, ou seja portador de uma visão e de um interesse que, ainda que legítimos, não podem ser senão parciais.

Isto deve ser levado em conta quando são postas em relevo as posições dos entrevistados, maioritariamente constituídos por oficiais jovens e nos primeiros graus da carreira. Não surpreende, portanto, que nas entrevistas se insista muito sobre os aspectos emocionais e relacionais da *leadership*, vistos também como prioritários em relação à preparação técnica. O “bom ambiente” resulta propedêutico a uma prestação laboral positiva e a promoção de uma adequada motivação à actividade da organização parece apenas realizável num ambiente psicologicamente confortável. É ainda provável que, com o passar do tempo e com a maturação da experiência, o factor humano tenda a redimensionar-se aos olhos dos actores, deixando margem a uma reavaliação dos factores *hard*, (representados pelo pacote de vínculos/oportunidades que caracteriza a organização e, em particular, pela sua disponibilidade de recursos, tanto materiais – económicos, tecnológicos, logísticos, etc. – quanto imateriais – políticos e simbólicos. Por sua vez, a um mais avançado nível da carreira, dispor dos meios necessários e usufruir do apoio das cúpulas da organização torna-se mais importante do que o ambiente interno em que se opera.

3. Os jovens líderes entre a profissionalização e a integração das mulheres

Vimos como o processo de profissionalização, posto em marcha pelo abandono do recrutamento obrigatório e pela passagem ao alistamento voluntário, determina nas várias Armas diferenças de atitude explicáveis pela diversa natureza do Exército, Marinha e Força Aérea.

Ainda que os jovens voluntários actualmente alistados demonstrem predominantemente, em qualquer lado, motivações de tipo ocupacional, esta sua aproximação determina menos problemas na Marinha e na Força Aérea do que no Exército. Vendo a organização, como propõem as teorias neo-sistémicas, como um “sistema sócio-técnico” – ou seja uma união de recursos tanto técnicos (aparelhos e tecnologias) quanto sociais (pessoas) – é indubitável a especificidade das Forças Navais e Aéreas. Nestas Armas o

líder operacional tem a vantagem da existência e, habitualmente, da preponderância, de uma dimensão técnica que, com o seu *know how*, com os seus fluxos produtivos, com os seus procedimentos, encaminha e monitoriza a actividade dos subordinados, deixando uma parte relativamente pequena à subjectividade tanto individual (a pessoa com as suas motivações) quanto relacional (o subordinado em relação ao líder e vice-versa).

Tudo isto é menos verdadeiro, às vezes mesmo nada verdadeiro, para o Exército, em particular para as forças combatentes terrestres. Os evidentes vínculos aqui existentes apenas parcialmente são de natureza tecnológica, sendo sobretudo de natureza ambiental, ou seja, fruto da relação que o indivíduo mantém internamente com o seu próprio grupo (companheiros, inferiores, superiores) e externamente com o resto do mundo (a começar pela sua parte mais problemática: o inimigo). Emergem nesta situação como muito importantes, quer a motivação pessoal para ser o que naquele momento se é (soldados) e se faz (combater), quer a relação inferior/superior, dada a relativa liberdade oferecida a cada um dos dois interlocutores de interpretar o seu papel desta ou daquela maneira. De facto, a condicionar tal liberdade, funcionam em parte menor factores objectivos (como as tecnologias) e em parte maior factores subjectivos (valores culturais como o sentido da disciplina, psicológico-sociais como o espírito de corpo, a lealdade para com os superiores, psicológicos como as qualidades naturais do líder, etc.).

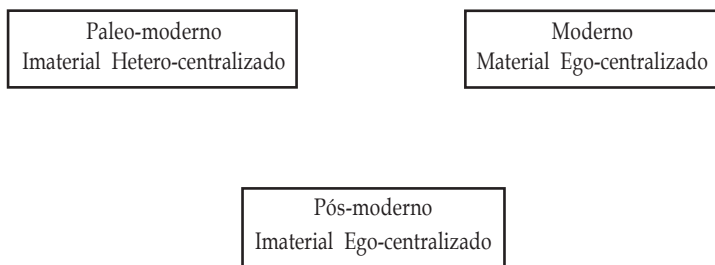
O processo de profissionalização, importante para todos os comandantes, é-o particularmente para os comandantes do Exército. É evidente que também na Marinha e na Força Aérea as motivações do oficial apresentam uma significativa quota de adesão ao modelo institucional, sem a qual o indivíduo se teria “alistado por razões erradas” (Faris, 1988). Contudo, nestas duas Armas a grande tecnicidade induz a aceitar e a pressupor nos subordinados uma atitude profissional, por nós também definida *moderna* enquanto baseada na racionalidade em relação aos objectivos, típica da modernidade. Pelo contrário, pelas características intrínsecas da sua missão (de grande intensidade humana, ainda antes que técnica, e de grande risco existencial), o oficial do Exército adere, e não pode deixar de aderir, a uma cultura institucional (que, para sublinhar posteriormente a valência tradicional, definimos *paleo-moderna*), baseada na racionalidade em relação aos valores⁶. Como antes já referimos, em funções predominantemente técnicas, é mais fácil que jovens

6 A repartição das atitudes registadas junto dos militares em paleo-modernas, moderna e pós-modernas foi por nós elaborada e sujeita a verificação durante uma série de investigações junto aos *peacekeepers* italianos na Albânia, Somália e Bósnia (Battistelli, 1996; Ammendola, 1999; Battistelli, Ammendola, Galantino, 2000; Galantino 2003; no caso português v. Carreiras, 1999).

de atitudes médias e distintas de motivações ocupacionais possam fornecer prestações satisfatórias ou mais que satisfatórias, adquirindo gradualmente experiência, socializando-se à cultura organizativa e sendo motivados ao longo do trabalho por superiores capazes. Esta evolução positiva, em princípio sempre possível, é provavelmente mais árdua em funções onde a dimensão técnica é menos existente, enquanto são maioritariamente pedidas determinadas características estruturais de personalidade.

Esta é a razão profunda pela qual a maioria dos oficiais do Exército preferiram no passado (e, embora racionalmente convencidos da necessidade da profissionalização, afectivamente continuariam a preferir ainda actualmente) os soldados de recrutamento obrigatório. Predominantemente dentro destes é possível, de facto, encontrar estratos de indivíduos caracterizados por motivações de um terceiro tipo: as que definimos de *pós-modernas*. Analogamente às modernas (ou ocupacionais) as motivações pós-modernas são centralizadas no indivíduo e são, por isso, também “egoísticas”. Analogamente às paleo-modernas, todavia, e logo diferentes das modernas, elas não são materiais mas imateriais, ou seja, baseiam-se não tanto em necessidades e objectivos de aquisição quanto em necessidades e objectivos de auto-realização, mais sobre o ser que sobre o haver.

Figura 1 - Tipos motivacionais dos militares italianos na Albânia, Somália, Bósnia:
paleo-modernos, modernos, pós-modernos



Os pós-modernos não são facilmente compatíveis com a cultura e o ambiente militares, de cujos vínculos se mostram intolerantes. Quando no entanto o são (o que acontece numa parte mínima mas não irrelevante), os pós-modernos transportam para a vida militar importantes recursos de criatividade, adaptação, inteligência, etc., como sabe qualquer oficial que tenha comandado soldados de recrutamento obrigatório. Isto, como é óbvio, não significa que seja impossível encontrar pós-materialistas entre os soldados voluntá-

rios; simplesmente, a eventualidade de um indivíduo com aquelas características se alistar voluntariamente como soldado é muito mais rara do que aquela em que um idêntico indivíduo tenha sido recrutado na base no recrutamento obrigatório.

O que notámos nos quadros de um Exército que, como o italiano, já quase concluiu o seu processo de profissionalização é uma espécie de incomensurabilidade dos paradigmas motivacionais de comandantes e subordinados. Para os comandantes os soldados voluntários são “demasiado” ocupacionais, para os subordinados os oficiais são “demasiado” institucionais. Segundo os voluntários, os comandantes pretendem demasiado, segundo estes últimos, o nível de motivação dos primeiros é demasiado baixo. Os oficiais, nenhum dos quais põe em causa a oportunidade da profissionalização, sabem que a nova situação requer dotes carismáticos nos comandantes e investimentos maciços na capacidade para motivar os subordinados: tudo isto associado à manutenção de elevada competência com o objectivo de, perante pessoal tecnicamente mais preparado, evitar mostrarem-se inadequados.

A segunda inovação, também ela ligada ao processo de profissionalização, é representada pela inserção do pessoal feminino. Das atitudes dos homens entrevistados, oficiais e soldados voluntários, emerge, ainda na global aceitação do processo, uma difundida sensação de incerteza em relação às formas mediante as quais a ele se referir. Esta percepção é justificada pelo facto de que, excluindo o pessoal utilizado na formação (academias, escolas), a maior parte dos entrevistados não tem ainda uma experiência directa de interacção profissional com o pessoal feminino. Compreende-se, pois, a dificuldade manifestada por muitos em imaginar como efectivamente poderiam configurar-se as relações homem-mulher na qualidade de superior-subordinado no contexto operacional.

Todavia, a perspectiva de uma relação profissional com o pessoal feminino não parece suscitar atitudes de resistência. A integração das mulheres é vivida como um factor de normalização, visto que permite aos membros da instituição militar interagir entre os dois géneros, tal como sucede normalmente fora, no contexto laboral e não só. Em termos gerais, não se reconhece uma existência de preconceitos sobre as capacidades e as competências profissionais das colegas, ou melhor, ocorre amiúde nas entrevistas a atribuição às mulheres de características positivas, tais como a capacidade organizativa, a precisão, a perseverança e a habilidade relacional.

Neste caso não existem diferenças relevantes de opinião entre os membros dos diversos ramos das Forças Armadas. A principal discordância parece ser de tipo geracional: a mudança estrutural representada pela entrada das mulheres é aceite com mais resistência pelos membros com mais antiguidade na carreira, e todos os entrevis-

tados declaram um pouco o seu cepticismo sobre as capacidades de colegas e superiores mais velhos na adaptação à mudança de contexto. O fenómeno mais mencionado tem a ver com a disparidade de tratamento do pessoal feminino em relação ao masculino. Nesta primeira fase, de facto, estão ainda a experimentar-se aquelas que poderão ser as melhores modalidades para exercer a *leadership* sobre todo o pessoal no novo contexto sócio-organizativo. Na ausência de uma “doutrina” oficial, explícita e unívoca, que dite as regras e programe as modalidades de actuação do processo, são elaboradas soluções de natureza individual para resolver alguns problemas e motivos de preocupação.

Fazem parte destes as “discriminações positivas”, ou seja, as disparidades de tratamento que, na delicada fase de inserção do pessoal feminino, podem induzir alguns superiores a compensar as inaptações da organização, ou dos seus homens, ou até deles mesmos, em relação às mulheres, com um excesso de atenção e com um tratamento demasiado favorável. O “duplo standard”, ou seja, o diferencial de prestação homem/mulher previsto oficialmente nalguns casos, como as provas físicas no acto do alistamento, arrisca a alargar-se a outros âmbitos onde não há justificação, transformando-se em privilégio. Além de ser uma ofensa para todos, uma similar situação desagradaria também, lembram alguns jovens oficiais e jovens voluntários, às próprias mulheres, a quem se subestimariam e minimizariam as capacidades e a igual dignidade.

As causas da discriminação positiva seriam, analisando os testemunhos dos entrevistados, de duas origens: objectivas e subjectivas. Entre as primeiras, são de enumerar as consequências do investimento (de que aliás ninguém nega a legitimidade) que as Forças Armadas italianas levaram a cabo para adequar a logística e as infra-estruturas à entrada das mulheres: isto fez com que, inevitavelmente, estas geralmente sejam instaladas em espaços com alojamentos, recreativos, higiénicos, etc. mais modernos, mais equipados e acolhedores do que os reservados aos homens. Entre as segundas, é indicada a dificuldade de alguns superiores – sobretudo oficiais de grau elevado – a relacionar-se com os militares mulheres com a desenvoltura e “normalidade” usadas com os militares homens. Na relação superior/inferior, alguns dos oficiais mais velhos ainda dispensariam as modalidades de boas maneiras reservadas, noutros tempos, às senhoras⁷.

7 No âmbito das seis tipologias em que, nas vésperas da inserção das mulheres nas Forças Armadas italianas, tínhamos distinguido os comportamentos dos militares homens (Battistelli, 1997b) esta atitude reporta-se à tipologia que definimos do “cavaleiro”, eficazmente descrita por um voluntário nestes termos: “o comandante que tem uma mulher como motorista, não é a motorista que lhe abre a porta, mas talvez seja

Um último motivo de preocupação, neste caso não só atribuído aos outros mas claramente também respeitante a eles próprios, refere-se à hipótese de obedecer às ordens de um superior mulher.

Naturalmente, o princípio de que uma mulher possa ser o seu superior e que, sendo-o, emane comandos que têm que ser cumpridos, não é discutido por ninguém, nem pelos voluntários nem pelos oficiais, (ainda que entre os segundos alguns dêem a entender que a situação é, felizmente, apenas virtual, não se supondo mulheres de grau superior ao seu). Mas, passando do princípio abstracto para a sua concreta realização, na base do correcto funcionamento de uma superioridade hierárquica gerida por uma mulher, está a legitimação que a pessoa em causa ganhou percorrendo todas as fases e cumprindo todas as condições previstas para um superior, sem considerar o seu género, seja masculino ou feminino. Outro contributo para a aceitação do superior mulher virá da experiência efectiva que o militar homem tem ou não de militares mulheres, desde logo como companheiras em igualdade de grau. Para quem frequentou a Academia ou a Escola Militar numa situação de integração entre géneros, aceitar as mulheres tanto como companheiros de armas quanto como superiores será bastante mais fácil do que será para quem foi formado e obteve a sua experiência de vida militar num ambiente mono-género como era o das Forças Armadas italianas até há bem pouco tempo.

Também em relação a esta preocupação, por um lado voltam a registar-se as queixas pela ausência ou insuficiência de linhas programáticas por parte da Instituição, por outro é surpreendente a confiança expressa na existência, tanto por parte de si mesmos como das próprias mulheres, de sensibilidade suficiente para resolver os problemas que, de qualquer forma, se apresentarão em relação à integração homem/mulher nas Forças Armadas.

Mesmo com a fisiológica subjectividade inata neste tipo de testemunhos, os dois temas citados pelos entrevistados constituem nós significativos e reais do processo de mudança global que envolve actualmente as Forças Armadas italianas, não diferentemente de outras Forças Armadas europeias, e logo o mesmo *caveat* para os decisores. Em primeiro lugar, a passagem do recrutamento obrigatório ao voluntariado apresentará aspectos críticos não só no plano numérico – dado para o qual os Estados-Maiores já estão totalmente alertados – mas também no plano da interacção líder/subordinado, sobretudo no que se refere às forças terrestres – dado este que se arrisca a permanecer na sombra em relação ao primeiro, que é visto como o mais urgente. Em segundo lugar, a inserção das mulheres, enquanto

ele que abre a porta à motorista”. Outra atitude problemática da parte dos superiores é representada pelo excesso de controlo como prevenção de comportamentos indesejados (confraternização, incómodos sexuais) especialmente na fase de formação inicial (sobre isto v. Ricotta e Sola, 2003).

parece pacífica em certos sectores (jovens oficiais), perspectiva-se mais problemática noutros (oficiais e sargentos mais velhos). Estes últimos, em particular, são descritos como um grupo particularmente crítico, caracterizado por atitudes tradicionalistas de raiz socio-cultural, só por si pouco propensos, e até agora pouco sensibilizados, à recepção de uma novidade do alcance da entrada das mulheres numa instituição desde sempre mono-género. Com paridade de idade e de permanência na instituição, em relação aos velhos oficiais, os velhos sargentos antevêm uma posterior dificuldade de ter de confrontar-se com a hipótese da relação hierárquico-disciplinar (o “dever de obedecer” que se instaurará com o superior mulher. É um facto intuitivo, confirmado pelas experiências de outros países e finalmente citado frequentemente pelos nossos entrevistados que, na relação global entre géneros que se gera na organização militar, a relação entre superior-mulher e inferior-homem é (em relação ao inverso ou em relação à situação de paridade de grau) a mais delicada e difícil de aceitar por homens, sobretudo na fase inicial do processo de integração.

4. Observações conclusivas

As Forças Armadas, instituição de configuração paleo-moderna (se não até pré-moderna) que opera numa era pós-moderna estão, nas sociedades ocidentais, destinadas a encontrar novos vínculos e novas oportunidades. Como subsistema social colectivista (“altruístico” na definição de Durkheim) e tendencialmente monolítico, o militar está sujeito ao stress de um ambiente individualista e fragmentado. Ao mesmo tempo, ele próprio tem algumas respostas à difundida insatisfação para com a modernidade que caracteriza actualmente os actores sociais: o seu modelo organizativo mantém-se mais orgânico e natural do que mecânico e racional (na distinção de Goulgnier); quanto à sua cultura, nas rotinas inspira-se na racionalidade instrumental da ciência e da técnica modernas, enquanto nas situações de emergência (existindo para fazer frente a estas) ocorre mais aos recursos não modernos com valor individual e de solidariedade comunitária.

Dado que, por outro lado, a instituição militar existe e funciona dentro e ao serviço da sociedade, é jogo de força para ela medir-se com as características e as tendências desta última. Paga, por exemplo, com um mais premente escrutínio da opinião pública a maior visibilidade que adquiriu nos países europeus depois do grande bloqueio da guerra-fria. A maior visibilidade provém, por sua vez, das novas funções atribuídas às Forças Armadas na tutela da segurança internacional, que se realiza mediante as operações de *peacekeeping*

nas zonas de crise e na luta ao terrorismo internacional. Trata-se de funções não tradicionais que são exercidas num ambiente de extrema incerteza e complexidade, no qual parecem muito pouco funcionais (e às vezes contraproducentes) as clássicas dicotomias estratégicas paz/guerra, amigo/inimigo, civil/militar, defesa externa/defesa interna, etc.

Este diversificado quadro, desfocado (*fuzzy*) e contraditório, impõe à instituição militar aproximações e movimentos de acção altamente flexíveis e idiossincráticos, ou seja, focalizados em situações múltiplas, uma diversa da outra. Nesta perspectiva, a diferenciação interna não mais pode ser vista, como num passado relativamente recente, uma disfunção a neutralizar e normalizar, mas sim um recurso a valorizar. Competências atípicas maturadas em experiências civis, pertenças étnicas, linguísticas, religiosas minoritárias, sensibilidade do género alternativas ao machismo preponderante, etc., que configuram características suspeitas ou no mínimo inúteis nas rotinas do quartel, podem revelar-se preciosas em situações operacionais conotadas com novidade e imprevisibilidade.

A qualidade, que numa fase moderna do desenvolvimento social e produtivo, era assegurada pela standardização de comportamentos e produtos, actualmente só pode ser assegurada com o impulso na subjectividade dos produtores. Conciliar a subjectividade dos seus membros com os indispensáveis vínculos da hierarquia e da disciplina é actualmente o principal dos desafios para onde se devem dirigir as Forças Armadas, em matéria de gestão dos recursos humanos⁸.

Como na fábula oriental do príncipe e do esquilo, a mão da organização sobre as pessoas deve estar bastante fechada para não as deixar escapar, mas bastante suave para não as sufocar. É assim que as inovações são criadas e socializadas pelos produtores em resposta às solicitações do ambiente; nem sempre é um dado adquirido que as cúpulas tenham de resolver os problemas, enquanto é mais desejável que apoiem as soluções elaboradas pela base. Isto pode significar ignorar os prementes pedidos de “linhas programáticas” que frequentemente provêm do pessoal (como no caso das directivas em matéria de relações com os seus subordinados reclamadas por muitos jovens oficiais). Provêm dos mesmos, por exemplo, uma via inovadora em matéria de relações homem mulher que, mesmo sem intervenções oficiais, aparecem definidas num “faz-por-ti” de evidente proveniência exterior e de influência geracional.

8 Para desmentir a sensação de inferioridade às vezes notada na comparação com outras organizações (em especial as empresas), sublinha-se que, numa época estimulante de flexibilidade do mercado de trabalho, que para os empregados significa frequentemente precariedade e nomadismo, as Forças Armadas ficaram entre as não muitas entidades patronais em condições de pedir *commitment*.

Trata-se de abandonar de uma vez por todas a visão *tayloristica* de *one best way* para a solução dos problemas, que deveria ser determinada pelas cúpulas e dali ser transmitida ao resto da “máquina” e dos seus dependentes – engrenagens. Na realidade, no lugar de improváveis linhas programáticas, difíceis de elaborar e ainda mais difíceis de socializar em terrenos altamente complexos como os comportamentos sociais, a mudança organizativa procede, nas Forças Armadas como em qualquer lado, graças a processos de translação da inovação de um actor para outro, com todo o dinamismo e subjectividade que este processo comporta.

Em alternativa à tradicional visão da “difusão”, com base na qual as inovações se estendem mecanicamente como uma mancha de óleo conquistando novos adeptos, a teoria da translação pressupõe o envolvimento dos actores (Czarniawska e Sevón, 1996). Transladar atitudes e descobertas do exterior para o interior da organização e vice-versa, assim como entre pontos diversos da mesma organização, significa – como é evidente no termo inglês e francês *translation* – operar uma tradução no duplo significado da mudança de um lugar para outro e, simultaneamente, da perda de um conceito de uma língua para outra. Como diz um provérbio existente em muitas línguas europeias, “traduzir é um pouco trair”. É verdade: mas a subjectividade que intervém neste processo não é apenas um preço a pagar, mas mais um valor acrescentado que a organização pós-moderna pode arrecadar.

Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada

Helena Carreiras

Socióloga, docente no ISCTE e investigadora no CIES. Contacto: helena.carreiras@iscte.pt

Resumo

A composição social das forças militares nas sociedades ocidentais tem vindo a caracterizar-se por uma crescente heterogeneidade. Esta situação veio conferir uma importância crescente ao problema da gestão da diversidade socio-cultural no âmbito das políticas organizativas. Neste artigo abordam-se dois casos particulares desta problemática: orientação sexual e género. Após rever o lugar que diferentes modelos de análise da mudança nas Forças Armadas conferem a ambas as variáveis, propõe-se uma análise da discussão teórica e informações disponíveis relativamente à integração de homossexuais nas Forças Armadas. Em seguida, aborda-se, com maior desenvolvimento, a questão da diversidade de género, propondo-se, com base em dados empíricos originais, um índice destinado a medir e comparar os países da NATO em termos do nível de integração de género atingido pelas respectivas Forças Armadas. As conclusões apontam para a necessidade de pensar a questão da gestão da diversidade social em articulação com o problema da eficácia organizativa, e não em oposição, como tem sido a tendência dos debates sobre o tema.

Abstract

The social composition of the Armed Forces in western societies has become increasingly heterogeneous. As a consequence, the management of social and cultural diversity has become a major requirement of organizational policies. This article focuses on two features of the diversity issue: gender and sexual orientation. After analysing how these variables are conceptualised in various analytical models of change in the military, it proceeds with a review of theoretical debates and empirical information regarding homosexuals in the armed forces. Finally, the question of gender diversity is addressed using original empirical data. Here, an index of gender integration is proposed in order to measure and compare the degree to which NATO countries have integrated women in their armed forces. The conclusions underline the need to discuss social diversity and military efficiency in articulation and not as opposed features, as is usually done in debates on this issue.

Introdução

A generalidade dos estudos sociológicos sobre as transformações que têm vindo a verificar-se nas Forças Armadas dos países industrializados do ocidente durante as últimas décadas, chamam a atenção para a crescente heterogeneidade na composição social das forças militares. À ideia de uma alargada representatividade social assegurada anteriormente pelos sistemas de conscrição no quadro dos exércitos de massa, contrapõe-se agora a ideia de ‘diversidade’ determinada por factores como o género, a etnicidade, a língua, a religião ou mesmo a orientação sexual, no âmbito de sistemas de serviço militar de cariz voluntário e cada vez mais ‘profissionalizados’.

Se as diferenciações sociais visíveis no anterior modelo eram fundamentalmente de natureza socioeconómica, referentes às diferentes origens sociais em grupos relativamente homogéneos no respeitante a um conjunto de outras características, aquelas que emergem no quadro mais recente remetem sobretudo para a complexa esfera das identidades pessoais e socio-culturais. Trata-se naturalmente de identidades relativas a categorias de pessoas que vieram a adquirir visibilidade política e social nas sociedades ocidentais, num processo que não poderia deixar de reflectir-se também no seio das Forças Armadas, elas próprias menos fechadas, menos autónomas e mais dependentes do mercado de trabalho, competências e recursos da sociedade em que se inserem.

Desta forma, a integração de mulheres, minorias étnicas, homossexuais, minorias religiosas ou linguísticas nas Forças Armadas passou a constituir objecto de enorme atenção por parte das chefias militares e também dos cientistas sociais, dando origem a um extenso conjunto de obras e investigações (Shilts, 1993; Scott e Stanley, 1994; Herek, Jobe e Carney, 1996; Rimmerman, 1996; Soeters e Meulen, 1999; Katzenstein e Reppy, 1999; Dansby, Stewart e Webb, 2001).

Contudo, à optimista metáfora da diversidade cultural nas Forças Armadas como reflexo de análoga proliferação de categorias identitárias na sociedade, justapõe-se uma a visão mais sombria da importação de ‘guerras culturais’ para o interior da instituição (Soeters e Meulen, 1999:1). O problema da diversidade convoca, assim, para o debate das relações civil-militares, o problema dos direitos civis e políticos e da multiplicação de identidades grupais, mas também a questão da legitimidade e eficácia militares.

Não admira, pois, que a ‘gestão da diversidade’ tenha passado a colocar-se como crucial entre as políticas e prioridades organizativas. Mais que garantir a homogeneidade, as Forças Armadas passaram a confrontar-se com a necessidade de gerir a diversidade. Mais que seleccionar e excluir, os processos de recrutamento e treino passaram a orientar-se

para assegurar a integração de grupos cujos interesses são frequentemente definidos de forma conflictual, senão mesmo antagónica (ex: homens/mulheres; heterossexuais/homossexuais).

Neste artigo procuro abordar dois casos particulares desta problemática, ainda que com diferente aprofundamento: orientação sexual e género. Após rever o lugar que diferentes modelos de análise da mudança nas Forças Armadas conferem a ambas as variáveis, concentro-me na análise da discussão teórica e informações disponíveis relativamente à integração de homossexuais nas Forças Armadas. Em seguida, abordo com maior desenvolvimento a questão da diversidade de género, propondo, com base em dados empíricos originais, um índice destinado a medir e comparar os países da NATO em termos do nível de integração de género atingido pelas respectivas Forças Armadas.

1. Modelos de análise organizacional: perspectivas sobre a diversidade

O modelo *Instituição/Ocupação*, proposto por Charles Moskos no final dos anos 70, é considerado um ponto de partida incontornável para a análise da mudança nas organizações militares (Moskos, 1977). No sentido de dar conta e compreender as transformações que vinham afectando as Forças Armadas, Moskos propôs um quadro de análise em que se identifica a existência de diferentes formas de perspectivar a organização militar: um modelo *institucional* (ou divergente), legitimado de forma normativa em torno de valores tradicionais como honra, pátria e dever, e em que os membros da instituição são vistos como seguidores de uma ‘vocação’ (tendo especial peso as gratificações de tipo simbólico); e um modelo *ocupacional*’ ou convergente), cujo modo de funcionamento se aproxima da racionalidade de mercado predominante na sociedade civil, e em que as motivações para a adesão ou permanência na carreira são sobretudo de ordem material e instrumental.

Quando esta tese foi proposta, Moskos defendeu a ideia de que a tendência na maior parte das Forças Armadas das democracias ocidentais seria a da passagem de uma lógica vocacional a uma lógica profissional, e, portanto, o correspondente ‘deslizar’ do polo institucional para o polo ocupacional. Contudo, não se tratava aqui de identificar situações homogêneas e unívocas num ou noutro polo (de certa forma *ideal-típicos*), nem mesmo encontrar situações intermédias num *continuum*. A hipótese adiantada por Moskos sugere antes a existência real de modelos plurais em que se admite a pre-

sença de características contraditórias. Nesta medida, verificar-se-ia uma ‘compartimentação’ da Instituição Militar: enquanto alguns sectores permaneceriam ‘tipicamente’ militares e divergentes da sociedade civil – nomeadamente as unidades de combate – outros, particularmente nas especialidades mais técnicas e administrativas, aproximar-se-iam do modelo ocupacional.

Nesta conceptualização, a organização militar de tipo *institucional* é identificada com um padrão extremamente limitado de emprego feminino – número reduzido de mulheres adstritas a papéis de apoio, tendencialmente integradas em corpos separados e com padrões de carreira limitados – ao passo que na emergente organização *ocupacional*, tanto as necessidades de recrutamento como o maior envolvimento das mulheres no mundo do trabalho teriam conduzido a um aumento significativo do número de mulheres militares, à diversificação dos seus papéis e funções e a uma maior possibilidade de progressão na carreira.

Relativamente à aceitação de homossexuais, o modelo descreve uma situação de resistência nos contextos de dominância institucional e uma maior abertura naqueles caracterizados por valores ‘ocupacionais’.

Mais recentemente, as transformações em curso nas Forças Armadas foram reinterpretadas como indiciando um movimento de formas ‘modernas’ para formas ‘pós-modernas’ de organização, tendo sido proposto um novo modelo, que no entanto se revela mais complementar que antagónico. Moskos, William e Segal (2000) defenderam a tese de que nas democracias ocidentais desenvolvidas, se verifica a transição de uma forma de organização militar associada ao nacionalismo para uma outra adaptada ao novo sistema mundial e à erosão de formas tradicionais de soberania. Enquanto as Forças Armadas da era moderna se baseavam na “combinação entre um sistema de conscrição ou milícia e um corpo profissional de oficiais, eram orientadas para missões de guerra, eram masculinas em expressão e ethos e fortemente diferenciadas da sociedade civil, o novo tipo pós-moderno revela um abrandamento dos laços com o Estado Nação. O seu formato básico passa a ser o de uma força exclusivamente voluntária, diversificada em missões, crescentemente diversificada em expressão e ethos e com maior permeabilidade face à sociedade civil” (Moskos et al., 2000: 1).

Baseando-se na experiência dos Estados Unidos e de outros países ocidentais, os autores propõem uma tipologia tricotómica para dar conta da mudança histórica nas Forças Armadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Forças Armadas nas três Eras

Variáveis	Moderna (Pré Guerra Fria) 1900-1945	Moderna tardia (Guerra Fria) 1945-1990	Pós-moderna (Pós Guerra Fria) Desde 1990
Ameaça percebida	Invasão territorial	Guerra nuclear	Sub-nacional (ex. violência étnica, terrorismo)
Estrutura das forças	Exércitos de massa, conscrição	Exércitos profissionais de grande dimensão	Exércitos profissionais de pequena dimensão
Missão principal	Defesa da pátria	Apoio a aliança	Novas missões (ex. manutenção da paz, humanitárias)
Perfil dominante do militar profissional	Líder de combate	Gestor ou técnico	Militar-diplomata; militar-académico
Atitude pública face às Forças Armadas	Apoio	Ambivalente	Indiferente
Relações com a comunicação social	Internalização	Manipulação	Cortejamento
Pessoal civil	Componente mínima	Componente média	Componente significativa
Papel das mulheres	Corpos separados ou excluídas	Integração parcial	Integração total
Esposas e famílias militares	Parte integral	Envolvimento parcial	Afastadas
Homossexuais nas Forças Armadas	Punidos	Excluídos	Aceites
Objecção de consciência	Limitada ou proibida	Habitualmente permitida	Subsumida no serviço civil

Fonte: Moskos et al. (2000: 15).

De um ponto de vista societal, cinco transformações fundamentais são indicadas: crescente interpenetrabilidade estrutural e cultural entre as esferas civil e militar; diminuição das diferenças internas com base no ramo, patente ou tipo de função; mudança de missões de guerra para missões que não podem ser definidas como militares num sentido tradicional; crescente utilização das forças militares em operações internacionais legitimadas por entidades que estão para além do Estado-Nação e finalmente, internacionalização das próprias Forças Armadas.

Battistelli (1997) chamou a atenção para o facto de todas estas mudanças poderem ser situadas em termos da clássica dicotomia Instituição/Ocupação, proposta por Moskos para descrever a transição entre organizações militares pré-modernas e modernas. O mesmo acontece, argumenta este autor, com as correlativas mudanças ao nível organizativo, designadamente em termos do perfil dominante do militar profissional (passagem do tipo ‘herói guerreiro’ a uma ênfase no ‘militar-administrador’ ou do ‘militar-académico’), o recurso crescente a pessoal civil, maior integração de mulheres e aceitação de homossexuais, bem como maior tolerância relativamente à objecção de consciência e a formas alternativas de serviço militar.

No que diz respeito ao papel das mulheres, é aqui proposto que a situação em termos de integração militar feminina é reveladora da tendência em direcção à pós-modernidade. Enquanto na era ‘pré-moderna’ as mulheres eram maioritariamente excluídas do serviço militar, o período de modernidade tardia testemunha uma integração parcial caracterizada pela abolição de corpos exclusivamente femininos, mas também pela persistência de níveis de representação reduzidos e resistências à incorporação de mulheres em funções de combate. Pelo contrário, a pós-modernidade militar coincide com pressões fortes no sentido da abertura total das especialidades e unidades militares às mulheres.

Relativamente ao estatuto dos homossexuais, o modelo sublinha a tendência para uma crescente aceitação e tolerância. Nos Estados Unidos, durante o período moderno, a revelação da homossexualidade dava frequentemente lugar ao encarceramento em tempo de guerra ou expulsão em tempo de paz. Posteriormente, embora persistissem fortes resistências, as sanções passaram a ser menos duras e menos estigmatizantes. Presentemente, como veremos adiante, a ambiguidade das políticas organizativas nesta matéria deixa algumas dúvidas sobre o futuro da referida tendência para uma crescente aceitação de homossexuais nas fileiras das Forças Armadas americanas.

Perante este quadro analítico importa então questionar: qual a realidade da integração de homossexuais e mulheres nas Forças Armadas dos países ocidentais? Será que o nível de integração destas categorias corresponde às suposições do modelo? Por outro lado, até que ponto essa situação será reveladora do ‘estádio’ em que se encontra a respectiva organização militar?

Nos pontos seguintes procuro articular pistas teóricas e dados empíricos no sentido de contribuir para uma resposta, ainda que parcial, a estas questões.

2. O desafio da integração: diversidades de género e orientação sexual

2.1 *Orientação sexual e serviço militar*

Embora os homossexuais tenham sempre prestado serviço militar, não o fizeram abertamente enquanto tal. Nos Estados Unidos, a sua exclusão foi proclamada em 1950 e desde essa data as políticas relativas à sua presença nas fileiras tornaram-se cada vez mais restritivas. Entre 1980 e 1990, as Forças Armadas Americanas expulsaram uma média de 1500 homossexuais por ano (Scott and Stanley, 1994: xi). Em 1992, o anúncio feito pelo Presidente Clinton de que apoiaria uma eliminação da interdição gerou elevado apoio público mas também reacções muito negativas nas fileiras militares e generalizada controvérsia académica (Scott and Stanley, 1994; D'Amico e Weinstein, 1999; Herek, Jobe e Carney, 1996; Benecke, Corbett e Osburn, 1999). Após amplos debates, o Congresso Americano adoptou, relativamente à participação militar de homossexuais, uma política que viria ser conhecida como “don't ask, don't tell, don't pursue” (não pergunte, não informe, não persiga)¹.

Embora persistam dúvidas sobre eventuais comparações entre a experiência relativa à integração de outras minorias, como negros e mulheres, e a integração de homossexuais masculinos e lésbicas (Rolison and Nakaïama, 1994), a maior parte dos argumentos contra a inclusão destas últimas categorias nas Forças Armadas centram-se em aspectos similares aos utilizados nos casos de integração racial ou de género: o efeito da presença destas minorias sobre 1) a coesão dos grupos masculinos (*‘male bonding’*) 2) a coesão das unidades de combate e 3) a imagem externa da instituição militar. Tal como refere Herbert, é notável o facto de, “embora o debate relativo a lésbicas e homossexuais não ter procurado ser uma lição sobre a perspectiva militar relativamente às questões de género, proporcionou, de forma não intencional, um conjunto de informação significativa sobre a importância da masculinidade para os militares (Herbert, 1998: 43). Neste contexto, é simultaneamente curioso e irónico verificar que a luta pelos direitos dos homossexuais tenha emergido numa instituição conservadora como as Forças Armadas, antes mesmo de isso ter tido lugar noutras instituições da sociedade civil. Tal como notou Margaret Cruickshank, “para descontentamento de alguns activistas gays e lésbicas, a questão

1 Sinteticamente, isto implicava que não deveriam questionar-se os militares sobre a sua orientação sexual (*don't ask*); estes deveriam manter sob reserva essa orientação (*don't tell*) e os comandantes deveriam abster-se de investigar as vidas privadas dos seus subordinados (*don't pursue*).

militar tornou-se um dos principais campos de batalha pelos direitos dos homossexuais no início dos anos 90" (Cruickshank, 1994: 15).

Num estudo sobre as atitudes de pessoal de oito bases Americanas face aos militares homossexuais Laura Miller concluiu que embora as visões tradicional pró-exclusão e progressiva anti-exclusão coexistissem, a primeira era prevalecente (Miller, 1994). Contudo, os militares homens pronunciavam-se com muito maior intensidade e opunham-se bastante mais à eliminação da exclusão do que as mulheres militares. Segundo a autora, o estatuto minoritário destas últimas, bem como a própria experiência de discriminação explicavam, em larga medida, a sua atitude mais compreensiva relativamente a homossexuais e lésbicas.

Contudo, a sugestão de Miller de que as mulheres podem ter beneficiado com a crescente visibilidade da categoria 'homossexual' (uma ameaça supostamente maior que as mulheres aos olhos dos militares heterossexuais) no contexto da política 'don't ask, don't tell, don't pursue', parece ser altamente problemática. Com efeito, não apenas se verificou que após a implementação da referida política o numero de exonerações de homossexuais, bem como de violações da política aumentaram como as mulheres parecem ter sido extremamente afectadas (Segal, 1999: 577; Stiehm, 1994: 161; Weinstein e D'Amico, 1999). Tal como decorre do testemunho de uma mulher sargento nos Marines, as mulheres tornaram-se suspeitas pelo simples facto de se alistarem nas Forças Armadas: "as características ou traços que exigimos e relativamente às quais somos supostos treinar os nossos recrutas são exactamente as mesmas que nos fazem parecer homossexuais" (citada em Herbert, 1998: 18). Num registo ainda mais pessimista, alguns autores argumentaram que a política em causa contribui para a erosão de valores fundamentais da cultura militar. Nesse sentido, Benecke, Corbett and Osburn defendem que embora a exclusão dos homossexuais e lésbicas crie uma cultura de intolerância, a política 'don't ask, don't tell, don't pursue' falhou seriamente na tentativa de ultrapassar esse problema e que, contrariamente, encoraja a desconfiança, o engano a prevaricação, o assédio e a violência (Benecke, Corbett and Osburn, 1999).

Em qualquer caso, vale a pena ter em atenção a explicação proposta por Miller relativamente ao comportamento dos homens militares: "a disrupção nas regras sobre heterossexualidade envia ondas de choque através de todo o sistema de género, baseado nessa dominante distinção social e cultural. Crenças fundamentais sobre a identidade e interacção humana não são facilmente transformadas e não são abandonadas com base numa única política" (Miller, 1994: 84).

Tentando explicar as reacções massivamente negativas por parte dos muitos militares à inicial proposta de Clinton no sentido de eliminar a regra de exclusão, Cohn argumenta que o problema não é tanto o da questão sexual em si, mas o regime de género dominante. Mais que uma simples manifestação de ansiedade sexual, a virulenta e massiva oposição derivaria, na perspectiva desta autora, de uma profunda ansiedade relativa à identidade masculina: “o que é inaceitável, não é a presença de homossexuais nas Forças Armadas, mas o facto de existirem pessoas que abertamente expõem essa homossexualidade, ou seja, que põem em causa a imagem das Forças Armadas como uma instituição estritamente heterossexual” (Cohn, 1999: 3). Segundo Cohn, a relativa ausência de referências às lésbicas em todo o debate constitui uma prova flagrante desta presunção. Um dos argumentos utilizados para justificar as reacções negativas à eliminação da interdição assentou justamente no receio de que a eficácia e coesão das unidades militares pudesse ser posta em causa pela presença de soldados homossexuais, cuja vida e integridade física poderiam aliás ser postas em risco (em consequência de agressões por parte de soldados heterossexuais). Nenhum argumento desse tipo parece ter sido utilizado relativamente às lésbicas. A autora nota ainda a peculiaridade do facto de que “aquilo que é reconhecido como problema de um grupo ser tomado como razão para discriminar contra um outro grupo. Embora argumentos similares tenham sido invocados no passado, a sociedade Americana não considerou esta uma justificação razoável para a discriminação racial. Porque é então considerado razoável relativamente à sexualidade?” (Cohn, 1999: 13). Em suma, na perspectiva de Cohn o debate em causa ultrapassa bastante a mera presença ou ausência de soldados homossexuais. Subjacente ao debate sobre eficácia militar e direitos civis, existe um outro debate, não sobre as instituições e o seu papel, mas sobre os sentimentos íntimos de militares heterossexuais. O reconhecimento público de que as Forças Armadas não são uma instituição estritamente heterossexual far-lhe-ia perder a capacidade de atribuição da identidade masculina.

Outros autores defenderam idênticas posições, argumentando que a política em vigor assenta num discurso defensivo que visa proteger a masculinidade hegemónica nas Forças Armadas, sendo remanescente de anteriores discursos no sentido de excluir os Afro-Americanos das Forças Armadas (Rolinson and Nakayama, 1994: 121).

Embora sejam relativamente escassos os dados empíricos relativos à presença e/ou aceitação de homossexuais nas Forças Armadas, a informação disponível aponta para alguma disparidade de situações. À semelhança do que acontece nos Estados Unidos, a presença de homossexuais nas Forças Armadas não é legalmente admitida num conjunto

de outros países. Entre estes, destaca-se o Reino Unido, onde, embora desde 1992 os indivíduos não sejam questionados sobre a sua orientação sexual, esse estatuto é considerado incompatível com o serviço militar. O mesmo acontece na Turquia, Grécia e Itália. Segundo dados relativos a 1999 (Segal, Segal and Booth, 1999), em todos estes países a declaração de homossexualidade é legalmente condição para a exclusão do serviço militar. Na Turquia, a homossexualidade é mesmo considerada imoral e a presença aberta de homossexuais nas fileiras é vista como uma ameaça à honra e credibilidade das Forças Armadas. Na Itália, por seu turno, e até à recente eliminação da conscrição, a homossexualidade era considerada como uma de várias ‘doenças e imperfeições’ que isentavam os jovens do serviço militar obrigatório.

Num outro extremo, encontram-se os países onde não existem restrições legais à participação de homossexuais nas fileiras, incluindo casos em que os próprios serviços promovem programas educativos de sensibilização e correcção de preconceitos. Entre estes destaca-se a Holanda, o país mais tolerante a este propósito. Mas também a Noruega, Dinamarca e Canadá adoptam uma política de total abertura. Na Noruega e na Dinamarca a assunção da homossexualidade não pode servir de base para a isenção do serviço militar, a não ser que os próprios provem que a sua orientação sexual constituiria um problema ou provocaria comportamentos disruptivos.

Noutros países, a situação é um pouco mais ambígua. Esse é o caso da França, e da Bélgica que adoptaram uma política de ‘indiferença’ sem impor restrições formais. Em França, porém, a eventual exclusão dos homossexuais pode ser decidida por comandantes ou psiquiatras e na Bélgica a exibição de traços homossexuais pode conduzir à mudança de unidade. Na Alemanha existe uma diferença entre voluntários e conscritos, não sendo tolerada a existência de homossexuais entre os primeiros. Entre os conscritos, a homossexualidade apenas é penalizada se conduzir a comportamentos perturbadores.

Esta questão, que nos Estados Unidos suscitou acesos debates, e que noutros países se encontra de certa maneira resolvido (ou, no mínimo, ‘pacificado’, como é o caso da Holanda), não existe em Portugal como tal. Sendo em larga medida uma questão *tabu*, a presença de homossexuais nas Forças Armadas não é sequer nomeada e certamente menos ainda equacionada como uma questão politicamente relevante. A invisibilidade do problema decorre, pois, do facto de não ser tematizado, e não, naturalmente, da inexistência de homossexuais nas fileiras.

Tal como noutros dos países acima referidos, embora as restrições legais à presença de homossexuais no serviço militar tenham deixado de existir, as resistências são ainda

enormes. Conforme nota Santos, “Se houver conhecimento de que determinado militar é homossexual, este arrisca-se a ficar isolado e marginalizado, num corpo em que é muito importante a sua natureza gregária, o que pode levar a uma atitude de abandono voluntário, que, afinal, funciona como uma punição de facto” (Santos: 2001:194). O mesmo autor chama ainda a atenção para o facto de ser generalizada a utilização de termos depreciativos e ofensivos para designar aqueles que incorram em suspeita de, ou se assumam como, homossexuais.

Um dos poucos trabalhos comparativos realizados sobre este tema, mostra que parece existir, em muitos países, uma relação entre o grau de aceitação de homossexuais e o grau de integração feminina nas Forças Armadas (Segal, Segal and Booth, 1999). Se se exceptuarem os dois casos desviantes neste conjunto – EUA e Reino Unido – onde a integração de mulheres nas forças militares atingiu patamares elevados e no entanto persiste a exclusão formal de homossexuais – a tendência parece ir no mesmo sentido: quanto maior tolerância à diversidade de género, maior tolerância relativamente à orientação sexual e vice-versa.

Salvaguardando naturalmente o facto de a integração de género ter atingido bastante maior amplitude que a aceitação de homossexuais, vale a pena observar com mais atenção e também de forma comparativa, a questão da participação militar feminina.

2.2 A integração de mulheres nas Forças Armadas dos países da NATO: um índice empírico

A tendência para a intensificação do recrutamento feminino nas Forças Armadas dos países ocidentais, durante as últimas três décadas, constitui uma realidade iniludível. Embora o ritmo e características do processo tenham variado significativamente entre os diversos países, no início do século XXI todos os países da NATO haviam recrutado mulheres, aumentado a sua representação nas fileiras e eliminado muitas das restrições com que inicialmente haviam acolhido a sua presença (Carreiras, 2002).

Em 2000 cerca de 289.000 mulheres desempenhavam as suas funções nas Forças Armadas desses países. Embora a maioria permanecesse ocupada em funções de apoio, muitas haviam já sido aceites em áreas relacionadas com o combate, ou de cariz operacional. Na Noruega, por exemplo, as mulheres serviam em submarinos e uma delas havia mesmo ocupado a posição de comandante de submarino. Países como o Canadá, a Alemanha ou o Reino Unido sofreram fortes pressões sociais no sentido de implementar a igualdade de género nas Forças Armadas (Winslow e Dunn, 2002; Dandeker e Segal, 1996; Harries-Jenkins, 2002). Não obstante terem iniciado mais tardiamente o recrutamento

feminino, países da Europa do sul como Portugal e Espanha fizeram notáveis progressos na integração de mulheres nas Forças Armadas.

Porém, apesar da tendência para uma progressiva eliminação de normas e práticas discriminatórias e de esforços no sentido da equalização estatutária entre militares de ambos os sexos, persistem ainda diversas restrições ocupacionais e as mulheres continuam maioritariamente excluídas de funções relacionadas com o combate; por outro lado, detêm, em geral, níveis limitados de representação hierárquica e encontram-se afastadas das principais posições de poder no sistema militar; nem sempre são aceites e enfrentam frequentemente reacções hostis. Dados de variados estudos empíricos mostram, de resto, que a elevados patamares de integração formal nem sempre correspondem idênticos níveis de integração social (Winslow e Dunn, 2002).

Em suma, tal como relativamente à aceitação da homossexualidade, existe grande variabilidade na forma como os países da NATO procederam à integração feminina. Entre casos de extrema subrepresentação numérica, segregação do treino e severas restrições funcionais até casos de ampla representação, padrões de carreira abertos, treino integrado e acesso a papéis de combate, existe uma pluralidade de situações intermédias.

Perante esta diversidade, levanta-se o problema de como classificar e medir, nos diferentes países, o grau de integração de género nas Forças Armadas. Na maior parte dos estudos até aqui realizados, os investigadores concentraram-se em identificar e descrever os factores que podem explicar as diferenças entre países, privilegiando, pois, as chamadas variáveis independentes, e deixando de lado a especificação da variável dependente 'participação militar feminina' (Iskra, et.al., 2002; Kümmel, 2002a). Na maior parte dos casos, toma-se como elemento comparativo o nível de representação quantitativa, deixando de lado um conjunto de outros critérios. Aqui, proponho justamente a construção de um índice destinado a medir o nível de integração feminina atingido no universo dos países da NATO.

Esta análise assenta em informação empírica original recolhida através de um inquérito organizativo aos vários países da aliança durante o ano 2000. Daqui resultou uma base de dados que inclui informação quantitativa e qualitativa sobre uma extensa lista de variáveis, incluindo dados sobre níveis globais de representação, políticas de recrutamento, selecção e treino, progressão na carreira, distribuições ocupacionais e hierárquicas, bem como informação sobre políticas implementadas.

Observemos, relativamente a algumas destas variáveis, e de forma selectiva, a diversidade de situações no universo considerado.

Naturalmente, uma primeira variável a considerar na análise de situações presentes, refere-se à dimensão temporal do processo. Considerando apenas o processo de integração feminina tal como tem vindo a desenrolar-se a partir dos anos 70 do século XX, as diferenças são óbvias: alguns países pioneiros iniciaram o recrutamento feminino há já mais de três décadas, no início dos anos 70. Entre estes encontram-se os Estados Unidos, Canadá, Dinamarca e França. Outros seguiram essa tendência e abriram progressivamente as suas fileiras à participação feminina no final da década de 70 ou início de 80 – Noruega, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Turquia e Grécia. Um terceiro grupo inclui os países onde o recrutamento feminino teve início no final dos anos 80 ou início dos anos 90 – Portugal, Espanha, Luxemburgo, Polónia e Hungria – ou que intensificaram o recrutamento durante este período, como aconteceu na República Checa. Finalmente, destacam-se, pela sua atipicidade, os casos da Alemanha, onde as mulheres puderam aceder às Forças Armadas em 1975, mas apenas nos corpos de saúde e bandas militares. Só em 2000, por influência de uma directiva Europeia no sentido da eliminação da discriminação entre sexos², foram alteradas as regras exclusionistas vigentes e as mulheres passaram a aceder a todas as especialidades militares. Também a Itália constitui uma excepção no conjunto de países da aliança, já que, à semelhança do que sucedeu na Alemanha, só no ano 2000 teve início a incorporação de mulheres nos três ramos das Forças Armadas Italianas. Foram pois necessárias mais de três décadas para a instituição do recrutamento feminino nos 18 países da NATO.

Dados relativos ao ano 2000 mostram que cerca de 286 000 serviam como voluntárias em 18 países da NATO³. O quadro 2 mostra os valores absolutos e percentagens de mulheres em cada país.

2 Sentença do tribunal de 11 de Janeiro de 2000; caso C285/98, Tanja Kreil (Harries-Jenkins, 2002 e Kümmel, 2002b).

3 A Islândia não tem Forças Armadas.

Quadro 2 - Representação feminina nas Forças Armadas dos países da NATO (2000)

País	N	%
Alemanha	5 263	2.8
Bélgica	3 202	7.6
Canadá	6 558	11.4
Dinamarca	863	5.0
Espanha	6 462	5.8
Estados Unidos	198 452	14.0
França	27 516	8.5
Grécia	6 155	3.8
Holanda	4 170	8.0
Hungria	3 017	9.6
Itália	438	0.1
Luxemburgo	47	0.6
Noruega	1 152	3.2
Polónia	277	0.1
Portugal	2 875	6.6
Reino Unido	16 623	8.1
República Checa	1 991	3.7
Turquia	917	0.1
Total	285 978	

Fonte: CWINF, 2000, 2001; NATO, 2001:34

Nota: Números relativos a pessoal no activo, conscritos incluídos.

Podemos identificar grosseiramente quatro grupos, dois deles correspondendo a categorias extremas: um primeiro grupo onde a representação feminina é extremamente limitada, constituindo menos de 1% do total da força militar (Luxemburgo, Turquia, Itália e Polónia), um segundo grupo, reunindo os países que detêm uma percentagem ainda limitada, em torno dos 3% a 4% (Alemanha, Grécia, Noruega e República Checa) um terceiro grupo reunindo os países em que a representação feminina assume valores entre 5% e 9%, com Espanha e Portugal na base e Bélgica, Holanda, Reino Unido e França no

topo, e finalmente, os casos relativamente especiais dos Estados Unidos e Canadá onde as mulheres constituem mais de 10% do contingente global.

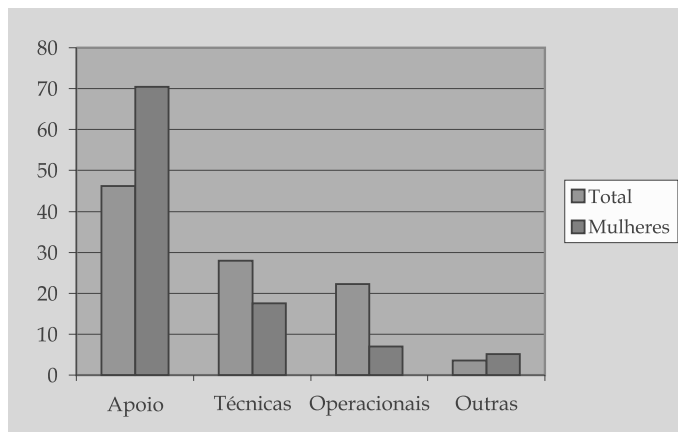
Em todos os casos, e não obstante um crescimento notável dos níveis de representação, sobretudo ao longo da última década, as percentagens globais apontam para uma situação de *'tokenismo'* (Kanter, 1977), em que as mulheres representam menos de 15% do total de efectivos⁴.

A distribuição ocupacional das mulheres militares revela um padrão conhecido e portanto pouco surpreendente. Dados disponíveis para 13 nações⁵ mostram que mais de dois terços (70,4%) das mulheres militares se concentram em funções de saúde e em funções de apoio (pessoal, administração, logística), 17,5% em áreas técnicas (engenharia e comunicações) e apenas 7% ocupa posições em especialidades mais operacionais ou nas armas combatentes (artilharia, infantaria, cavalaria).

Mesmo quando o peso relativo de cada uma destas áreas ocupacionais no conjunto da estrutura organizativa é tomado em consideração, as mulheres estão claramente sobre-representadas em especialidades tradicionalmente femininas. Com efeito, as funções de apoio nas áreas de pessoal, finanças, administração e serviços de saúde empregam cerca de 46,1% do pessoal militar da NATO, para uma percentagem de mais de 70% no caso das mulheres. O oposto sucede nas áreas técnicas e particularmente nas áreas operacionais onde a assimetria é também extremamente visível: 22,2% do pessoal militar concentra-se neste ultimo tipo de funções, para apenas 7% das mulheres (Gráfico 1).

4 Importa, no entanto, chamar a atenção para a diversidade de situações em diversos sectores da instituição, já que as percentagens femininas variam muito em função de especialidades, unidades ou mesmo ramos militares em cada país. Esta miríade de situações recobre casos de total ausência até outros de acentuada *'feminização'* (como acontece, por exemplo, nalgumas unidades do serviço de saúde na Alemanha, onde as mulheres representam mais de 50% do pessoal).

5 Os dados relativos a esta variável foram particularmente difíceis de obter. Muitos países indicaram não ter informação sistematizada a este propósito, e problemas metodológicos relacionados com a complexa tarefa de classificar funções impediram que se pudesse utilizar alguma da informação fornecida. Foi, no entanto, possível reunir dados para treze dos dezoito países que em 2000 empregavam mulheres nas suas forças activas. Infelizmente trata-se de dados que não permitem o cálculo de percentagens no interior de cada categoria ocupacional.

Gráfico 1 - Distribuição ocupacional das mulheres nas Forças Armadas da NATO (%) (2000)

Fonte: Inquérito Organizacional e CWINF, 2000.

De acordo com muitos dos estudos realizados sobre esta questão, a razão para as disparidades observadas relacionam-se com o conservadorismo e o carácter discriminatório das políticas seguidas na maioria dos países. A associação ideológica entre a existência de elevadas percentagens de mulheres e um decréscimo do nível de coesão e prontidão das forças militares foi frequentemente invocada para justificar políticas exclusionistas. No entanto, existe também um outro factor que pode contribuir para este padrão de segregação ocupacional. Por vezes, as escolhas das próprias mulheres ajudam a explicar a sua concentração em áreas tradicionalmente femininas. Sabendo que essa tendência é predominante no que diz respeito às escolhas vocacionais femininas no sistema de ensino, não surpreende observar uma reprodução do mesmo padrão em termos das preferências expressas no contexto militar. Embora seja extremamente limitado o número de investigações comparativas nesta matéria, existem alguns dados disponíveis que parecem corroborar esta hipótese. Um estudo conduzido na República Checa junto a candidatas a oficiais concluiu que “a maior parte das mulheres escolhe o seu campo de estudo universitário [nas Forças Armadas] de acordo com o tipo de funções que pretendem vir a desempenhar. De um modo geral interessam-se por funções que não envolvam horários longos e irregulares, elevadas exigências físicas, exercícios de campo e comando directo de grandes contingentes de soldados. Nessa medida, a sua grande maioria desempenha funções nas áreas administrativa, legal, de pessoal e técnica, em níveis inferiores da organização”

(CWINF, 2000). Da mesma forma, na Bélgica, e segundo fontes oficiais, as preferências das mulheres podem explicar a sua ausência de determinados tipos de funções (CWINF, 2000).

Em todo o caso, e sobretudo considerando a relativa ausência de pesquisas comparativas a nível internacional, o impacto das políticas organizativas não deverá ser subavaliado. Uma análise, ainda que superficial, das diferenças entre países relativamente às políticas prosseguidas em matéria ocupacional, revela um quadro bastante diversificado.

Nalguns casos, as mulheres são radical e formalmente excluídas de todas as funções de tipo operacional. Esse é o caso da Polónia, onde praticamente todas as mulheres militares prestavam serviço nos serviços de saúde, e também da Alemanha até 2000, onde, como acima referido, por imperativos constitucionais até essa data as mulheres não podiam desempenhar funções qualificadas como militares implicando o uso de armas.

Outros países foram pioneiros na eliminação de restrições ao acesso feminino a funções de combate: este foi o caso da Holanda onde, em meados da década de 80, as mulheres puderam pela primeira vez integrar a tripulação de navios de combate. A Dinamarca e a Noruega seguiram pouco depois esta via e colocam-se presentemente entre os países que maior abertura proporcionam. A Noruega foi, aliás, o primeiro país a permitir o serviço feminino em submarinos e desde 1985 as mulheres podem aceder a todas as funções de combate. A Dinamarca seguiu-se-lhe, eliminando todas as restrições ocupacionais em 1988, após experiências conduzidas com sucesso ao nível das armas combatentes. Embora, na sequência desta abertura, as mulheres tenham vindo a servir na maioria das funções operacionais, existem todavia algumas especialidades a que nenhuma mulher havia ainda acedido em 2000, designadamente os *para-rangers* e fuzileiros, devido ao não cumprimento dos requisitos mínimos de entrada. A Inglaterra seguiu o mesmo percurso já no início da década de 90, abrindo posições a bordo de navios bem como todas as relativas a pessoal navegante na Força Aérea, mas mantendo, todavia, as restrições em submarinos e nas unidades cuja função principal seja a de “enfrentar e matar o inimigo”. Em 2001 a primeira mulher tornou-se comandante de um navio de patrulha.

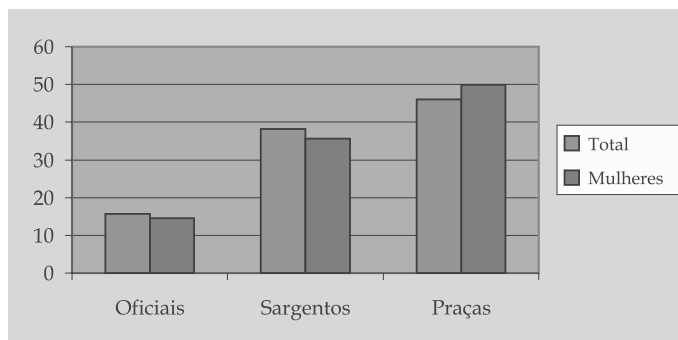
De forma consistente com a posição de abertura relativamente a questões ocupacionais, a Noruega, Holanda, Bélgica e Luxemburgo são os únicos países da NATO onde os militares podem optar por trabalhar em *part-time*. Esta possibilidade está relacionada com a situação global no mercado de trabalho nestes países, onde o trabalho em *part-time* se encontra bastante difundido. Contudo, esta opção não tem sido muito utilizada (mesmo nas áreas em que são possíveis as tarefas em *part-time*), devido à resistência por parte dos superiores hierárquicos e à perda dos benefícios financeiros que acarreta.

Muitos outros países, entre os quais a República Checa, Hungria, Portugal e Espanha, não impõem restrições formais. No entanto isto não significa que as mulheres tenham acesso efectivo a todas as especialidades: na generalidade dos casos elas estão na prática impossibilitadas de aceder a especialidades próximas do combate.

Por outro lado, alguns dos países que instituíram restrições formais – Estados Unidos, Canadá e Reino Unido – estão entre aqueles que maiores progressos realizaram em termos da diversificação das funções femininas.

No que diz respeito à representação hierárquica, cerca de metade do total de mulheres militares na NATO (49.9) estão concentradas na categoria de praças, 36% são sargentos e 15% pertencem à categoria de oficiais. Ao contrário do que sucede com a representação ocupacional, a distribuição feminina pelas várias categorias hierárquicas é bastante mais equilibrada quando comparada com a da estrutura organizativa: embora em termos absolutos as mulheres se encontrem sobre-representadas na categoria de praças, elas encontram-se apenas ligeiramente sub-representadas nas categorias de oficiais e sargentos (gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição hierárquica do pessoal da NATO (%) (2000)



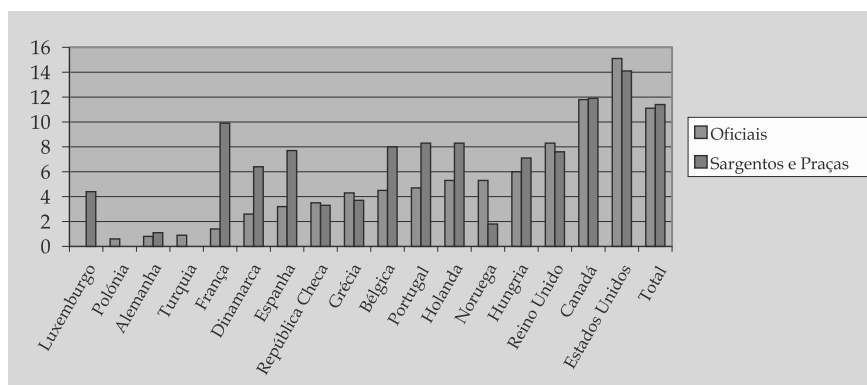
Fonte: Inquérito Organizacional e CWINF, 2000.

Contudo, as percentagens relativas dentro de cada categoria hierárquica apontam para uma outra realidade. Devido ao seu reduzido número absoluto as mulheres são extremamente minoritárias nas várias categorias, designadamente ao nível dos postos mais elevados da hierarquia. Importa, contudo, notar que, ao contrário da ideia comum de que a representação feminina é comparativamente mais limitada na categoria de oficiais que entre as praças, os dados mostram que não existe uma grande assimetria entre essas

situações: se excluirmos da análise os países que, no ano em referência, impunham restrições formais ao recrutamento de mulheres para a categoria de praças (composta exclusivamente por conscritos) como é o caso da Polónia, Hungria, República Checa, Grécia e Turquia, as mulheres constituíam 11.1% dos oficiais e 12.6% das praças no conjunto dos países NATO.

Existem naturalmente diferenças relevantes entre países. O gráfico 3 evidencia a existência de dois padrões fundamentais: um primeiro, referido a cerca de metade dos casos, consiste numa reduzida representação de mulheres na categoria de oficiais e uma elevada representação entre as praças, quando comparadas estas percentagens com a percentagem de mulheres na força militar. Neste subconjunto, a percentagem de mulheres praças mais que duplica o seu peso na categoria superior (Bélgica, Dinamarca, Holanda, Luxemburgo, Portugal e Espanha). Um segundo padrão refere-se àqueles países onde existe uma representação mais equilibrada entre as diversas categorias ou mesmo percentagens mais elevadas de mulheres na categoria de oficiais que entre as praças. Entre estes, a Noruega é claramente um caso desviante, pois as mulheres oficiais constituem 5,3% da categoria de oficiais, apenas 1,5% das praças e 3,2% do total da força militar. No Canadá, Reino Unido e Estados Unidos as mulheres estão representadas na categoria superior em percentagens ligeiramente mais elevadas que na estrutura global; o mesmo acontece na Grécia e República Checa, o que, nestes casos deriva da impossibilidade de acesso feminino à categorias de praças.

Gráfico 3 - Percentagem de mulheres por categoria hierárquica na NATO (2000)



Fonte: Inquérito Organizacional e CWINF, 2000.

De uma forma geral, não existem restrições formais à progressão feminina nos vários níveis hierárquicos. Países que no passado impuseram postos máximos às mulheres eliminaram progressivamente essa limitação. Presentemente, todos os países NATO indicam que a progressão das mulheres na cadeia hierárquica não se encontra legalmente limitada e que as condições de promoção são idênticas para homens e mulheres. Contudo, uma vez mais, podem detectar-se excepções à regra geral. A representação feminina nas várias categorias hierárquicas bem como as condições de promoção encontram-se limitadas por três tipos de mecanismos. Desde logo, nalguns países as mulheres ainda não serviram o tempo suficiente para atingir determinados postos. Em segundo lugar, tal como acima se refere, nalguns países as mulheres não são recrutadas para determinadas categorias: estes são os casos da República Checa (até 1999) Grécia, Polónia, Turquia e Hungria, onde as mulheres não são admitidas nas categorias de praças, compostas exclusivamente por conscritos. Finalmente, noutros contextos, a segregação ocupacional impede objectivamente que as mulheres adquiram a experiência e desempenhem as funções que serviriam de base à promoção.

3. Um índice de integração de género

A informação disponível sobre os vários países em análise relativa à situação das mulheres militares- da qual acima destacámos apenas a respeitante a algumas dimensões mais ‘estruturantes’ - permite a construção de um índice global de integração. Tendo em conta o nível macro desta análise, seria mais adequado considerar que se trata de um índice de integração ‘formal’, na medida em que os indicadores disponíveis se referem sobretudo a estatísticas globais e mecanismos e regras formais. Não obstante o esforço realizado no sentido de confrontar, sempre que possível, os quadros normativos com a sua real implementação, nem sempre foi possível analisar a distância entre políticas e práticas efectivas. Em todo o caso, este índice confere uma visibilidade acrescida sobre padrões de integração em cada um dos países.

Na construção deste índice foram incluídos diferentes indicadores, relativos tanto a aspectos de estrutura organizacional como a políticas prosseguidas (Quadro 3).

**Quadro 3 - Índice de integração de género nas Forças Armadas da NATO
(variáveis e indicadores)**

Variável (peso)	Indicador
Representação global (3)	1. Percentagem de mulheres na força total
Integração ocupacional (6)	2. Restrições formais ao acesso feminino a funções de combate
	3. Percentagem de mulheres em funções tradicionais
Integração hierárquica (6)	4. Restrições formais ao acesso a categorias hierárquicas
	5. Percentagem de mulheres na categoria de oficiais
Segregação no treino (2)	6. Segregação no treino básico
Políticas sociais (2)	7. Programas relativos à família
	8. Assédio sexual e monitorização da integração

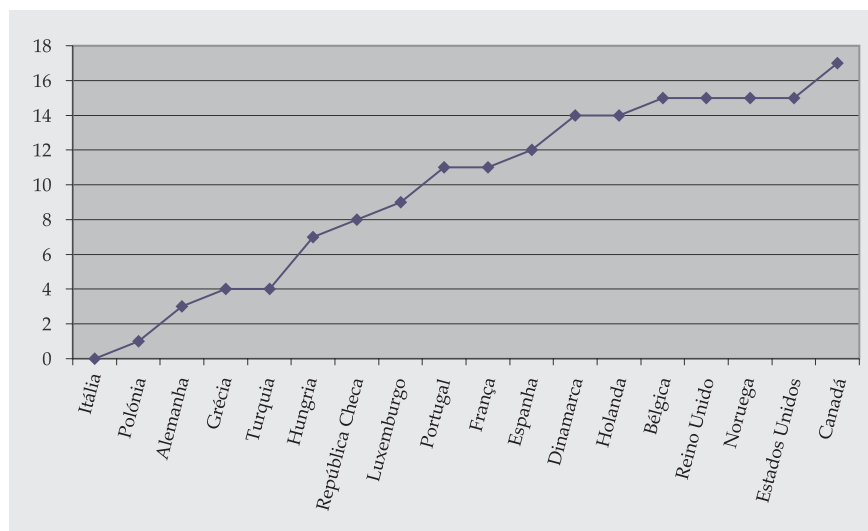
As variáveis de tipo estrutural incluem o nível global de representação (1) segregação ocupacional (3) e distribuição hierárquica (5). A estes indicadores é habitualmente conferida grande importância na determinação da amplitude da integração militar feminina. O impacto de políticas relacionadas com estas situações objectivas é também tido em consideração a partir da inclusão de informação relativa à existência de práticas de segregação (6) e à presença ou ausência de limitações regulamentares em termos ocupacionais (2) e hierárquicos (4). Assim, para além do impacto da representação numérica, o índice procura recobrir outras dimensões do processo de integração que dizem respeito à estrutura de oportunidade e poder. No seu conjunto, estes indicadores contribuem com perto de 90% do peso total do índice.

Para além destes aspectos, julgou-se pertinente incluir dois indicadores adicionais relativos à existência de políticas ou programas específicos destinados a controlar os factores de erosão associados à conciliação entre família e profissão militar (7) e ao assédio sexual e monitorização de políticas (8). Na medida em que tem sido reconhecido que estes factores podem deter um elevado impacto no processo de integração, a atenção conferida pelos responsáveis militares às áreas da ‘qualidade de vida’ pode considerar-se um elemento importante para a ‘qualificação’ da presença feminina no universo militar.

Importa notar que este índice não revela posições absolutas, entre a total exclusão e a total integração. Enquanto uma classificação muito baixa pode ser identificada com uma quase total exclusão, uma classificação alta não significa total integração; um determinado

valor no índice deve ser lido em termos relativos, ou seja, o país com o valor mais elevado é simplesmente aquele que no contexto do universo considerado atingiu o nível mais elevado de integração de género. O gráfico 4 revela as posições relativas dos vários países.

Gráfico 4 - Índice de integração feminina nos países da NATO (2000)
(0 = menor integração; 19 = maior integração)



Se, por outro lado, separarmos o indicador ‘representação global’ das restantes dimensões de integração, é também possível representar graficamente diferentes grupos de países.

Quadro 4 - Modelos de integração feminina nas Forças Armadas

Representação global			
+		-	
Integração formal (1-16)	+	Canadá (14)	Noruega (14) Dinamarca (13)
		Reino Unido (13) Bélgica (13) Holanda (12)	
		França (9) Portugal (9) Espanha (10)	Luxemburgo (8) República Checa (7)
	-	Hungria (5)	Grécia (3) Turquia (4) Alemanha (2) Polónia (1) Itália (0)

Podemos aqui identificar quatro grupos de países. Os dois grupos na parte superior do quadro são aqueles que detêm os mais elevados índices de integração feminina e podem assim ser denominados de ‘integração avançada’. Do lado esquerdo encontram-se aqueles que não apenas detêm elevado nível de integração mas que detêm também as mais elevadas percentagens em termos de representação numérica: Canadá, EUA, Reino Unido, Holanda e Bélgica. Estes países constituem o tipo I - ‘integração avançada extensiva’ (modelo Euro-Atlântico). No quadrante superior direito encontram-se os países que embora bem classificados em termos de integração, detêm níveis de representação numérica mais limitados: estes foram classificados como tipo II - ‘integração avançada intensiva’ (modelo Escandinavo). Na parte inferior do quadro aparecem os países com menores níveis de integração. No quadrante inferior esquerdo encontramos a França, Portugal, Espanha e Hungria, os países de tipo III - ‘integração moderada’ (modelo Sul-Europeu). Embora detenham uma classificação média/baixa em integração, todos estes países atingiram níveis razoáveis de representação. Finalmente, no quadrante inferior direito encontram-se os países com os mais baixos níveis de integração e também de representação numérica: Luxemburgo, República Checa, Grécia, Turquia, Alemanha, Polónia e Itália. Estes foram considerados o tipo IV - ‘integração limitada’ (modelo territorial misto).

*

Apesar das limitações de que um instrumento deste tipo pode revestir-se, o presente índice de integração de género permite evidenciar um conjunto de aspectos e hipóteses interpretativas.

Desde logo, no que se refere aos efeitos do tempo sobre os níveis de integração, o ordenamento dos países sugere que o factor tempo, designadamente a extensão do período em que se observa a integração feminina, pode não ser um bom instrumento para avaliar a participação militar feminina: ao contrário do que muitas vezes se supõe, parece não existir uma relação linear e necessária entre a ‘antiguidade’ do processo de incorporação feminina e um crescimento da sua representação nas fileiras. Embora o tempo possa estar associado com os níveis de integração, isto parece apenas registar-se no caso dos países com elevado nível de integração. Estes dados apontam assim para a ideia de que o tempo, por si só, não promove automaticamente a integração nem contribui necessariamente para eliminar praticas discriminatórias em termos ocupacionais ou hierárquicos.

Por outro lado, se considerarmos a questão do formato organizativo das forças armadas, verifica-se que, de forma previsível e já apontada em anteriores pesquisas, os países mais ‘integracionistas’ são aqueles onde predomina o serviço militar voluntário. Os dados empíricos parecem ser consistentes com a hipótese de que quanto mais as Forças Armadas assentam no voluntariado como base do recrutamento, maior a percentagem de mulheres e que, inversamente, Forças Armadas mais próximas do modelo ‘exército de massa’ envolvem níveis de representação bastante mais reduzidos.

Parece existir alguma coincidência entre o índice de integração feminina e a tendência no sentido do que Moskos, Williams e Segal (2000) designaram como o modelo pós-moderno de Forças Armadas, confirmando-se a relação entre elevados níveis de integração feminina e a tendência no sentido da pós-modernidade militar.

A hierarquização decorrente do índice suscita, adicionalmente, algumas observações relativas ao peso de factores extra-organizativos na mudança em direcção a patamares mais elevados de integração militar feminina. Concretamente, algumas variáveis relacionadas com factores socioeconomicos e políticos do contexto societal envolvente poderão adquirir um impacto significativo nos níveis de integração de género. Os países mais bem classificados neste índice são também aqueles onde a participação social e política das mulheres atingiu valores mais elevados. Se exceptuarmos os dois casos desviantes – Alemanha e Itália – o contrário parece suceder naqueles países onde a situação das mulheres no mercado de trabalho se caracteriza ainda por assinaláveis desigualdades e assimetrias.

Se é certo que factores internos, relacionados com o formato organizativo das Forças Armadas podem contribuir significativamente para a mudança na paisagem social da instituição, pressões sociais exteriores, designadamente as decorrentes da ‘qualificação’ da presença feminina na sociedade em geral, poderão assim ter um impacto forte nos níveis de integração atingidos.

Face a estas considerações é possível colocar a hipótese de que a mudança em direcção a uma maior igualdade de género nas Forças Armadas não ocorrerá automaticamente como consequência do tempo ou do aumento da representação numérica. Ela dependerá bastante mais da existência de políticas específicas e da forma como factores exteriores venham a determinar orientações e processos de decisão no interior das Forças Armadas.

Conclusão

Os dados observados relativos às variáveis ‘género’ e ‘orientação sexual’ mostram que, enquanto alguns dos países da aliança atlântica devem encarar a gestão da diversidade como um desafio incontornável da sua ‘pós-modernidade’, outros permanecem ainda num clima de modernidade tardia, enquanto um terceiro grupo não terá ainda abandonado, pelo menos nestes aspectos, características da designada era moderna (ou mesmo pré-moderna). Esta heterogeneidade poderá ser uma fonte de problemas, mas envolve também novas potencialidades.

Se é certo que existem países onde a diversidade social interna não parece colocar este desafio de forma imediata, a verdade é que o tipo de missões que as Forças Armadas têm sido chamadas a desempenhar – e que tendencialmente continuarão a desempenhar – exige uma maior atenção à questão. Num momento em que as missões militares se passaram a caracterizar por uma crescente internacionalização – com o corresponde deslizar das prioridades da defesa do território nacional para a participação em operações multinacionais destinadas a assegurar a paz e estabilidade a uma escala global – coloca-se como exigência basilar da operacionalidade das forças a necessidade de harmonização de procedimentos e equipamentos. No sentido de garantir a eficácia organizativa, os líderes militares são postos perante o problema da interoperabilidade, incluindo não apenas tecnologia e equipamento – a designada interoperabilidade técnica – mas também um conjunto de aspectos de cariz cultural decorrentes da cooperação entre formações militares com diferentes políticas de gestão de pessoal (Dandeker, 1998: 85). Ou seja, a questão da

‘interoperabilidade cultural’ adquire também um enorme impacto entre os factores que podem afectar a eficácia militar.

Por outro lado, num contexto em que as mudanças no contexto geo-estratégico externo e aquelas em curso ao nível da estrutura social interna não ocorrem sequencial mas simultaneamente (Dandeker, 1998: 85), a diversidade socio-cultural nas forças militares pode também ser encarada como uma mais-valia organizativa. Deste ponto de vista, aceitar e integrar a diversidade não tem que significar uma perda em termos de eficiência militar. Tal como notou Kier “qualquer tipo de discriminação é perniciosa numa organização que leva a cabo tarefas colectivas e que depende da integração de todos os indivíduos e unidades. Mesmo que esse tipo de atitude tenha em tempos servido importantes objectivos nas Forças Armadas, trata-se de comportamentos desnecessários e que destroem a eficácia militar” (Kier, 1999: 47).

Do ponto de vista das formas de organização, esta conclusão sustenta a perspectiva de que a gestão da diversidade constitui o desafio fundamental que se coloca às políticas de gestão de pessoal nas Forças Armadas. Do ponto de vista das relações civil-militares, sustenta a convicção de que os ideais da igualdade e equidade, basilares ao modelo de sociedade democrática em que vivemos, não podem permanecer estranhos a uma organização que tem por objectivo último defender essa sociedade e os seus valores fundamentais.

Bibliografia

Battistelli, Fabrizio. 1997. “Peacekeeping and the Postmodern Soldier.” *Armed Forces and Society* 23(3): 467-84.

Benecke, Michelle M., Kelly M. Corbett, and C. Dixon Osburn. 1999. “Diminishing Core Values: The Consequences for Military Culture of “Don’t Ask, Don’t Tell, Don’t Pursue”.” Pp. 213-23 in *Beyond Zero Tolerance, Discrimination in Military Culture*, eds Mary F. Katzenstein and Judith Repy. Boulder, CO: Rowan & Littlefield.

Carreiras, Helena. 2002. *Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul*. Lisboa: Cosmos/IDN.

Cohn, Carol. 1999. *Wars, Whimps and Women. Gender in the Construction of US National Security*. Berkeley, California: Manuscript.

Cruikshank, Margaret. 1994. "Gay and Lesbian Liberation: an Overview." Pp. 3-16 in *Gays and Lesbians in the Military. Issues, Concerns and Contrasts*, eds Wilbur J. Scott and Sandra Carson Stanley. New York: Aldine de Gruyter.

CWINF. 2000. *TeamWork 2000. Conference of the Committee on Women in the NATO Forces*. Brussels: The Advisory Office on Women in the NATO Forces.

— — —. 2001. *Women in the NATO Forces. Past, Practice, Perspective*. Brussels: The Advisory Office on Women in the NATO Forces.

D'Amico, Francine e Laurie Weinstein. 1999. *Gender Camouflage. Women and the U.S. Military*. New York: New York University Press.

Dandeker, Christopher e Mady W. Segal. 1996. "Gender Integration in Armed Forces: Recent Policy Developments in the United Kingdom." *Armed Forces and Society* 23(1): 30-47.

Dandeker, Christopher. 1998. "Les Réponses Aux Défis." Pp. 197-214 in *Les Armées En Europe*, eds Bernard Boëne and Christophe Dandeker. Paris: La Découverte.

Dansby, Mickey R., James B. Stewart e Schuyler C. Webb, eds. 2001. *Managing Diversity in the Military. Research Perspectives from the Defense Equal Opportunity Management Institute*.

Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI*

Nuno Mira Vaz

Assessor no Instituto da Defesa Nacional

Resumo

A luta contra as novas ameaças veio colocar as democracias liberais perante questões de difícil resolução, não só quanto à legitimidade do recurso à força, mas sobretudo quanto à legalidade do *modus operandi*.

Num contexto muito marcado pela natureza errática da ameaça terrorista, pelas novíssimas táticas “do fraco ao forte”, pela importância decisiva da guerra pela informação e pela hiper-sensibilidade das populações às baixas em combate, a resposta das democracias liberais tem de ser intimamente coordenada entre todas.

Em primeiro lugar, é preciso que o conceito de vitória militar integre um conteúdo mais político e construtivo do que o actual. Em seguida, uma vez que o inimigo pode pôr em prática modalidades de actuação que tornam parcialmente ineficaz o uso da força militar nos moldes tradicionais, há que conceber modalidades de acção baseadas na utilização caso a caso dessa força e pôr ao seu serviço um novo instrumento militar. Depois, visto que a eficácia militar passou a ser avaliada mais pelas percepções que se formam na opinião pública do que por aquilo que efectivamente ocorre no terreno, é preciso vencer a “guerra das imagens”. Finalmente, tem de se encontrar uma saída coerente para o impasse gerado pela aversão às baixas em combate, um sentimento que afectará negativamente a operacionalidade das forças militares, ao mesmo tempo que robustecerá a determinação dos inimigos.

Abstract

The fight against the new threats placed liberal democracies facing questions of difficult solution, not only in what concerns the legitimacy of the use of force but mainly about the legality of the modus operandi.

In a context much marked by the errant nature of the terrorist threat, by the very new tactics of “from weak to strong”, by the decisive importance of the war on information and by the hyper-sensitivity of the populations to combat casualties, the answer of liberal democracies has to be closely coordinated among all of them.

First, it is essential that the concept of military victory integrates a more political and constructive meaning than the present one, then since the enemy might use acting methods turning partially ineffective the use of military force in traditional ways means of action based on the use, case to case, of that force must be conceived and a new military instrument put at its service. Afterwards, since military efficiency started being more evaluated by public opinion perceptions than by what really goes on in the field, the “war of images” must be beaten. Finally, a coherent issue must be found to the impasse generated by combat casualties, a feeling that will affect negatively the operationality of military forces, at the same time strengthening the enemy’s determination.

* Uma versão reduzida deste artigo foi apresentada ao VII Congresso Nacional da AACDN e publicada, sob o título «Os novos campos de batalha», no Caderno n.º 19 da AACDN, pp. 169-173.

1. Os contornos da nova conflitualidade

A transição para o século XXI revelou um espectro de fenómenos que, não sendo guerra em sentido clássico, se caracterizam pelo recurso frequente à violência armada, por vezes desmedida e caótica. São as guerras civis de inspiração étnica e religiosa, os genocídios, os crimes contra a humanidade e, com particular acuidade, o terrorismo transnacional. Ainda que se não duvidasse da gravidade das ameaças implícitas nestes fenómenos, eles foram vistos, até há muito pouco tempo, como questões de segundo plano. É certo que pareciam apelar a um tipo de intervenção armada que excedia o patamar das Forças de Segurança, mas acreditava-se que requeriam sobretudo respostas com conotação policial e técnica e incidência sócio-económica.

Foram poucos os que se aperceberam desde logo da natureza globalizante da ameaça e da necessidade de a combater com todos os recursos disponíveis, incluindo as Forças Armadas. Só quando as *Twin Towers* foram derrubadas é que o mundo compreendeu que as diferentes ameaças cruzavam interesses e motivações e que o terrorismo transnacional não era – nunca fora – um simples caso de polícia. Embora as suas natureza e objectivos continuem a escapar parcialmente ao cidadão comum, ninguém já duvida de que a sua contenção implica o emprego de todos os recursos disponíveis, incluindo a força militar, em campos de batalha cujos contornos são, por enquanto, difíceis de traçar.

A história das mais recentes intervenções militares, quer sejam as de iniciativa das Nações Unidas, quer sejam as atribuíveis a coligações *ad hoc*, para poder ser feita com um mínimo de rigor, carece de maior distanciamento no tempo. Por enquanto, são as incertezas que prevalecem. Embora se tenha confirmado a superioridade esmagadora do armamento tecnologicamente evoluído na prossecução dos objectivos tradicionais das guerras, também se confirmou a descoberta de limites ao seu emprego, quando se trata de capturar os chefes inimigos ou de pôr termo aos desacatos dos “senhores da guerra”.

A percepção de que a euforia tecnológica não se concretiza sem riscos é mais visível em dois domínios: na crescente vulnerabilidade das sociedades liberais às acções terroristas e na gestão da informação de campo de batalha.

O mercado e a democracia são traços essenciais da afirmação das sociedades livres, enquanto factores indispensáveis ao correcto funcionamento dos transportes, da energia, do ensino e da saúde, entre outros sistemas de suporte da vida colectiva. Estes sistemas, à medida que se tornam mais complexos e eficientes por via da inovação tecnológica, também ficam mais vulneráveis perante intenções criminosas. Por duas razões: por um lado, a possibilidade de fabricar instrumentos de destruição maciça mais pequenos

e mais baratos torna-os acessíveis a grupos marginais; por outro, as novas tecnologias de informação disponibilizam formas inéditas de comunicação e organização, as quais facultam aos agrupamentos terroristas de dimensão local ou nacional a possibilidade de assumirem dimensão global. Veja-se o caso da Al-Qaeda, que conta com dezenas de milhares de membros organizados em pequenas células espalhadas por mais de 60 países¹. As consequências, para o quotidiano das sociedades demoliberais, podem ser muito penalizantes, uma vez que o endurecimento das medidas de vigilância terá repercussões negativas na livre circulação de pessoas e bens e no exercício pleno dos direitos cívicos.

A gestão da informação, por seu turno, coloca problemas muito curiosos. Quando o comandante militar começar a receber, em tempo real, o cenário completo do campo de batalha, torna-se dependente do quadro digital fornecido pelos computadores. Essa dependência está armadilhada, à mercê dum perigo que pode concretizar-se por três vias: por acção dum meio electrónico hostil introduzido no sistema de forma deliberada para produzir imagens desvirtuadoras da realidade; através dum caudal de informações tão desmesurado, que o responsável pela decisão não consiga assimilá-lo na íntegra; ou em consequência de calamidade natural, como a tempestade de areia que se abateu durante dois dias sobre os campos de batalha da II Guerra do Golfo e que impediu, ou no mínimo dificultou em elevado grau, a acção dos meios aéreos e toda a coordenação aeroterrestre.

O impacto das tecnologias pode também sentir-se nos mais baixos escalões. Imagine-se o soldado de infantaria confrontado com uma realidade virtual que contradiz aquela que os seus olhos vêem e pense-se na perturbação que se pode estabelecer no seio dum pelotão de atiradores se vários dos seus membros forem afectados, em simultâneo, por idêntica discrepância. Com efeito, a tecnologia pode introduzir no campo de batalha motivos de atrição inesperados, sendo absolutamente necessário compreender que a vitória nem sempre pertencerá a quem disponha dos equipamentos mais sofisticados.

Durante muitos anos, ninguém se preocupou em aquilatar da legitimidade dos meios e dos processos utilizados no campo de batalha². Os teóricos do interesse nacional e da utilização da violência armada legítima, apoiados nas teorias explanatórias do realismo político, formularam mesmo alguns postulados, como a “lei da ascensão aos extremos”,

1 NYE, jr., Joseph S., «A North American Perspective», in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Addressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, pp. 5-6.

2 Só na segunda metade do século XIX começou a ganhar consistência um pensamento ético acerca da guerra, com a assinatura, em 1864, da primeira Convenção de Genebra, que recomendava a protecção dos feridos e doentes no campo de batalha, a que se seguiu, em 1868, a Convenção de S. Petersburgo proibindo o uso

onde Clausewitz explicava por que razão não podiam existir restrições à utilização da violência armada. Enquanto o objectivo de ambas as partes foi a obtenção da vitória, tão rápida e definitiva quanto possível, essas restrições não faziam sentido. Só a partir do momento em que as forças militares das democracias liberais foram solicitadas a intervir em conflitos onde o objectivo não é o combate vitorioso, mas sim a restauração da paz com o mínimo de brutalidade, é que a matéria foi reequacionada. Se agora a missão é de pacificação, ninguém precisa de ser morto. E, portanto, aquilo que parece indicado é o recurso a armamentos não letais³.

Neste quadro, já de si complexo, a luta contra ameaças que desafiam frontalmente a soberania dos Estados e a própria estrutura do sistema internacional, veio recolocar questões que se presumiam resolvidas, não só quanto à legitimidade do recurso à força, mas sobretudo quanto à legalidade do *modus operandi*. O terrorismo é um instrumento tão velho como a Humanidade, que se concretiza no recurso à violência extrema, com a intenção deliberada de provocar terror nos alvos. As causas podem ser religiosas, étnicas ou sociais, mas os objectivos são sempre políticos. E, enquadrando todas as acções, emerge uma aspiração permanente à legitimidade: acima de tudo, o recurso à violência tem que ter uma causa justa. Ora, de acordo com os padrões democráticos, a morte indiscriminada, quando não mesmo deliberada, de inocentes, que o terrorismo põe em prática, afronta com contumácia o quadro moral da “guerra justa”. Se assim é, se se trata de combater ameaças que se auto-excluem dos padrões da “guerra civilizada”⁴, devem ou não os Estados e as suas Forças Armadas respeitar o *jus in bello*?

de certos tipos de mísseis e, mais recentemente, as Convenções de Haia relativas às *Leis e Costumes da Guerra Terrestre*, de 1864 e de 1907, conhecidas como Conferências para a Paz e o Desarmamento, às quais foi acrescentado, em 1925, o Protocolo de Genebra sobre a utilização dos gases na guerra. A Resolução 1193 de 28 de Agosto de 1998 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada por unanimidade, é particularmente esclarecedora dos sentimentos da comunidade internacional a respeito da questão, ao reafirmar que “todas as partes em conflito são obrigadas a cumprir as obrigações estipuladas pelo quadro humanitário internacional, em especial as Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e que as pessoas que cometerem ou ordenarem o cometimento de infracções graves às referidas Convenções serão individualmente responsabilizadas pelas referidas infracções”. (in ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, pp. 7-32).

- 3 Armamentos concebidos e utilizados com a finalidade de incapacitar pessoal ou material, por forma a minimizar as baixas e os prejuízos indesejados à propriedade e ao ambiente. (ver LEECH, John, *Asymmetries of Conflict - War Without Death*, London e Portland, Frank Cass, 2002, p. 172).
- 4 Embora exista um enorme acervo de disposições sobre o assunto, os princípios básicos são simples: “os feridos os doentes, os prisioneiros de guerra e os civis devem ser protegidos; os ataques a alvos militares devem reduzir ao mínimo os danos provocados a pessoas e bens; o pessoal das organizações humanitárias e de manutenção da paz deve ser respeitado; é proibido o uso de armamentos especialmente destruidores”. (ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», London, *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, p. 8).

A resposta só pode ser positiva. Ao respeitar as normas básicas do ordenamento internacional, o Estado reforça a probabilidade de suporte por parte da opinião pública, tanto a interna como a internacional. Se, pelo contrário, adoptasse, contra os agentes dessas ameaças, procedimentos moral e legalmente condenáveis, alienava parte importante do apoio popular e concedia *ipso facto*, ao adversário, argumentos para as suas actividades – recorde-se que um dos objectivos que o terrorismo busca desesperadamente é a legitimização da violência. O que se deve esperar dum Estado responsável é que lhe negue tal desiderato, através dum comportamento que estabeleça uma clara linha separadora entre as suas acções e aquelas que os terroristas levam a cabo. Mas este tipo de procedimento não deve alimentar qualquer ilusão ou mal entendido. Como avisa Nuno Rogeiro, “é tão errado pensar que o terrorismo morre com o perpetrador, como responder a um ataque terrorista com acções inspiradas pelo Manual de Teoria Sociológica”⁵.

Não ultrapassar os exigentes limites da “guerra justa” pode revelar-se particularmente difícil em certas circunstâncias. Quando, como aconteceu na Guerra do Afeganistão, um número considerável de combatentes locais é mobilizado contra os talibans e os grupos da Al-Qaeda, é preciso ter consciência de que se está a utilizar elementos tradicionalmente às ordens dos senhores da guerra, numa relação onde não existem estruturas claras de autoridade e onde, portanto, os padrões da disciplina são muito diferentes dos que prevalecem nas unidades militares clássicas. Nestas condições, os comandantes das forças militares envolvidas têm que dedicar uma atenção muito especial a questões como os eventuais maus tratos ou a liquidação sumária de prisioneiros, a manutenção da ordem nas povoações “libertadas”, a prestação de auxílio humanitário às populações e a prevenção dos saques e das vinganças pessoais.

Se as ameaças são novas, se o combatente utiliza tecnologias inéditas, se a finalidade das acções militares é a preservação da paz e da segurança no mundo, como será o campo de batalha em meados do século XXI? Será evasivo e errático, e pontuado de conflitos assimétricos, como pensam alguns especialistas? Será do tamanho do mundo, por ser a única forma de dar combate ao terrorismo transnacional? Ou encaminhar-se-á para configurações atípicas, onde as tecnologias de ponta se confrontarão com arcos e flechas? Será sobretudo habitado por drones e por armas inteligentes? E ver-se-á a cara dos combatentes ou eles estarão emboscados por trás de sofisticados equipamentos de controlo remoto?

5 In “Je suis partout – The global violence network present *NIT* (new international terrorism) panorama: some notes for future research”, Lisboa, Instituto Internacional de Macau, *OrienteOccidente*, n.º 10, Janeiro/Abril de 2003, p. 10.

Há poucas certezas. Sabe-se que alguns dos campos de batalha da actualidade só ocasionalmente se parecem com os cenários clássicos onde se defrontavam Forças Armadas dos países ou coligações. Hoje, os conflitos tanto podem envolver forças militares legalizadas como empresas militares privadas, grupos armados ligados ao negócio dos estupefacientes ou dos armamentos, milícias de convicções duvidosas que reivindicam afiliação religiosa ou étnica, ou mesmo agentes do terrorismo transnacional. As técnicas utilizadas ultrapassam em muito a imaginação e a crueza “tradicionais”. Como pôde já observar-se na II Guerra do Golfo, a parte militarmente mais fraca não só estimula a acção dos mártires-suicidas, como não hesita em recorrer a expedientes que os “guerreiros” consideram desonrosos, como sejam a simulação de rendições ou a utilização de indumentárias civis. A violência pode atingir extremos dificilmente imagináveis se os Estados párias, por si ou através da actuação de organizações extremistas com ligações ao terrorismo transnacional, decidirem atacar o coração do mundo euroatlântico com armas de destruição maciça – uma hipótese que, segundo alguns especialistas, possui elevado potencial de concretização.

Até aos anos finais do século XX, a evolução das características do campo de batalha fez-se de uma forma que pode considerar-se progressiva. Em Ulm, em 1805, era um quadrado com 150 milhas de lado; durante a Batalha de França, em 1940, era um quadrilátero com 550 x 650 milhas; na Guerra do Golfo, em 1991, alcançou as 1.000 x 1.000 milhas, registando-se já referências a uma quarta dimensão – a aeroespacial – com a qual se criariam as condições para a concretização dum campo de batalha cúbico com 200 milhas de aresta. Embora neste processo sejam visíveis alguns ajustamentos de perfil, a verdade é que não se alterou de forma significativa a natureza do campo de batalha.

Na transição do milénio, a velocidade da mudança acelerou. Os avanços nas capacidades de recolha e tratamento das informações e o aumento espectacular da eficácia dos armamentos inteligentes⁶ tornaram verosímeis cenários onde tanto as viaturas como os aviões serão substituídos por uma nova geração de veículos tripulados por *robots* e onde os armamentos utilizarão feixes de energia dirigida, sendo tudo isto ligado por sensores inteligentes e por sistemas de informações totalmente revolucionários. O combatente de

6 Em 1943, para se assegurar 90% de probabilidades de destruição de qualquer alvo, era preciso fazer sair 1.500 bombardeiros B-17, para largarem 9.000 bombas, com um erro circular provável de 1.000 metros; em 1970, o mesmo desiderato exigia 88 saídas de F-4 e o lançamento de 176 bombas, com um erro circular provável de 120 metros; em 1991, a um único caça furtivo F-117 basta lançar 1 ou 2 bombas, com um erro circular provável de 3 metros. (TERTRAIS, Bruno, «Faut-il Croire à la 'Révolution dans les Affaires Militaires'», Paris, *Politique Etrangère*, n.º 3, Automne 1998, p. 617.

infantaria está no centro duma das transformações mais drásticas da sua existência. Quando o conceito *Future Combat Systems* estiver operacional e quando as Divisões típicas da Guerra Fria se reciclarem em Unidades de alta tecnologia, moduláveis em “Forças por Objectivo”, o soldado levará para combate um sofisticado conjunto de equipamentos: computador com acesso permanente a informações – gráficas e sob a forma de texto – inscritas num ecrã integrado no aparelho de visão, o que lhe permite determinar em permanência a sua posição e a dos seus camaradas e fornecer em tempo real, aos órgãos de apoio de combate, as coordenadas das posições inimigas; arma individual que pode disparar sem interferência humana directa; capacete em material ultra-ligeiro, dotado dum sistema de suspensão que assegura a estabilidade dos instrumentos ópticos a ele agregados; e laser multi-funções que, entre outras capacidades, emite uma espécie de bilhete de identidade luminoso para as forças amigas⁷.

E no entanto, apesar do potencial inovador das novas tecnologias, da intermediação dos *media*, da crescente afirmação do Direito internacional e das alterações introduzidas nas doutrinas de emprego e nos conceitos tácticos, a verdade é que, até ao final do século XX, pouco se alterou a natureza essencial do campo de batalha. Cenários como o de Mogadíscio, onde actuaram grupos armados sem comando nem controlo e onde a violência se aproximou da pura barbárie, constituem, afinal, representações de figurinos já conhecidos, típicos das guerras de guerrilha e dos combates de rua. E também não foi o terrorismo, na sua figuração “clássica”, que alterou este estado de coisas. Só quando ele se afirmou como actor transnacional de vocação planetária é que a configuração do campo de batalha ganhou contornos inéditos e em muitos aspectos desconcertantes, tais como o facto de o inimigo poder estar em todo o lado, mudar com frequência de forma, reagrupar longe das nossas vistas e não cessar de reciclar os alvos e as modalidades de financiamento e de acção. Hoje ninguém arrisca uma definição para um campo de batalha capaz de acolher este inimigo radicalmente novo, muito diferente de todos os terrorismos conhecidos até à

7 “No decurso da I Guerra do Golfo, os comandantes das unidades recebiam relatórios de situação via rádio e marcavam as respectivas posições com lápis stencil nos mapas. Agora, as movimentações das tropas são mostradas em ecrãs digitais – as forças amigas a azul, as inimigas a vermelho. Na 4.^a D.I., a mais avançada das Divisões americanas, o sistema sem fios da Internet, conhecido como *Force XXI Battle Command, Brigade and Below*, está instalado em praticamente todos os veículos”. E (...) “durante a I Guerra do Golfo, podiam decorrer três dias entre a identificação e o bombardeamento de um alvo, porque as ordens tinham que ser encaminhadas para os porta-aviões. Hoje, essas interações são processadas via satélites de alta velocidade e relays rádio. Um exemplo notável: em Abril de 2003, decorreram apenas 45 minutos entre a informação de que Saddam Hussein estava em reunião com comandantes militares de topo e o momento em que um bombardeiro B-1B lançou 4 bombas de 2.000 libras guiadas por satélite sobre o restaurante referenciado”. (In BOOT, Max, «The New American Way of War», *Foreign Affairs*, July/August 2003, vol. 82, n.º 4, p. 52).

data porque, não tendo território ou populações para defender, as suas preocupações são de natureza exclusivamente destrutiva – circunstâncias que o colocam objectivamente numa posição que não é passível de negociações.

2. Os constrangimentos que afectam o combatente

É nestes cenários que terá de se avaliar a utilidade das forças militares, sem esquecer que elas não podem perder a aptidão para levar a cabo missões de guerra convencional. O desempenho em combate depende, no fundamental, das circunstâncias concretas do campo de batalha e dum conjunto de factores de natureza táctica e técnica que incluem preocupações morais e de legalidade. Alguns destes factores são referências de todos os tempos, têm influenciado comportamentos nos cenários mais diversificados e não precisam de apresentação. Outros, mais recentes – como sejam a emergência dum quadro legal imperativo ou a “incrustação” dos jornalistas em unidades de primeira linha – vieram criar constrangimentos que ainda só foram escassamente teorizados. Mas já se percebeu que eles não estão relacionados apenas com os aspectos técnicos ou tácticos dos empenhamentos, mas também com as sociedades e os seus valores. O quadro formado por essa “intromissão” do social na lógica brutal dos conflitos armados revela-se por um lado inédito e por outro potencialmente perigoso, uma vez que são utilizadas referências para a actuação das forças militares que nem sempre são compatíveis com os objectivos da missão ou com a resolução oportuna dos conflitos.

O comportamento do combatente inscreve-se num *continuum* que tem numa ponta a luta pertinaz e na outra o abandono, dependendo do resultado duma complexa interacção entre a *motivação* e o *contexto*. Na esmagadora maioria dos casos, o soldado cumprirá as suas tarefas dentro dos limites duma estreita faixa de opções e, embora se mostre sensível ao cumprimento da missão, deixar-se-á guiar por um objectivo pessoal muito pragmático: a sobrevivência. Mais poderosa do que qualquer outra pulsão, esta vontade de sobreviver envolve todos os componentes dos pequenos grupos ou subunidades. Aquilo a que se chama a camaradagem em combate é isto mesmo: um sobressalto pragmático dos requisitos da sobrevivência em comum e não uma capacidade mística para sobrepor o interesse colectivo ao individual.

Embora haja outros factores importantes, aquilo que realmente determina o padrão dos comportamentos é o balanço, permanentemente reavaliado, entre a vontade de sobrevivência e o cumprimento da missão. Por um lado, sabe-se que a sociedade e o grupo

exercem, sobre cada indivíduo, um escrutínio que leva muitos soldados a correr riscos, a despeito da relutância que sentem ao fazê-lo, pois tanto a sua auto-estima como a aceitação do grupo exigem que eles os corram. Por outro, é preciso ter presente que o receio das sanções sociais, podendo contribuir para que o soldado não abandone a frente de combate, não garante a sua participação activa na luta. A vontade de combater é um fenómeno heterodoxo, muito dependente de circunstâncias fortuitas que em qualquer momento podem encorajar o reexame, por cada protagonista, do equilíbrio entre motivações e riscos.

A generalidade dos estudos revela que a maior parte dos soldados enviados para o campo de batalha decidiu lutar simplesmente porque foi chamada a fazê-lo, numa linha de fogo onde não dispunha de alternativas credíveis e onde as penalizações – pessoais, sociais e disciplinares – para os que recusassem o combate eram desproporcionadamente grandes em relação ao risco que corriam se combatessem. O que prevalece é o sentimento de aguentar, lutando quando necessário e permanecendo nas linhas da frente sem exagerar na agressividade, sendo muito poucos os soldados decididos a lutar de forma exemplar. A disciplina, o espírito de corpo, a qualidade do comando e a dimensão das recompensas materiais, são outros factores a ter em conta.

Igualmente determinante pode ser a ocorrência de baixas em combate, com maior intensidade nas pequenas subunidades, onde cada um investe mais fortemente na sobrevivência dos camaradas. Quando estes desaparecem, o medo dos sobreviventes aumenta. Com ele aumenta também o perigo de se degradarem as relações entre o chefe e os subordinados, sobretudo se as baixas são consideradas evitáveis. Se somarmos a esta constatação o forte sentimento de rejeição que as sociedades modernas manifestam relativamente às baixas em combate, não deve estranhar-se que muitos comandantes das pequenas unidades em guerras recentes tenham optado por “adequar” o cumprimento do dever ao desejo de proteger os subordinados de exigências consideradas “excessivas” por parte dos comandos superiores. A preocupação com as baixas em combate teve uma presença muito forte nas primeiras operações de apoio à paz, quando os responsáveis políticos dos países participantes, determinados a obter a cumplicidade, ou no mínimo a aquiescência, da opinião pública, impuseram aos efectivos militares regras de empenhamento muito rigorosas, que só previam o recurso a acções de combate em circunstâncias estritas de auto-defesa. As partes em conflito não tardaram a perceber que, naquele contexto, valia quase tudo, desde tomar como reféns os soldados da paz até arrancar da sua protecção, para os massacrar, milhares de civis inocentes. E foi a constatação de que tinham ocorrido situações mais complicadas do que aquelas que era suposto evitar-se que levou à reconfiguração das forças, até aí

empenhadas com estatuto policial, em autênticas forças militares com capacidade para combater.

Num contexto em que o conceito de “guerra justa” é frequentemente confrontado com a necessidade de cumprir ordens, o combatente tem de poder avaliar a melhor maneira de conciliar as referências morais com os requisitos da missão. A diligência não é despendida, pois quando a guerra é considerada “justa” pela comunidade nacional, a opinião pública tende a deslocar-se no sentido do reconhecimento do alto valor dos “seus” militares e respectivas missões; quando, pelo contrário, se não reconhece essa legitimidade, a reacção da sociedade é de desconfiança e afastamento.

A comunicação social desempenha um papel determinante na construção da imagem das Forças Armadas. No decurso da I Guerra do Golfo, em 1991, “a CNN não foi simplesmente uma observadora da guerra, mas um actor, procurando influenciar no curso dos acontecimentos. Sem se mostrar abertamente uma aliada dos militares, ela largamente reproduziu a visão militar do conflito e tentou influenciar a opinião pública em favor da coalisção”⁸. Quando produziu esta opinião, no início de 2002, Sérgio Aguillar estava longe de imaginar a que ponto a II Guerra do Golfo viria a corroborar alguns dos seus pontos de vista. Incrustados nas Unidades que acometiam as linhas iraquianas, alguns jornalistas foram protagonistas das operações militares a um ponto jamais imaginado. Pressionados pela máquina mediática para darem imagens contundentes dos combates, muitos deles vieram a perder a vida nas circunstâncias mais inacreditáveis: atingidos por bombistas-suicidas, alvejados por carros de combate nos seus quartos de hotel ou vítimas de multidões em fúria. Combatentes sem armas, pagaram caro o seu afã de quererem ser os melhores.

A grande batalha – paralela à militar – pela conquista das opiniões públicas, proporcionou momentos inesquecíveis. Primeiro, aquando da intervenção da NATO no Kosovo: enquanto a comunicação social ocidental passava imagens de refugiados fugindo da tirania sérvia, a televisão sérvia exibia cenas de civis mortos e feridos em consequência dos bombardeamentos aéreos pelos aviões da Aliança. Receando que, neste duelo de imagens, se desvanecesse o apoio popular à intervenção, a NATO decidiu silenciar a televisão estatal sérvia em Belgrado através do recurso conjugado ao bombardeamento aéreo e à acção de duas aeronaves-estúdio, que não só interferiam na programação da referida estação como difundiam informação favorável à NATO na língua local. No decurso da II Guerra do

8 AGUILLAR, Sergio Luiz Cruz, «Comunicação social, propaganda, mídia e opinião pública no combate moderno», Rio de Janeiro, *A Defesa Nacional*, N.º 792 / 1.º Quad. de 2002, pp. 108 e 111.

Golfo, quando se colocou um problema semelhante, houve um momento em que a coligação anglo-americana pareceu hesitar em aplicar idêntico tratamento à televisão iraquiana. Acabou por fazê-lo, quando se apercebeu das dificuldades que aquelas emissões colocavam à obtenção dos seus objectivos.

A forma como os *media* – e muito especialmente a televisão – apresentam o campo de batalha e ilustram os comportamentos dos diversos intervenientes, é absolutamente decisiva para o entendimento que o cidadão comum faz dos cenários de conflito. Esse processo de intermediação não é descomprometido, seja em relação a louváveis interesses estratégicos ou, o que é mais frequente, em relação a interesses económicos ou políticos de aferição conjuntural. Em consequência, a imagem fornecida à opinião pública raramente tem correspondência com a realidade nua. Ainda que não seja esse o seu desiderato, a verdade é que algumas imagens televisivas ajudam a criar uma sensação de campo de batalha asséptico, rasgado pelos mísseis de cruzeiro e pelos aviões furtivos, que nunca se misturam com a carne e o sangue dos humanos. Sentimento que desaparece sempre que as câmaras se aproximam do terreno e nos apercebemos de uma outra guerra, feita de sofrimento e de morte, num processo que reproduz desde tempos imemoriais os mesmos elementos e que exige dos combatentes as mesmas virtudes nucleares: desembaraço físico, coragem e determinação. A constatação de que ao espectador são oferecidas, na maior parte das vezes, imagens duma imagem, deve ser entendida como um sinal de alerta para as consequências que lhe estão implícitas, pois quando o conflito se prolonga e as baixas se acumulam, o apoio popular tende a degradar-se. A prazo, esta degradação virá a reflectir-se negativamente nas condições de emprego da força militar e na conduta dos militares em campanha. Na expressão lapidar de Loureiro dos Santos, “o actual ambiente mediático contraiu o tempo estratégico e, por vezes, não há condições para que as operações militares alcancem os efeitos pretendidos”⁹.

Por outro lado, é preciso compreender que as Forças Armadas, que se crêem depositárias de elevados valores morais e que consideram o heroísmo como virtude indissociável do militar operacional, não se acomodarão com facilidade a formas novas de fazer a guerra nas quais o herói perde o estatuto de personagem principal. Não se trata, apenas, de ver a uma nova luz o soldado de infantaria, que aborda as trincheiras inimigas num transporte semi-blindado, em vez de carregar a céu aberto, como no passado. A Marinha e a Força Aérea também terão de aceitar que o combate corpo-a-corpo entre navios ou aviões passou à História e que a missão principal de ambas, hoje, consiste em apoiar as

9 in «Democracia, media e guerra», Lisboa, *Visão* de 27.11.03, pp. 72-73.

operações terrestres. Por razões que facilmente se compreendem, não pode esperar-se que esta conversão se concretize sem resistências.

O processo de dessacralização do herói assenta na convicção de que o vector tecnológico introduziu no campo de batalha um diferencial inultrapassável, que remete as forças militares tecnologicamente mais bem apetrechadas para a situação de vencedoras por antecipação. São os técnicos – de radares, de computadores, de satélites – quem marca o destino dos combates. O herói, de paradigma, passará a estigma, enquanto o militar gestor é promovido à categoria de arquétipo. E a devoção à missão, durante tanto tempo o sustentáculo da diferenciação militar, será remetida para um lugar de segundo plano no catálogo das referências. Essa propensão é já visível no comportamento duma parte dos actuais chefes militares, tão cautelosos como os civis – por vezes mesmo mais – no que respeita ao empenhamento operacional das forças militares, podendo afirmar-se que, com frequência, são eles quem cultiva a prudência diplomática e resiste ao uso da força, mesmo nas situações em que os chefes civis advogam o recurso ao combate¹⁰. Assim sendo, parece oportuno recordar que a centralidade do herói, embora possa ser vista como um padrão “desviacionista” em relação ao todo social, se tem revelado indispensável à preservação duma cultura própria e à manutenção de elevados padrões de comportamento em combate. Se este vínculo se desvanecer, um dia virá em que os militares desistirão de reivindicar a proximidade da morte como traço distintivo do seu mister. Então se verá o que todos – comunidade nacional e Forças Armadas – perderam nesse lance.

Por último, tem que se reflectir sobre as dificuldades de relacionamento, recorrentes, entre jornalistas e militares em operações. Durante muitas décadas, o cerne desta questão resumia-se a um litígio de prioridades entre o direito cívico de informar e ser informado e a necessidade de sigilo que deve caracterizar tanto a concepção como a execução das missões militares, já que importa não só assegurar a protecção de certos segredos, como manter a possibilidade de induzir o inimigo em erro – certos planos de operações implicam mesmo o lançamento de acções de decepção à nossa própria comunicação social.

Hoje, o conflito de interesses parece ter evoluído para formas mais elaboradas e complexas. Por um lado, a população assiste, ao vivo, aos combates: vê a cor dos intes-

10 Sucessivos estudos de opinião nos EUA têm confirmado que a aversão às baixas por parte dos responsáveis políticos e, curiosamente, também dos chefes militares, é superior à do cidadão comum. Neste, a aversão às baixas em combate é ocasional, dependendo de circunstâncias como a convicção de estarem, ou não, em jogo, interesses nacionais estratégicos ou, num outro plano, da rapidez com que se resolva o conflito.

tinis ensanguentados, por pouco não aspira o cheiro acre da pólvora. A repulsa, o pânico, a raiva ou o desencanto, podem ser superiores aos do próprio combatente, demasiado ocupado, na altura, em assegurar a sobrevivência física. Em certo sentido, pode dizer-se que o cidadão se transforma de assistente em participante. Não corre perigos imediatos, mas é assaltado pela mesma gama de sentimentos que atinge o soldado no local. Este, em contrapartida, toma consciência de que pode, em qualquer momento, ser alvo do escrutínio directo dos concidadãos. E esse é mais um constrangimento – e que constrangimento – à sua acção no campo de batalha.

3. Algumas conclusões provisórias

No início do século XXI, as transformações operadas no campo de batalha e a alteração dos valores nucleares das sociedades demoliberais estão a afectar de forma sensível o emprego das Forças Armadas em acções de combate ou com ele relacionadas. Alguns desses constrangimentos foram já detectados, sob figuras diversas, em anteriores épocas históricas, pelos especialistas de segurança e defesa. Mas há, entre a actual conjuntura e outras semelhantes do passado, uma clara linha de demarcação que envolve pelo menos quatro factores: a natureza errática da ameaça terrorista, as novíssimas tácticas “do fraco ao forte”, a importância decisiva da guerra pela informação e a hiper-sensibilidade das populações às baixas em combate.

Neste quadro complexo, o combate contra as novas ameaças, para poder ser bem sucedido, vai exigir uma coordenação rigorosa, permanente e muito atenta, de todas as actividades, com especial ênfase para os serviços de informação de todos os países envolvidos, uma vez que as capacidades e o engenho já provados do terrorismo transnacional não deixam margem para qualquer descuido. A luta contra ele exige que os países visados se entendam, a despeito das diferentes percepções que possam ter quanto à natureza da ameaça. Compreende-se que um país com fortes percentagens de imigração islâmica não queira afrontar essas minorias ou exacerbar nelas sentimentos de humilhação, mas não pode aceitar-se que tente “sair da linha de fogo” através da reorientação da hostilidade que se declare no plano doméstico para alvos mais atractivos noutros países. A ameaça afecta irremediavelmente todos os países, ainda que em graus diversos. E os próprios cidadãos terão de se preparar para o sacrifício, mais ou menos acentuado conforme as circunstâncias, das liberdades individuais.

As democracias liberais estão obrigadas a arquitectar respostas multisectoriais, que envolvam todos os domínios relacionados, de perto ou de longe, com os novos campos de batalha. Para começar, tem que se substituir o conceito de vitória militar por uma noção de sucesso com um conteúdo mais político e construtivo. Veja-se o que se passa no Iraque. A despeito de todas as proclamações de vitória militar por parte da coligação americano-britânica, a segurança não se consolida, começando a recear-se que esteja comprometido o reforço da paz e da segurança internacionais, (um dos) objectivos anunciados do ataque ao regime de Saddam Hussein. Como avisadamente recorda Anthony Cordsman, “se esta situação não se alterar rápida e radicalmente, os EUA e os seus aliados podem ver-se envolvidos numa III Guerra do Golfo contra o povo do Iraque – uma guerra predominantemente política, económica, étnica e sectária, e de desfecho muito incerto. A lição que convém reter para o futuro é a de que as componentes psicológica e política são tanto ou mais importantes do que a dimensão táctica da guerra”¹¹.

A forma como decorreram os conflitos armados no Golfo, no Afeganistão e noutros locais onde o terrorismo transnacional se assumiu como protagonista de referência, pôs a nu a inconsistência do uso exclusivo da força militar nesse tipo de conflitos. Essa convicção vem-se reforçando dia a dia, à medida que os grupos terroristas recorrem a estruturas organizativas mais flexíveis e a tecnologias de informação mais sofisticadas. Com isso, tornam-se mais evasivos. E o “desvanecimento” da estrutura operacional do terrorismo não só dificulta a designação de objectivos militares compensadores como vem acentuar o diferencial aparente das forças em confronto, podendo acontecer que uma eventual vitória militar, em vez de derrotar a causa do terrorismo, concorra afinal para reforçar a sua “legitimidade”, na medida em que realça a “força bruta do opressor”.

Em seguida, é preciso perceber que, se um certo tipo de inimigo pode pôr em prática modalidades de actuação que tornam parcialmente ineficaz o uso da força militar nos moldes tradicionais, há que conceber modalidades de acção baseadas na utilização caso a caso dessa força (*discriminate force* ou *força adequada*) e pôr ao seu serviço um novo instrumento militar, capaz de alcançar os objectivos da política e de reduzir, em simultâneo, a destruição e a morte no campo de batalha a mínimos absolutos, mesmo quando enfrenta ameaças de matriz mal conhecida. Mas que não haja equívocos: “força adequada não significa obrigatoriamente diminuição da letalidade ou deficiente comunicação da nossa determinação ao inimigo. Embora teoricamente pareça sempre preferível causar-lhe

11 Para uma informação mais completa, consultar www.csis.org/features/Iraq_ConflictTerm.pdf.

apenas incapacidade temporária, a aplicação da letalidade máxima pode revelar-se, em certos casos, absolutamente necessária. O conceito de aplicação da força adequada implica uma combinação variável de intensidade, precisão e efeitos, que seja simultaneamente versátil, dinâmica e compatível com os objectivos da campanha nos níveis tático, operacional e estratégico”¹².

A aplicação da força adequada é um preceito que contraria em absoluto a “Lei da ascensão aos extremos” de Clausewitz e que requer ajustamentos sensíveis na forma como políticos e militares têm encarado até hoje os respectivos papéis na sua relação com o campo de batalha. Só assim será possível criar, nos planos militar, económico e diplomático, sinergias mais potentes do que as conseguidas com a divisão tradicional das tarefas entre civis e militares. Tanto uns como outros têm de perceber que o conceito de vitória militar passou a ter uma importante conotação política e que, por força dela, a liderança política tem de acompanhar as movimentações no terreno de uma forma mais íntima e permanente, se bem que controlada, evitando descer a patamares onde a sua “intromissão” possa afectar a coerência global das campanhas. Se os avanços nas tecnologias da informação permitem aos governantes aproximar-se do campo de batalha num grau até aqui impensável e que lhes abre as portas ao controlo e à coordenação, sem intermediários, das forças empenhadas, é absolutamente indispensável impedir que essas interferências se façam sem sentido de responsabilidade e sem respeito por limites legal e tecnicamente consistentes. Não estando em causa a legitimidade democrática dos Governos para fixar os objectivos da guerra e supervisionar a respectiva conduta, já se duvida de que a sua intromissão nos planos doutrinal ou das táticas de combate possa constituir uma acção pertinente.

O recurso a Forças Armadas diferentes das tradicionais era inevitável, uma vez que estes campos de batalha são dificilmente utilizáveis por unidades militares de perfil clássico. Experiências recentes, como as duas Guerras do Golfo, das Malvinas/Falkland e do Afeganistão, reforçam o apelo implícito ao empenhamento de unidades de tropas especiais¹³. Em todas elas, o papel destas forças foi notável, tendo levado a cabo missões

12 LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 82.

13 As forças especiais foram concebidas para executar “operações não convencionais”, em especial atrás das linhas inimigas. Golpes de mão contra quartéis gerais, comandos e linhas de comunicações, demolições de pontes e viadutos, inactivação de chefes militares e civis de topo, identificação e/ou sinalização de objectivos e aquisição de informações sobre posições e instalações inimigas, são algumas das missões típicas das forças especiais. Os objectivos finais das campanhas militares dependem tão fortemente do sucesso destas acções, que as Forças Especiais começaram a ser designadas pelos especialistas como “multiplicadores de força”.

de recolha de informações, de percepção do campo de batalha e de inactivação de meios e objectivos inimigos, com uma importância decisiva no desenlace dos conflitos citados. O processo de adaptação é já visível no espaço euroatlântico, onde alguns países adoptaram organizações, doutrinas, tácticas e equipamentos não convencionais, que permitem às Forças Armadas – continuando naturalmente preparadas para as guerras de matriz convencional – actuar na área mal conhecida das operações «others than war», onde os combatentes são confrontados com um *continuum* de violência que vai do nível mais incipiente até à brutalidade mais contumaz. E não devem subsistir quaisquer equívocos a respeito deste tipo de conflitualidade: os ambientes incaracterísticos das referidas operações, cujos elementos dominantes são a violência armada desordenada e o caos social, têm potencial para engendrar problemas porventura mais difíceis de dominar do que os tradicionais.

No plano legal, convém reter o conteúdo do artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, segundo o qual o recurso à força militar por parte dos países só se justifica em situações de legítima defesa contra uma agressão perpetrada por potência estrangeira. Uma interpretação rigorosa deste quadro faz com que tanto o *ataque preemptivo* como o *ataque preventivo* tenham de ser considerados ilegais. Outras interpretações, como aquelas com as quais os israelitas procuraram legitimar o bombardeamento aéreo da central nuclear iraquiana de Osirak, em 1981, não têm obtido acolhimento no Conselho de Segurança e não podem, portanto, constituir norma de actuação. Todavia, alguns politólogos insistem em que, na ausência de uma base de legitimação reconhecida, como seria uma Resolução das Nações Unidas ou de outra Organização internacional, e configurando-se uma ameaça imediata à segurança dum Estado, este deve poder exercer esse direito. Michael Walzer, conhecido teórico da “guerra justa”, afirma que mesmo as acções preventivas mais controversas, “como o assassinio de líderes dos movimentos radicais que incentivam a prática de atentados suicidas, não são inerentemente imorais; a moralidade das acções militares deriva de se executarem sobre alvos legítimos e de com isso se impedir o assassinato de muitas pessoas inocentes”¹⁴. E sabendo-se que existe na comunidade internacional a consciência dum nexo crescente entre o terrorismo transnacional e as armas de destruição maciça, não pode estranhar-se que, sempre que um qualquer Estado “pária” insista em produzir materiais que podem ser utilizados nas referidas armas, os potenciais alvos sintam a tentação de recorrer a acções preemptivas.

14 Cit. LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 90.

O certo é que uma boa parte da comunidade estratégica considera consistente com os princípios e normas do relacionamento internacional que se não rejeite, à *outrance*, o recurso ao ataque preemptivo, mantendo-se todavia válido o princípio de cotejar cuidadosa e previamente os benefícios esperados com os efeitos adversos que este tipo de acção sempre provoca nos alvos¹⁵. Mas não faltam argumentos contra o “abaixamento” do patamar da intervenção militar sem o beneplácito da comunidade das nações, de uma forma que acaba por incentivar o recurso ao conflito armado internacional e, em consequência, por pôr em perigo a paz e a segurança de todos.

Cabe aqui recomendar uma acção diplomática consistente e estreitamente coordenada, a desenvolver em vários níveis e destinada a retirar ao terrorismo qualquer hipótese de legitimidade. Joseph Nye fala mesmo de uma verdadeira campanha destinada a demonstrar que “o terror é uma ameaça aos direitos humanos mais básicos e constitui uma forma ilegítima de luta”¹⁶. Para começar, nas Nações Unidas e noutras Organizações Internacionais. Mas também através de pressões sobre os países e as organizações não-governamentais suspeitos de apoiar o terrorismo, as quais podem revelar-se um instrumento muito útil no combate contra os fundamentalismos de variada inspiração que se apoiam numa rede de cumplicidades internacionais para atacar os fundamentos materiais e os valores morais do Ocidente. Estas acções, para além da preocupação em deixar claro que o combate não é contra o islão, mas apenas contra os extremistas, teriam como contrapartida uma política da assistência ao desenvolvimento dos países mais carenciados. Se bem que se mantenha a controvérsia a respeito da real eficácia das políticas de apoio aos países pobres, sobretudo porque uma boa parte do terrorismo se alimenta das classes média e alta, elas têm pelo menos a vantagem “de retirar aos mentores do terrorismo argumentos sustentados no desprezo que os ricos teriam pelos mais pobres”¹⁷.

No domínio das novas tecnologias e em especial no que respeita aos armamentos de alta precisão, é preciso tirar as devidas conclusões do facto de, nalguns dos novos cenários de actuação, a sua utilidade poder ser marginal, tudo devendo ser feito para integrar os

15 Não se considera aqui o ataque preventivo, isto é, a acção tomada antes de o agressor reunir todos os elementos necessários ao desencadeamento da agressão, por ser de justificação muito mais difícil do que a acção preemptiva.

16 NYE, jr., Joseph S., «A North American Perspective», in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Adressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, p. 28.

17 WILKINSON, Paul, «A European Viewpoint on Terrorism », in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Adressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, p. 14.

referidos instrumentos em estratégias inovadoras, para as quais é preciso também preparar, em novos moldes, as unidades combatentes. É urgente conceber armamentos e táticas de actuação que permitam cumprir em simultâneo dois imperativos nem sempre conciliáveis: assegurar a vitória contra formações inimigas que deliberadamente se misturam com as populações e, em simultâneo, reduzir as baixas em combate. A II Guerra do Golfo foi pródiga em esboços do que poderão ser as modalidades de acção nos campos de batalha do futuro: “Eles (o inimigo) procuram a todo o transe ocultar as linhas que separam os combatentes do resto da população e, para tal, não hesitam em instalar forças em bairros residenciais, hospitais, escolas e igrejas. O recurso aos escudos humanos torna muito difícil a sua detecção. E, quando esta é conseguida e as suas posições atacadas, podem sempre protestar junto da opinião pública contra o ‘uso indiscriminado do poder militar’”¹⁸.

Terá de se encontrar algo radicalmente novo. Por um lado, no sentido do desenvolvimento das capacidades não letais de novos armamentos, com os quais se produzam efeitos menos danosos para as pessoas e para os equipamentos; por outro, bem mais complicado, na concepção de táticas de combate que permitam abordar de forma inovadora grandes concentrações urbanas densamente ocupadas por formações de tropas. Recebeu-se que esta opção viesse a constituir o maior desafio da coligação anglo-americana durante a II Guerra do Golfo, sobretudo nos perímetros urbanos de Bagdad e Tikrit. Tal não se verificou, desconhecendo-se até hoje as razões pelas quais a Guarda Republicana não o fez. Mas a resistência tenaz de pequenas bolsas de voluntários árabes e de membros das milícias Baas no interior de alguns núcleos urbanos e particularmente em Bassorá, proporcionou uma amostra do que pode ser um combate de rua bem preparado e executado por combatentes determinados, para não falar das dificuldades que resultarão do recurso a expedientes como a utilização de vestuário civil ou a simulação de rendições pelas forças inimigas.

Não tendo sido possível até hoje, por falta de elementos consistentes, identificar ou conceber um quadro teórico que permita compreender de forma satisfatória a tipologia destas operações, as democracias liberais têm dificuldade em conciliar um conjunto crescente de constrangimentos legais e morais com aquilo que se vai conhecendo sobre as novas modalidades de combate em ambiente urbano. Este repto ultrapassa claramente o domínio da simples geometria, de tal forma que alguns autores anglo-saxónicos começam

18 LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 85.

a falar de *battlespace*¹⁹ em vez de *battlefield*. Se bem que os níveis tático e operacional mantenham a sua importância, a relevância geopolítica do factor urbano exige uma atenção especial a questões como a gestão de calamidades, o controlo policial, a sociologia urbana e outras, que não pertencem ao domínio da segurança e defesa²⁰.

No que se refere especificamente às novas tácticas de combate, pode falar-se de uma solução interessante, expressivamente condensada pelo coronel israelita Gal Hirsch na fórmula “transformar o dinossauro num enxame de vespas”, isto é, transformar os dispositivos militares tradicionais, pesados e pouco ágeis, num instrumento capaz de atacar, ao mesmo tempo, de todas as direcções. Para este especialista, a “urbanização da guerra” por parte dum inimigo que não respeita padrões de comportamento, que se mistura por todos os meios com as populações e que se movimenta num contexto altamente descentralizado que lhe permite explorar ao máximo as potencialidades do conflito assimétrico, exige das Forças Armadas uma preocupação especial com três factores: a obtenção de informações que permitam a designação de objectivos credíveis em tempo oportuno; a capacidade de assegurar a eficácia e o *momentum* da força militar numa altura em que ela se encontra particularmente vulnerável; e a ultrapassagem dos dilemas morais criados pela novas modalidades de conflito²¹.

No plano operacional, a actividade deve assentar nos seguintes requisitos fundamentais²²:

- Criação de um aparelho militar capaz de funcionar sob configurações diversas, apto a atacar simultaneamente de várias direcções “como um enxame de vespas”, especializado em guerra psicológica, mentalizado para as peculiaridades dos conflitos não convencionais, com grande aptidão para a recolha e tratamento de informações relevantes e suficientemente flexível para se adaptar às movimentações insidiosas e largamente inéditas da guerra assimétrica.

19 Embora não se possa falar de um conceito universalmente aceite, o “espaço de combate” corresponde à tradicional visão tridimensional (terra, mar e ar) do campo de batalha, que se deixa crescentemente influenciar pelas dimensões operacionais de tempo, ritmo, profundidade e sincronização.

20 DORMAN, Andrew, Smith, Mike e Uttley, Matthew (edit.), *The Changing Face of Military Power. Joint Warfare in an Expeditionary Era*, Houndmills e New York, Palgrave, 2002, p. 76.

21 Entre muitas outras questões, é preciso ter presente que a resposta das sociedades ao terrorismo pode implicar a redução da privacidade no quotidiano das pessoas, a intrusão do “big brother” na esfera íntima dos cidadãos. E porque esse preço pode vir a ter de ser pago, compete aos responsáveis políticos sensibilizar responsavelmente os cidadãos para o assunto.

22 HIRSCH, Gal, «On Dinosaurs and Hornets – a Critical View on Operational Moulds in Asymmetric Conflicts», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 62-63.

- Ligação em rede de todos os segmentos empenhados em cada acção, por forma a criar rapidamente uma imagem do campo de batalha comum a todos eles, que permita transferir rapidamente informação relevante e realocar efectivos e equipamentos.
- Obtenção de informação que permita atacar os elementos essenciais da “infraestrutura do terror”. Localizar e destruir laboratórios de explosivos, instalações de apoio logístico ou esconderijos é muito importante; mas trata-se de recursos que podem ser rapidamente substituídos. O elemento humano que concebe e executa as operações, pelo contrário, não é facilmente substituível.

Outra importante preocupação tem a ver com a necessidade de vencer a “guerra das imagens”. Numa época em que as imagens transmitidas directamente das frentes de batalha podem ser mais decisivas para o sucesso das campanhas do que as movimentações tácticas, visto que, em muitos casos, a eficácia militar passou a ser avaliada mais pelas percepções que se formam na opinião pública do que por aquilo que efectivamente ocorre no terreno, o problema não pode ser descurado. Há dez anos, já Douglas Hurd avisava que “o debate público não se estabelece em função dos acontecimentos mas sim em função da cobertura que os *media* fazem dos acontecimentos”. Hoje, Philip Taylor prefere falar de “gestão da percepção”, um conceito criado nas escolas de MBA e segundo o qual tudo, inclusive a guerra, pode ser objecto de campanha publicitária e vendido como qualquer produto comercial²³.

Na II Guerra do Golfo, 2500 jornalistas equipados com telefones-satélite, mini câmaras e computadores portáteis, forneceram à opinião pública – global e não doméstica, anote-se – um manancial de informações ininterrupto. Centenas deles, incrustados nas unidades de primeira linha, puderam captar e transmitir, em cima da hora, através de centenas de canais, imagens nunca antes vistas nos ecrãs de televisão. Se não se lembrar aos telespectadores que aquilo que vêem são apenas “imagens duma imagem”, corre-se o risco de que a população tome a parte pelo todo, formando juízos completamente desfasados da realidade. Para lá do impacte mediático, há que entender que tudo se resume a um mero instantâneo dum determinado momento dum único local do campo de batalha: “a guerra vista através dum buraco de chave”. Uma situação retratada desta forma por um jornalista americano²⁴:

23 Cit. SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, p. 44.

24 Cit. SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, p. 42.

É como se você fosse o segundo cão da fila que puxa o trenó. Você tem uma visão bastante completa do cão que segue à sua frente, mas vê muito pouco do que se passa à esquerda e à direita. Se você detectar um acontecimento interessante a um dos lados, pode abandonar a equipa e investigar; mas se o fizer, arrisca-se a perder o lugar na fila.

Muito para lá das divergências pontuais entre jornalistas e militares, que hão-de subsistir enquanto os últimos considerarem que não se pode pôr em risco a segurança das operações e os primeiros pensarem que têm o direito de noticiar tudo, a verdade é que uns e outros se tornaram, como nunca antes, mutuamente dependentes: os jornalistas precisam de ter acesso à informação – uma coisa que só os militares podem facultar-lhe – e estes precisam dos jornalistas para comunicarem com a opinião pública global. Richard Sambrook põe-nos de sobreaviso a respeito do evoluir dessa interdependência. Em sua opinião, os militares e os jornalistas, pressionados a cada dia que passa por imperativos largamente divergentes, virão inevitavelmente a ter no futuro maiores dificuldades em compatibilizar os seus interesses no campo de batalha.

Finalmente, é preciso encontrar uma saída coerente para o impasse gerado pela aversão às baixas em combate. É provável que, na maioria dos conflitos armados em que intervenham as Forças Armadas do “ocidente”, a “décalage” tecnológica entre elas e os opositores assegure o sucesso militar. Contudo, se o inimigo dispuser dum razoável potencial militar e estiver disposto a lutar até ao limite das suas capacidades, o desequilíbrio dos poderes relativos atenuar-se-á. A parte mais fraca, quando se vir confrontada com um poder militar desmesurado, tentará subtrair-se às regras dum jogo em que a sua derrota está anunciada, optando por acções que lhe permitam explorar vulnerabilidades do adversário em domínios militares e não militares²⁵. Em consequência, as baixas – as nossas mas também as do inimigo e as das populações – podem vir a ultrapassar as expectativas das comunidades ocidentais, “legitimando” manifestações de desagrado por parte duma opinião pública que tarda em assimilar o alcance da missão que comete, em regime de exclusividade, às suas Forças Armadas: a *administração da violência armada legítima*. Enquanto assim for, ter-se-á de averiguar o que é mais adequado ao interesse das sociedades

25 Foi isso que se viu em Beirute e em Mogadíscio e se está vendo em diversas localidades iraquianas confrontadas com o imenso poder militar da coligação anglo-americana. Não só a guerrilha urbana se confirmou como parte essencial do arsenal tático nos conflitos assimétricos, como se revelaram outras modalidades de acção, algumas delas absolutamente inesperadas, tais como a utilização de roupas femininas por combatentes, o recurso a ataques suicidas – nos quais, diferentemente do que acontecia com os Kamikaze japoneses da II G.G., a constatação de que se trata de elementos hostis só é possível “em cima da hora” – ou a simulação de situações de rendição.

demoliberais: o predomínio da tradicional «ideologia operacional» do militar ou a preponderância duma «ideologia civilista», desenhada em função dum novo quadro de missões e suportada em aptidões sobretudo técnicas e administrativas.

Traduzindo, no essencial, uma indecisão de natureza política, a aversão às baixas em combate não deixará de produzir sequelas na operacionalidade das forças militares e na disponibilidade dos aliados, ao mesmo tempo que robustecerá a determinação dos inimigos. Pode compreender-se a preocupação dos responsáveis, mas tem de se perceber que essa preocupação tem limites. Ninguém pode ficar indiferente perante a situação testemunhada por Charles Moskos quando, no final dos anos 90, foi à Bósnia perguntar aos comandantes militares americanos qual era a sua missão e recebeu, do escalão mais baixo até ao comandante chefe, uma única resposta, embora nem sempre claramente explicitada: “não ter baixas”. E há perguntas que não podem deixar de ser feitas: que rendimento operacional pode esperar-se dum combatente que tem conhecimento desta situação?; que influência tem esta directiva sobre o moral das nossas tropas e sobre o moral das tropas inimigas?; que motivação tem o soldado para cumprir eventuais missões de combate?; espera-se que o inimigo se submeta voluntariamente aos nossos desígnios?; se as forças militares estão destinadas a preocupar-se mais com a sobrevivência física do que com o cumprimento das missões de combate, faz algum sentido gastar tempo, dinheiro e capacidades no seu aprontamento?

A expressão “síndrome do Vietname” consubstancia os sentimentos de angústia e perplexidade que varreram os EUA, na altura em que foram confrontados com uma derrota inesperada. Hoje, tem-se a percepção de que não foi só nos EUA, mas em todas as sociedades ocidentais e nas suas Forças Armadas, que a Guerra do Vietname deixou sequelas da maior relevância²⁶, a principal das quais será porventura a dificuldade em encontrar um sentido para a morte dos combatentes destacados para as “guerras pós-heróicas”. Na transição para o século XXI, a vontade de preservar a vida dos soldados – não só a dos “nossos”, mas também a dos outros –, passou a condicionar a estratégia dos países e as modalidades de emprego das Forças Armadas, constituindo preocupação central dum escalão político prisioneiro das contas que tem de prestar à opinião pública.

É absolutamente indispensável compreender que a preocupação da sociedade com a morte dos seus soldados, sendo legítima e desejável, e podendo dar um contributo significativo para a redução das baixas em combate, não tem, em contrapartida, qualquer

26 REID, Brian Holden, «The Influence of the Vietnam Syndrome on the Writing of Civil War History», London, *RUSI Journal* vol. 147, n.º 1, February 2002, pp. 44-45.

hipótese de aumentar a probabilidade de vitória das nossas tropas. E não pode estranhar-se que a relutância em sofrer baixas acabe por se instalar no espírito dos próprios militares, desencadeando um processo de degradação progressiva da disponibilidade para combater, de todo incompatível com a missão primária das Forças Armadas. Antes que tal aconteça, seria bom encontrar uma resposta consistente para a inquietante pergunta do general Philippe Morillon, antigo comandante das Forças de Protecção das N. U. na Bósnia: “como podem os soldados estar prontos para matar, se não estiverem prontos para morrer?”

Bibliografia

BOOT, Max, «The New American Way of War», *Foreign Affairs*, July/August 2003, vol. 82, n.º 4, pp. 41-58.

BUNN, M. Elaine, “Preemptive Action: When, How, and to What Effect?”, Institute for National Strategic Studies, *Strategic Forum*, n.º 200, July 2003.

CRONIN, Audrey Kurth, “Rethinking Sovereignty: American Strategy in the Age of Terrorism”, London, *Survival*, vol. 44, n.º 2, Summer 2002, pp. 119-139.

DORMAN, Andrew, Smith, Mike e Uttley, Matthew (edit.), *The Changing Face of Military Power. Joint Warfare in an Expeditionary Era*, Houndmills e New York, Palgrave, 2002.

FINLAN, Alastair, «British Special Forces and the Falkland Conflict: Twenty Years On», London, *Defense & Security Analysis*, Vol. 18, n.º 4, December 2002, pp. 319-332.

HIRSCH, Gal, «On Dinosaurs and Hornets – a Critical View on Operational Moulds in Asymmetric Conflicts», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 60-63.

LEECH, John, *Asymmetries of Conflict – War Without Death*, London e Portland, Frank Cass, 2002.

LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, The International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, pp. 81-98.

NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Addressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003.

RECORD, Jeffrey, «Collapsed Countries, Casualty Dread, and the New American Way of War», Washington D.C., *Parameters*, Vol. XXXII, n.º 2, Summer 2002, pp. 4-23.

REID, Brian Holden, «The Influence of the Vietnam Syndrome on the Writing of Civil War History», London, *RUSI Journal* vol. 147, n.º 1, February 2002, pp. 44-52.

RIVKIN, Jr., David B. e CASEY, Lee A., «Leashing the Dogs of War», Washington D.C., *The National Interest*, Fall 2003, pp. 57-69.

ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», London, *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, pp. 7-32.

ROGEIRO, Nuno, “Je suis partout - The global violence network present NIT (new international terrorism) panorama: some notes for future research”, Lisboa, Instituto Internacional de Macau, *OrienteOccidente*, n.º 10, Janeiro/Abril de 2003.

SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 40-45.

SMITH, Paul J., «Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military?», Washington D.C., *Parameters*, Vol. XXX, N.º 3, Autumn 2000, pp. 77-91.

VVAA, «Twenty Years On: The Falkland War in Perspective», London, *RUSI Journal*, vol. 147, n.º 3, pp. 64-75.

Subsídios para um Novo Modelo de Ensino Superior Militar Universitário em Portugal*

João Vieira Borges

Tenente-Coronel do Exército e Professor na Academia Militar.

Resumo

Circunscrevendo o tradicional debate do sub-sistema do ensino superior militar, ao vector do ensino superior militar universitário (ESMU), o presente artigo tem como pressuposto a necessidade e urgência da reflexão sobre um novo modelo em Portugal. Assim, centrando o esforço de análise nos cursos de Ciências Militares ministrados pela Escola Naval, pela Academia Militar e pela Academia da Força Aérea, caracterizou-se a especificidade do ESMU e identificaram-se ainda as diferentes variáveis de um modelo teórico. Fez-se, em seguida, a análise do modelo actual, tendo por base a avaliação externa entretanto realizada, os modelos de outros países aliados (EUA e França), os factores influenciadores (de ordem política, económica, sociocultural e militar) e as variáveis mais determinantes. Finalmente, e apesar da ausência de resposta a muitas questões, levantaram-se subsídios para um novo modelo de ESMU para Portugal. Com o novo modelo pretende-se cuidar da formação do Homem, do Cidadão, do Soldado e do Chefe, e proporcionar competências profissionais mais objectivas e opções de carreira mais diversificadas aos “oficiais de qualidade e cidadãos de excelência” do século XXI.

Abstract

Circumscribing the traditional discussion about the sub-system of the Military Superior Learning to the University vector (ESMU), the present article aims at reflecting on the need and urgency of improving a new model in Portugal.

So, to characterize the specificity of ESMU and to identify the different variables of a theoretical model, the effort of the analysis has been focused on the military courses in Military Sciences by Naval School, Military Academy, as well as Air Force Academy.

Then it has been done an analysis of the nowadays model having as its basic fundaments: outside assessment; the models in other countries (France and USA); influent factors (political, economical, socio-cultural and military); moreover the most determining variables. At last, in spite of not obtaining an answer to many questions, a lot of subsidies have arisen towards a new model of ESMU in Portugal. With the new model we intend to be concerned about the formation of Man, Citizen, Soldier and Leader, and this way to proportionate professional and more objective skills as well as more differentiated options for a career for the “Officers with quality and the excellence of Citizen” in the XXI st century.

* Este artigo foi escrito em Dezembro de 2003 e foi disponibilizado como documento de trabalho no âmbito da “Reforma dos Cursos da Academia Militar” e das “Jornadas de Reflexão sobre o ESM” que tiveram lugar no IAEM, nos dias 18 e 19 de Março de 2004.

1. Introdução

Nos últimos anos, muito se tem falado e escrito sobre a reforma do Ensino Superior Militar (ESM), mas quase sempre numa perspectiva estrutural, com a discussão a centrar-se sobretudo ao nível da eventual criação de uma universidade das Forças Armadas (FA) e da concentração dos institutos de altos estudos militares, num instituto de estudos avançados.

Os sete anos como professor e coordenador científico, e os três anos como comandante de companhia e de batalhão de alunos da Academia Militar (AM), deram-nos a experiência e o saber necessários para abordarmos recentemente esta temática¹, altura em que, entre outros aspectos relacionados com a reforma do ESM, chamámos a atenção para a importância e para a necessidade do estudo e implementação de vários instrumentos de acção, como a opção por diferentes modelos de ensino.

Ao pretendermos abordar a questão dos modelos de Ensino Superior Militar Universitário (ESMU) ministrados nos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior Universitário (EMESU - Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea), estamos a concentrar as atenções relativamente ao vector de formação base do ESM, que tem ainda nos institutos de altos estudos militares e nos politécnicos militares, outros vectores muito importantes na qualificação e formação dos oficiais das FA.

Para todos os efeitos, encaramos um modelo de ESMU como uma representação formal, mas simplificada, do conjunto de cursos mais significativo e simultaneamente mais representativo das suas estruturas essenciais e que reúne características ou qualidades que fazem dele um exemplo de referência do ser oficial. E destacamos entre os vários cursos existentes nos EMESU, aqueles que consideramos mais significativos em termos de dimensão e em termos dos quadros mais elevados da hierarquia, que são os cursos de licenciatura em Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria no Exército, das Armas na GNR, de Marinha e Fuzileiros na Armada, e de Piloto Aviador, na Força Aérea.

Ao contribuírmos com subsídios para um novo modelo, pretendemos com a nossa opinião - consolidada também pelo privilégio que tivemos em visitar quatro EMESU estrangeiros (Espanha, EUA, França e Reino Unido)² - levantar novos elementos de análise

1 Ver BORGES, João Vieira, "A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal", *Revista Militar* nº 2412, Janeiro 2003, Lisboa, p. 47-78.

2 E de participar em Julho de 2002, em Saint-Cyr (França), num seminário com a presença de 26 Academias Militares (24 europeias e 2 norte-americanas).

para o debate sobre esta temática, independentemente do bom trabalho desenvolvido nos últimos anos por todos os EMESU e da validade ou oportunidade da nossa intervenção, elementos a que só o futuro poderá dar resposta.

Assim, começaremos pela especificidade do ESMU, a que se seguirá a caracterização de um modelo de ESMU. Faremos depois análise do modelo actual, com destaque para os seus pontos fortes e fracos, tendo por base a avaliação externa entretanto realizada³ e os modelos de dois países aliados nas organizações de segurança e defesa colectiva (EUA e França). Apresentaremos depois subsídios para um novo modelo em Portugal, com base na identificação de alguns factores influenciadores das variáveis, e terminaremos com algumas considerações finais portadoras das ideias chave.

Não dispondo de bibliografia específica muito para além de alguns artigos publicados recentemente na *Revista Militar*, a liberdade de acção é maior, assim como a probabilidade de abrir caminho à discussão, que esperamos seja profícua, porque estamos a reflectir sobre o futuro dos generais dos anos 30, que esperamos continuem a constituir parte significativa do futuro de Portugal, enquanto Estado independente e soberano no concerto das nações.

2. A especificidade do Ensino Superior Militar Universitário

Os estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico, públicos e privados, ministram cursos e atribuem graus académicos de nível superior, prestando serviços à comunidade, gozando de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

O ESM, que gradualmente se tem aproximado do ensino superior em geral, no sentido de obter o reconhecimento dos “seus” graus académicos, continua a ter a sua própria especificidade, que vem expressa na Lei nº 1/2003, quando destaca no seu artigo 50º, que *o Governo aprova, por Decreto-Lei, a adaptação do respectivo regime jurídico aos estabelecimentos de ensino superior militar* ⁴, *no respeito da respectiva especificidade.*

3 Pelo Decreto-Lei nº 88/2001, de 23 de Março, o subsistema do ensino militar foi integrado no processo global da avaliação do ensino superior universitário público, acção considerada vital para a credibilidade do ESM pelo Prof. Doutor Adriano Moreira e que terminou recentemente (Julho 2003), com a avaliação das licenciaturas em Ciências Militares.

4 E ensino superior policial, ensino superior concordatário e ensino superior não presencial.

Sendo o corpo dos EMESU a sua dimensão física, a sua alma enquadra-se nas funções, dentro do qual se realiza a diversificada, complexa e específica actividade que desenvolve, ficando o espírito associado à ideia da sua missão e à instituição militar para que forma os seus alunos; no fundo a razão da sua especificidade relativamente à universidade tradicional. A especificidade militar consubstancia-se, assim, no corpo e na alma e, sobretudo, no espírito.

Mas afinal qual o factor determinante dessa especificidade?

Em duas palavras... profissão militar.

Profissão militar, que para Janowitz⁵ consiste numa mistura de heróis, gestores e especialistas, cujos líderes têm de saber administrar a violência, num equilíbrio que varia em cada plano da hierarquia de autoridade.

Sobre esta temática, a maioria dos autores de referência, como Janowitz, Moskos, Huntington e Perlmutter, destacam a importância da discussão em torno dos modelos institucional e ocupacional. Em Portugal, Maria Carrilho e especialmente Mira Vaz, em estudos mais recentes, optam por uma solução mais próxima do equilíbrio, em face da nova ordem internacional, das missões do *guardião-soldado*, da revolução nos assuntos militares e da nova administração da violência organizada⁶.

Mas para formar quadros, que têm de proporcionar segurança ao Estado e de ser em simultâneo politicamente neutrais e moralmente afirmativos, é necessário assumir certas diferenças intrínsecas ao militar, ao seu estatuto e à sua função de servidor do Estado. Por isso, o Tenente-General Belchior Vieira, já destacou, mais do que uma vez, que o ESM terá de formar acima de tudo “gestores da violência armada, legítima e organizada, directamente empenhados na sua preparação e aplicação”.

Nos EUA, o Center of Strategic and International Studies – CSIS, formou um comité coordenado por Dick Cheney, em 1997, destinado a avaliar o sistema de educação militar profissional e a fazer recomendações. Entre as suas conclusões, o CSIS destacou que as missões de hoje “exigem que o capitão seja também um negociador, diplomata, soldado, e que promova a manutenção da paz”.

Como temos constatado nos últimos anos, definir hoje o perfil do militar e do oficial de 2030 não é tarefa fácil, nem sequer para exércitos dos países mais poderosos do Mundo. Mas existe a consciência de que o oficial do futuro necessitará cada vez mais de uma maior capacidade de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros e cada vez menos de

5 Ver JANOWITZ, Morris, *The Professional Soldier*, The Free Press, MacMillan Publishing, Nova Iorque, 1971.

6 Ler VAZ, Nuno Mira, *Civilização das FA nas Sociedades Demoliberais*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2002.

capacidades ligadas, ou associadas, à construção ou reparação dos artefactos bélicos (e quanto maior o desenvolvimento tecnológico mais este desenho estará próximo da realidade).

Sendo o produto do ESMU, um militar com cerca de 23 anos, com uma competência específica relacionada especialmente com o comando de homens e a gestão da violência, com a responsabilidade primária de contribuir para a segurança nacional, em subordinação ao Estado e com o necessário espírito de corpo, por respeito a valores institucionais como a honra e o dever, naturalmente que terão de existir diferenças relativamente ao ensino superior público ou privado.

E tal especificidade do ESMU, tão fácil de sentir mas tão difícil de explicar, está explícita em diplomas legais, em Portugal e no estrangeiro, independentemente dos sistemas de ensino de cada País e da missão de cada estabelecimento.

A evolução do ESMU, desde o início do século XVIII, altura a partir da qual passou a ser conhecido e reconhecido ao nível do ensino superior, tem acompanhado, em parte, a própria evolução do ensino superior público. Os EMESU têm sido, desde o início do século XVIII, orientados fundamentalmente para a formação de base dos futuros oficiais, em várias componentes (a científica de base, a de índole técnica e tecnológica, a comportamental, a preparação física e de adestramento militar), no sentido de lhes dar todas as condições necessárias para a adaptação a novas situações de guerra e de paz.

Ao longo dos tempos, e apesar das alterações nas competências exigidas ao oficial, em função da evolução tecnológica e científica, da evolução da guerra, da evolução da sociedade e do Mundo em que está inserido, o modelo tem-se mantido sensivelmente idêntico desde o início do século XX, apesar dos reajustamentos pontuais efectuados nos últimos anos⁷.

Se em termos legais a aproximação tem sido gradual, em termos práticos as diferenças continuam a ser significativas relativamente ao ensino superior público e mesmo ao privado. Por outro lado, encontramos com grande facilidade, pontes entre os três EMESU (EN, AM, AFA), naquilo que entendemos por bem considerar de *especificidade militar*. Esta sensibilidade foi recentemente traduzida em palavras pela comissão de avaliação externa das Ciências Militares⁸, que na avaliação dos cursos dos três EMESU destacou, em termos

7 Sobre “um pouco de história” e sobre o “ser militar” ver FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), “Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar”, *Revista Militar* n.º 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, pp. 771-790.

8 Relatório síntese global, de Julho 2003, 2.º ciclo, 3.º ano.

de especificidade relativamente às restantes instituições de ensino superior, entre outros, os seguintes elementos:

- o carácter militar das instituições de ensino superior, sujeitas a cadeias de comando hierarquicamente estabelecidas e pessoalmente nomeadas;
- a existência de uma dupla tutela (Ministérios da Defesa e da Ciência e do Ensino Superior);
- o regime de internato considerado como o único compatível com o tipo de formação, simultaneamente científica e técnica; militar e física, comportamental e ética;
- o carácter dual do corpo docente, coexistindo professores civis e militares;
- a restrição legal ao grau académico de licenciatura...

Basicamente, o oficial foi sempre formado para comandar, muito embora em determinados períodos da História, a formação tivesse sido orientada especificamente para a função de oficial subalterno, que o esperava à saída do EMESU, numa guerra algures na Europa (I GG) ou em África (Guerra Colonial). Noutros períodos, a preocupação da formação foi mais orientada no sentido do comando de vários escalões ao longo da carreira, o que implicou a necessidade de uma formação inicial mais global, que assegurasse os conhecimentos necessários para o desempenho de diversas funções, desde a de “educador do povo”, à de administrador.

Assim, eis os primeiros dois aspectos fundamentais da especificidade militar nos EMESU:

- os alunos são formados para *comandar* militares, na paz e na guerra;
- os alunos são destinados a uma *única entidade empregadora* (dispondo no final de uma “forma de estar”, de um “emprego” e de uma “carreira”), a Armada, o Exército, a Força Aérea, a GNR...

Outro aspecto importante tem relação directa com a componente social, com o papel do oficial formado nos EMESU na sociedade que o envolve, com o prestígio da sua instituição e da sua escola de formação e com o reconhecimento da sociedade relativamente à farda que enverga. E aqui, tem havido um cuidado muito especial da instituição militar, e em particular dos três EMESU portugueses, no acompanhamento do que de melhor se faz na sociedade envolvente, no sentido de ministrar uma formação de qualidade, reconhecida

pelos seus pares, não só em termos dos cursos, dos currículos, das instalações, dos corpos docente e discente, mas especialmente do cuidado em satisfazer, com eficiência e eficácia, a entidade empregadora.

A recente preocupação com a evolução da componente académica e científica, no sentido da adequada equivalência a cursos civis e da valorização do oficial enquanto cidadão com responsabilidades de nível superior, só poderá ser negativa se acontecer em detrimento do peso ou da qualidade das componentes militar, técnica e comportamental. Neste caso, mais dois apontamentos para a especificidade militar:

- que a mais valia do ensino nos EMESU encontra-se, sobretudo, na possibilidade de ministrarem *formação militar e comportamental*, adequada ao desempenho de funções únicas na sociedade por parte de um dos servidores do Estado; defender a Pátria *mesmo com o sacrifício da própria vida*;
- que a formação académica do futuro oficial é de nível superior e com a qualidade inerente às elites...

A base da especificidade está, portanto, na formação militar e comportamental⁹, responsabilidade primária do corpo de alunos dos diferentes EMESU, e nos consequentes objectivos que passam sempre por formar “gestores da violência” ou “produtores de segurança”.

E na formação militar e comportamental, a especificidade militar não é exclusivamente a “farda”, “a pontualidade”, “o sistema presencial”, o “espírito de cidadania”, apesar da sua importância, sobretudo no seu conjunto, na formação dos futuros oficiais. Estes aspectos foram ontem, e são hoje, cultivados por vários estabelecimentos de ensino superior não militares, normalmente de excelência, que têm nas regras de acesso rigorosas e no corpo docente de grande qualidade, outros atributos. A especificidade militar é também a cultura permanente dos valores da instituição¹⁰ (a qual se constrói em parte com o rigor do cerimonial, com uma maior ligação às unidades que irão servir, com mais visitas, mais conferências, com experiências de militares mais antigos, mais exercícios militares no terreno...), é a tomada de consciência de que a função primária de comandar é diferente de

9 Onde se cultivam valores, qualidades e competências como: honra, integridade de carácter; relações humanas e cooperação; autoconfiança e autodomínio; iniciativa; sentido do dever e disciplina; poder de comunicação; dedicação e empenhamento na função; planeamento e organização; aptidão técnico-profissional; julgamento; decisão; condição física...

10 No caso da universidade pública ou mesmo privada, ainda não há a noção da instituição que se vai servir, cultivando-se, por vezes em excesso e sem sentido, os valores da instituição universitária...

mandar (é a vida e não o emprego dos soldados que está em causa), é a noção de que servir o País está sempre em primeiro lugar.

Os alunos são seleccionados noutras áreas que não só as decorrentes da sua valia académica, nomeadamente nas áreas psicotécnica, física, médica e de aptidão militar; ou seja, detêm todas as condições para uma escola de excelência. Por outro lado, os alunos são objecto de um regime disciplinar e mesmo de um regime escolar especial, que consubstancia os valores essenciais da cultura organizacional das FA.

Especificidade militar é dispor nos EMESU de uma cadeia de comando que promove diariamente a cultura da instituição militar e que tem necessariamente de ser diferente da organização e gestão de uma universidade pública ou privada, pois só assim constitui um comportamento organizacional mais próximo da realidade que os alunos irão enfrentar, o que necessariamente transporta consigo mais vantagens do que inconvenientes.

A especificidade militar passa igualmente por um corpo docente, com professores civis e militares, heterogéneos na formação, mas homogéneos nos valores e princípios que norteiam uma instituição de referência e um ensino de excelência.

A especificidade militar consubstancia-se e passa ainda pela consolidação das disciplinas mais relacionadas com os conhecimentos militares, no sentido de as actualizar em face das rápidas alterações que vão sofrendo, desde a estratégia, à tática, à logística, à legislação militar, à organização militar, ao armamento, à organização do terreno, à história militar, até à liderança militar.

Ceder ao mundo académico em geral, na área dos conhecimentos militares e, sobretudo, na formação militar, é retirar os verdadeiros pilares da especificidade militar. A sobrevivência dos EMESU só se justifica se, como Sebastião Telles escreveu, continuarem a existir e a ser cultivados os conhecimentos militares.

Um dos grandes desafios dos diferentes EMESU está hoje na crescente dificuldade de adaptação dos jovens a estes valores (até porque a sociedade e a família dificilmente os cultivam) e na solução a encontrar, em cada País e em cada instituição, no sentido da mais fácil integração das várias componentes, académica e militar. Conseguir continuar a criar nos alunos um invulgar espírito de bem-servir e desenvolver qualidades como a camaradagem e o espírito de sacrifício, a par de níveis elevados de conhecimento científico, pressupõe medidas a vários níveis como a opção cuidada por novos modelos de ensino, que outros países têm adoptado recentemente.

Como apontamento final da especificidade militar, destacamos a missão única dos EMESU: formar o oficial combatente-académico, *que terá de ser sempre combatente,*

com suporte e formação universitária e não universitário para ser combatente, e que terá de ser comandante com elevados conhecimentos e não um universitário que também pode comandar.

3. Características de um modelo de ESMU

São requisitos legais para a criação e aprovação de um curso superior conferente de grau académico (licenciatura, mestrado ou doutoramento), um projecto educativo, científico e cultural próprio, a existência de instalações, de recursos e de um corpo docente próprio, apropriados à natureza do curso e do respectivo grau.

No caso do ESMU, os cursos aprovados por portaria conjunta dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior (mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo) respeitam tais requisitos legais, salvaguardando as suas especificidades.

Um modelo de ESMU, tal como atrás definimos, constitui uma representação do conjunto de cursos mais significativos e simultaneamente mais representativos das suas estruturas essenciais.

Um modelo de ESMU pode ser caracterizado por diferentes variáveis¹¹, sendo importante considerá-las, tendo por referência outros países aliados¹², e mesmo alguns critérios de avaliação dos respectivos EMESU. A importância da relatividade é considerável, no sentido de não levantar variáveis, que na prática constituem constantes em todos os EMESU apesar de serem importantes numa visão integrada do ESM.

Quando analisamos os diferentes cursos de um mesmo EMESU (caso da AM) encontramos diferentes modelos (caso das Ciências Militares, das Medicinas e das Engenharias), pelo que importa identificar as variáveis caracterizadoras. E entre estas

11 O nível de ensino universitário está à partida assumido como uma constante, pois, com excepção do Reino Unido, todos os EMES concedem o grau de licenciatura aos seus alunos. O grau universitário “demonstra a capacidade do oficial para aprender, dotando-o de habilitações específicas para o desempenho de funções de chefia”. Inclusivamente esta situação é imposta hoje em termos estatutários (nº 1 do artº 130 do EMFAR). Sobre a necessidade da formação universitária, consultar o excelente artigo do Capitão-de-Fragata PAULO, Jorge Silva, “Universidade das Forças Armadas”, *Revista Militar*, nº 2411, Dezembro 2002, Lisboa, pp. 953-970.

12 Normalmente, identificam-se muito resumidamente quatro modelos ocidentais: o Francês (que também tem no seu interior vários modelos, mesmo ao nível das armas, desde 2002, com o recrutamento externo de licenciados); o Americano; o Alemão (com recrutamento interno e universidade militar) e o do Reino Unido (sem formação académica para além dos conhecimentos militares e resumido o curso a um ano essencialmente militar).

estão seguramente o número de anos do curso, a frequência de parte do curso e a concessão do grau académico numa universidade pública através de protocolo, a concentração dos conhecimentos militares no primeiro ano e a sua actualização ao longo dos anos por seminários, etc..

Consideramos como referência determinante do modelo, as licenciaturas em Ciências Militares recentemente avaliadas por uma comissão de avaliação externa do ensino superior universitário¹³, pela seguinte ordem de razões:

- conjunto de cursos com maior número de alunos;
- cursos mais significativos e representativos, dando mais facilmente acesso aos mais elevados postos da hierarquia militar;
- os seus formandos constituem a *espinha dorsal* da organização militar;
- não têm paralelo nos cursos ministrados nos restantes estabelecimentos de ensino superior público ou privado...

Sobre as variáveis caracterizadoras ou determinantes da construção de um modelo¹⁴, consideramos que algumas não deverão ser consideradas actualmente ao nível do ESMU (podendo ser destacadas ao nível do ESM), nomeadamente: o regime de funcionamento; o corpo docente; o regime de avaliação; as metodologias de ensino; as contrapartidas; a organização geral¹⁵; e a cultura institucional¹⁶.

13 Que com vogais nacionais e estrangeiros, com elevado conhecimento da instituição militar, realizaram um trabalho notável em prol da melhoria do ESM no seu conjunto.

14 O Tenente-General Belchior Vieira destaca no seu artigo “Modelos de Sistemas de Ensino Universitário Militar”, as seguintes variáveis caracterizadoras de um modelo: selecção; peso das matérias militares nos currículos; ensino e treino; tipo de licenciaturas; socialização. Aborda ainda este tema, tendo por referência dois modelos europeus distintos (de que sugerimos a leitura cuidada, porque complementar aos nossos exemplos): o alemão (convergente) e o inglês (divergente).

15 A solução da Universidade das Forças Armadas (UFA) e do Instituto de Estudos Avançados (IEA) permitia, segundo o ex-Ministro Veiga Simão “eficácia, rentabilidade, competitividade e acima de tudo tornava transparente o reconhecimento social, cultural e empresarial”. Sobre esta questão, pensamos que a criação de uma entidade de coordenação do ESM (de cariz conjunto) poderia resolver muitos problemas conjunturais e aproximar os vários actores. Não esqueçamos que as reestruturações e as reformas têm os seus tempos e não podemos, à partida, colocar entraves a qualquer iniciativa, caso contrário, não teriam existido homens como Sá da Bandeira e instituições como a Escola Militar, a Escola de Guerra ou mesmo a Academia Militar.

16 Já manifestámos a nossa opinião relativamente à necessidade de separação das dependências dos institutos de altos estudos militares (ou do IEA) relativamente à tutela da Educação (devem ser os militares a gerir os cursos de promoção e qualificação, sem qualquer interferência ou pressão exterior à instituição militar). Sobre os politécnicos militares, consideramos ainda que são urgentes as decisões no sentido de irmos ao encontro de Bolonha, e da licenciatura como grau académico mínimo do oficial (não pode haver oficiais de primeira e de segunda), o que leva à inevitável formação de base concentrada nos EMESU.

Assim, destacaremos como variáveis determinantes e caracterizadores de modelos de ESMU, as seguintes:

a) o regime de admissão

O recrutamento pode ser interno (número de militares limitado a uma determinada percentagem) ou externo (jovens civis). A admissão pode ser feita através de concurso documental e de prestação de provas específicas de acordo com o regulamento próprio (que incluem normalmente provas médicas, psicotécnicas, físicas e de aptidão militar ou técnica).

b) a duração dos cursos

De cinco a sete anos lectivos, dependendo dos cursos e da formação de base.

c) o grau académico

Continua a ser fundamental que todos os alunos adquiram um diploma académico e que este tenha o mesmo valor daqueles que são obtidos nas universidades públicas e privadas, fundamentalmente pelo prestígio da instituição e da escola e para mais fácil integração dos diplomados no mercado de trabalho. Por outro lado, a eventual opção pelo mestrado ou pelo doutoramento (que é a base comum à carreira docente do ensino universitário), ainda que protocolados com universidades civis, é uma modalidade pouco usual nos EMESU, todavia em fase de evolução em países como a França;

a) o objectivo de formação

Que passa por formar somente o oficial subalterno (curto), o oficial de carreira ou mesmo o servidor do Estado (alargado), com inevitáveis consequências para a definição do enquadramento científico mas também dos aspectos profissionais de âmbito militar e técnico;

b) a área científica e tecnológica e os cursos

Se os modelos em Portugal continuam a privilegiar as ciências exactas, na maioria dos países ocidentais as ciências sociais e humanas são determinantes na formação dos oficiais há mais de vinte anos, porque “mais importante do que saber como funciona é saber escolher e tirar todo o rendimento do que se escolhe”¹⁷. No que concerne aos cursos, a opção passa pelas Ciências Militares

17 FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), “Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar”, in *Revista Militar* nº 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, p. 780. Neste artigo de leitura obrigatória, o Coronel Fraga chama a atenção para o facto de não se ter definido o que se entende por “Ciências Militares”, nem se ter separado clara e distintamente o currículo “científico” do currículo “profissionalizante”.

(com crescente dificuldade de aceitação no mercado civil e no mundo científico), ou por cursos de relações internacionais, de gestão, de direito (GNR) e de engenharia de sistemas, na nossa perspectiva mais próximos das competências específicas e das necessidades dos ramos e da GNR. Os cursos de sociologia, psicologia, engenharia geográfica, história ou outros, que sendo necessários, não exigem um número considerável de alunos, poderão ser enquadrados nos actuais modelos da medicina e das engenharias.

c) o peso dos conhecimentos militares¹⁸

Fundamental em termos da especificidade militar e que deveria representar a percentagem dos conhecimentos militares na balança dos currículos. Na nossa perspectiva devem contemplar todas as actividades específicas dos EMESU e exteriores à componente académica, incluindo a preparação militar específica, o treino físico, a formação comportamental e ética para além das disciplinas com aplicação militar normalmente incluídas na preparação técnica;

d) o regime de “diplomação”

Que diz respeito à apresentação de uma tese final de curso, de uma memória, de um trabalho de curso, no fundo à outorga do grau;

e) o plano de curso

De espectro largo (caso de cursos de preparação mais global e multidisciplinar) ou reduzido (cursos mais orientados para a função ou para a competência específica) e com, ou sem, disciplinas de opção;

f) a investigação

É fundamental que se desenvolvam projectos de investigação nos EMESU, extensíveis dos docentes aos discentes, pelo menos no que concerne à outorga dos graus. Outra forma de impulsionar a investigação como base do ensino superior, seria através da realização de pós-graduações;

g) a internacionalização

Tem relação com a mobilidade e com os intercâmbios com congéneres ao nível de visitas e de formação complementar de docentes e especialmente de discentes entre EMESU de países aliados.

18 A «ciência positiva da guerra» de Sebastião Telles, baseada na evolução histórica, e nos métodos de observação...com disciplinas como a sociologia militar, a polemologia, os estudos de segurança e defesa, a geopolítica, a estratégia, a tática, a logística, a fortificação, a gestão de conflitos... Actualmente temos cada vez mais visões integradas da sociedade (a segurança externa e interna confundem-se), o que não quer dizer que, como destaca o General Loureiro dos Santos, deixe de ser obrigatório para qualquer oficial, conhecer a vida e obra de Clausewitz, Moskos, Janowitz, Jomini...

Entre os factores influenciadores (internos e externos) dos modelos de ESMU, destacaríamos em termos internos:

- políticos (caso das políticas de educação e das opções por licenciaturas de 3 ou 4 anos);
- económicos (nomeadamente a racionalização de recursos);
- socioculturais (caso da visão da sociedade relativamente aos graus académicos e ao papel das FA);
- militares (como as novas missões mais conjuntas e combinadas, o perfil do oficial, a profissionalização e a necessidade de harmonizar o ESM ao nível dos três ramos).

Por outro lado, o peso de factores influenciadores externos pode também ser significativo, nomeadamente:

- político (evolução da união europeia e da declaração de Bolonha);
- económicos (crise mundial e restrições da união europeia);
- socioculturais (maior ou menor normalização do ensino decorrente da globalização);
- militares (processo da PESC/PESD, novas missões combinadas alterações estruturais noutros EMESU congéneres de países aliados).

4. O modelo actual

Nos últimos anos efectuaram-se algumas “reformas” nos diferentes cursos de Ciências Militares, que os enriqueceram e credibilizaram, como são prova os resultados da avaliação recente, efectuada pela comissão de avaliação externa do ensino superior universitário.

Tendo consciência da existência de vários modelos de ESMU, mesmo em cada um dos EMESU (caso das engenharias, da administração e das medicinas), vamos considerar exclusivamente os cursos de Ciências Militares (excepção para a Administração) como núcleo central. As variáveis que incluem aqueles cursos noutros modelos, situam-se sobretudo ao nível da duração dos cursos (que variam entre os 4 e os 6 anos + 1 de tirocínio) e da concessão dos graus pelo EMESU, ou pela universidade pública que frequentam. Estas alterações são compreensíveis tendo em atenção:

- a consequente racionalidade económica, em face da dificuldade da instituição em dispor de um corpo docente e instalações especializadas para cursos com poucos alunos;

- a elevada credibilidade dos cursos ministrados pela universidade que a instituição militar “escolhe”;
- a licenciatura para o servidor do Estado, criando saídas profissionais paralelas à da instituição militar, em qualquer momento da carreira;
- a manutenção do regime de internato e das componentes militar, física, comportamental e ética, em moldes diferentes, mas já testados e com bons resultados.

Deste modo, e voltando ao modelo dos cursos de Ciências Militares (Marinha e Fuzileiros na EN, Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Armas-GNR na AM e Piloto-Aviador na AFA), poderíamos caracterizá-lo tendo em conta as variáveis atrás identificadas.

No sentido da necessária relatividade, e porque o modelo nacional pode (e preferencialmente deve) ser considerado uno¹⁹, considerámos a título de comparação (ver Quadro 1), os modelos Francês (L'École Spéciale Militaire de Saint-Cyr) e dos EUA (United States Military Academy-West-Point), independentemente da noção de que existe todo um enquadramento político, económico, social e mesmo militar (neste caso circunscrito inclusivamente ao ramo Exército), que é determinante relativamente a algumas opções das variáveis seleccionadas.

Quadro 1 - Elementos caracterizadores dos modelos de ESMU em Portugal, França e EUA

Variáveis	Portugal	França	EUA
<i>Regime de admissão</i>	Concurso documental (disciplina específica de matemática) e de prestação de provas específicas (físicas, médicas, psicológicas e de aptidão militar). Menos de 24 anos para candidatos internos e 22 para candidatos externos.	Concurso documental (abertura às ciências, letras e ciências económicas e sociais) de prestação de provas específicas (físicas, médicas e de aptidão militar) a cargo do Ministério da Defesa. Inclui dois anos de preparatórios. Menos de 22 anos para candidatos internos e externos.	Recomendação de um membro do Congresso ou do Exército e prestação de provas específicas (académicas, físicas, médicas e de liderança). Abertura a todas as áreas científicas e tecnológicas. Entre os 17 e os 23 anos para candidatos internos e externos.

19 As diferenças não são significativas, havendo pequenos desajustamentos em termos curriculares ou dos planos de curso, que não são determinantes na construção de um modelo.

Variáveis	Portugal	França	EUA
<i>Duração dos cursos</i>	4 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no início ou no fim do 1º ano.	Várias modalidades em função das habilitações académicas dos candidatos. O mais usual é o de 2 (preparatórios)+3 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no fim do último ano.	4 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no fim do último ano.
<i>O grau académico</i>	Licenciatura em Ciências Militares.	Diploma de Saint-Cyr e grau equivalente a licenciatura (e título de engenharia) e mestrado.	“Bachelor of science degree” equivalente a licenciatura. Com um ano adicional na universidade podem obter o grau de <i>master</i> .
<i>Objectivo de formação</i>	Oficial de carreira (alargado).	Oficial de carreira e servidor do Estado (alargado).	Oficial de carreira e servidor do Estado (alargado).
<i>Área científica e tecnológica e cursos</i>	Ciências exactas. Cursos de Ciências Militares, com especializações diversas (Infantaria, Fuzileiros...).	<i>Ciências sociais e humanas e ciências da engenharia.</i> Cursos de “relações internacionais e estratégia”, de “gestão das organizações e do homem” e de engenharia”.	<i>Ciências sociais e humanas, ciências exactas e ciências da engenharia.</i> Vários cursos como química, informática, economia, história, relações internacionais, matemática...
<i>Peso dos Conhecimentos Militares</i>	Entre 46% (Armas GNR) e 82 % (Marinha).	Cerca de 40%, concentrados sobretudo no primeiro e no último semestres.	Cerca de 45%.
<i>Regime de “diplomação”</i>	Tese final de curso.	Tese final de curso.	Sem tese final.
<i>Plano de curso</i>	De espectro largo, sem disciplinas de opção.	De espectro curto, com disciplinas de opção.	De espectro curto, com disciplinas de opção.
<i>Participação na investigação</i>	Essencialmente na tese final de curso.	Durante o curso.	Durante o curso.
<i>Internacionalização</i>	Restrita a visitas	Visitas e trabalhos finais dos alunos.	Visitas e protocolos de intercâmbio de alunos.

A análise de modelos de ESMU de outros países aliados, ajuda a compreender as reestruturações encetadas por grandes potências aliadas, desde que sejam compreendidos e considerados os racionais das reestruturações e os respectivos sistemas de ensino. A escolha da França e dos EUA, para além do conhecimento que temos por contacto muito recente com aquelas escolas, foi feita no sentido em que constituem dois modelos de referência no mundo ocidental, que se encontram em fase de reestruturação e com alguma influência nos restantes EMESU, na Europa e na América do Norte, afinal os pólos principais da sociedade da informação e do conhecimento.

Em França (Saint-Cyr) o perfil do oficial é o de um “chefe militar, servidor do Estado, e decisor”. O oficial é entendido como homem de acção dotado de uma capacidade de reflexão e de vastos conhecimentos militares, com especial destaque para a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, competências que no conjunto “consolidam” a arte de comandar. Tendo em atenção o perfil atrás referido, todo o projecto pedagógico de Saint-Cyr está assente em quatro pilares: a cultura geral; o sentido dos valores; a aptidão para o comando; as competências profissionais.

Por sua vez, a arquitectura da formação militar geral (do homem, do cidadão, do soldado e do chefe) inclui um tronco comum de formação geral comum a todos os oficiais, formação académica, formação do comportamento militar e a formação militar e desportiva. A componente militar é concentrada no primeiro ano (formação inicial militar de 4 meses e estágio num regimento durante três meses, para além de diversos cursos, como paraquedismo, comandos...) e no último semestre antes do tirocínio. A componente académica obedece à abertura à sociedade civil, à internacionalização da formação e à qualidade, tendo sempre presente uma estreita ligação com a componente militar.

Dispõe ainda de uma organização dos cursos por semestres²⁰, que vai ao encontro do nível de recrutamento de cada um dos alunos de elite: entre os que dispõem dos 2 anos de preparatórios para as Grandes Escolas, fazem mais 3 anos e o tirocínio; entre os licenciados com 4 anos, que fazem mais 2 anos e o tirocínio; entre os licenciados com 5 anos, que fazem mais 1 ano e o tirocínio.

As licenciaturas em “relações internacionais e estratégia” e em “gestão das organizações e dos homens”, são ministradas em quatro semestres, o último dos quais incluindo a preparação e a redacção de uma memória de curso (normalmente associada à vida militar), num total de cerca de 2.500 horas, das quais cerca de 30% em cadeiras de opção e 25% em trabalho de investigação e pesquisa. Os engenheiros assentam num modelo semelhante e

20 Seis semestres tipo: Integração; Combate; Formação Geral; Internacional; Ensino Específico; Ensino Opcional.

com a mesma duração (seis semestres depois de um ano de preparatórios como condição de acesso) do modelo das armas (curso reconhecido pela Ordem dos Engenheiros).

O grau de mestre é possível obter nas modalidades de $“(4/5)+(2/1)+1”$, em sintonia com o processo de Bolonha (3+2) e para os “melhores voluntários”.

A experiência de 2002 relativamente ao recrutamento de licenciados para fazerem só dois semestres antes do tirocínio, resultou num fracasso em que para cerca de 100 vagas só foram admitidos 22 licenciados nas áreas de menos interesse para o exército francês (história e sociologia).

Nos EUA e particularmente em West-Point, o oficial é formado para servir o Exército e os EUA, tendo como lema “Dever, Honra e Pátria”. Pretende-se que o oficial seja um cidadão com valores reconhecidos pela sociedade, que pode assim integrar os quadros do Estado, mesmo para além dos da própria instituição militar para a qual é prioritariamente formado.

As cerca de 30 licenciaturas incluem 17 na área das humanidades e ciências sociais e 13 na área das matemáticas e ciências da engenharia. O desenho dos cursos é baseado nas necessidades do Exército e daí incluir uma parte comum com conhecimentos militares de base para qualquer oficial (que incluem cadeiras de “ciências militares”). Existem ainda disciplinas comuns e obrigatórias da área das ciências exactas (desenho, informática, química, física e matemática) e das humanidades e ciências sociais (línguas, liderança, inglês, história, direito). A área científica de opção tem maior peso a partir do 3º ano, com ênfase para os cursos de química, informática, economia, línguas estrangeiras, história, relações internacionais, literatura, matemática, história militar, geografia, física e ciência política.

Os alunos têm um treino militar intensivo durante as primeiras seis semanas (treino básico) e a componente militar é sobretudo concentrada em cerca de dois meses de verão.

Nos quatro anos vividos em West-Point, os alunos são preparados e desempenham gradualmente as funções de soldado (1º ano – treino básico), cabo (2º ano – treino de campo), sargento (3º ano) e oficial subalterno (4º ano), participando durante os dois últimos anos em exercícios, quer em unidades sediadas nos EUA, quer em teatros de operações espalhados pelo Mundo. No final do 4º ano os alunos escolhem as armas antes do tirocínio que se segue, sendo-lhes atribuída uma graduação equivalente à nossa licenciatura, bastando posteriormente um ano na universidade da área que escolheram para obterem o grau de *master* (obrigatório para os professores das áreas académicas). O peso da componente militar é de cerca de 45%, que inclui um peso elevado da componente física (com cerca de 15% do curso). Uma parte significativa (20%) dos alunos deixa as FA ao fim de cinco anos, servindo posteriormente os EUA nos serviços públicos, prioritariamente na área da segurança e defesa.

Notam-se algumas diferenças entre os três países, particularmente entre Portugal e os restantes dois países no seu conjunto, nas seguintes variáveis:

- apenas Portugal ministra uma licenciatura em Ciências Militares, não considerada como uma área científica e tecnológica pela maioria dos países, mas sim como “conhecimentos militares” determinantes na formação das competências específicas dos militares. Os restantes países ministram uma licenciatura (a França já com mestrado) numa área que proporcione saídas profissionais de fácil integração no mercado de trabalho, sem descuidar as necessidades da entidade empregadora e a formação militar;
- a concentração da formação militar em períodos superiores a dois meses e sobretudo numa fase inicial da formação (primeiro ano), no sentido de mais rapidamente socializar os alunos na instituição e de os preparar desde logo como Homens, cidadãos, soldados e chefes;
- a escolha da arma é feita no final dos cursos e imediatamente antes do tirocínio;
- os tirocínios são orientados especificamente para a aprendizagem dos conhecimentos da arma (sem repetições) e para a sua prática, com grande peso institucional das escolas práticas (que em Portugal têm vindo a perder a sua importância crucial como estabelecimentos de formação complementar aos EMESU).

Os modelos são necessariamente diferentes, em função da própria realidade de cada País, de cada sistema de ensino, das componentes sociais e económicas, da missão das FA e da eventual existência de outras escolas de formação de oficiais, e da dimensão de cada EMESU (West-Point tem cerca de 4.000 alunos, quando o conjunto dos EMESU em Portugal não ultrapassa os 800 alunos)²¹. Por outro lado, o facto de Portugal ser geopoliticamente europeu e transatlântico, e simultaneamente aliado das duas potências militares nas organizações internacionais de segurança e defesa colectiva, aproxima visões e variáveis, que deverão ser “cuidadas” com uma atenção especial, tendo como pressupostos as especificidades nacional e militar.

21 A Academia Militar têm em curso um projecto de I&D intitulado “A Formação dos Oficiais na Europa” em que estes aspectos são tratados cientificamente por uma equipa multidisciplinar e internacional liderada pelo Professor Doutor José Rodrigues dos Santos.

5. Subsídios para um novo modelo

Se considerarmos a avaliação efectuada aos diferentes cursos de ciências militares, em termos globais muito positiva, e a eficácia e eficiência demonstrada (mas não avaliada) pelos oficiais dos três ramos (licenciados em Ciências Militares) nos vários teatros de operações internacionais, chegaríamos facilmente à conclusão de que não seria necessário alterar o modelo, mas parcialmente os aspectos menos positivos, aliás como se vem fazendo há vários anos.

Então, qual a razão, ou razões subjacentes à eventual alteração do modelo actual?

Em primeiro lugar, porque pensamos que a avaliação externa (com resultados muito positivos) foi realizada tendo em atenção os cursos propriamente ditos e não a sua eficácia em termos da execução ao longo da carreira. Por outro lado, não havendo “concorrentes” em termos de ensino de Ciências Militares e de mercado de trabalho, todas as validações são de cariz essencialmente absoluto e não relativo, a não ser que se faça esse trabalho em termos comparativos com as congéneres estrangeiras²².

Em segundo lugar, porque não são normalmente equacionadas as questões relacionadas com as saídas profissionais e a integração no mercado de trabalho em qualquer momento da carreira, numa sociedade cada vez mais exigente em termos dos graus académicos e da escolaridade obrigatória. Por outro lado, a crescente interpenetração das esferas civil e militar, tanto no domínio estrutural como cultural, poderá constituir um catalisador da importância da formação orientada simultaneamente para o mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, porque o mundo mudou de tal modo e, sobretudo, porque se alteraram significativamente as missões das Forças Armadas, que é imperioso efectuar uma reanálise de funções que outros exércitos, como o francês e o americano, já realizaram. A resposta a duas questões como “o que será a instituição militar no futuro?”²³ e “qual o perfil do oficial do século XXI?”²⁴, constituiria uma ajuda imprescindível para a tomada de decisão sobre a necessidade de alteração ou não do modelo. Por outro lado, o estudo cuidadoso dos factores influenciadores (internos e externos) ajudaria à tomada de decisões mais científicas e sustentadas. Nos EUA e em França, depois de analisados os estudos, chegou-se à conclusão que para o oficial das armas combatentes é mais importante a

22 O que se tentou com a inclusão de vogais estrangeiros de outros EMESU de países aliados.

23 Ver BARRENTO, Martins (General do Exército), “A Instituição Militar no Século XXI”, *Nação e Defesa*, Verão 2001, n.º 98, pp. 17-31.

24 Ver VIEIRA, Guilherme Belchior, “Que Modelo de Militar para a Nova Arte de Guerra e Paz”, *Nação e Defesa*, Verão 2001, n.º 98, pp. 33-48.

formação na área das ciências sociais e humanas do que na área das ciências exactas, tradição do século XIX que ainda mantemos, mas que é “castradora” da admissão aos EMESU por parte de jovens oriundos da área das ciências sociais.

Em quarto lugar, porque em poucos anos transitámos de um sistema de conscrição para um sistema profissional, com as consequências inerentes em termos da necessidade de maior e mais específica preparação dos quadros. Moskos destacou a importância da profissionalização como grande alteração estrutural, com inevitáveis consequências para a formação das elites, dando como exemplo o que aconteceu nos EUA a partir de 30 de Junho de 1973.

Em quinto lugar, porque é cada vez mais importante separar a formação militar de base da formação académica, quer concentrando aquela num primeiro ano, quer desenvolvendo um corpo de disciplinas comuns associadas aos novos conhecimentos militares (actualizar Sebastião Telles), tendo sempre por referência a função-chave do oficial: *comandar*.

Em sexto lugar, porque Portugal necessita cada vez mais de uma racionalização do seu ESMU²⁵, que poderá passar pela normalização de modelos com respeito pela especificidade dos ramos (e da GNR), e por um esforço maior, de modo a que os EMESU passem a funcionar também como servidores do Estado. E esta racionalização pode ser feita com o novo modelo em que a componente académica poderia ser aberta a civis (com cotas, tal como aconteceu com experiências muito positivas nas engenharias e na pós-graduação em guerra de informação), com, ou sem, o recurso a uma *universidade das forças armadas* ou a uma entidade (militar e conjunta) coordenadora do ESM.

Em sétimo lugar, porque a execução de Bolonha²⁶ se aproxima a passos largos, com tendência para a redução da duração das licenciaturas (3 anos) e mestrados (5 anos) e nem sempre associados à carreira académica (como os doutoramentos em 8 anos). Se nada fizermos hoje, teremos daqui a cerca de 10 a 15 anos problemas graves de desajustamento remuneratório associado ao inevitável desajustamento dos graus académicos. O fenómeno da globalização pode arrastar a unificação cultural e, no nosso caso, a unificação do ensino. Por isso, necessitamos de aprender a viver no espaço global e sobretudo europeu e a

25 De acordo com as Grandes Opções do Plano (GOP), são consideradas como medidas de política a concretizar em 2004 no âmbito da defesa: “a maximização das estruturas conjuntas ou de utilização conjunta, designadamente nas áreas do recrutamento, do ensino superior militar e dos serviços de saúde militares”.

26 Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999, que reconhece a relevância da criação de uma política no âmbito da sociedade do conhecimento no espaço europeu, como contribuição para uma maior integração de todos os seus cidadãos, considerando como objectivos globais a promoção da mobilidade, da empregabilidade e da competitividade da Área Europeia de Ensino Superior.

desenvolver a nossa aprendizagem na diversidade, cultivando a especificidade e sobretudo tomando as iniciativas antes que nos imponham iniciativas, venham elas de Bruxelas ou de Paris.

Assim, em função dos modelos estrangeiros e, especialmente, da alteração de alguns factores influenciadores acima referidos, achámos por bem levantar alguns subsídios para um novo modelo (ver Quadro 2), independentemente do risco que corremos em face da ausência de resposta a várias questões tão importantes para o futuro da instituição militar como um todo.

Quadro 2 - Subsídios para um novo modelo de ESM em Portugal

Variáveis	Subsídios para um novo Modelo
<i>Regime de admissão</i>	Concurso documental com cotas para a área das ciências sociais e humanas e para a das ciências exactas, em função das necessidades da instituição;
<i>Duração dos cursos</i>	Cinco anos, com o 1º ano essencialmente militar (primeiro semestre do tipo de curso de formação de oficiais para formar o oficial subalterno e segundo semestre com as disciplinas de ciências militares), e os 2º, 3º e 4º essencialmente académicos, com escolha da arma (EN e AM) no final. Quinto ano de tirocínio.
<i>O grau académico</i>	Licenciatura. Possibilidade de concessão do grau de mestre (para os “melhores voluntários”), mesmo que inicialmente em cooperação com universidades públicas.
<i>Objectivo de formação</i>	Oficial do ramo e servidor do Estado, que em função da formação e qualificação ao longo da carreira, desempenharia com mais eficiência determinado tipo de funções (alargado).
<i>Área científica e tecnológica e cursos</i>	Ciências sociais e humanas, ciências jurídicas e ciências exactas. Cursos de relações internacionais, gestão, direito (GNR), e engenharia de sistemas.
<i>Peso dos Conhecimentos Militares</i>	Cerca de 30 a 40 %.
<i>Regime de “diplomação”</i>	Tese final de curso ou provas de mestrado.
<i>Plano de curso</i>	De espectro curto e com disciplinas de opção, que orientem o esforço em termos funcionais ou de graus académicos.
<i>Participação na investigação</i>	Ao longo da componente académica, em especial na tese ou memória final.
<i>Internacionalização</i>	Assinatura de mais protocolos com congéneres estrangeiros, para intercâmbio de docentes e discentes (EUA, França...).

Destes subsídios para um novo modelo destacaríamos os seguintes aspectos:

- a) A importância, em termos de exigência e qualidade da formação, decorrente da separação da parte militar relativamente à parte académica. Tradicionalmente, os alunos do modelo actual, nem conseguem ser bons militares, nem bons académicos, em face da permanente interposição das áreas;
- b) O investimento na componente militar (ano de formação geral comum), concentrada em dois semestres logo no início da carreira, de modo a ter no final do primeiro ano um “Homem-cidadão-soldado-chefe”, com algumas especializações (curso de pára-quedismo, sobrevivência, operações especiais...). Para tal, o primeiro semestre seria equivalente ao antigo curso de formação de oficiais (mais fácil para o jovem aluno em termos físicos, psicológicos e ao nível da sociabilização na instituição) e o segundo semestre teria uma concentração de disciplinas comuns da área dos conhecimentos militares (táctica, logística, liderança, estratégia...), sendo as actualizações posteriores feitas com pequenos seminários ou exercícios anuais (concentrados no mês de Julho ou Agosto). O primeiro semestre poderia inclusivamente ser ministrado nas unidades militares mais qualificadas para o efeito (centro de operações especiais, escolas práticas, brigadas...). Esta modalidade levaria a uma mais fácil integração com outros cursos incluídos noutros modelos (caso da medicina e das engenharias).
- c) A necessidade em assumir que (ainda) não existe uma área científica de ciências militares que justifique uma licenciatura específica. A solução passa pela opção por cursos como as relações internacionais, a gestão, o direito (maioritariamente na GNR) e a engenharia de sistemas, ou outros cursos²⁷ considerados importantes (e de alguma dimensão e continuidade) pela instituição militar, com várias disciplinas de opção que os oriente para determinadas funções (adido militar no País x com introdução de direito internacional público e da língua y), ou mesmo para os consequentes graus académicos (mestrado em gestão de recursos humanos...ou materiais...ou financeiros). Estes cursos (com cotas por áreas científicas em função das necessidades) seriam valorizados pela especificidade militar em termos da formação do homem e das mais valias decorrentes da

²⁷ Cursos em que as necessidades dos ramos (e da GNR) são menores, podem seguir os modelos adoptados para a medicina ou para as engenharias (casos da sociologia, da engenharia geográfica, da psicologia, etc.), no sentido de posteriormente não termos oficiais oriundos dos EMESU a frequentar uma segunda licenciatura com apoio da instituição militar.

formação mais ligada à segurança e defesa e à cidadania. Esta opção proporciona saídas profissionais em qualquer fase da carreira e uma motivação acrescida dos quadros;

- d) Com quatro cursos (escolhidos pelos ramos e pela GNR) e cerca de 150 alunos dos três EMESU (sem contabilizar os civis que teriam cotas atribuídas, no sentido de maior racionalidade), haveria todas as condições para ministrar cursos de excelência com um corpo docente reconhecido, mas também enriquecido com o protocolo com universidades civis. Independentemente da estrutura futura do ESM, haveria todas as vantagens em coordenar prioritariamente a integração (por áreas científicas ou por grupos disciplinares) dos diferentes professores do ESM em geral, podendo haver aulas comuns aos cursos dos ramos e da GNR. Haveria ainda lugar a novos departamentos de ensino com alguma autonomia científica e pedagógica, mas sempre subordinados a uma entidade militar qualificada e com capacidade para a necessária integração com os “conhecimentos militares”;
- e) Um maior leque de candidatos potenciais à admissão, quando os próximos anos apontam para uma quebra continuada do número de candidatos ao ensino superior, situação a que se deve acrescentar o cuidado na análise das reformas em curso para o ensino secundário, que nos darão novos jovens com novas competências (é o caso da introdução recente do ensino obrigatório das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação);
- f) A escolha das armas no final das licenciaturas, no sentido de os motivar ao longo da formação nos EMESU, e simultaneamente com o objectivo de não criar sentido corporativista, muitas vezes com mais aspectos negativos que positivos;
- g) A possibilidade dos EMESU concederem o grau de mestre e de doutor (nas áreas científicas dos cursos adoptados), quando tiverem a “massa crítica” e as condições necessárias para tal, o que só se consegue com tempo, mas sobretudo com a vontade explícita das chefias militares, no sentido de muito rapidamente termos militares mestres e doutores, que para além de regerem cadeiras académicas possam (Jorge Silva Paulo 2002) também dirigir os EMESU;
- h) A necessidade de um corpo docente civil qualificado e com elevado sentido de cidadania, mas simultaneamente a importância de um corpo docente militar sem carreira docente específica (os que dispendo de graus académicos pretendessem

optar pela carreira docente universitária, teriam prioridade nos concursos públicos para docente²⁸), mas com experiência militar que proporcione uma mais valia para a instituição e para os alunos. Teríamos então, três tipos de professores militares: os que, sem graus académicos para além da licenciatura, constituíam uma mais valia para os conhecimentos militares, e que seriam escolhidos em função das suas competências técnico-militares; os que, com graus académicos, mas com uma opção de carreira militar servissem como docentes (coordenadores e chefes de departamento), entre três a cinco anos; e os que, dispendo de graus académicos ou de reconhecidos conhecimentos relativamente a determinadas áreas dos conhecimentos militares (mesmo na situação de reserva ou reforma e independentemente dos postos), fossem escolhidos para a categoria de *professor convidado*, mesmo que colocados noutras unidades, estabelecimentos ou órgãos militares.

- i) A opção por parceiros nacionais mas também e sobretudo por parceiros estrangeiros congéneres, que as restrições orçamentais não podem limitar (a segurança é um investimento), ao nível da criação de ambientes de internacionalização da aprendizagem, de docentes e de discentes;
- j) Vai ao encontro da evolução natural suscitada pela declaração de Bolonha, visando inclusivamente a consolidação de um “espaço europeu do ensino superior militar”;
- k) Mantém modelos idênticos nos três ramos, de modo a facilitar qualquer acção de racionalização de recursos, seja ela estrutural (como a eventual criação de uma universidade militar), ou conjuntural (ao nível de intercâmbios de professores, de instalações, etc.).

A eventual adopção de um novo modelo, ou mesmo de subsídios parciais, tem repercussões a vários níveis, consubstanciáveis nos respectivos estatutos, regulamentos e projectos pedagógicos, desde o necessário reajustamento de quadros de pessoal docente, à aprovação de novos currículos e planos de estudos, passando pelo cuidado em promover a integração coerente e progressiva do ensino e da formação profissional posterior. Todos

28 Sempre nos opusemos à criação de uma carreira docente militar, quer pelas repercussões em termos de criação de quadros especiais (que não se justificam pelo número reduzido e porque não constitui tarefa prioritária da instituição militar), quer pela consequente falta de “experiência militar” dos professores. A opção pela carreira docente universitária civil, por parte de militares com graus académicos, beneficiaria a instituição e satisfaria os objectivos dos referidos militares, sendo frequente em países como os EUA, França e Reino Unido.

estes aspectos exigem estudos científicos e respostas políticas, mas sobretudo, impõem três aliados que se chamam “tempo”, “vontade” e “sentido prospectivo”.

6. Considerações Finais

O sistema de ESM vale sobretudo pela eficácia e eficiência das Forças Armadas (e da GNR) no cumprimento da sua nobre missão. No caso concreto do ESMU, a formação ministrada age a médio e a longo prazo sobre o corpo de oficiais, e constitui uma determinante importante das capacidades de defesa do País, pois estamos a escrever e a reflectir sobre o futuro dos líderes militares do século XXI.

Assim, é importante estudar em permanência os factores influenciadores das variáveis caracterizadoras do ESMU, como a nova sociedade da informação e do conhecimento, a necessária racionalização do ESM, o factor sociocultural, as novas missões atribuídas às novas FA totalmente profissionalizadas, e factores externos como o processo de Bolonha e as reformas realizadas por outros EMESU de países aliados. A formação do novo oficial *combatente-académico*, com “nobreza e pureza das atitudes, na riqueza e na eloquência das convicções e no ardor e força no exercício das missões”²⁹, exige por isso, uma atenção especial, em particular os cursos de “Ciências Militares”, que constituem a *espinha dorsal* da instituição militar.

Mas alterar modelos de ensino é tomar decisões de futuro e para o futuro, em que para além de todo o enquadramento legal e da relação directa com a necessária reforma do ESM (de que pode ser um instrumento de acção), se deve ter em atenção que o tempo se constrói normalmente em múltiplos de cinco anos.

Sem descurar a especificidade militar, com destaque para o comando (afinal a “função chave” do oficial), e para a concentração da formação militar, o novo modelo reforça a formação na área das ciências sociais e humanas, sem esquecer a especificidade dos ramos (e da GNR), e proporciona uma maior abertura a outras opções de carreira. Por outro lado, os EMES (de que os EMESU são parte importante) continuam a ser os fiéis depositários da área da segurança e defesa, situação conciliável e até reforçada com a criação de novas licenciaturas (em substituição das Ciências Militares) de relações internacionais, de gestão, de direito ou de engenharia de sistemas, que directa ou indirectamente dariam maior prestígio à instituição militar e mais dignidade ao estatuto profissional dos oficiais.

29 SIMÃO, José Veiga, “Ensino Superior nas FA”, *Modernização da Sociedade Portuguesa*, p. 74.

Acreditamos que dos vários subsídios para o novo modelo, muitas ideias poderão ser implementadas, mesmo nos modelos das engenharias ou da medicina, a bem de um ensino que forme melhores oficiais.

Na sequência de outros escritos recentes sobre a reforma do ESM, pensamos que continua a ser importante o debate público³⁰ sobre esta matéria, desde que alargado a todos os actores, nacionais e estrangeiros, do sistema educativo militar e da segurança e defesa. Já destacámos, por mais de uma vez, a necessidade de criação, ao nível do MDN, de comissões conjuntas (compostas por especialistas dos três ramos e da GNR), com objectivos perfeitamente limitados no tempo e definidos por áreas, como a identificação do perfil do oficial do século XXI, o estudo dos conhecimentos militares, a internacionalização do ESM e o estudo de novos modelos de ESM. Só temos pecado por perda de tempo...

Todavia, temos a esperança de que, com os subsídios para um novo modelo agora proposto, continuaremos a ter “oficiais de qualidade e cidadãos de excelência”, com competências profissionais mais objectivas, e mais adaptados para servirem na nova sociedade da informação e do conhecimento, simultaneamente como Homens, cidadãos, soldados e chefes.

Bibliografia

BARRENTO, Martins (General), “A Instituição Militar no Século XXI”, in *Nação e Defesa*, Verão 2001, nº98, Lisboa, IDN, pp. 17-31.

BORGES, João Vieira (Tenente-Coronel), “A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal”, in *Revista Militar* nº 2412, Janeiro 2003, Lisboa, p. 47-78.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1985.

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa – Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Coleção Nova Enciclopédia, nº48, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

CNAVES, *A Declaração de Bolonha e o sistema de graus do ensino superior – Bases para uma discussão*, Outubro de 2001.

30 Já em 1998 o Professor Doutor José Veiga Simão, então Ministro da Defesa, incentivava à realização de um seminário sobre o “Ensino Superior nas Forças Armadas”, porque entendia que “Falhar na educação e na Formação nas FA é perder o futuro...”.

CNAVES, *Colóquio no SISNG*, Lisboa, 2001

CNAVES, *Seminário Avaliação e Acreditação*, Lisboa, 2002.

CRESPO, Vitor, *Ganhar Bolonha, Ganhar Futuro: O Ensino Superior no Espaço Europeu*, Gradiva, Lisboa, 2003.

DELBOS, Jean-François, *La Formation Des Officiers de l'armée de terre de 1802 à nos jours*, L'Harmattan, Paris, 2001.

EFFLANDT, Scott (Major) e Reed Brian, (Major), "Formando o Guerreiro-Académico", in *Military Review*, 3rd Quarter, Portuguese Edition, EUA, 2002.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros (Major-General), "Factores da Evolução do Ensino Militar Superior", in *Nação e Defesa*, Ano I, nº 2. Lisboa, IDN, p. 141-151.

FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), "Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar", in *Revista Militar* nº 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, pp. 771-790.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Soldier and the State*, Harvard University Press, Cambridge, 1959.

JANOWITZ, Morris, *The Professional Soldier*, The Free Press, MacMillan Publishing, Nova Iorque, 1971.

LEANDRO, Garcia (Tenente-General), "O Ensino Superior Militar e o seu Enquadramento Conceptual", CCB, *Seminário sobre Avaliação Global do Ensino Superior*, Organizado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, 11 e 12 de Abril de 2000.

MOREIRA, Adriano, "A Natureza das FA e a Reforma do Ensino Militar", in *Nação e Defesa*, nº 98 - Verão 2001, Lisboa, IDN, pp.73-84.

MOSKOS, Charles C., e **WOOD**, Frank R., *The Military: More Than Just a Job?*, Pergamon-Brassey's, Nova Iorque, 1988.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (org.), *Globalização e Diversidade: A Escola Cultural, Uma Resposta*, Porto Editora, Lisboa, 2002.

PAULO, Jorge Silva (Capitão-de-Fragata), "Universidade das Forças Armadas", in *Revista Militar*, nº 2411, Dezembro 2002, Lisboa, pp. 953-970.

PERLMUTTER, Amos, *Lo Militar e lo Politico en los tiempos modernos*, Servicio de publicaciones del Estado Mayor del Ejército, Madrid, 1982.

SANTOS, Loureiro dos (General), “Racionalizar o Ensino Superior Militar”, in *Diário de Notícias*, 2 de Setembro de 2002, p. 12.

SIMÃO, José Veiga, **OLIVEIRA**, Jaime da Costa, **RALHA**, Alberto, *Modernização da Sociedade Portuguesa*, Edição Fundação das Universidades Portuguesas, Coimbra, 2002.

SIMÃO, José Veiga, **SANTOS**, Sérgio Machado dos, **COSTA**, António de Almeida, *Ensino Superior: uma visão para a próxima década*, Gradiva, Lisboa, 2002.

TELLES, Sebastião, *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, 3ª Edição, Edição Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2001.

SAMPAIO, Jorge, *A Defesa Nacional e as Forças Armadas; Intervenções do Presidente da República*, Presidência da República, Lisboa, 2002.

VAZ, Nuno Mira (Coronel), “A Profissão Militar: Um Modelo à procura de sustentação”, in *Nação e Defesa*, nº 98, 2ª Série, Verão 2001, Lisboa, IDN, pp. 49-72.

VAZ, Nuno Mira (Coronel), *Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades demoliberais*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2002.

VIDEIRA, Carlos Manuel Terron da Silva (Tenente-Coronel), “Formação Comportamental na AM”, in *Revista Militar* nº 2/3-Fev/Mar 2000, Lisboa, pp. 153-165.

VIEIRA, Guilherme Belchior (Tenente-General), “Que Modelo de Militar para a Nova Arte de Guerra e Paz?”, in *Nação e Defesa*, nº 98, 2ª Série, Verão 2001, IDN, Lisboa, pp. 33-48.

VIEIRA, Guilherme Belchior (Tenente-General), “Modelos de Sistemas de Ensino Universitário Militar”, in *Revista Militar* nº 2405/2406, Junho/Julho 2002, Lisboa, pp. 483-492.



Artigos

Portugal, o Atlântico e a Europa.

A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia.

José Carlos Almeida

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Bristol. Docente do Instituto Piaget.

Resumo

Desde 1974, com o seu regresso a casa e à Europa, depois do fim dum projecto nacional *expansionista* de cinco séculos, Portugal tem atravessado importantes mudanças estruturais que têm transformado a velha sociedade tradicional e fechada numa sociedade pós-colonial moderna e mais aberta. Este processo de reconstrução da nação tem sido acompanhado numa importante agenda de celebração da história nacional. Adoptando uma abordagem intermédia entre uma visão *modernista* e uma visão *primordialista*, argumenta-se que as nações, apesar de poderem desenvolver novas tendências, medos e mitos, abandonar velhos, mudar o seu equilíbrio interno, são formas de organização colectiva baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e numa experiência histórica comum (Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991). Ora, muita da literatura sobre a integração europeia tem chamado a atenção para o facto de que a dificuldade da emergência duma identidade europeia assenta na permanência dos sentimentos nacionais e numa limitada oferta da União Europeia de repertórios comuns que inspirem o entusiasmo colectivo (Calhoun, 1997; Hansen & Waever, 2002; Pagden, 2002; Smith, 1996). Neste ensaio explora-se como estes dois processos de reimaginação da nação e de integração europeia acontecem em paralelo, podendo, por vezes, criar tensões e fazer apelos que os cidadãos nacionais podem perceber como sendo de sentido contrário. Por um lado o processo de reprodução da nação reafirma os sentimentos de lealdade para com a nação – definida, durante a maior parte do século XX, em oposição à industrialização, modernização e aos valores liberais e democráticos dos seus vizinhos europeus. Por outro, o aprofundar do projecto europeu implica a perda de soberania nacional num número crescente de aspectos da vida nacional.

Abstract

In 1974 Portugal returned home and Europe, after the expansionist national project five centuries old ended. Since then, the country has gone through important structural changes, transforming the old, closed and traditional society in a post-colonial, modern and open one. In this process of reconstruction of the nation, a large programme of celebration of national history has been used. Adopting an approach that is between a modernist and primordialist vision of the nation, it is argued that nations can develop new tendencies, fears and myths, abandon old ones, change its internal balance. Nevertheless, these forms of collective organization are very much based on some kind of historical continuity and in historical common experiences (Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991). Much of the literature on European integration has pointed out that the difficulty for the emergence of an European identity lies in the resiliency of the national feelings and in the limited offer by the European Union, of common repertoires that may inspire collective enthusiasm (Calhoun, 1997; Hansen & Waever, 2002; Pagden, 2002; Smith, 1996). In this essay, the ways these two processes have taken place in parallel are explored. And it is pointed out, in particular, that they may create tensions and make appeals that might be perceived by the nationals as being opposed. On one side, the process of national reconstruction reaffirms the loyalty feelings towards the nation – it was, for the most of the twentieth century defined in opposition to industrialization, modernization and the liberal democratic values of its european neighbours. On the other side, the deepening of the European project requires the loss of national sovereignty in a growing number of aspects of national life.

Introdução

Nas últimas décadas, Portugal esteve envolvido na construção duma sociedade capitalista moderna, depois de meio século em que as visões dominantes da nação promoveram o contrário. A revolução de 1974 abriu um novo ciclo na vida da nação¹, tornando-se numa nação pós-colonial com meio milénio de envolvimento além-mar atrás de si. Em 1999, os eventos em Timor-Leste² e a transferência de soberania de Macau, marcaram o *regresso a casa* de Portugal, retornando às originais fronteiras ibéricas, depois de séculos de história expansionista. Em 1986 Portugal aderiu à Comunidade Europeia, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento económico e para a construção dum *ethos* capitalista na sociedade portuguesa, num processo de mudança que terá começado ainda na década de 1960.

O facto de que as identidades nacionais são negociadas através do discurso, em que são mobilizados repertórios de símbolos, discursos e significados adequados às novas necessidades ou experiências históricas, parece ser grandemente aceite (Bruner, 2002; Parekh, 1995). Apesar disso, estudos concretos sobre o processo não são abundantes. Neste ensaio discute-se o caso português como um exemplo de como a nação se reproduz, num processo conduzido pelas elites culturais e políticas. À medida que o Portugal do regime salazarista, fechado sobre si mesmo, tradicionalista, se transforma numa sociedade pós-colonial, moderna, aberta e capitalista, a nação tem sido reproduzida e reimaginada sobre novas bases fazendo uso de um grande processo de celebração nacional. No mesmo processo em que se reafirma a lealdade das pessoas para com a nação, a sua relação com a Europa é também reconstruída.

O quadro europeu de Estados-Nação, forjado ao longo dos dois últimos séculos, resultou num fascinante mosaico de diversidade de Estados e de culturas, pelo que o tópico da identidade nacional na Europa é muito complexo. Deste ensaio, sugere-se que este é, porventura, o maior desafio aos estados-nação, como Portugal, apostados na construção de um espaço transnacional: como gerir e conciliar a identidade nacional, a diversidade cultural e as identidades locais com a possibilidade de uma identidade europeia.

1 A agenda política do exército que tomou o poder em 1974 ficou conhecida pela famosa fórmula da *Política dos três D's*: descolonização, democratização e desenvolvimento.

2 Marcando o início do processo que levaria à declaração de independência a 19 de Maio de 2002.

Nações, Nacionalismos e Identidade Nacional

Em anos recentes, a literatura sobre nações e nacionalismo tem estado dividida em dois tipos de abordagem principais. De um lado estão aqueles (Anderson, 1991; Gellner, 1983; Greenfeld, 1992; Hobsbawm, 1983) que, de uma forma geral, concordam com a ideia de que as nações são fenómenos modernos e um produto dos tempos modernos, e fundamentalmente diferente de outras formações sociais prévias. De outro lado estão aqueles que adoptam uma abordagem mais *etnicista-simbólica* e histórica (Almeida, 2001, 2004; Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Smith, 1991). Esta abordagem, como a anterior, também nega a validade das visões *primordialistas* da nação. Mas correctamente rejeita uma visão completamente *construcionista* da nação e da identidade, apelando ao uso de modelos mais flexíveis e abertos. Para eles, a nação é uma forma de organização colectiva baseada nalgum tipo de continuidade histórica, considerando que «o fenómeno do nacionalismo é mais vasto do que o modelo de “modernização do estado e industrialização” permite». Daqui que Jenkins defenda, antes, um «quadro de análise que diga respeito a nacionalismos em vez de nacionalismo» (Jenkins, 1995: 385).

Quer se acredite na visão romântica e imemorial de muitos nacionalistas que consideram as nações como algo objectivo e um facto permanente da história, na visão dos modernistas, que encaram as nações como algo construído, inventado ou imaginado, ou, mais correctamente, numa abordagem etnicista-simbólica, mais flexível, intermediária entre as abordagens *primordialista* e *modernista*³, uma questão central na literatura diz respeito à nação enquanto polo de afiliação de identidade e mobilização. Recentemente, os comentadores têm prestado atenção à ideia de nacionalismo em velhos estados estabelecidos há muito. O caso português é, neste aspecto, muito útil pois fornece numerosos exemplos, nomeadamente, em relação ao papel da mobilização da história em grandes momentos de (re)construção da nação. Portugal é um dos países em que a questão da identidade nacional tem sido, frequentemente, tida como garantida. No entanto, como noutros países, também em Portugal, a identidade da comunidade tem sido massivamente reconstruída por várias ocasiões como resultado de mudanças nas circunstâncias históricas (Almeida, 2001).

Apesar da popularidade do trabalho de Gellner, os seus críticos (Beissinger, 1998 e outros) apontam-lhe, entre outras, a lacuna de não ter apresentado uma teoria sobre o

3 O caso português mostra bem as limitações que a polarização dos debates sobre nacionalismo entre as abordagens primordialista e modernista apresenta.

processo através do qual categorias de nacionalidade se revestem de significado para grande número de pessoas e se tornam bases de acção política. As pessoas não apenas *concebem* a nação mas também *vivem* a nação, em comportamentos e acções colectivas. De acordo com Beissinger (1998), isso seria visível sobretudo nos grandes momentos das nações organizados pelos estados e determinados pelos ritmos da autoridade política. Nesta visão *instrumentalista*, a utilidade destes grandes momentos seria baseada na possibilidade de estabelecimento de uma forma de discurso com vista ao «moldar de atitudes em relação à “realidade” que estas instituições projectam, tornando fronteiras, nas palavras de Ian Lustick, em “factos inquestionáveis de... vida pública” e “parte da ordem natural das coisas para a maioria da população”» (Beissinger, 1998:175). Através destes instrumentos, os Estados inculcam ideias e moldam expectativas. Eles estabelecem e manipulam símbolos numa tentativa de gerar identificação com eles, de tal maneira que o «estado permanece a mais poderosa força moldando concepções de nacionalidade» (Beissinger, 1998: 180). Para este autor, o nacionalismo não é uma constante, mas sim uma variável no tempo pois, para muitos indivíduos, a nação, enquanto forma comportamental, existe como um mero momento no tempo. Neste sentido, «ciclos de contenção nacionalista são centrais para o processo de mudança-de-identidade, pois fornecem o contexto no qual uma reimaginação massiva da nação se torna possível» (1998: 178-179).

Toda a nação tem, portanto, os seus grandes dias, em que a nacionalidade é conscientemente exibida e agitada como os dias nacionais e comemorações, em que os indivíduos lembram e celebram colectivamente a nação. Estas não são, no entanto, as únicas formas sociais que sustentam o que é vagamente chamado de identidade nacional (Billig, 1995). O nacionalismo em estados estabelecidos não se resume nem à organização formal do estado e às necessidades do estado-nação moderno, nem a estes grandes momentos em que o estado tem um papel central na organização de rituais comemorativos em que a comunidade nacional é reconstruída e reproduzida. Nas nações há também a assinalar um *nacionalismo informal* (Eriksen, 1993), ligado à sociedade civil, que pode ser identificado em eventos colectivos como as competições desportivas internacionais – os campeonatos internacionais de futebol ou os jogos olímpicos, por exemplo⁴.

Michael Billig vai mais longe e, retomando a ideia de nação enquanto *plebiscito diário* de Renan (1990, original de 1882), defende que o nacionalismo é mesmo uma «condição endémica» nas nações estabelecidas, introduzindo o conceito de *nacionalismo banal* para

4 Em muitos casos, quando um país organiza ou participa pela primeira vez num grande evento internacional como os jogos olímpicos ou os mundiais de futebol, tem lugar uma onda de orgulho nacional. A emoção dos

«cobrir os hábitos ideológicos que permitem a reprodução das nações estabelecidas do Ocidente» (Billig, 1995: 6). Isto acontece não apenas durante os momentos significativos – como por exemplo, os grandes dias nacionais como o 10 de Junho em Portugal – em que a nação é conscientemente lembrada. Este autor defende que há uma reprodução diária das nações através, por exemplo, do discurso político, da cobertura dos *mass media*, ou mesmo através da transmissão diária da previsão meteorológica. A comunidade de cidadãos é continuamente lembrada do seu lugar num mundo de nações, pelo constante agitar ou lembrar da nacionalidade. Este tipo de nacionalismo, construído e reproduzido diariamente, mesmo sem intenção de produzir mensagens nacionalistas, é visto por Billig como um conjunto de ensaios banais para os tempos de crise em que os estados pedem aos cidadãos, em especial os de sexo masculino, o sacrifício último em nome da nação.

Distinguindo a forma como usamos termos como o *nosso patriotismo* – benéfico – do *nacionalismo dos outros* – virulento e maléfico –, Billig alarga o conceito de nacionalismo para incluir as formas através das quais os estados-nação são reproduzidos rotineiramente. Isto envolve frequentemente um «nacionalismo “banal”, em contraste com o nacionalismo aberto, articulado e ferozmente expresso por aqueles que lutam para formar novas nações» (1995: 16). As práticas banais de reprodução, em que a nação é posta em uso, incluem os momentos em que os políticos falam em nome da nação, em nome dos *nostros* interesses ou quando os jornais abordam a nacionalidade como *nós*, assumindo que todos sabem que o termo *nós* se refere aos portugueses ou aos ingleses ou quando, falando acerca do Primeiro Ministro português ou inglês, é referido como *o* Primeiro Ministro. Outro exemplo claro deste tipo de *agitar de bandeira*, é a secção de desporto da imprensa, especialmente em momentos de competições internacionais, como os campeonatos de futebol, em que a comunidade nacional se une em torno da *nostra* selecção. Nacionalismo não diz respeito,

poucos atletas timorenses quando entraram no Estádio de Sydney para os jogos de 2000 como participantes de pleno direito era visível, tendo sido aclamados com uma ovação de todo o estádio. Por razões específicas, poucos terão vivido aquele momento como os portugueses. Em 1992, a Espanha organizou uns jogos olímpicos e uma grande exposição internacional. Foi o «ano espanhol». Depois do sucesso da equipa nacional de futebol no campeonato europeu de 2000, o presidente português sublinhou a importância daquela prestação para a união de todos os portugueses, vivendo em Portugal ou no estrangeiro, referenciando-o como um «momento de grande unidade nacional». O recente Campeonato do Mundo mostrou, uma vez mais que, nestas ocasiões, não joga apenas uma equipa de futebol contra outra. É a nação que defronta outras nações. A participação de Portugal em torneios internacionais mostra que uma boa prestação da equipa nacional de futebol contribui para uma relação mais próxima dos portugueses com os símbolos nacionais como a bandeira ou o hino. Mas este mundial mostrou também como a má prestação da equipa pode dar origem a frustrações que se materializam em desabafos expressando a «vergonha em ser português».

portanto, apenas ao processo de construção da nação mas também aos processos que permitem reproduzir, reconstruir e manter a nação mesmo nos velhos estados estabelecidos há muito como Portugal.

Nação, Progresso e Mudança Social

A identidade nacional inclui não apenas noções de diferença e definições do que a comunidade é e não é, mas envolve, também, noções de *self-understanding*, de objectivos e compromissos comuns, modos de pensar, memórias culturais. Não é algo fixo e imutável. A nacionalidade não é um facto social não ambíguo, mas sim, frequentemente, uma reivindicação política contestada. A nação pertence, assim, à classe dos conceitos *essencialmente contestáveis* (Parekh, 1995; Sarup, 1996).

As concepções rivais e tendências conflituosas da identidade colectiva podem, no entanto, ser reconciliadas diferentemente em diferentes ocasiões. A reconstrução constante da identidade da comunidade é o resultado do ambiente geral, à medida que a comunidade enfrenta novos desafios e ameaças. Como Parekh explica, com mudanças no modo de vida geral e nas circunstâncias da comunidade, necessidades e experiências históricas, ela desenvolve novas tendências, medos e mitos, abandona velhos, muda o seu equilíbrio interno (Parekh, 1995).

Em muitos países, a questão da identidade nacional tornou-se um assunto de discussão pública porque parece que, de algum modo, existe uma *falta* dela ou porque parece que a comunidade a *perdeu*. Isto resulta dum enfraquecimento das fronteiras nacionais causado pela criação em várias partes do mundo de áreas transnacionais, ou devido a mudanças no sistema tradicional de valores. As mudanças de ordem global têm imposto a introdução duma multiplicidade de actores sociais, o que representa um grande desafio ao estado, em especial a um estado-nação como Portugal, tradicionalmente concebido como homogéneo, em que a *comunidade de história e destino* foi formada ao longo de séculos de história independente. Juntamente com mudanças globais, as nações sofrem também desafios particulares. Nos últimos 30 anos, Portugal tornou-se uma sociedade pós-colonial, comprometida com a construção europeia, terminando um *projecto nacional* de cinco séculos. O colapso do primeiro e último império colonial europeu representou o fim dum ciclo de cinco séculos de história nacional em que a expansão e presença além-mar representou grande parte do *projecto nacional*. Estas mudanças principais, ligadas a outras como o recente processo de modernização e as suas consequências, como o aumento do

número de imigrantes legais e ilegais de várias origens, tem levado a importantes desafios à maneira como Portugal se vê a si próprio, a sua história e o mundo⁵.

No decurso do processo de reconstrução da nação, as histórias nacionais são frequentemente rescritas e mobilizadas pelas elites para assegurar a identificação dos membros da colectividade e para fazer face aos novos desafios. Para Hobsbawm, muitas «"tradições" que parecem ou clamam ser antigas são, frequentemente, muito recentes e, por vezes, inventadas». Mesmo as linguagens podem ser inventadas (1983:1). A nação pode ser assim encarada sob uma perspectiva *situacional* que sublinha os contextos em que os indivíduos e colectividades *instrumentalmente* usam as identificações de grupo.

Na época moderna, o nacionalismo normalmente encara-se a si próprio como se fosse natural, como se os nacionalistas estivessem a restaurar algo que existiu ao longo da história e baseado em algo imemorial e real que *nos* distingue a *nós*, *deles*, os *outros*. Desde que Herder popularizou a noção de *génio* da nação – segundo a qual, toda a nação é suposta ter o seu *génio próprio*, modos de pensar, actuar e comunicar, que pode estar perdido ou escondido –, a procura ou a redescoberta da autenticidade colectiva tornou-se uma tarefa essencial, pois a nação deveria encontrar as raízes da *nossa* autenticidade, da *nossa* história e destino comuns, e ligá-la com um suposto passado étnico. Estereótipos de *raça* e carácter foram, frequentemente, mobilizados sob a cobertura de investigação científica para explicar a unicidade da *nossa* nação, da *nossa* cultura, do *nosso* povo, que é suposto ser melhor do que tudo o resto (Hermet, 1996: 116). Em Portugal, durante a primeira metade do século XX este foi um projecto bastante comum de intelectuais como Jorge Dias (1950) e muitos outros que tentaram estabelecer as bases duma cultura e filosofia portuguesas distintas⁶. A esta agenda de investigação não era alheia a agenda política e o discurso do

5 Quando o novo presidente da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses tomou posse, o Primeiro Ministro de então, António Guterres, deu conta da renovada maneira de os portugueses se verem a si próprios e a sua história: «Os descobrimentos eram a única afirmação da nossa estima, quando Portugal era um país pobre e periférico (...) Os descobrimentos foram usados, noutros tempos, para justificar a opressão de outros povos. Agora, Portugal – enquanto membro da Comunidade Europeia e da CPLP, com uma palavra a dizer na arquitectura internacional – pode celebrar os descobrimentos doutra maneira, integrando-os na memória colectiva e nas relações de Portugal com o mundo» (Público, 2/2/1999).

6 A procura das *nossas raízes* incentivou também uma grande quantidade de estudos etnográficos e monografias locais. A etnografia portuguesa dos anos 20 do século XX considerava que as raízes étnicas, a individualidade da nação deveriam ser encontradas no espaço rural, pois as cidades não providenciavam o necessário ambiente de tradição. A aldeia, pelo contrário «tem carácter típico máximo (...) o seu aspecto, a sua taberna, o seu barbeiro ao ar livre, as festas tradicionais, quer sejam religiosas com arraiais e procissões, fogo de artifício e touradas, ou festividades do calendário agrícola, tudo isto é um livro de nacionalismo que nos deu raízes e o espectáculo da ligação do homem ao seu lugar de nascimento» (Chaves, 1920: 20).

regime do Estado Novo do «orgulhosamente sós» que favorecia ainda mais o isolamento em relação à Espanha, em relação à Europa e ao mundo. Com efeito, para o regime salazarista, a Europa e os Estados Unidos eram símbolos maléficos do capitalismo, do consumismo e da burguesia. O regime desenvolveu, por isso, um *nacionalismo de reacção* à civilização baseada na democracia liberal e no tecnicismo que criou o *mass-man*. Para o regime, a salvação da Europa dependia da inversão do individualismo, da civilização materialista e da irracionalidade dos dogmas liberais. Daqui que Portugal fosse apresentado pelo regime e os seus apoiantes como uma excepção numa Europa que, nas palavras de Ortega y Gasset, «adoptou cegamente uma cultura que é magnífica, mas que não tem raízes» (1951: 141).

Com efeito, Portugal é um dos países que não obedecem ao modelo de Gellner de modernização e industrialização. Não apenas porque a sua identidade nacional está profundamente baseada na história, como foi, também, definida, pelo menos durante a maior parte do século XX, em oposição à industrialização e aos valores liberais e democráticos dos seus vizinhos europeus. Desenvolvimento e progresso eram, segundo o regime, as causas da instabilidade social e política em que o país – durante a Primeira República – e o mundo tinham caído, pelo que era defendido um voltar do país para o passado, optando pela não industrialização, em contraste com a Europa e o mundo. A Exposição do Mundo Português em 1940 foi a celebração do sucesso de tal estratégia, representando o Portugal espiritual, pacífico e camponês (Almeida, 2001). Tal como na Irlanda, em que o *ethos* populista tradicional católico e rural constituía uma parte importante da vida pública (Hutchinson, 1987), em Portugal, a riqueza espiritual, mais do que o progresso industrial, era sublinhada, pelo regime, como a espinha dorsal do poder da nação. Para Salazar, as nações, como as famílias e os indivíduos, deveriam ser guiadas por um ideal que «domine ou guie a actividade espiritual e as relações com outros homens e povos». A grandeza das nações e o valor da sua projecção no mundo dependeria do poder deste ideal. Na retórica do discurso sobre a nação de Salazar, Portugal deveria estar orgulhoso pois um pequeno país, obedecendo à sua missão universal, conseguiu «irradiar fachos de luz para iluminar o mundo» (Salazar, 1940).

A Reconstrução de um Projecto Político

No processo de reimaginação da nação, decorrente do processo de mudança, a mesma história que outros regimes celebraram tem sido largamente usada pelo regime democrá-

tico para mobilizar a comunidade nacional. É uma história gloriosa, uma *era de ouro* de santos e heróis que, como todas as eras de ouro de todas as nações, «dá significado à sua promessa de restauração e dignidade. Portanto, quanto mais rica e cheia for essa etno-história, mais convincente se torna a sua reivindicação e mais fundo pode tocar nos corações dos membros da nação» (Smith, 1991: 161). Daqui a importância que o programa comemorativo tem tido nas agendas políticas das últimas duas décadas em Portugal.

Desde 1974, *liberdade e democracia* têm sido palavras-chave nos discursos políticos e um dos objectivos da mobilização de repertórios de símbolos nas comemorações dos *descobrimientos* e da Expo'98, foi o de unir a comunidade nacional⁷ nos valores do universalismo, humanismo, do encontro de culturas e da construção duma sociedade cosmopolita. Estes valores são, agora, mobilizados pelas elites pois são os valores que consideram apropriados aos desafios correntes da comunidade nacional: integração na comunidade internacional e em particular na Europa, modernização, crescente diversidade cultural.

Dum estudo recente (Almeida, 2001), comparando os *repertórios de significados e valores* mobilizados pelas elites durante dois grandes momentos de celebração nacional, resultou o seguinte quadro:

**Repertórios de Símbolos Mobilizados
Durante as Exposições/Comemorações de 1940 e de 1998**

Estado Novo	Regime Democrático
Deus, Nação, Família, Trabalho, Autoridade	Democracia, Liberdade
Ruralidade	Modernidade
Valores Tradicionais e Modos de Vida Campestres	Progresso, Desenvolvimento Económico
Unidade, Coesão	Unidade, Coesão
Reconhecimento Internacional	Integração Internacional
Universalismo	Universalismo
Império;	União Europeia; CPLP
<i>Raça</i> Civilizadora; País Multicontinental e Multiracial	Sociedade Cosmopolita, Diversidade Étnica e Cultural

⁷ Na exposição os laços entre os portugueses foram reforçados por um modo semelhante de *viver no mundo* e, também, de *viver o mundo* (Renaud, 1998).

Os desafios do presente ou as diferentes necessidades de cada geração mudam o carácter da memória do grupo e resultam numa constante reconstrução da identidade da comunidade, desenvolvendo novas tendências, reconstruindo os modos de encarar a sua história e o mundo. Em 1940 as *virtudes da raça civilizadora* eram celebradas. Em 1960, quando Portugal comemorou o Infante Henrique, o *navegador*, a natureza imperialista do regime estava já sob forte criticismo internacional. Daí que a ênfase dessas comemorações tenha mudado para as missões e as *descobertas* científicas. Quando o novo ciclo de comemorações começou em 1986, apenas dez anos depois do colapso do império colonial, a metáfora do *encontro* substituiu o da *descoberta*. Portugal, reconstruiu, desta maneira, a sua memória colectiva de uma maneira que lhe permite, também, partilhá-la com o mundo lusófono, o que representa parte importante da sociedade portuguesa pós-colonial (Hespanha, 1999; Almeida, 2001).

A Expo'98 e as recentes comemorações dos Descobrimentos, tal como a Exposição de 1940 e as comemorações do Bicentenário da altura, foram a afirmação dum projecto político comum, dando-lhe força ao sublinhar as memórias e experiências comuns do passado. Celebram-se, como se celebraram no passado, os valores do universalismo e abertura, redefinindo a relação tradicional dos portugueses consigo próprios e com o mundo. Na nova narrativa de modernidade, alguns dos repertórios mobilizados são semelhantes aos de 1940, o que mostra a sua persistência e importância na identidade nacional portuguesa (Almeida, 2001). As idades de ouro são relembradas para ser exemplos de virtudes passadas de forma a inspirar a geração corrente. O ideal nacional é recuperado e disseminado por arquitectos, poetas, músicos, pintores e escultores. Ao mesmo tempo, com heróis estilizados, é criado um cenário vivo para sugerir a antiguidade e continuidade da nação e a sua nobre glória, que constitui uma herança preciosa para os membros actuais da *família* nacional. De muitas maneiras, os símbolos nacionais, hábitos e cerimónias, são, como observa Smith, «os mais potentes e duráveis aspectos do nacionalismo (...) ajuda a assegurar a continuidade da comunidade abstracta de história e destino» (Smith, 1991: 77-78).

No moderno sistema mundial, a *nossa* nação tem de competir com *outras* nações. Por isso, internamente, a nação tem de chamar os seus *filhos* e uni-los no mesmo projecto político sendo capaz de ligar o passado e o futuro. A Espanha celebrou em 1992 as *Descubiertas* organizando grandes eventos no *ano espanhol*, não só para unir a comunidade nacional num mesmo projecto político⁸, mas também para transmitir a mensagem de que a Espanha moderna pertence ao clube dos países mais desenvolvidos. Da mesma maneira, Portugal,

8 Assunto que tem assumido importância central nos debates em torno da moderna nação espanhola.

celebrando os *Oceanos*, combinou a comemoração da gloriosa herança dos navegadores portugueses com o presente e o futuro da comunidade nacional e, mesmo, internacional.

Crise de Identidade ou *Hyper-Identidade*

Os debates em relação à identidade nacional têm oscilado em Portugal entre o reconhecimento de uma *crise de identidade* e a reivindicação de uma *hyper-identidade*.

A *crise de identidade* estaria associada à ausência de um *espírito de missão*, de um *projecto nacional* (Leão, 1998, original de 1960; Quadros, 1992). Durante 500 anos o império foi o *projecto nacional* de Portugal. Quando esse *projecto nacional* terminou em 1974, provocou outra dessas *crises* de identidade. Daqui que António Quadros aponte a necessidade de recriar um *projecto nacional* na «dupla relação com (...) os povos de língua lusófona e as nações europeias ou o ocidente euro-americano» (1992: 239).

A esta *crise de identidade* contrapõe-se a reivindicação duma forte identidade nacional, frequente nos discursos e nas políticas da identidade. Como Billig (1995) observa, tal reivindicação é, talvez, mais relevante que a própria questão «o que é a identidade nacional?». Em Portugal, isto tem sido feito de tal maneira que, segundo Eduardo Lourenço, Portugal tem um problema não de *crise* de identidade mas de *hyper-identidade*, que se manifesta numa «fixação quase mórbida de contemplação (...) da *diferença* que nos caracteriza, pelo que nos pensamos muito distintos de outros povos, nações e culturas»⁹. Por causa do que Eduardo Lourenço chama de *euforia mítica* em relação a si próprio e ao seu passado, em qualquer entidade transnacional, Portugal terá sempre uma *identidade*, que é menos a vida e capacidade colectiva da nação do que o privilegiado actor histórico da aventura europeia no mundo (Lourenço, 1994)¹⁰.

Na investigação anteriormente referida (Almeida, 2001), foi confirmado o lugar proeminente da *idade de ouro* dos *descobrimentos* no imaginário nacional quando foi pedido aos inquiridos que seleccionassem e ordenassem os três aspectos em que, na sua opinião, os portugueses mais deveriam sentir orgulho.

9 Num relatório sobre opinião pública, é referido que em comparação com outros europeus, os portugueses tendem a ter dos *outros*, uma imagem geralmente menos positiva do que a média dos outros países europeus. É também dito que acontece o oposto em assuntos relacionados com as atitudes de intolerância e racismo (Carrilho, 1998).

10 Um jornal espanhol escreveu, num número especial dedicado a Portugal, que «o mistério de Portugal é o mistério da sua desproporção» (*Byn Dominical*, 22/04/2001).

Razões de Orgulho para os Portugueses (percentagem) N=213

	1º	2º	3ª	Total
Descobrimientos	67.6	13.1	5.2	85.9
A revolução de 25 de Abril de 1974	8.9	20.7	18.8	48.4
A língua portuguesa no mundo	4.7	16	14.6	35.3
As ligações históricas com outros povos	4.7	12.7	14.1	31.5
A Expo'98	4.2	8.5	16.4	29.1
A participação na construção europeia	1.4	8.9	12.7	23
O modo de ser português	3.3	9.4	2.3	15
A descolonização	0.9	3.3	4.2	8.4
A unidade nacional	1.4	2.8	2.3	6.5
O desenvolvimento económico	0.9	0.9	2.8	4.6
O passado colonial	0.9	2.3	0.9	4.1
Outros motivos	0	0	0.9	0.9

O que emerge destes resultados é que, embora Portugal esteja num processo de construção capitalista, a comparação com outros países é ainda muito desfavorável no capítulo económico, pelo que, aparentemente, os portugueses permanecem orgulhosos sobretudo de alguns aspectos históricos e culturais, não se registando, portanto, alterações significativas em relação aos resultados de um estudo de 1978, apenas 4 anos após a revolução de 1974 (Bruneau, 1984) e dum outro feito pelo Instituto Português de Ciências Sociais no final da década de 1980 (Cruz, 1989) acerca de nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa.

As elites culturais e políticas parecem muito dispostas a exibir um Portugal europeu. Mas, nalguns aspectos, os portugueses estão longe de ultrapassar as décadas de isolamento que tiveram grande influência na mentalidade portuguesa. Em finais da década de oitenta – quando o ciclo económico era favorável –, os portugueses eram dos que menos aceitavam a ideia de um passaporte europeu a substituir o passaporte nacional (Cruz, 1989). Estes e outros factos deixam transparecer a ideia de que apesar da grande mudança estrutural das últimas décadas, há assuntos em que a mudança dos portugueses não é tão aparente, como na sua atitude de afirmar o inquestionável valor da nação e a dificuldade em abdicar da sua identidade e soberania em favor do projecto europeu. Para isso deverá contribuir, também, a contínua celebração massiva da história nacional dos últimos anos que reafirma a *comunidade nacional de história e destino*.

Apesar da leitura de eventos históricos ser sujeita a conflitos, as *idades de ouro* são frequentemente mobilizadas pelo seu apelo aos nacionais. Celebrar os *nossos* heróis

significa consolidar a *nossa* identidade nacional em relação aos Espanhóis, Franceses ou Ingleses, especialmente se Portugal perde na competição da prosperidade económica com esses países. Parece natural, portanto, que características do Portugal moderno não capturem tanto consenso nacional como a *era de ouro* do passado e as características relacionadas com memória, história nacional e tradição (Almeida, 2001).

Portugal saiu de décadas de isolamento e projecto imperialista para um processo de integração europeia num espaço de tempo relativamente curto, saindo do processo de descolonização «sem problemas particulares de identidade nacional e parece ter aderido ao processo de integração europeia (...) com uma adesão consistente à soberania nacional e com uma consciência nacional cívica equilibrada e sólida» (Cruz, 1989: 105). Negando qualquer crise de identidade, Manuel Braga da Cruz sublinha que os portugueses estão mesmo «mais distantes das tendências internacionalistas do que outros povos europeus, revelando um surpreendente forte regionalismo» (1989: 78). Ora, segundo muitos comentadores, um dos maiores desafios que o processo de unificação europeia enfrenta diz respeito, por um lado, à ultrapassagem das suspeitas dos países do norte (Hansen & Waever, 2002) e, por outro, à conciliação da construção europeia com a ênfase numa experiência e identidade europeia comum, contrapondo a Europa ao resto do mundo em vez de sublinhar as diferenças entre os membros, com a persistência das identidades nacionais (Calhoun, 1997; Pagden, 2002; Smith, 1996). Os europeus têm mais do que um passado comum. Eles têm uma história de antagonismos para ultrapassar (Pagden, 2002). Um dos grandes desafios para a construção de um espaço *pós-nacional* na Europa é, portanto, a conciliação do projecto universalista europeu com as lealdades das pessoas para com as suas nações.

Nos grandes rituais nacionais que têm tido lugar em Portugal, os valores mobilizados são os valores que as elites consideram mais apropriados aos desafios correntes da comunidade nacional. Um desses desafios tem assumido uma importância fundamental nos discursos de identidade: o projecto de construção europeia. Mas é de esperar que a adesão ao projecto europeu não seja a mesma para todos os portugueses, pois os laços das pessoas em relação à sua nação podem ser expressos numa variedade de tipos de nacionalismo, e em diferentes crenças em relação à Europa. Uma atitude favorável em relação à Europa pode indicar um sentido de identidade europeia, mas essa atitude pode, também, ter origem num balanço de ordem instrumental entre ganhos e perdas. Para alguns poderá ser possível acomodar a sua identidade nacional no seio duma identidade europeia mais alargada. Para outros, a mera ideia duma identidade europeia pode constituir uma ameaça inaceitável ao seu sentido de nacionalidade. É possível também que

atitudes favoráveis em relação à União Europeia coexistam, com atitudes desfavoráveis face a alguns dos seus símbolos, como por exemplo, em relação ao euro (Burgoyne & Routh, 1999).

A Vocação Atlântica e a Opção Europeia

Depois do *regresso a casa* de Portugal ao seu rectângulo Ibérico, a Europa representa a promessa de alargamento da «micro-sociedade» portuguesa para um espaço social mais vasto e para a sua nova «paideia nacional» (Quadros, 1992), pelo que a corrente reimaginação da nação engloba ao mesmo tempo a celebração do seu passado glorioso e da renegociação da posição de Portugal no mundo de estados-nação em que a tradicional *vocação atlântica* é combinada com a *opção europeia* para o progresso económico¹¹.

Neste sentido, a Expo'98, por exemplo, foi o símbolo da visão do Portugal moderno, democrático, liberal e progressivo, tentando combinar a opção europeia com a tradicional vocação atlântica. Portugal aproveita todas as oportunidades para mostrar os seus novos compromissos de integração na comunidade internacional, como a presidência da União Europeia, ou a presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas ou outras posições em organizações internacionais. Os projectos da Expo'98, da adesão ao euro ou da organização do Europeu de Futebol revelam um Portugal mudado aos actores internacionais, ao mesmo tempo que são apresentados como projectos unificadores da comunidade nacional.

Numa altura em que a natureza do regime parece não estar em causa, prosperidade e desenvolvimento económico têm uma crescente importância na *conversa* política de identidade nacional. Como vimos, este é um dos aspectos menos apontados como motivo de orgulho pelos portugueses, o que pode ser agravado em conjunturas mais difíceis. Apesar disso, as décadas de 80 e 90 do século XX foram, de uma maneira geral, períodos de prosperidade económica, o que se deveu, em grande parte, ao impacto dos programas de convergência económica com a Europa¹². A integração europeia acelerou a modernização e o desenvolvimento económico de Portugal, tendo ganho acesso ao euro com relativa facilidade. Inflação de cerca de 2 % e taxas de juro de cerca de 5% estão longe dos números de dois dígitos de há não muito tempo. O mesmo se pode dizer em relação à taxa de desemprego. Os fundos da União Europeia foram os grandes responsáveis pela boa performance económica dos anos 1990, o que tornou o país «quase irreconhecível em

11 José Medeiros Ferreira, dizia, há tempos, citando um embaixador em Lisboa, que de tempos a tempos, Portugal «ausenta-se da Europa» (Diário de Notícias, 31/8/1999).

12 O Portugal de Cavaco Silva era um «oásis». Para António Guterres, Portugal era um país «na moda».

relação ao país em dificuldades que aderiu à Comunidade Europeia em 1986» (Financial Times, 28/10/1998). Se a adesão dos portugueses à ideia de construção europeia constituir uma adesão mais *instrumental*¹³ que *sentimental*, a perspectiva de alargamento e a consequente diminuição dessa fonte da adesão *instrumental* – os fundos comunitários – pode deixar antever algumas dificuldades.

As sociedades modernas requerem que todos desempenhem diversos papéis, de tal maneira que pode existir o perigo de alguns sofrerem do que Gillis chama de «"multiphrenia", a condição de ter demasiados *selves* conflictuais, demasiadas identidades» (Gillis, 1994: 4). Neste seu *regresso a casa*, Portugal enfrenta, também, novos papéis à medida que se envolve na integração europeia, que podem ser, por vezes, contraditórios. Portugal parece não querer perder a sua *tradicional vocação atlântica*, como mostra o comprometimento com a CPLP. Nalguns casos, no entanto, esta vocação atlântica pode estar em contradição com o novo papel europeu. Por exemplo, parte das regras que regulam a imigração em Portugal é consequência do Acordo de Schengen. Apesar disso, Portugal recusa uma gestão centralizada dos fluxos migratórios alegando especificidades históricas e culturais (Leitão, 1997).

Reprodução Nacional e Integração Europeia

Politicamente, o estado-nação tornou-se, desde a *idade dos nacionalismos*, a forma internacionalmente reconhecida e o repositório das funções de assistência social e saúde pública e o regulador da distribuição social. Assim se explica o poder apelativo que o ideal de ter um estado próprio teve e continua a ter para muitas populações¹⁴. Outra das razões tem a ver com o facto de o modelo de estado-nação ter sido e ser ainda encarado como o meio democrático ideal de integração. A cidadania, definindo um conjunto de direitos e deveres específicos a uma população, estabelece uma fronteira entre *nós* e os *outros*, excluindo os *outros* com base na nacionalidade, pelo que a homogeneidade nacional tem feito parte de muitos projectos nacionalistas (Handler, 1994).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial houve uma alteração essencial no sentido de que «a era do pós-guerra é caracterizada por uma reconfiguração da cidadania duma

13 O que muitos portugueses vêm da Europa são as estradas e as placas indicativas das comparticipações, os subsídios, mas também os enterramentos de fruta e as limitações à cultura dos campos e à pesca nos mares.

14 Em 1999 foi possível ver em directo na TV um homem afirmar «já posso morrer pois já deixo uma nação a meus filhos». Em 2002, a emoção da cerimónia de declaração de independência e o silêncio emotivo e de respeito com que a multidão de pessoas acolheu a bandeira em Timor-Leste mais uma vez o mostrou.

base mais particularista baseada na nacionalidade para uma mais universalista baseada na personalidade» (Soysal, 1994: 137). No entanto, os portugueses, tais como outros povos, parecem ainda preferir que assuntos como educação, cultura e saúde sejam tratados pelos governos nacionais, enquanto que admitem que assuntos como política externa, a luta contra as drogas e políticas monetárias e de desemprego possam ser tratadas numa base supranacional (Carrilho, 1998). O que transparece é que a forma de estado-nação como repositório das funções públicas de educação, de saúde, de regulador de distribuição social é ainda reconhecida como a mais eficaz.

Em termos de identidade europeia, à medida que o projecto de construção europeia avança, especial importância é dada à criação de símbolos que exibam aos cidadãos a sua qualidade de *europeus*. Quando o Acordo de Schengen foi assinado, a Europa sem fronteiras tornou-se na Europa de uma só fronteira. Para além do desejo dos governos nacionais em prevenir um pesadelo de uma possível invasão demográfica externa em massa – que não se concretizou –, outro objectivo de tal acordo era implementar uma fronteira comum a todos os membros, como sinal de solidariedade e de fraternidade entre os seus membros: «todos diferentes, mas todos iguais». Depois da introdução da bandeira, do hino e do *dia da Europa*, o euro foi, também, apresentado como um instrumento essencial na criação duma identidade europeia e duma integração política mais plena, sendo supostamente um símbolo de identidade a dois níveis: nacional e europeia. As campanhas de promoção que acompanharam a introdução do euro, apontavam o novo dinheiro como factor de unidade: «o euro, a nossa moeda». Pela primeira vez em toda a Europa, passou a existir algo tangível e palpável que relembra, e põe em prática, quotidianamente, a pertença europeia a todos os cidadãos europeus. De acordo com Burgoyne & Routh (1999) Portugal é um dos países que se situa a meio do espectro entre uma identidade europeia e uma identidade nacional, o mesmo acontecendo com os níveis de aceitação do euro. Mas Portugal fazia parte dos países com maior orgulho na sua moeda e, para os portugueses, o escudo constituía um símbolo com alguma importância do que significa ser uma nação, como mostram algumas reacções ao desaparecimento da antiga moeda¹⁵.

15 No dia em que o euro substituiu o escudo, os títulos nos jornais davam conta, de forma geral, de que o escudo não deixava saudades. No entanto, as histórias que ilustravam o assunto iam, em muitos casos, em sentido contrário, apresentando casos de comerciantes contando que os seus clientes continuavam a querer os escudos e mesmo de pessoas que se recusavam a conformar com o euro (A Capital, 28/02/2002; Diário de Notícias, 28/02/2002; Público, 28/02/2002). Por outro lado, muitos foram, também, os suplementos sobre a história do escudo na imprensa e também muitas as edições de moedas postas à venda o que mostra, de alguma forma, uma despedida mais emocional em relação ao velho escudo.

Os discursos da nação são, normalmente, acompanhados dum discurso de união e coesão, reproduzindo a imagem de unidade cultural à custa, algumas vezes, do reconhecimento de particularismos culturais locais e regionais. Por exemplo, foi preciso esperar pela democratização e europeização do país para assistirmos ao reconhecimento, na Lei 7/99 de 29 de Janeiro, do direito a preservar e promover a língua mirandesa¹⁶, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda¹⁷. Outros dois exemplos mostram como a elite pode controlar as concepções que se tornam, em dado momento, as ideias dominantes de nação, que podem mudar consoante o tempo histórico e o grupo que está nessa posição: os *touros de morte* – proibidos por Salazar por serem um costume bárbaro que ia contra a essência do povo português que o antropólogo Jorge Dias (1950) exprimiu na conhecida fórmula: «para os portugueses, o coração é a medida de todas as coisas»; e o *Kola Son Jon* – uma dança cabo-verdiana, proibida durante o regime salazarista pois era considerada, pela administração colonial, uma dança libidinosa dados os exuberantes ritmos e movimentos dos corpos. Ambas as práticas foram proibidas por Salazar pois iriam contra aquilo que *nós* somos, contra a concepção ideológica que o regime tinha da nação e agora, ambas são defendidas e promovidas, tal como o *mirandês*, como parte importante das respectivas culturas. Aliás, a divisa «todos diferentes, todos iguais» está relacionada com a ideia de construção, na Europa, duma comunidade *multicultural*¹⁸ de povos, criada por motivos políticos e em que cada um retém as suas próprias culturas num enorme mosaico de diversidade, tornando o tema da identidade nacional/identidade europeia tão complexo e interessante, sobretudo numa altura em que o futuro se prevê crescentemente integrado e em que a cooperação através das fronteiras nacionais está associada ao progresso social e económico (Daun & Jansson, 1999).

Estes dois processos de criação de uma *identidade europeia* e da reprodução nacional têm lugar, portanto, em paralelo. Portugal, com uma imagem tradicional de nação culturalmente, etnicamente, linguisticamente e religiosamente homogênea, é frequentemente apresentado como exemplo quase perfeito dum estado-nação em que existe uma coincidência entre a unidade política e a unidade cultural (Gellner, 1983; Smith, 1991) e

16 A propósito da diferença entre um dialecto e uma língua, O'Leary refere que «há mais do que mero humor na tese de que uma língua se diferencia dum dialecto pois a primeira tem um exército e uma marinha» (O'Leary, 1998: 66).

17 O direito à sua aprendizagem é regulamentado pelo despacho normativo n.º 35/99 do Ministério da Educação.

18 O termo *multicultural* é aqui usado no seu sentido meramente descritivo. Noutros locais, discutimos o conceito com mais profundidade (Almeida, 2003; Almeida, 2004b).

como uma das nações europeias mais centralizadas. Apesar das recorrentes reivindicações regionalistas, apenas 9% do orçamento era, em finais dos anos 1990, gasto pelas autoridades locais em comparação com 25% ou mais em muitos países da UE (Financial Times, 28/10/1998).

O processo de homogeneização e centralização levado a cabo pelo estado, que incluiu, historicamente, a expulsão de *outros*, parece ser um processo permanente. Ainda recentemente os políticos portugueses deram às escolas primárias um *kit patriótico* com o objectivo de aumentar nas crianças a consciência da sua nação. No dia da distribuição, o Presidente da República visitou um local onde a origem diversa dos habitantes era evidente e apelou directamente à união, independentemente da origem, «hoje todos vivemos sob a mesma bandeira e hino», símbolos que «nos identificam como portugueses na nossa relação com o mundo». Sublinhando a importância de tais símbolos, apelou às crianças para cantarem sempre que possam o hino e a não terem vergonha de serem portugueses (Diário de Notícias, 3/10/2000). A crescente diversidade cultural, fruto de fluxos populacionais, representa, igualmente, um desafio ao estado-nação, sobretudo num país como Portugal, em que a ideologia luso-tropicalista adquiriu uma importância fundamental na forma como o país se identifica como nação e como os portugueses se vêem a si próprios (Almeida, 2001; Venâncio & Moreira, 2000; Venâncio, 1996).

Os dias nacionais são, frequentemente, ocasiões para a reconstrução do projecto nacional e para a reafirmação da coesão da comunidade, mesmo em velhos estados-nação, há muito estabelecidos, como Portugal. A integração dos imigrantes foi, mais uma vez, um dos principais temas do discurso do Presidente da República durante as celebrações do dia nacional de Portugal, em 2002, reconhecendo a sua importância do tema para a actual sociedade portuguesa. Foi também uma ocasião aproveitada pelo presidente para afirmar que «não podemos dar direitos políticos a minorias que recusam os nossos valores e não acatam as nossas leis. Queremos receber dignamente, isso sim, os cidadãos livres que escolham partilhar o *nosso* destino colectivo e respeitar a *nossa* ordem jurídica» (11/06/2002, ênfase do autor).

No processo de centralização e fragmentação que a Europa actualmente atravessa, o estado-nação é simultaneamente “minado” e tornado mais saliente, pelo que pode ser difícil conciliar uma certa homogeneização interna que os Estados e as elites nacionais promovem com o abdicar de soberania nacional em favor do projecto da construção europeia, conduzido, também, em grande parte, de uma maneira *top-down*, pelo Estado e pelas elites culturais e políticas. A capacidade de apresentar discursos opostos em diferentes circunstâncias, sem sentir as contradições, definido por Michael Herzfeld como

dissemia é o que permite, segundo o antropólogo Vale de Almeida explicar a atitude ambivalente dos portugueses face à sua história, como por exemplo, «ser capaz de dizer que sou contra qualquer retórica nacionalista acerca dos descobrimentos e da expansão e, ao mesmo tempo, ser capaz de dizer que “sim, mas nós fomos os pioneiros, nós fomos os primeiros a dar novos mundos ao mundo e estamos orgulhosos disso”» (Almeida, 1998: 241).

Não podemos esquecer que a Europa é o local de nascimento do conceito de estado-nação e que, em muitos países, os sentimentos nacionais continuam bem entrincheirados, como mostram as relações entre portugueses e espanhóis¹⁹, e não serão ultrapassados pura e simplesmente por se fechar os olhos a tais sentimentos. A distância que algumas vezes se regista entre discursos e propostas das elites e dos cidadãos comuns, deixam a exclusividade na defesa de tais sentimentos a partidos e movimentos extremistas com agendas mais apelativas a todos os que sentem uma ligação mais estreita às suas nações. Esta parece ser, de resto, uma das razões para o recente crescimento dos partidos de extrema-direita na Europa, cuja agenda populista faz apelos e foca temas que outros partidos e movimentos mais envolvidos com o projecto europeu não abordam. O aumento da imigração e o crescente sentimento de insegurança, são outras condições propícias a um crescimento da extrema-direita, como aconteceu recentemente num fenómeno que não apanhou, de resto, de surpresa quem se tem dedicado ao seu estudo e às condições sociológicas que estão na sua origem (Husbands, 1983).

19 Numa Europa em construção, as tensões nacionalistas entre estados não desapareceram. Diversos eventos nos últimos anos sugerem que as relações entre países amigos comprometidos com a construção europeia pode facilmente mudar, transformando vizinhos em *inimigos*. O discurso político sublinha frequentemente a história Ibérica comum, baseada numa herança espiritual comum que advém das suas histórias expansionistas. É essa história comum que permite encarar, hoje, os espanhóis como «nuestros hermanos». Politicamente, ao nível da UE, ambos os países tentam trabalhar em proximidade, enquanto aliados Ibéricos. No entanto, as barreiras psicológicas são ainda enormes, mesmo em comunidades fronteiriças (Luís Silva, 2000, in Sobral, 2000) e, ciclicamente, desacordos acerca de assuntos bilaterais, tais como assuntos relacionados com a partilha de rios ou *take-overs* de um banco português por um espanhol, ou voos alegadamente não autorizados de aviões espanhóis sobre ilhas portuguesas, a gestão do caso do petroleiro *Prestige*, o fecho das suas fronteiras e a actuação da polícia aquando da cimeira de Sevilha, ou mesmo a maneira como a Espanha se apresentou na Expo'98, podem disparar sentimentos anti-espanhóis nos media que vê tais atitudes espanholas em relação a Portugal como manifestações de um «complexo de superioridade» que se materializa como compensação dum «terrível complexo de inferioridade em relação a França» (Expresso, 9/5/1998). A história passada de conflitos é imediatamente recuperada e de vizinhos *eles* são transformados em *inimigos*. Estas ocasiões são apresentadas, por alguns, como confirmação do receio que tinham em relação à integração europeia pois ela significaria, mais tarde ou mais cedo, um controlo espanhol da economia portuguesa (Martins, 1998; veja-se a Grande Reportagem de Dezembro, 2002). Em 1999, quando o governo português se opôs à *take over* dum banco português por um espanhol, o Primeiro Ministro português justificou que tinha sido «eleito pelos portugueses para defender os interesses portugueses» (Diário de Notícias, 22/6/1999). A existência deste pequeno rectângulo cravado na carne de Espanha parece quase irreal. Para Lourenço, os espanhóis dificilmente acreditam na sua existência e os portugueses não param de se admirar com tão grande milagre (Lourenço, 1988).

Esta questão assume importância crescente à medida que o projecto de construção europeia assume uma renovada dimensão com a adesão de 10 novos países e evolui no sentido da *inevitabilidade* da «dinâmica federal» (Diário de Notícias, 30/04/2002) introduzida nos últimos anos²⁰, nomeadamente com a criação do euro e do consequente desaparecimento de outras reservas de soberania dos estados membros.

Conclusão

O fim das fronteiras entre membros do grupo Schengen, o estabelecimento dum mercado único e a chegada do euro, constituem mudanças psicológicas assinaláveis para o Portugal que viveu isolado durante grande parte do século XX, e para a *comunidade de destino* em que as concepções dominantes de identidade nacional eram definidas em oposição à industrialização e modernização e aos valores liberais-democráticos dos seus vizinhos europeus ocidentais, num tipo de *nacionalismo de reacção*.

O actual processo de reconstrução da nação é, como vimos, composto de dois processos paralelos: por um lado é promovida a integração europeia; por outro lado, a reprodução da nação tem sido levada a cabo, fazendo um uso maciço de grandes celebrações da história nacional. O passado, o presente e o futuro da comunidade de história e de destino são revisitados, reconstruindo a forma como os portugueses se concebem a si próprios e a sua relação com o mundo. Tal processo de reprodução nacional, de *nation maintaining*, não sendo um exclusivo da sociedade portuguesa, reafirma e reconstrói a lealdade das pessoas para com as suas nações.

Terminou aquele que foi o grande *projecto nacional* durante mais de 500 anos e a Europa representa, agora, a promessa de um novo *projecto nacional* e a promessa de progresso e modernização. Mas os portugueses têm uma visão de si próprios em grande parte virada para o passado e, como outros povos, centrada na nacionalidade pelo que, para Eduardo Lourenço, este reaproximar da Europa do velho Portugal ancorado nos hábitos de nação imperial, à Europa resultante de três revoluções industriais em que quase não participou, é complexo, difícil, cheio de resistências e armadilhas (Lourenço, 1988). Uma dessas armadilhas pode ser a potência dos rituais nacionais que podem criar alguma tensão em relação à ideia de criação duma identidade europeia e à possibilidade de perda de soberania (Mitchell, 2001), mesmo quando a Europa e o processo de modernização

²⁰ O projecto de construção europeia tem seguido o padrão de longas negociações técnicas e súbitas acelerações políticas (Pagden, 2002).

prometem níveis mais elevados de progresso económico, sobretudo para alguns sectores da população que podem sentir de maneira especial as tensões entre tradição e modernização.

A visão optimista de David Corkill (1996) parece sugerir que é possível conciliar o processo de reprodução das nações com o projecto transnacional de construção europeia. Segundo Corkill a aceitação e mesmo entusiasmo que, quer Portugal quer Espanha demonstraram em relação à união política europeia e à cedência de soberania – um aspecto central nas potenciais objecções à integração europeia – é a evidência de que a «Península Ibérica demonstra que o nacionalismo do centro e da periferia pode coexistir com o supranacionalismo na forma de identidades plurais» (Corkill, 1996: 155). Mas o sucesso do novo projecto nacional/europeu dependerá, certamente, da gestão destes processos e da capacidade de conciliar os diversos papéis que Portugal é chamado a desempenhar enquanto sociedade moderna integrada no sistema internacional.

Bibliografia

AA.VV (2001) “The Euro and European Identity: The Spanish and Portuguese Case”, *Journal of Economic Psychology*, nº 22, 441-460.

Almeida, José Carlos (2001) *Commemorations of Portugal: National Identity and Public Celebration*, PhD Thesis, Department of Sociology, University of Bristol.

Almeida, José Carlos (2003) Nós e os Outros. A Escola, A Nação e as Políticas do Multiculturalismo. *Paper in Midterm Conference Europe 2003 Critical Education & Utopia. Emergent Perspectives for the 21st Century*, Lisboa, International Sociological Association.

Almeida, José Carlos (2004) Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade, Lisboa, Editora Piaget (em preparação).

Almeida, José Carlos (ed.) (2004b) Educação, Políticas Educativas e Multiculturalismo, Lisboa, Editora Piaget (em preparação).

Almeida, Miguel V. (1998) “O Regresso do Luso-Tropicalismo. Nostalgias em Tempos Pós-Coloniais” in *Abril em Maio & SOS Racismo, Essas Outras Histórias que Há para Contar. Colóquio Internacional Em Tempo de Expo Há Outras Histórias Para Contar*, Lisboa, Edições Salamandra, pp. 235-243.

Anderson, Benedict (1991) *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.

Beissinger, Mark (1998) "Nationalisms that Bark and Nationalisms that Bite: Ernest Gellner and the Substantiation of nations", in J. A. Hall (org.) *The State of the Nation. Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 169-190.

Billig, Michael (1995) *Banal Nationalism*, London, Sage Publications.

Bruneau, Thomas C. (1984) *Politics and Nationhood. Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger.

Bruner, M. Lane (2002) *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*, University of South Carolina Press.

Burgoyne, C. B. & Routh, D. A. (1999) "National Identity, European Identity and the Euro", in Keith Cameron (ed), *National Identity*, Exeter, Intellect, pp. 107-124.

Calhoun, Craig (1997) *Nationalism*, Buckingham, Open University Press.

Carrilho, Maria (1998) *Portugal no Contexto Internacional. Opinião Pública, Defesa e Segurança*, Lisboa, Edições Cosmos & Instituto da Defesa Nacional.

Chaves (1920) *Nacionalismo Etnográfico. A Agricultura e a Etnografia*, Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Corkill, David (1996) "Multiple National Identities, Immigration and Racism in Spain and Portugal", in B. Jenkins & S. A. Sofos (eds), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London, Routledge, 155-171.

Cruz, M. B. (1989) "Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Relatório de Investigação.", in AA.VV., *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 75-132.

Daun, A. & Jansson, S. (eds.) *Europeans: Essays on Culture and Identity*, Lund, Nordic Academic Press.

Dias, Jorge, (1950) *O Essencial Sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Eriksen, Thomas H. (1993) "Formal and Informal Nationalism", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 16, n° 1, 1-25.

- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell.
- Gillis, John R. (ed) (1994) *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press.
- Greenfeld, Liah (1992) *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge, Harvard University Press.
- Hansen, L. & Waever, O. (eds) (2002) *European Integration and National Identity. The Challenge of the Nordic States*. London, Routledge.
- Handler, Richard (1994) "Is 'Identity' a Useful Cross-Cultural Concept?" in John R. Gillis (ed), *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press, 27-40.
- Hermet, Guy (1996) *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Hespanha, António M. (ed) (1999) *Há 500 Anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998*, Lisboa, CNCDP.
- Hobsbawm, Eric (1983) "Introduction: Inventing Traditions", in E. Hobsbawm & T. Ranger (eds) *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Husbands, Christopher (1983) *Racial Exclusionism and the City: the Urban Support of the National Front*, London, George Allen & Unwin.
- Hutchinson, John (1987) *The Dynamics of Cultural Nationalism. The Gaelic Revival and the Creation of the Irish Nation State*. London, Allen & Unwin.
- Hutchinson, John (1994) *Modern Nationalism*, London, Fontana Press.
- Jenkins, Richard (1995) "Nations and Nationalisms: Towards more open models", *Nations and Nationalism*, 1 (3), 369-390.
- Leão, F. Cunha (1998, original de 1960) *O Enigma Português*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Leitão, José (1997) "The Portuguese Immigration Polity and the New European Order", in Maria I. Baganha (ed) *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, pp. 121-129.
- Lourenço, Eduardo (1988) "Portugal e a Europa", *Oceanos*, nº 1, 1989.
- Lourenço, Eduardo (1994) *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Martins, Hermínio (1998) "O Federalismo no Pensamento Político Português", *Penélope*, nº 18, 13-49.

May, Stephen (2001) *Language and Minority Rights: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language*, London, Longman.

Mitchell, Jon (2001), *Ambivalent Europeans: Ritual, Memory and the Public Sphere in Malta*, London, Routledge.

O'Leary, Brendan (1998) "Ernest Gellner's Diagnoses of Nationalism: a Critical Overview, or, What is Living and What is Dead in Ernest Gellner's Philosophy of Nationalism", in J. A. Hall (ed.), *The State of the Nation. Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 40-88.

Ortega Y Gasset, José (1951) *The Revolt of the Masses*, London, George Allen & Unwin Ltd.

Pagden, Anthony (ed) (2002) *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press.

Parekh, Bhikhu (1995) "The Concept of National Identity", *New Community*, 21(2), 255-268.

Quadros, António (1992) *Memórias das Origens. Saudades do Futuro. Valores, Mitos, Arquétipos, Ideias*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Renan, Ernest (1990 original de 1882) "What is a nation?", in H. K. Bhabha (ed) *Nation and Narration*, London, Routledge, 8-22.

Renaud, Michel (1998) "O que é uma Exposição? Análise Semântica e Filosófica.", *Brotéria*, nº 146, 251-272.

Salazar, Oliveira (1940) "Discurso no Castelo de Guimarães", in 1940 - *Album Comemorativo*, Fundação Festas de Guimarães.

Sarup, Madan (1996) *Identity, Culture and the Postmodern World*, Georgia, The University of Georgia Press.

Smith, Anthony D. (1991) *National Identity*, London, Penguin Books.

Smith, Anthony D. (1996) *Nations and Nationalism in a Global Era*, Cambridge, Polity Press.

Sobral, J. M. (2000) *O Processo de Formação das Nações*, Comunicação no IV Congresso Português de Sociologia.

Soysal, Yasemin N. (1994) *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, London, The University of Chicago Press.

Venâncio, José C. (1996) *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*, Lisboa, Vega.

Venâncio, J. C. & Moreira, A. (2000) *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.

A Doutrina Operacional do Exército Popular de Libertação para o Século XXI*

Manuel Alexandre Carriço

Capitão de Infantaria. Professor Adjunto Convidado de Relações Internacionais da Academia Militar. Membro Associado do CINAMIL.

Resumo

Ainda hoje, analistas chineses declaram que desde sempre existiu apenas uma estratégia operacional ao longo dos 50 anos de existência da República Popular da China (a da “Guerra Popular). No entanto a história prova o contrário. A dimensão do Exército Popular de Libertação (EPL) e o modo como a sua doutrina operacional foi sendo modificada ao longo dos últimos 20 anos – mantendo o princípio doutrinário basilar e elementar da defesa activa – teve como consequência a existência simultânea de elementos no seio do aparelho militar com diferentes missões, estruturas e orientações doutrinárias. Actualmente o desafio reside na maior ou menor capacidade de ajustamento do corpo doutrinário à realidade e à capacidade operacional do EPL (e vice-versa). O EPL segue assim um processo de modernização a três velocidades onde ainda hoje existem unidades mais vocacionadas para a execução da Guerra Popular, enquanto que outras como as forças de reacção rápida – alvo preferencial do processo de modernização militar – já estão aptas a aplicar a última evolução estratégica (Guerra Local sob Modernas Condições *Hi-Tech*). Outras ainda, como as de guerra electrónica e da 2ª Artilharia já se consideram com alguma capacidade efectiva de levar a cabo operações de RMA integradas em cenários de Guerras Locais e Limitadas.

Abstract

Even today many chinese military strategists still stand by the rule that there was only one operational strategy since the founding of People's Republic of China (The People's War). But history show us a different perspective.

The PLA's dimension and the way as his operational doctrine has been modified in the last twenty years (preserving the stepping stone principle of active defense) had the effect of an umbrella were several elements with different missions, structures and doctrinal orientations are coexisting with more or less paucity. Today, the real challenge is the adjustment of a doctrinal body to the present reality of PLA's operational capability (and vice versa). The PLA's is in the middle of a “three speed” modernization process, where there are units that can only implement Mao Zedong doctrine of People's War, and others (as the rapid reaction forces) who are able to execute the last doctrinal development (Local War under Hi-Tech Conditions), and others that can carry, albeit with limited capacity, the Revolution in Military Affairs war operations but in the local and regional context.

* O presente artigo constitui uma súmula de uma monografia elaborada pelo autor e intitulada de *A Evolução do Conceito Doutrinário de Defesa e do Pensamento Estratégico Chinês*. As ideias expressas não representam necessariamente as da instituição a que pertence. O autor agradece as observações dos membros anónimos do júri editorial que contribuíram para o refinamento analítico de alguns pontos.

*“Muita ambição existe quando o objectivo é indefinido”
(mubiao buming zhixiangda).*

*“Muitas ideias surgem quando a iniciativa não é objectiva”
(xinli meishu dianziduo).*

Máximas chinesas

1. Introdução

A Guerra do Golfo de 1991 foi um tipo de guerra que os estrategas militares chineses vinham analisando ainda que de modo especulativo seis anos antes de efectivamente acontecer. Foi uma guerra curta, de elevada intensidade, efectuada com objectivos políticos limitados e dentro de um teatro de operações geograficamente confinado. Ainda que o papel fulcral desempenhado pelos sistemas de combate e de apoio de combate tecnologicamente sofisticados não tenha sido propriamente uma surpresa para os analistas do Exército Popular de Libertação (EPL), tal não se pode aplicar ao emprego sinérgico e efectivo dos mesmos nas operações conjuntas. Os estrategas chineses extrapolaram dois aspectos complementares da Operação Tempestade no Deserto (*Desert Storm*). Primeiro, o emprego massivo do poder aéreo permitiu destruir as defesas aéreas iraquianas ao mesmo tempo que paralisava as forças no terreno. Segundo, quando a ofensiva terrestre foi lançada, o efeito sinérgico das operações conjuntas realizadas com elevado profissionalismo acabou com o que ainda restava das forças de Bagdade.

Ao dissecarem analiticamente as diversas componentes que contribuíram para a vitória da coligação internacional, os analistas militares chineses chegaram à conclusão de que a sua doutrina operacional teria de passar a enfrentar dois dilemas. Primeiro, como incrementar as capacidades de combate para fazer face a uma eventual guerra imediata ou a curto prazo. Segundo, como se prepararem para a nova *Revolution in Military Affairs* (RMA) que emergiu da Guerra do Golfo.

2. O Debate Pós-Guerra do Golfo e o Impacto da Campanha Aérea da NATO sobre o Kosovo

A nova RMA implicou que o EPL passasse a efectuar um estudo adicional e mais objectivo sobre duas componentes da guerra moderna que até então havia subestimado em análises anteriores: o reconhecimento e o poder aéreo. Inúmeros artigos foram publi-

cados sobre a tipologia dos sistemas de reconhecimento norte-americanos (desde os satélites KH-11 até aos aviões de reconhecimento não tripulados – os *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) – passando pelo sistema de vigilância (JSTARS). Deles ressaltava a extrema importância das capacidades de reconhecimento tático norte-americanas que contribuíram e facilitaram a tomada de decisão estratégica, a eficácia operacional, a detecção de mísseis, a avaliação de danos provocados pelos bombardeamentos, e as decisões táticas em tempo real no próprio campo de batalha¹. As elevadas capacidades C4IR (comando, controlo, comunicações, computadores, informações e reconhecimento) americanas tornaram-se um nóculo fulcral para o sucesso das operações militares, mas igualmente um dos pontos fundamentais a explorar por meio de estratégias assimétricas para quem pretendesse obstar a um ataque americano². O emprego de tecnologias de ponta sobre os centros C4IR poderia assim permitir a diminuição significativa dos meios de *hardware* das forças militares americanas³. Claro que uma coisa é reconhecer as possibilidades desta estratégia outra coisa é ter os meios para a executar eficazmente⁴.

As operações aéreas foram analisadas com igual detalhe, especialmente o poder devastador da força aérea americana e a incapacidade iraquiana em defender os seus centros de comando e controlo (C2) e de defesa anti-aérea do ataque da coligação. A China não só não possuía (nem possui) uma força aérea moderna⁵, como não tinha ao seu alcance a capacidade de se defender contra ataques tão intensos e concentrados que por intermédio de tecnologia “*stealth*” (de baixa visibilidade) e do emprego de mísseis de cruzeiro permitia que os aviões pudessem sobrevoar as linhas inimigas sem serem detectados, como e ainda destruírem baterias anti-aéreas sem entrarem dentro do alcance prático de tiro destes

1 Veja-se PILLSBURY, Michael (Ed), *Chinese Views of Future Warfare*, Washington, National Defense University Press, 1996.

2 Veja-se a popular obra de LIANG, Qiao e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, Beijing, PLA Literature and Publishing House, 1999.

3 Citado em SHAMBAUGH, David, *Modernizing China's Military: Progress, Problems, and Prospects*; Berkeley, University of California Press, 2002, pg. 70. É sobre esta área da *Information Warfare* que mais se faz sentir a prevalência dos conceitos estratégicos de Mao Zedong. Veja-se os múltiplos estudos de analistas chineses em PILLSBURY, Michael (Ed), *Op. Cit.*

4 Esta dicotomia permanece bastante vincada nas análises estratégicas chinesas, uma vez que se assiste a uma profusão de escritos sobre a guerra electrónica e da informação, os quais divagam sobre conceitos tipicamente americanos que o EPL dificilmente conseguirá implementar nos próximos vinte anos.

5 Apesar do esforço de aquisição à Rússia de mais de cem aviões SU-27 e de 40SU-30. Os acordos assinados prevêem uma autorização de co-produção dos SU-27 por parte da China. No entanto, têm existido inúmeros problemas na linha de montagem chinesa, para além do facto de que a capacidade de sustentação logística das aeronaves adquiridas tem-se revelado deficiente.

sistemas de defesa. A guerra aérea tinha-se transformado em algo de não-linear, com a possibilidade de se efectuarem ataques em profundidade sobre alvos militares estratégicos do adversário sem que as defesas anti-aéreas deste tivessem sido suprimidas. Quem conseguisse destruir (“cegar”) os sistemas C2 do inimigo sem que fosse rapidamente impedido, adquiriria a iniciativa estratégica, algo que à luz das sucessivas formulações doutrinárias chinesas o EPL jamais poderia abdicar.

Era obrigatória a prossecução de novos estudos com vista a uma nova reestruturação do EPL. Tal processo foi liderado pela Universidade de Defesa Nacional que em 1993 concluiu que o EPL devia:

- (1) reduzir o número de soldados e melhorar o equipamento, a qualidade de treino e a actual capacidade de combate;
- (2) atribuir prioridade à aquisição de armamento convencional tecnologicamente sofisticado em prejuízo do nuclear;
- (3) introduzir tecnologia de topo nos seus sistemas de armas;
- (4) construir uma força de reacção rápida⁶.

No entanto seriam necessários mais cinco anos para que a nova reformulação doutrinária fosse aceite oficialmente. Em 1998, a Comissão Militar Central (CMC)⁷ – eleita aquando do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista, em Outubro de 1992 – “finalizou” a revisão da doutrina de Deng Xiaoping. A formalização de tal processo revelou por parte da CMC uma determinação e visão a longo prazo, num marcado contraste com o habitual conservadorismo e inércia processual do EPL. A importância desta reforma pode assim ser encarada sob três perspectivas:

- (1) A nova CMC conseguiu proceder à revisão estratégica enquanto Deng estava vivo;
- (2) A nova CMC conseguiu responder em tempo e de uma forma simplificada aos novos desafios impostos pela revolução tecnológica; e

6 ALLEN, Kenneth, Glenn Krumel e Jonathan D. Pollack, *China's Air Force Enters the 21st Century*, Santa Monica, RAND, 1995, pg. 33. Para uma análise inclusiva sobre aspectos mais específicos deste estudo, leia-se a nota de rodapé desta mesma página.

7 Os membros da CMC em 1998 eram: Jiang Zemin (Presidente); Zhang Wannian (Vice-Secretário Geral); Chi Haotian (Vice-Secretário e Ministro da Defesa Nacional); Fu Quanyou (Membro e Director do Departamento de Estado Maior); Yu Yongpo (Membro e Director do Departamento Geral de Política); Wang Ke (Membro e Director do Departamento Geral de Logística); Cao Gangchuan (Director do Departamento Geral de Equipamento e Armamento); e Wang Ruilin (Membro e Sub-Director do Departamento Geral de Política).

- (3) A nova CMC conseguiu através da nova estratégia unificar facções desavindas no interior do EPL, servindo de ponto de partida para o fortalecimento do espírito de corpo e defesa dos interesses corporativos⁸.

Ou seja, a evolução da doutrina de Deng Xiaoping – primeiro da “Guerra Popular sob Modernas Condições” e “Guerra Popular de Defesa Activa”⁹ e posteriormente de “Guerra Local Limitada” – foi reactualizada em prol de um corpo doutrinário de ainda maior veneração da tecnologia militar, como único meio de alcançar uma rápida e decisiva vitória militar (“Guerra Local sob as Modernas Condições *Hi-Tech*”¹⁰). Se bem que absorvendo bastantes dos elementos definidores da doutrina anterior – o que era politicamente correcto¹¹ – e apoiando-se na pedra doutrinária basilar da defesa activa¹², já anteriormente estipulada, a nova doutrina operativa possui alguns factores diferenciadores, cujas origens remontam ao período do pós-Guerra Fria, e sobre as quais se acha por bem executar breve análise¹³.

8 Assemelhando-se ao que Liu Huaqing havia alcançado em meados da década de 80, quando conseguiu unir os Almirantes da MEPL em torno da estratégia “para uma Marinha de águas azuis” (Marinha com capacidade oceânica).

9 Como refere You Ji, “neste contexto, o termo activa, significa manter os adversários o mais afastados possível dos pontos estratégicos, preferencialmente para além das fronteiras. Significa igualmente a determinação do EPL em lançar contra-ataques em grande escala logo após a dissolução do impacto do ataque inicial do inimigo. Defesa (*bentu fangyu*), ou defesa territorial, é uma premissa recorrente do princípio de não expansão.” Ji, You, *The Armed Forces of China*, London, I.B. Tauris, 1999, pg. 4. A expressão e a noção de “modernas condições” deve-se ao Marechal Ye Jianying que a empregou pela primeira vez em 1958, ainda que a definição das “modernas condições” tenha sido reajustada, conferindo uma acentuado grau de flexibilidade doutrinária. YUNZHU, Yao, “The Evolution of Military Doctrine of the Chinese PLA from 1985 to 1995”, *Korean Journal of Defense Analysis* nº2, 1995, pg. 74.

10 Para alguns analistas do EPL, esta nova estratégia operativa submete-se ao primado doutrinário de uma “estratégia *high-tech* de defesa nacional” (*gaojishu guofang zhanlie*). No entanto, é de frisar que o CMC ainda não anunciou oficialmente qual a terminologia desta nova estratégia. Talvez tal se deva ao receio político de desvalorizar a doutrina de Deng, numa altura em que a liderança de Jiang se materializa com base na obtenção de consensos e onde a ala Dengista continua a possuir uma forte influência.

11 Cuidadosamente, Jiang Zemin intitulou estes novos esforços de desenvolvimento doutrinário como “o pensamento de Deng Xiaoping na construção de um Exército para a nova Era” (*Deng Xiaoping xinshiqi jundai jianshe sixiang*).

12 Como explica o Coronel Wang Naiming: “[a defesa activa]...enfatiza a natureza defensiva da nossa estratégia, mas também o carácter ofensivo dos meios que a aplicam. Requer uma integração orgânica da ofensiva e da defensiva, tendente a alcançar o objectivo estratégico defensivo por intermédio de uma acção ofensiva; quando as condições o propiciarem, a defesa estratégica deve ser conduzida por intermédio de contra-ataques e ataques.” NAIMING, Wang, “Adhere to Active Defense and Modern People’s War” in PILLSBURY, Michael (Ed), *Op. Cit.*, pg. 37.

13 Alguns analistas classificam a evolução do pensamento militar chinês em três etapas: a da Era da doutrina revolucionária de Mao Zedong; a da Era da doutrina de modernização de Deng Xiaoping; e a da Era da doutrina *hi-tech* de Jiang Zemin. A maioria dos jornais e publicações militares chinesas consideram a actual doutrina como pertencente à doutrina da modernização de Deng.

Como é do conhecimento geral, todos os condicionalismos inerentes à competição entre as duas super potências, obrigaram a China a inflectir o seu pensamento estratégico. Tal inflexão deveu-se, segundo Nan Li, a sete grandes factores:

- (1) O empate nuclear entre as duas super potências obrigou-as a procurarem formas intermédias de competição;
- (2) O desequilíbrio tecnológico e militar entre países de desigual desenvolvimento económico aumenta as possibilidades da nação tecnologicamente mais avançada iniciar uma guerra contra uma bem mais atrasada, usando o conflito como “tubo de ensaio” para as novas armas;
- (3) Os custos crescentes, cada vez mais insuportáveis como resultado da maciça destruição de infra-estruturas económicas, associados às guerras em grande escala, tornam as guerras locais uma alternativa menos onerosa mas capaz de igualmente consolidar objectivos estratégicos definidos;
- (4) Como as grandes potências vão evitar o conflito directo, irão-se socorrer de estratégias indirectas (“guerras satélites”) como método de materializar e de obter recursos estratégicos;
- (5) A progressiva escassez de recursos naturais em resultado do desenvolvimento económico poderá proporcionar a reactivação de disputas territoriais;
- (6) Conflitos internos (guerras civis) aumentam a possibilidade de intervenção externa; e por fim
- (7) Como muitas destas guerras locais opõem países do Terceiro Mundo e Estados socialistas, não directamente envolvidos na competição entre as super potências, não se deve subalternizar a importância dos conflitos étnicos como vector de catalização de guerras locais¹⁴.

Para o Tenente-General Mi Zheniu, um estratega de renome do EPL, as principais características de uma “Guerra Local Limitada sob Modernas Condições *Hi-tech*” serão as seguintes:

- “(1) Objectivos limitados que restringem a escala, os meios e a duração da guerra;
- (4) Muitas vezes estes objectivos são mais político-diplomáticos do que militares;

14 LI, Nan, “The PLA’s Evolving Warfighting Doctrine, Strategy and Tactics, 1985-95: A Chinese Perspective”, *The China Quarterly* n°146, 1996, pg. 446.

- (5) O processo conflitual está sob grande controlo central, sendo a obtenção de um acordo político o fim último;
- (6) Um cenário internacional mais complicado o que torna o conflito mais imprevisível e passível de ter rápidos desenvolvimentos;
- (7) Apesar de a guerra ser limitada, a sua preparação é intensiva, uma vez que a aceitação da eventualidade de uma derrota é extremamente restrita;
- (8) Os ataques preventivos (ataques cirúrgicos) são a principal modalidade de acção; e
- (9) Apesar da pequena duração do conflito, este será bastante oneroso, uma vez que uma grande quantidade de armas de alta tecnologia serão empregues.”¹⁵

Sendo assim, deduz-se que os objectivos inerentes às guerras locais¹⁶ possuam uma incisividade ainda mais política do que as guerras em grande escala¹⁷, onde nas primeiras, as acções militares são restringidas por aspectos de natureza política interna e externa e diplomática, sendo limitadas no espaço e no tempo, havendo uma notória preocupação de evitar uma escalada¹⁸. De acordo com a maioria dos teóricos militares chineses, as “Guerras Locais Sob Modernas Condições *Hi-Tech*”, serão caracterizadas por:

15 Citado em JI, You, *Op. Cit.*, 1999, pp. 22-23.

16 Segundo a Universidade de Defesa Nacional, uma pequena guerra (guerra local) é por definição um conflito armado que requer a mobilização de parte do efectivo do EPL para uma zona de guerra (o que pode ser entendido como uma região militar). Esta implica o recurso a armas ligeiras e precisas. A guerra média é uma guerra local que envolve a mobilização de meios materiais e humanos do EPL para uma ou duas zonas de guerra, bem como o apoio nacional por intermédio da mobilização das reservas. Implica a coordenação das capacidades de utilização de armas ligeiras e pesadas. Finalmente a guerra em grande escala implica a mobilização total enfatizando o recurso a armas estratégicas e de *deterrence*. Todos os três tipos de guerra trazem consigo a obrigatoriedade do desenvolvimento de munições de precisão, de valorização técnico-profissional do pessoal, de melhoria do sistema C3I e de guerra electrónica, de aperfeiçoamento do apoio logístico e do reforço das reservas. Veja-se PILLSBURY, Michael (Ed), *Op. Cit.*

17 A noção de escala aqui empregue tem uma conotação fundamentalmente geográfica e não de intensidade e violência de um conflito.

18 Para a então chefia militar chinesa, nomeadamente o então Ministro da Defesa, General Qin Jiuei, e posteriormente o General Chi Haotian, tendo em consideração que por um lado, seria altamente improvável que um grande conflito mundial irrompesse durante os anos 90, e por outro, a elevada profusão das guerras limitadas, tornava-se indispensável aos estrategas militares chineses estudarem afincadamente esta nova dinâmica conflitual de forma a rapidamente se retirarem as necessárias implicações sobre o treino da Forças Armadas. Assim, a nova perspectiva doutrinária militar, assumiu-se acima de tudo como um processo de continuidade reformadora, iniciada na década de 80 e que tem como pilares fulcrais da sua formulação teórica os conceitos de uma *deterrence* nuclear limitada apoiada na capacidade táctica, no teatro de operações ou a nível estratégico, das suas forças em obstem rápida e eficazmente a uma escalada convencional ou nuclear, tudo assente em meios tecnologicamente avançados e de elevada flexibilidade de emprego.

- Influência geográfica limitada;
- Objectivos políticos limitados;
- Curta duração;
- Processo de tomada de decisão operacional de alta intensidade;
- Elevada mobilidade e velocidade (guerra de manobra);
- Elevada letalidade do armamento e grande destruição;
- Elevadas taxas de consumo logístico e imprescindibilidade de uma eficiente e célere rede logística de apoio;
- Elevada visibilidade do campo de batalha;
- Sobrecarga do sistema C2;
- Campos de batalha não lineares;
- Combate multidimensional; e
- Operações conjuntas.

Apesar destes considerandos, é consensual que o desfecho de tal conflitualidade será quase sempre obtido recorrendo à negociação e ao compromisso, funcionando a mesma como instrumento de reforço de iniciativas diplomáticas, de enfraquecimento psicológico do inimigo ou de conquista de recursos.

Pelo que acima foi descrito, tornou-se compreensível que a nova modificação doutrinária¹⁹ para o combate e a vitória de “Guerras Locais sob as Modernas Condições *High-tech*”, se alicerce na necessidade de desenvolver uma força de reacção rápida (*quaisu*) altamente móvel e impecavelmente equipada, capaz de sanar o mais prontamente possível, conflitos fronteiriços de baixa intensidade, com recurso prioritário a operações militares conjuntas (onde a Marinha, a Força Aérea e as Forças Nucleares – 2ª Artilharia –

19 Como Dennis Blasko, Philip Klapakis e John Corbett chamam a atenção, existem dois termos em mandarim que significam doutrina – *tiaoling* e *lilun*. O primeiro tem conotações com regulamentos, enquanto que o segundo é associado à teoria. Estes termos usados em conjunto aproximam-se do conceito ocidental de doutrina. Curiosamente, a noção de “guerra popular” (*renmin zhanzheng*) é muitas vezes designada como doutrina, mas em mandarim encontra-se associada com a palavra *sixiang* de pensamento. A ideia de “guerra local” chama-se *jubu zhanzheng* o que implica que este conceito ainda se encontra em desenvolvimento não tendo ainda atingido um nível de sofisticação capaz de substituir o de “guerra local limitada”. Veja-se BLASKO, Dennis J., Philip T. Klapakis e John F. Corbett Jr., “Training Tomorrow’s PLA: A Mixed Bag of Tricks”, *The China Quarterly*, nº146, 1996, pg. 489.

desempenham um papel fundamental)²⁰. Estes conflitos a ocorrerem bem como as acções a desenvolver pelo EPL serão respectiva e basicamente de cinco tipos:

- (1) Conflitos fronteiriços de baixa intensidade;
- (2) Conflitos sobre disputas territoriais marítimas e ilhas;
- (3) Ataques aéreos de surpresa;
- (4) Defesa contra ataques limitados deliberados a território chinês; e
- (5) “Contra-ataques punitivos” em território inimigo “para fazer frente a invasões, proteger a soberania nacional, ou salvaguardar a justiça desencorajando eventuais ameaças”.

Estrategicamente falando, nota-se assim uma marcada mutação na visão chinesa de segurança. A anterior estratégia “continental” – voltada para a ameaça soviética – deu lugar ao conceito de “fronteira estratégica flexível” cujo centro de gravidade se deslocou de norte para sul – para as extensas faixas litorais das zonas económicas especiais – como algo de tridimensional que envolve não apenas o território continental mas também o oceano e eventualmente o espaço²¹.

Para a MEPL esta alteração estratégica veio validar as conclusões de um estudo extensivo elaborado no início da década de oitenta sob as ordens do seu comandante (entre 1982-88), o Almirante Liu Huaqing, o qual determinou a necessidade de se estabelecer um plano de longo prazo capaz de enquadrar o desenvolvimento naval chinês. De facto, a nova estratégia militar nacional implicava para a MEPL uma abdicação da sua estratégia operacional de defesa costeira (*jinhai fangiu*) em prol de uma de defesa marítima (*jiniang fangiu*), o que acarretava a extensão do perímetro de defesa até uma distância compreendida entre as 200 e as 400 milhas náuticas – ou mesmo maior, caso se incluíssem as ilhas Spratly. Os estrategas navais que formularam este estudo apontaram para a necessidade de a China possuir uma capacidade marítima (*green water navy*) em 2002 e uma capacidade oceânica (*blue water navy* ou *yuan yang haijun*) em 2050²².

20 Sob este ponto a advertência de Mao permanece actual: “Se alguém não nos atacar, nós não atacaremos; no entanto se alguém nos atacar, nós obrigatoriamente [contra] atacaremos”. (*Ren bu fan wo, wo bu fan ren; ren fan wo, wo bi fan ren*). Citado em *Ta Kung Pao* (Hong Kong), “Liu Huaqing On the Stand of the Military Towards Taiwan”, FBIS-CHI, September 7, 1995, via internet.

21 Este era um dos argumentos principais da popular série televisiva chinesa da década de oitenta, “O Elogio do Rio”, a qual criticava a mentalidade continental e sublimava a valorização da fronteira marítima da China.

22 Veja-se CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “A Evolução da Doutrina de Defesa Marítima da China e o Processo de Modernização em Curso: A Questão do Porta-aviões”, *Revista Militar* n°12, 2002, pp. 983-1023.

Sem uma prévia experiência no desenvolvimento e implementação de uma estratégia marítima que não a defesa costeira, a MEPL passou a debater-se com a imperiosidade de corresponder a três tarefas básicas, caso queira credibilizar a sua capacidade de projecção de poder naval:

- Primeiro, detectar, seguir e envolver-se em combates com forças hostis (o que implica uma capacidade de reconhecimento, vigilância e de defesa contra sistemas de mísseis de longo alcance terra-ar empregues pelas actuais forças navais).
- Ao empenhar-se em combates navais, o sistema C2 deverá possuir uma capacidade multidimensional capaz de corresponder às exigências das operações conjuntas onde a coordenação de meios aéreos, navais e submarinos é fundamental, e ao qual se associa a desvantagem da incapacidade de reabastecimento aéreo ou do apoio aéreo em áreas sensíveis como a das ilhas Spratly.
- Desenvolvimento de uma capacidade de apoio logístico que permita a manutenção de operações navais bem distantes das bases de navais de apoio (capacidade de sustentação da projecção de poder).

Subjacente a estes requisitos operativos da MEPL encontra-se a reformulação de enquadramentos doutrinaários do EPL assente no sempre omnipresente conceito doutrinaário de “defesa activa”, mas agora interligado ao conceito de “defesa avançada”, onde termos como “vencer através do recurso a forças de elite” (*jingbing zhisheng*)²³, “obter a iniciativa, atacando primeiro” (*xianfa zhiren*), “vencer pela superioridade (pontual) e não pela inferioridade” (*yiou shenglie*), “lançar ataques em profundidade” (*zongshen daji*) e “empregar a força de forma decisiva para obter uma rápida resolução do conflito” (*suzhan suje*), passaram a materializar-se como as “jóias desta nova coroa de doutrinas e desideratos tácticos”. Ou seja, o EPL:

- Deixou de aguardar pelo inimigo perto das fronteiras chinesas para o combater o mais afastado possível das mesmas;
- Trocou a guerra de aniquilamento pelas campanhas contra pontos nevralgicos;
- Abandonou a guerra de atrição e adoptou o conceito de uma campanha militar decisiva onde a primeira batalha é fulcral;

23 Concomitantemente foram criadas e acelerado o processo de treino das primeiras forças chinesas de reacção rápida de escalão divisionário - (FRR) (*kuaisu*) -, e unidades de operações especiais ou “unidades de impacto” (*quantou*) semelhantes às forças especiais norte americanas ou aos comandos israelitas, e finalmente foi recuperado o Corpo de Fuzileiros, numa filosofia de desenvolvimento de “bolsas de excelência” no interior do EPL.

- Trocou as campanhas defensivas por campanhas de “defesa ofensiva”;
- De uma estratégia de avanços e recuos (por vezes precipitados) para uma de controlo do avanço inimigo;
- De uma campanha ao nível de Exército com regiões militares, para uma campanha assente no conceito de “zona de guerra” (*zhanqiu zhanji*);²⁴
- Do recurso ao princípio da massa para a adopção do princípio da concentração do poder de fogo;
- Das campanhas militares baseadas numa estrutura de quatro armas e serviços para operações conjuntas;
- Em resumo existe uma clara ênfase na valorização do conceito de “guerra assimétrica”, onde o EPL, perante um inimigo tecnologicamente superior, procederá à concentração e utilização das suas “bolsas de excelência” militar e tecnológica, na exploração dos pontos vulneráveis do adversário (bases logísticas e de projecção de poder, nódulos C2R – comando, controlo e reconhecimento – e alvos associados a plataformas de lançamento de mísseis balísticos)²⁵.

A esta diversidade terminológica, quer estratégica quer tática, estão naturalmente associadas diferentes características de terreno, de condições meteorológicas e adversários. Ou seja, a diferentes áreas fronteiriças chinesas estão associados diferentes requisitos operacionais. Às diversas direcções geográficas de esforço (atrás referidas), o EPL instituiu (agora operacionalmente e definitivamente) o conceito de “Zona de Guerra” (bem como um inerente centro de comando e controlo de campanha ao nível de teatro de operações) que visa primordialmente a preparação ao nível estratégico e tático, de

24 O estabelecimento das zonas de guerra é direccionado às grandes potências globais militares. Este conceito materializa uma componente de carácter psicológico e prático no que concerne à preparação do EPL para futuras guerras locais em que se venha a envolver. Mais concretamente, esta alteração na terminologia prefigura uma intenção operativa em incrementar o estado de prontidão e alerta das forças (especialmente aquelas que fazem parte das bolsas de excelência), de modo a que estas possam actuar de forma conjunta e sincronizada em conflitos de baixa e alta intensidade (o comandante da zona responde directamente perante o comando supremo em Pequim, sendo responsável pelo comando e coordenação de todos os meios militares e civis existentes na mesma). Ou seja, em caso de uma guerra local, é possível que esta abranja mais do que uma região militar, daí a necessidade de implementação das zonas de guerra, que permitirão uma conjugação mais ampla e eficaz dos vários meios disponíveis nas regiões militares que se inserem nessa zona de guerra. Tendo em atenção a premência temporal de êxito militar, as operações conduzidas mesmo ao nível tático poderão ser politicamente cruciais para a segurança nacional.

25 You Ji aponta quatro grandes diferenças entre a estratégia de Deng e a nova estratégia: (1) ênfase à capacidade de projecção de poder; (2) reforço do carácter ofensivo das operações militares; (3) flexibilidade de actuação político-militar; e (4) reforço do sistema de investigação e desenvolvimento de armamento. Veja-se Ji, You, *Op. Cit.*, pp. 8-10.

todas unidades do Exército para a condução de operações combinadas²⁶. Este é um passo inovador para o EPL, uma vez que até há pouco tempo atrás, as operações combinadas só contemplavam exercícios entre unidades da mesma arma ou serviço. Se bem que ainda numa fase de alguma retórica empírica, esta foi uma alteração substancial, pois permitiu que desde 1993, estas novas operações fossem adoptadas e implementadas no planeamento anual de treinos do EPL. Por inerência, cada uma das sete regiões militares passou a conduzir treinos e exercícios de campo de forma autónoma, como forma de garantir uma grande flexibilidade de planeamento e execução das operações militares incluídas na nova doutrina de guerras locais. Ao abrigo deste enquadramento normativo, os comandantes das regiões militares passaram a ser definidos claramente como os principais responsáveis pelas campanhas militares conduzidas nas respectivas regiões²⁷.

Mesmo assim inúmeras deficiências no treino continuam a verificar-se, as quais são inclusivamente reconhecidas não só pela própria liderança, como têm sido dissecadas nos últimos cinco anos em jornais e revistas militares chinesas²⁸. O actual nível de treino do EPL contribui marginalmente para o domínio dos requisitos mínimos associados à guerra conjunta de elevado índice tecnológico. Em parte tal deve-se à inexistência em número suficiente de armas e equipamentos capazes de materializar tal treino, o que obriga a que muitas das unidades continuem a treinar sob os parâmetros anteriores à Guerra do Golfo. Adicionalmente, permanece uma tendência quase que paroquial para que as diversas armas e serviços não abduquem de métodos há muito em vigor nas suas estruturas e para os quais continuam a não ver muitos óbices. Mais ainda, como o material sofisticado chega em reduzido número e em pequenasavas bastante espaçadas no tempo, existe a inclinação dos comandantes para “estimarem em demasia” o novo equipamento, não o inserindo nos processos de treino com receio de o danificarem, relegando-os para o estatuto de meros auxiliares estáticos de instrução.

A persistência deste problema levou a que em Janeiro de 1999, Jiang Zemin promulgasse uma nova regulamentação de treino operacional para o EPL. Ainda que reconhecendo

26 Leia-se CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “O Conceito Chinês de Zona de Guerra: Considerações Estratégicas e Operacionais”, *Revista Militar* nº 11, 2003, pp. 1145-1179.

27 Só no ano de 1988 o EPL conduziu 4 exercícios ao nível de teatro de operações. Ao longo da década de 90 este padrão numérico manteve-se, com excepção do ano de 1996 onde houve um acréscimo resultante dos atritos com Taiwan. Para uma listagem completa sobre o número de exercícios realizados pelo EPL entre 1990-1995 veja-se: BLASKO *et al.*, *Op. Cit.*, pp. 500-515, e para exercícios das forças de reacção rápida entre 1990 e 2003 veja-se ainda CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “O Conceito Chinês de Zona de Guerra: Considerações Estratégicas e Operacionais”, *Op. Cit.*, pp. 1172-1176.

28 PLA Activities Report 1997, 1998, 1999. XIAOCHUN, Ma e XIUJUAN, Zhao, “The PLA’s Training Reform Achievements”, *Xinhua*, 8 de Dezembro, 1998 in FBIS-CHI, December 14, 1998. DSTI Monthly Report, November, 2002, pg. 17, via internet.

as limitações tecnológicas das forças armadas chinesas, a nova regulamentação incide a sua atenção sobre a imperiosidade de se avançar com o treino de operações conjuntas e de apoio logístico, e simultaneamente preparar o EPL para as contingências da guerra electrónica, da informação e das operações especiais. Se tomarmos como certo o *dictum* de que um Exército combate como treina, teremos de aguardar mais uma década para então podermos tomar o pulso às possíveis evoluções entretanto consolidadas.

Como que premonitoriamente, pouco tempo depois, a imperiosidade da nova regulamentação de treino do EPL aprovada por Jiang Zemin, veio a reforçar a sua importância mercê da guerra aérea desenvolvida sobre a Jugoslávia por forças da NATO, a propósito da crise do Kosovo (Março a Junho de 1999). Tal como a Guerra do Golfo havia demonstrado – por comparação indirecta – as debilidades operativas do EPL face às forças americanas, a campanha aérea aprofundou ainda mais as preocupações chinesas no que se refere à estratégia, táctica e sistemas de armas empregues pela NATO.

A comunidade de estratégias e analistas de segurança chineses não tardou a publicar as primeiras análises à actuação das forças militares da Organização, com as três escolas doutrinárias (guerra popular, guerra local sob modernas condições tecnológicas, e guerra RMA) a chamarem a si as virtudes operativas de cada uma delas perante um ataque similar por parte de um inimigo (subentenda-se os Estados Unidos)²⁹.

A primeira conclusão comum às três escolas centrou-se no contraste tecnológico entre a Guerra do Golfo e a Guerra do Kosovo, com alguns analistas a afirmarem que enquanto a primeira teve algumas características de uma guerra moderna de elevada tecnologia, a segunda foi verdadeiramente uma guerra moderna de elevada tecnologia com vectores “hiperconvencionais” que deveriam ser estudos pelo EPL³⁰. Ainda que reconhecendo um padrão inicial similar ao da Guerra do Golfo (ataques aéreos e com mísseis a nódulos C2, acções de empastelamento das comunicações militares e civis, emprego de mísseis de cruzeiro de ataque ao solo lançados a partir de plataformas navais – LACM –, obtenção de domínio sobre o “espectro das comunicações”, emprego intensivo de sensores sediados no espaço bem como de satélites, e utilização de bombardeiros estratégicos sediados nos Estados Unidos e reabastecidos em voo durante a missão até aos alvos) o que mais surpreendeu a liderança militar chinesa foi a ideia de um atacante poder penetrar as defesas e destruir as forças inimigas sem que o defensor tivesse a possibilidade de o detectar, e muito menos efectuar contra-ataques sobre o adversário³¹.

29 CHOU, Oliver, “Notes on China”, *South China Morning Post*, June 14, 1999.

30 SIZE, Su, “Kosovo War and New Military Theory”, *Jiefangjun bao*, June 1, 1999, pg. 6 in FBIS, July 2, 1999, via internet.

31 SHAMBAUGH, David, “China’s Military View the World: Ambivalent Security”, *International Security* nº3, 1999, pg. 57-58.

A sustentabilidade desta “*blitzkrieg* sem atrito” apoiada em bombardeamentos estratégicos de uma intensidade e tempo operacional admiráveis, bem como os sucessos relativos e pontuais das forças sérvias na protecção dos seus meios de defesa anti-aérea³², geraram uma completa reformulação dos planos estratégicos de defesa aérea chineses. Um novo programa intitulado de “três ataques e três defesas” (*san da san fang*) iniciou-se em finais de 1999. Os “três ataques” são os caças furtivos, os mísseis de cruzeiro, e os helicópteros do inimigo. As “três defesas” são a protecção contra o reconhecimento e vigilância, os ataques de precisão e as interferências electrónicas por parte do adversário³³. Se aliarmos a aplicação prática e optimal deste programa à enorme extensão geográfica do território chinês, ao facto de a China deter um arsenal nuclear estratégico e regional, poderemos facilmente concluir que neste campo, a capacidade de o EPL em absorver o impacto de uma similar tipologia de ataque está consideravelmente aumentada comparativamente às forças jugoslavas, isto para gáudio dos advogados da doutrina da Guerra Popular.

A análise feita por esta escola de pensamento à guerra do Kosovo tendeu a realçar os seguintes pontos:

- (1) Que apesar de as forças NATO possuírem equipamento tecnologicamente superior, o que lhes confere uma vantagem inicial, numa “guerra justa”³⁴, a longo prazo as leis da guerra popular tornam-se decisivas. Por exemplo, durante os primeiros dez dias do conflito o Exército jugoslavo conseguiu abater 10 aviões, incluindo um F-117³⁵, bem como algumas dezenas de mísseis de cruzeiro³⁶.
- (2) Que o facto de a população jugoslava ter efectuado concertos ao ar livre, desafiado o recolher obrigatório, formado cordões humanos em torno de pontes, e assistindo em massa a eventos desportivos não obstante os bombardeamentos frustrou o impacto da guerra psicológica levada a cabo pela NATO.
- (3) Que o recurso a táticas de “guerrilha de defesa aérea”, assentes no correcto emprego da camuflagem, da dissimulação e da dispersão das baterias anti-aéreas

32 Resultado da excelente dissimulação e camuflagem das armas e dispersão das forças jugoslavas por áreas remotas, como montanhas, florestas e vilas, para além de se terem movimentado apenas durante a noite.

33 HUI, Chen, “Chinese Military Conducts Training to Fight High-Tech Wars”, *Xinhua*, August 11, 2000, FBIS-CHI, August 11, 2000, via internet.

34 Poder-se-á aqui questionar se o autor chinês ao referir-se a “guerra justa” pretende classificá-la como especificamente de equilíbrio militar entre as partes, ou no campo político pretenda sublimar criticamente aquilo a que a liderança chinesa considerou como uma interferência nos assuntos internos de um Estado (a Jugoslávia), ou seja uma ausência de *jus belli*.

35 Alegadamente o F-117 foi abatido por um míssil terra-ar quando as portas do compartimento das bombas se abriram e o interior do avião fez contraste contra uma nuvem branca que se encontrava sobre o bombardeiro.

36 CHANGQI, Cui, “Reflections on NATO Air Strikes on Yugoslav Federation”, *Jiefangjun bao*, May 4, p.6, FBIS-CHI, April 16, 1999, via internet.

fez com que a taxa de sucesso de objectivos atingidos por parte das forças NATO se fosse reduzindo consideravelmente ao longo das semanas³⁷.

Quanto à escola da Guerra Local enfatizou a necessidade de o EPL não confrontar as forças NATO, só se forçada a tal, visto que a China não tem possibilidade de lutar mano a mano com os EUA. O objectivo fulcral é a prossecução do crescimento económico sustentado e a rentabilização dos já existentes modernos meios de que o EPL dispõe, integrando optimalmente homens e máquinas³⁸. Reconhecendo que o EPL está numa situação de “um nível baixo e de cinco insuficiências” (a componente de informação tecnológica das suas armas é baixa e existe insuficiente número de armas com elevado poder destrutivo convencional; de armas de projecção de poder; de munições de precisão; de meios de reconhecimento, de comando e controlo e de alerta; e de armas electrónicas)³⁹. No entanto, reconhecem a possibilidade de o EPL recorrer a “técnicas de acupunctura” (*dianxue*) estratégica sobre os sistemas de informação, reconhecimento e vigilância do adversário por intermédio do emprego de armas de obliteração virtual ou “armas de trunfo” (*sashou jian*)⁴⁰.

Por fim, a escola da Guerra RMA utilizou o conflito do Kosovo para maximizar a necessidade de a China obter o mais rapidamente possível os sistemas de armas necessários a evitar tal tipologia de ataque, demonstrando a insuficiência da actual dimensão do orçamento de defesa⁴¹. O bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado por aviões

37 Para tal a China deve construir mais túneis e abrigos fortificados para os seus nódulos C3I, utilizar florestas e montanhas para dissimular forças e empregar falsos alvos e construir falsas posições para confundir e enganar o inimigo. ANHUA, Guo, “Evaluation and Thoughts on Kosovo War Situation”, *Jiefangjun bao*, May 4, 1999, pg. 6, FBIS-CHI, 21 May, 1999, via internet. Um outro autor da mesma escola, cita curiosamente Sun Zi e não Mao Zedong ao referir que “um defensor hábil esconde-se em subterrâneos”, GUANGCHAN, Huang, “Countermeasures Against Long Range Air Attacks”, *Jiefangjun bao*, June 22, 1999, pg. 6, FBIS-CHI, July 12, 1999, via internet. Um outro analista refere a possibilidade de se criarem cortinas de fumo para limitarem a capacidade das bombas guiadas por laser, e de aspergir potenciais alvos com água para fazer baixar a sua assinatura térmica, vital para iludir bombas guiadas por infra-vermelhos, XINZHI, Song, “Transform Air Defense Concepts”, *Jiefangjun bao*, April 27, 1999, pg. 6, FBIS-CHI, May 10, 1999, via internet.

38 LIUHUI, Tang, “Work Hard to Explore Optimal Solution to Man-Weapon Integration”, *Jiefangjun bao*, July 15, 1999, pg. 6, FBIS-CHI, August 12, via internet.

39 WEIPING, Wa, “Thoughts on Developing Armaments by Leaps and Bounds”, *Jiefangjun bao*, April 6, 1999, pg. 6, FBIS-CHI, April 23, via internet.

40 LIANG, Qiao e Wang XIANGHUI, *Unrestricted Warfare*, Beijing, PLA Literature and Arts Press, 1999.

41 Alguns generais na reforma, o mais conhecido dos quais foi Li Desheng, declararam publicamente “que a China tem de adquirir os melhores sistemas de armas que existem nos outros países. Mesmo que esses países não os tenham [para venda], nós temos de os adquirir.” LAM, Willy Wo-Lap, “Army Hawks Mimic Anti-NATO Sentiment”, *South China Morning Post*, May 19, 1999, via internet.

americanos só deu mais alento justificativo aos defensores desta escola. Segundo um oficial do EPL, apesar de o ataque à Jugoslávia ser um acto de “banditismo”, este criou uma oportunidade de a China aprender a combater face a um adversário tecnologicamente muito superior⁴². Com a materialização de uma tendência evolutiva da tecnologia centrada em plataformas para uma centrada em redes, e com a estratégia assente no atrito a dar lugar a uma estratégia baseada na velocidade de comando, torna-se necessário construir um “sistema de sistemas” capaz de ligar os computadores das forças terrestres, aéreas, marítimas por intermédio de satélites. Caso a China não desenvolva esta capacidade, arrisca-se a perder uma eventual guerra sem sequer efectuar um disparo⁴³.

3. Questões em Torno da Aprovação Formal das Estratégias Operativas

“Se considerarmos a doutrina de Mao de guerra popular como um “vinho velho em garrafas velhas”, então a evolução doutrinária de Deng que quebrou com a ortodoxia Maoísta é um “vinho novo em garrafas velhas” e o refinamento de Jiang poderá ser apelidado de “vinho novo em garrafas novas com um rótulo velho”⁴⁴.

A evolução traçada anteriormente, não simboliza uma caracterização consensual no seio da comunidade de analistas e estudiosos do EPL⁴⁵. Com efeito, e tendo em consideração a dimensão das forças armadas chinesas, e a limitada disponibilidade de recursos financeiros destinados à sua modernização, o EPL parece “assemelhar-se a um motor a três tempos”, onde ainda hoje coexistem – segundo esses académicos – e em camadas sobrepostas as três doutrinas (de Mao, Deng, e o apêndice evolutivo de Jiang Zemin).

42 ZHIMING, Duan, “Warning from the Flames of War in Kosovo – Summary of Forum Held by Certain Group Army of the Guangzhou Military Region”, *Jieffangjun bao*, April 20, 1999, pg. 5, FBIS-CHI, May 3, 1999, via internet.

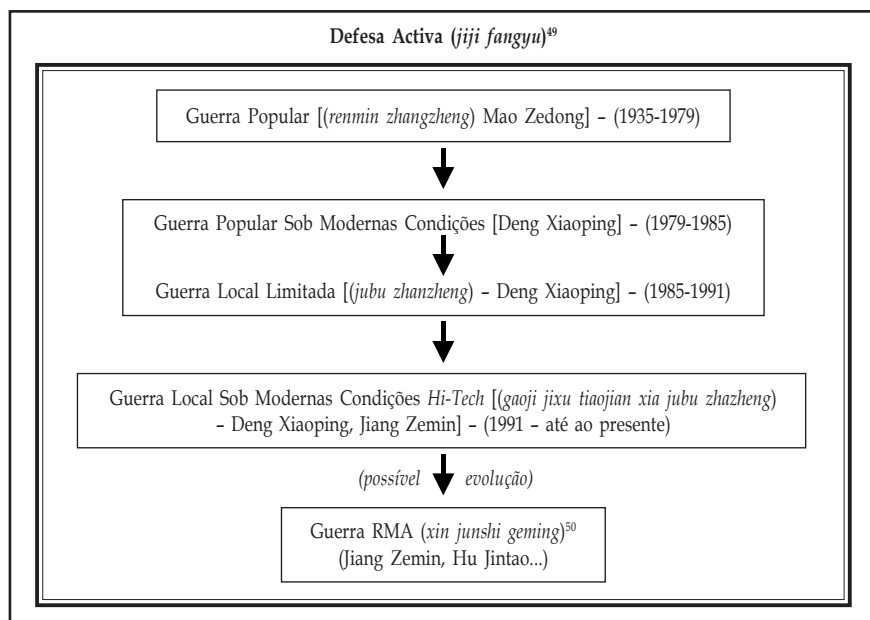
43 HUA, Wang, “Future Maritime Network Center Warfare”, FBIS-CHI, May13, 1999, via internet.

44 HUANG, Alexander Chieh-cheng Huang, citado em GODWIN, David, “The PLA Faces the Twenty-First Century: Reflections on Technology, Doctrine, Strategy, and Operations” in LILLEY, James e David Shambaugh (Eds), *China's Military Faces the Future*, Washington, M.E. Sharpe, 1999, pg. 43.

45 Com efeito, existe uma outra tipologia classificativa das “escolas de pensamento” no interior do EPL. Esta contempla quatro escolas: os tradicionalistas, que advogam a continuidade do conceito de Guerra Popular e de defesa activa estabelecido por Mao Zedong; os neo-tradicionalistas mais orientados para uma estratégia de projecção de poder, pelo menos a nível regional; os revolucionários militares, que prevêem uma revolução nos assuntos militares por volta de 2030, para a qual a China se deve preparar; e por último e mais recente, o grupo dos defensores da guerra ilimitada, que argumentam que a dimensão da guerra deverá ser ampliada o mais possível incluindo ataques informáticos a centros financeiros de modo a enfraquecer o poder do adversário.

Em 1996, Dennis Blasko⁴⁶, sugeriu que não existia uma doutrina chinesa de guerra local, afirmação essa avançada alguns anos antes por Ellis Joffe⁴⁷, quando avisou que ainda não tinha sido aprovado o óbito formal da doutrina de Mao Zedong da guerra popular. Para Gerald Segal, basicamente, o conceito de guerra popular mantém-se inalterado na sua estrutura elementar, mas tem permitido que se procedam a naturais alterações (*evolutivas*) nos seus sub princípios operacionais, não sendo a noção de “modernas condições” um novo aditivo, tendo tal termo sido cunhado aquando da Revolução Cultural e desde então ajustado adaptativamente, garantindo um vínculo de elevada flexibilidade doutrinária⁴⁸.

Figura 1 – A Evolução dos Conceitos Doutrinários de Defesa Chineses



46 BLASKO, Dennis, “Better Late Than Never” in LANE, Dennison, Mark Weisenbloom e Dimon Liu (Eds), *Chinese Military Modernization*, London, AEI Press, 1996, pg. 131.

47 ELLIS, Joffe, *The Chinese Army After Mao*, Cambridge, Harvard University Press, 1987, pg. 93.

48 SEGAL, Gerald e William T. Tow, *Chinese Defense Policy*, London, MacMillan, 1984, pg. xvii. A ênfase em itálico e entre parentesis é da minha autoria.

49 Este novo conceito de defesa activa ainda que terminologicamente idêntico aos seus antecessores, tem uma conotação bem mais ofensiva.

50 Ainda na fase inicial de desenvolvimento, caracterizando-se fundamentalmente por um recente e denso corpo de investigação empírica, especialmente centrado na Universidade de Defesa Nacional.

Esta escola de pensamento “Maoísta” da Guerra Popular (*renmin zhangzheng*) actualmente é muito poucas vezes abordada ou estudada nos artigos de jornais militares, isto se comparada com as outras duas escolas. A escola “Maoísta” aponta como principais cenários:

1. O inimigo (Estados Unidos, Rússia, ou Japão) tentará invadir e subjugar a China.
2. Uma guerra deste tipo durará muitos anos.
3. Durante a guerra, a liderança chinesa optará por se mudar para capitais nacionais alternativas.
4. A base industrial de defesa procederá ao armamento de milhões de milícias numa guerra de desgaste e atrito até que o inimigo possa ser derrotado por um exército nacional.
5. Os seus defensores mesmo que reconhecendo a importância de forças militares profissionais não subalternizam o papel a desempenhar por uma enorme reserva e capacidade de mobilização humana que a China possui.
6. A essência da sua doutrina assenta no *dictum* chinês de que é “possível atravessar o rio sentindo as pedras sob a água”, efectuando uma ligação conceptual com as actuais exigências da guerra moderna, particularmente ao nível da *information warfare*.

Quanto à escola da “Guerra Local sob Modernas Condições Tecnológicas” (*gaoji jixu tiaojian xia jubu zhazheng* – designação esta com a qual alguns autores chineses discordam) aponta como eventuais cenários de actuação:

1. O adversário não será uma superpotência.
2. A guerra ocorrerá perto das fronteiras chinesas.
3. A guerra não se caracterizará por uma invasão profunda do território chinês.
4. A China procurará uma rápida resolução militar.
5. As forças de reacção rápida (*kuaisou*) derrotarão as forças de países vizinhos como o Japão, Vietname, Índia, Taiwan, Filipinas, Malásia ou Indonésia.

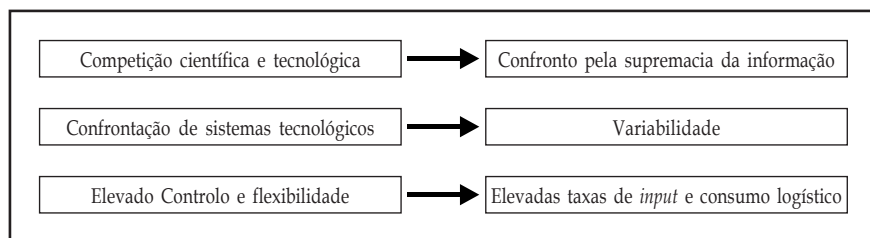
Finalmente a escola da RMA (*xin junshi geming*), cuja expressão literária sofreu um forte incremento a partir de 1995, apresenta como cenários principais os seguintes:

1. O adversário disporá de armas sofisticadas, satélites para comunicações e reconhecimento, aviões *stealth*, armas nucleares, e nanotecnologia (Estados Unidos, Rússia, ou Japão).

2. A China deve encurtar a sua *décalage* ao nível da tecnologia da informação.
3. A China deve interligar todas as forças militares.
4. A China deve atacar o sistema C3I inimigo paralisando-o.
5. A China deve actuar preventivamente face aos ataques inimigos.
6. A China deve poder utilizar armas de energia direccionada (lasers).
7. A China deve socorrer-se de vírus informáticos.
8. A China deve utilizar sistemas balísticos lançados por submarinos.
9. A China deve usar sistemas de armas anti-satélite.
10. A China deve utilizar as suas forças militares de modo a evitar o apoio logístico do inimigo.
11. A China deve socorrer-se de forças de operações especiais.

A figura 2 ilustra as características inerentes ao elencar dos cenários de RMA em cima descritos.

Figura 2 – As Características Fundamentais de uma Guerra *Hi-Tech*

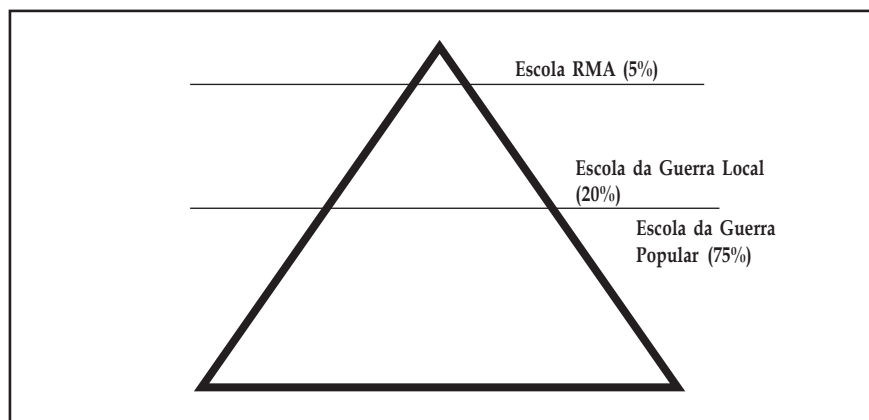


Exceptuando a escola “Maoista” (que se socorre de conceitos nativos), as restantes apoiam-se literalmente em abordagens empíricas americanas e soviéticas. Sob esta perspectiva é de referenciar um notório esforço desenvolvido pela Academia de Ciências Militares, a Universidade de Defesa Nacional, e o Diário do Exército de Libertação, os quais publicaram nos últimos oito anos várias centenas de artigos sobre as doutrinas de guerra local e da RMA. Não obstante, da análise da maioria desses trabalhos, ressalta a persistência de sérias dificuldades em conciliar os objectivos associados às três escolas de pensamento. Com efeito, perante perspectivas tão diversas, torna-se difícil enquadrar doutrinas, que ainda que assentes em vectores comuns como território, tempo, força, meios humanos, e intensidade do esforço, se encontram em pontos opostos na forma como parametrizam tais condicionantes.

Quadro 1 - A Diferente Parametrização de Vectores por Parte das Três Escolas⁵¹

	Guerra Popular	Guerra Local Sob Modernas Condições Hi-Tech	Guerra RMA
Território	1	4	3
Tempo	1	4	5
Meios Humanos	4	3	3
Força (sua aplicação decisiva)	3	4	5
Intensidade (do esforço militar)	2	5	5

Ou seja, a escola neo-Maoista recomenda que a China se prepare para uma longa guerra de baixa intensidade na qual o espaço será trocado pelo tempo, o território será cedido inicialmente, ao mesmo tempo que a população se mobiliza para um combate de guerrilha contra o invasor.

Figura 3 - A Pirâmide de Blasko⁵²

51 De 1 a 5, ou seja da menor para a maior importância conferida.

52 As percentagens são uma adaptação actualizada do autor a partir de um esquema de Dennis Blasko, e dizem respeito aos efectivos do EPL com condições de executarem eficazmente as diversas doutrinas. BLASKO, Dennis, *Op. Cit.*, 1996.

Quanto à escola da guerra local advoga que a China se deve preparar para um ataque com curto pré-aviso, no qual a decisão da guerra será rápida, sem implicar a mobilização da população, existindo um elevado coeficiente de intensidade e de tempo operacional. Perante este enquadramento, a China vê-se na obrigatoriedade de recorrer a ataques preventivos na retaguarda do inimigo ou para além das fronteiras chinesas de forma a alcançar uma “vitória rápida e decisiva” (modelo soviético de guerra convencional).

Esta aparente arrepsia doutrinária, suscita legítimas dúvidas sobre qual a estratégia operativa em vigor. Como as novas doutrinas de guerra local ou de RMA ainda não foram formalmente aprovadas pela CMC, assiste-se a uma divergência entre aquilo que é publicado e investigado e aquilo que é praticado nos exercícios militares (uma vez que continuam a ser editados artigos sobre a guerra popular). Como se não bastasse, esta confusão aumenta ainda mais quando se nota um acréscimo do número de estudos sobre a necessidade de desenvolvimento das forças balísticas nucleares de carácter estratégico (ICBM), o que consubstancia uma aproximação não muito conectada com o preconizado pelos conceitos de guerra local.

Quadro 2 - O Impacto da Guerra *Hi-Tech* na Teoria Operacional Tradicional

Guia Operacional	
Guerra de Atrição	Ainda viável para a China, especialmente se o adversário possuir superioridade tecnológica. Uma guerra prolongada poderá desgastar e derrotar o inimigo.
Guerra de Atrição Relativa	Recurso à defesa activa para desgastar o inimigo. Na primeira oportunidade contra-atacar - numa modificação da guerra de atrito para a guerra rápida.
Guerra Rápida	Necessária sob as actuais condições da história chinesa, nas quais os militares devem apoiar a construção económica.
Conceito Operacional	
Defensivo	Privilegiado pela China.
Ofensivo	Nas guerras <i>hi-tech</i> a ofensiva é mais importante.
Modelo Operacional	A tipologia das “Três Guerras” do pensamento revolucionário.
Guerra Móvel	A forma preferida. Acarreta alguns riscos, uma vez que é necessário manter a iniciativa.
Guerra de Posição	Um modelo trivial se considerarmos as características de profundidade e de não-linearidade da guerra <i>hi-tech</i> .
Guerra de Guerrilha	Não é abordada. Poderá ser um último recurso na guerra <i>hi-tech</i> .

Objectivo Operacional	
Aniquilação	No passado um entendimento correcto da relação entre as capacidades e o tipo dos objectivos era importante.
Atrição	Na guerra <i>hi-tech</i> a atrição e a aniquilação são substituídos por múltiplos sub objectivos como a eliminação da capacidade de contra-ataque e a destruição das infra-estruturas económicas vitais do adversário.
Força Operacional	
Força Terrestre	A força tradicional por excelência com ao apoio das forças aéreas e navais.
Forças Aéro-Navais	Vitais e necessárias para o domínio das cinco dimensões do campo de batalha (ar - terra - mar - espaço - espectro electrónico).

Por sua vez, e desde 1994, a escola da RMA (inspirada pelos escritos do General soviético Ogarkov) apresenta argumentos que embora não contradigam o discriminado pela escola da guerra local, confere uma importância a factores que nem sequer são tidos em consideração pelas abordagens anteriores (como a obrigatoriedade de uma paridade nuclear com os Estados Unidos e a Rússia). Esta escola de pensamento confere particular atenção à noção de guerra assimétrica, à luz da qual e partindo do pressuposto que a tecnologia por mais sofisticada que seja, sempre apresentará vulnerabilidades que poderão ser exploradas por um adversário tecnologicamente inferior que deverá evitar o combate directo nos primeiros estágios de um conflito⁵³.

53 Esta estratégia é perfeitamente exemplificada pela afirmação de um Oficial do EPL de que “Nós combatemos segundo as nossas normas, e vocês segundo as vossas” (*wo da wode, ni da nide*). Entrevista do autor em Agosto de 2001.

Quadro 3 - A Relação Entre o Desenvolvimento da Estratégia Operacional e a Estrutura de Forças⁵⁴

	GP	GPSMC	GL	GLSMCHT	RMA	Estrutura de Forças
1978-85	Estratégia Primária	Estratégia Preliminar				Operações combinadas e Exércitos de Campo
1985-88	Estratégia Residual	Estratégia Primária	Estratégia Preliminar			QG's e Operações Conjuntas
1988-92		Estratégia Residual	Estratégia Primária	Estratégia Preliminar	Estratégia Pré-preliminar	Forças de Reação Rápida; Menos e melhores pequenas unidades
1992-2003		Estratégia Residual		Estratégia Primária	Estratégia Preliminar	Maior desenvolvimento tecnológico

Legenda: GP - Guerra Popular; GPSMC - Guerra Popular Sob Modernas Condições; GL - Guerra Local; GLSMCHT - Guerra Local Sob Modernas Condições *Hi-Tech*; RMA - *Revolution in Military Affairs*

Sendo o sistema político-militar chinês permeável a influências micro-institucionais, pode-se igualmente tentar explicar esta discrepância e “indecisão doutrinária” como o resultado da actuação de diversos *lobbies* institucionais pertencentes ao EPL. É possível que os defensores da RMA (Coronéis e Majores-Generais) desempenhem na sua grande maioria, funções na Academia de Ciências Militares ou em componentes do complexo COSTIND. Já os advogados da Guerra Local, ocupam os postos mais elevados do EPL desempenhando missões na Universidade de Defesa Nacional. Finalmente, os apologistas da Guerra Popular são na sua maioria velhos membros do aparelho do Partido, membros do Departamento Geral de Política, e líderes da Polícia Popular Armada, os quais passaram a maior parte das suas carreiras num ambiente Maoísta altamente politizado⁵⁵.

54 Adaptado de BLASKO, Dennis, “PLA Force Structure: A 20 Year Retrospective” in MULVENON, James C. e Andrew Yang (Eds), *Seeking Truth From the Facts: A Retrospective on Chinese Military Studies in the Post-Mao Era*, Santa Monica, RAND, 2001, pg. 58.

55 Veja-se PILLSBURY, Michael, “PLA Capabilities in the 21st Century: How Does China Assess Its Future Security Needs?” in WORTZEL, Larry (Ed), *China's Military Potential*, Carlisle Barracks, U.S. Army War College, 1998, pg. 117.

4. Considerações Finais

Ainda hoje, analistas chineses declaram que desde sempre existiu apenas uma estratégia operacional ao longo dos 50 anos de existência da República Popular da China (a da “Guerra Popular”). No entanto, a história prova o contrário. A China participou em conflitos junto e para além das suas fronteiras (Coreia e Índia) e optou igualmente por se manter por detrás destas (Vietname). A China socorreu-se de guerras de posição (Coreia) e guerras de maior mobilidade (Índia). Em todas estas conflitos efectuou – na sua terminologia – “contra-ataques de auto-defesa” (*ziwei fanji*)⁵⁶. Qualquer que seja a especificidade do combate, é óbvio que a estratégia militar operacional tem sido particularmente flexível procurando regularmente adaptar-se às novas e modernas condições. Como sublinha Gerald Segal, a “Guerra Popular” nunca foi um conceito simples ou inflexível, podendo por isso incorporar um grande volume de alterações sem modificar a sua nomenclatura⁵⁷. Perante o em cima descrito, julga-se que actualmente coexistem no EPL três escolas de pensamento, havendo no entanto, uma forte inclinação política para a aprovação formal a curto prazo da doutrina da “Guerra Local sob Modernas Condições *Hi-Tech*”, a qual se materializa – a título de exemplo – pela prioridade de investimento conferida às actuais “bolsas de excelência” (unidades de elite) das forças terrestres, da Marinha e da Força Aérea.

Em resumo, a dimensão do EPL e o modo como a sua doutrina operacional foi sendo modificada ao longo dos últimos 20 anos (mantendo o princípio doutrinário basilar e elementar da defesa activa) teve como consequência a existência simultânea de elementos no seio do aparelho militar com diferentes missões, estruturas e orientações doutrinárias⁵⁸. A constante necessidade de utilização de uma liturgia política oriunda de Mao Zedong e de Deng Xiaoping destina-se a atenuar o facto de que o diferencial entre a doutrina e a capacidade militar efectiva tem-se vindo a alargar progressiva e inexoravelmente nos nichos específicos dos sistemas de C2IR (comunicações, computadores, informações e reconhecimento) se comparado com o potencial norte americano. Sob a liderança de Mao o EPL era um Exército onde “aquilo que se via era aquilo que se era capaz de executar”.

56 JING, Zhang e Yao Yanjin, *Introduction to Active Defense Strategy*, Beijing, Jiefangjun Chubanshe, 1985, pg. 137.

57 SEGAL, Gerald e William T. Tow (Eds), *Op. Cit.*, pg. xviii.

58 Na realidade o conceito de defesa activa não faz a distinção entre defesa e ataque. Veja-se BI, Jianxiang, “The PRC’s Active Defense Strategy: New Wars, Old Concepts”, *Issues and Studies* n°11, 1995, pg. 94.

Actualmente os líderes chineses discutem e inserem doutrinariamente conceitos operativos como as cinco dimensões da guerra moderna e o lançamento de ataques cirúrgicos sobre centros C4I do inimigo, mas com o EPL a ameaçar transformar-se num Exército onde “aquilo que se pensa é aquilo que não se consegue executar”. Como sublinha um militar chinês: “é tão perigoso sofrer de miopia estratégica como de uma imaginação militar delirante. O cavalo da modernização militar é um alazão muito bonito, mas se o cavaleiro (entenda-se o EPL) não lograr dominar a arte de bem ‘cavalgar a sela’, o belo alazão não passará de um cavalo de exposição sem utilidade prática”⁵⁹.

O desafio reside assim na maior ou menor capacidade de ajustamento do corpo doutrinário à realidade e à capacidade operacional do EPL (e vice-versa). O EPL segue assim um processo de modernização a três velocidades, onde ainda hoje existem unidades mais vocacionadas para a execução da Guerra Popular enquanto que outras, como as forças de reacção rápida – alvo preferencial do processo de modernização militar – já estão aptas a aplicar a última evolução estratégica (Guerra Local sob Modernas Condições *Hi-Tech*). Outras ainda, como as de guerra electrónica e da 2ª Artilharia já se consideram com alguma capacidade efectiva de levar a cabo operações de RMA integradas em cenários de Guerras Locais e Limitadas. No futuro, as três “grandes escolas” continuarão a existir, ainda que a tendência seja para um aumento da percentagem e dos efectivos aptos a aplicar – ainda que de forma limitada – as duas últimas e mais modernas escolas.

Mas essencialmente a principal conclusão que se retira é a da grande dificuldade com que o EPL se tem confrontado nos últimos vinte e cinco anos, fruto da ausência de um período de estabilidade intra-castrense que lhe permitiria a conclusão completa e efectiva a todos os níveis – organizacional, de treino, e de logística – das modificações requeridas pelas várias inflexões estratégicas e doutrinárias. Esta instabilidade dificultou ainda mais um já de si complicado processo de modernização militar. Se as forças armadas chinesas tivessem definido uma estratégia ou doutrina, isenta de uma liturgia política erosora, certamente todos concordaríamos que o progresso que agora se almeja alcançar – e que será sem dúvida conseguido – teria sido mais fácil e rápido. A visão – ou melhor as diversas visões político-militares – no *Zhongnhanai* nunca permitiram tal desiderato.

59 Entrevista do autor com um Oficial do EPL em Agosto de 2001.



Através das leituras

Obras existentes no acervo do IDN

MONOGRAFIAS

ESPAÑHA, Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos, *Presente y Futuro de las Relaciones Cívico-militares en Hispanoamérica*, Madrid, Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, 2003, Cota 10909-37 A.

LEE, R. G., *Introduction to Battlefield Weapons Systems and Technology*, London, Brassey's Defence Publishers, 1986, Cota 6551-32 D.

LYKKE JR., Arthur F., *Military Strategy: Theory and Application*, Carlisle Barracks, E, U.S. Army War College, 1989, Cota 7320-17 C.

VAZ, Nuno António Bravo Mira, *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2002, Cota 10729-36 D.

PERIÓDICOS

BELKIN, Aaron, CLARK, Michael, "When is Strategic Bombing Effective? Domestic Legitimacy and Aerial Denial", in: *Security Studies*, Frank Cass, London, vol. 4, nº 1 (Summer 2002), pp. 51-88.

BRAMAN, Ed, "To What End? War Reporting in the Television Age", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 6 (December 2003), pp. 26-31.

BROWER, Kenneth S., "Technology and the Future Battlefield: The Impact on Force Structure, Procurement and Arms Control", in: *RUSI Journal*, Journal of the Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 135, nº 1 (Spring 1990), pp. 53-59.

BURK, James, "Theories of Democratic Civil-military Relations", in: *Armed Forces & Society*, New Jersey, vol. 29, nº 1 (Fall 2002), pp. 7-29.

BURRIDGE, Brian, "UAVs and the Dawn of Post-Modern Warfare. A Perspective on Recent Operations", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 5 (October 2003), pp. 18-23.

BUTLER, Richard J., "Modern War, Modern Law, and Army Doctrine: Are we in Step for the 21st Century?", in: *Parameters*, US Army War College, Carlisle, vol. 32, nº 1 (Spring 2002), pp. 45-59.

BYMAN, Daniel, "Scoring the War on Terrorism", in: *The National Interest*, National Affairs, Washington, nº 72 (Summer 2003), pp. 75-84.

CARLINO, Michael A., "The Moral Limits of Strategic Attack", in: *Parameters*, US Army War College, Carlisle, vol. 32, nº 1 (Spring 2002), pp. 15-29.

CHILCOAT, Richard A., "Revolução na Educação Militar", in: *Military Review*, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Kansas, vol. 80, nº 3 (3rd Quarter 2000), pp. 73-29.

COLÉGIOS DE DEFESA IBERO-AMERICANOS, 3, Lisboa, 2002, "A Revolução nos Assuntos Militares", in: *Revista Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Número Extra Série (Abril 2003), pp. 9-188.

CORN, Geoffrey S., ALDYKIEWICZ, Jan E., "New Options for Prosecuting War Criminals in Internal Armed Conflicts", in: *Parameters*, US Army War College, Carlisle, vol. 32, nº 1 (Spring 2002), pp. 30-44.

- COTTEY, Andrew, "The Second Generation Problematic: Rethinking Democracy and Civil-military Relations", in: *Armed Forces & Society*, New Jersey, vol. 29, nº 1 (Fall 2002), pp. 31-56.
- DENÉCÉ, Eric, "Des Forces Spéciales aux Affaires Civilo-militaires", in: *Les Cahiers de la Fondation pour les Etudes de Défense*, Fondation pour les Etudes de Défense, Paris, nº 10 (Décember 1997), pp. 5-58.
- DUVAL, Eugène-Jean, "Militaires et Société", in: *Défense Nationale*, Paris, 59 Année, nº 6 (Jun 2003), pp. 153-162.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do, "A Estratégia Militar como Componente da Estratégia Total", in: *Revista Militar*, Empresa da Revista Militar, Lisboa, vol. 53, nº 6-7 (Junho-Julho), pp. 497-513.
- EUGÉNIO, António Luís Beja, "A Transformação das Forças Armadas de Portugal", in: *Revista Militar*, Empresa da Revista Militar, Lisboa, vol. 54, nº 11 (Novembro 2002), pp. 827-863.
- FEAVER, Peter D, KOHN, Richard H., "The Gap: Soldiers, Civilians and their Mutual Misunderstanding", in: *The National Interest*, National Affairs, Washington, nº 61 (Fall 2000), pp. 29-37.
- FORBES, Ian, "Transformation Towards Future Warfighting", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 5 (October 2003), pp. 54-58.
- GRAY, Colin S., "Thinking Asymmetrically in Times of Terror", in: *Parameters*, US Army War College, Carlisle, vol. 32, nº 1 (Spring 2002), pp. 5-14.
- HOON, Geoff, "Britain's Armed Forces for Tomorrow's Defence", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 4 (August 2003), pp. 33-39.
- KAPUR, S. Paul, "The Operational Identity of Humanitarian Military Intervention", in: *Security Studies*, Frank Cass, London, vol. 12, nº 1 (Autumn 2002), pp. 97-131.
- LOBELL, Steven E, "War is Politics: Offensive Realism, Domestic Politics, and Security Strategies", in: *Security Studies*, Frank Cass, London, vol. 12, nº 2 (Winter 2002/3), pp. 165-195.
- MACKINLAY, John, "Questioning the Images of War", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 5 (October 2003), pp. 30-35.
- MIGNOT, Bruno, "Évolution de la Société Civile et Intégration du Militaire", in: *Défense Nationale*, Comité d'Études de Défense Nationale, Paris, 58 Année, nº 4 (Avril 2002), pp. 53-63.
- MURDOCK, Paul, "Principles of War on the Network-Centria Battlefield: Mass and Economy of Force", in: *Parameters*, US Army War College, Carlisle, vol. 32, nº 1 (Spring 2002), pp. 86-95.
- PASCUAL ADRIAN, Jesús R., "La Automatizacion del Campo de Batalla", in: *Short Term Economic Co-operation and Development*, Paris, Ano L, nº 598 (Novembro 1989), pp. 58-65.
- RIVKIN, David B, CASEY, Lee A., "Leashing the Dogs of War", in: *The National Interest*, National Affairs, Washington, nº 73 (Fall 2003), pp. 57-69.
- RUMSFELD, Donald H., "Transforming the Military", in: *Foreign Affairs*, Council on Foreign Relations, New York, vol. 81, nº 3 (May-June), pp. 20-32.
- SAMBROOK, Richard, "Military and the Media", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 4 (August 2003), pp. 40-45.
- SMITH, Michael M., HOFSTETTER, Melinda, "Integração ou Impasse, o Fluxo das Informações nas Operações Cívico-militares", in: *Military Review*, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Kansas, vol. 81, nº 3 (2001), pp. 17-23.

STEMMET, Andre, "International Law and the Use of Force: Some Post 9/11 Perspectives", in: *RUSI Journal*, Journal of The Royal United Services, Institute for Defence Studies, London, vol. 148, nº 5 (October 2003), pp. 24-29.

TELO, António José, "Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso", in: *Revista Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, nº 103 (Outono-Inverno 2002), pp. 211-249.

TOMÉ, António J. Viana de Almeida, "A Transformação em Curso e os Avanços Tecnológicos: Uma Revolução Global Militar", in: *Revista Militar*, Empresa da Revista Militar, Lisboa, vol. 55, nº 10 (Outubro 2003), pp. 975-982.

WHEELER, Nicholas J., "Unilateral Humanitarian Intervention and International Law", in: *Revista Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, nº 105 (Verão 2003), pp. 198-218.

ENDEREÇOS INTERNET

- <http://www.military-network.com/>
A Rede Militar
- <http://www.isanet.org/netsources.html>
Associação Internacional de Estudos
- <http://www.usna.edu/Ethics/>
Centro para o Estudo da Ética Militar Profissional
- <http://www.popcouncil.org/>
Conselho da População
- <http://www.exercito.pt>
Exército Português
- <http://www.emfa.pt>
Força Aérea Portuguesa
- <http://www.grip.org/>
Grupo de Pesquisa e Informação sobre a Paz e Segurança
- <http://www.marinha.pt>
Marinha Portuguesa
- <http://www.globalactionnetwork.org/>
Rede Global de Acção
- <http://www.sidint.org/>
Sociedade para o Desenvolvimento Internacional



Av. das Descobertas, n.º 17
Restelo • 1400-091 LISBOA
Tel.: 21 302 07 73 • Fax: 21 302 10 22

EUROpress

Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Rua João Saraiva, 10-A • 1700-249 Lisboa
Tel.: 21 844 43 40 • Fax: 21 849 20 61
europress@mail.telepac.pt



NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Boletim de Assinatura

Nome _____

Morada _____

Nº de Assinante _____

Código Postal _____

Localidade _____

Indicativo _____

Telefone (horas expediente) _____

Desejo adquirir a revista Nação e Defesa, na seguinte modalidade:

☐

ASSINATURA ANUAL

☐

AVULSO

☐

Instituições 20,00 €

☐

Individuais 15,00 €

☐

Estudantes 12,50 €

É necessária fotocópia do comprovativo de estudante referente ao ano em curso.

Cada número 7,50 €

Cada número assinantes 5,00 €

Números a comprar:

--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--

Assinatura _____

Data _____

O pagamento deve ser efectuado por vale postal ou cheque à ordem do Instituto da Defesa Nacional, e anexado a este Boletim

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 LISBOA

<http://www.idn.gov.pt> – nacaoedefesa@hotmail.com

Tel. 21 392 46 00 – Fax 21 392 46 58

O artigo proposto para publicação pode ser enviado via correio electrónico para publicacoes@mail.idn.pt ou ser remetido em disquete, por via postal, para o Instituto da Defesa Nacional.

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 15 e 25 páginas ou 30.000 a 50.000 caracteres (espaços excluídos) em Word for Windows, letra Times New Roman tamanho 12, entrelinha 1,5.
- Ser acompanhado de um resumo em português e de um *abstract* em inglês (12 a 15 linhas).

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em www.idn.pt/fichadeautor.doc) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista *Nação e Defesa*.

A revista *Nação e Defesa* poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respectiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores dos artigos (149,64 €) será efectuado por transferência bancária até 30 dias após a edição da revista. Cada autor receberá quatro exemplares da revista e dez separatas do seu artigo na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Editor Executivo da *Nação e Defesa*.

PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent as a Microsoft Word document by email to publicacoes@mail.idn.pt or by mail in floppy disk to the *Instituto da Defesa Nacional*.

The text should obey to certain requirements:

- It should have 15 to 25 pages or between 30.000 and 50.000 characters (spaces excluded), Font Times New Roman 12, space between lines 1,5 and must be presented as a Microsoft Word document.
- A 12 to 15 lines abstract of the article should be provided by the author.

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form (www.idn.pt/fichadeautor.doc), so its submission is compulsory.

The text will be appraised by the magazine's Editorial Board on an anonymous basis. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this magazine depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (149,64 €) will be paid by bank transfer up to 30 days after the article's publication. Four issues of the magazine and ten copies of the article will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned by in these Norms should be presented to the Executive Publisher of *Nação e Defesa*.



INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL



Portugal em Ação